

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa

**LEITURA E IDEOLOGIA REPUBLICANA:
AS ESCOLAS E BIBLIOTECAS POPULARES DA
FIGUEIRA DA FOZ (1900-1910)**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Bibliotecas Escolares e Literacias do Século XXI, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Maria Neves Gonçalves

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2013**

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa

Leitura e Ideologia Republicana: as Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)

Aos meus queridos filhos Inês, Martim e
Bernardo e ao meu marido Fernando Carlos.

AGRADECIMENTOS

A minha maior gratidão vai para a Professora Doutora Maria Neves Gonçalves pelo facto de ter sido minha docente no módulo História das Ideias e das Instituições Educativas do Curso de Pós-Graduação em Bibliotecas Escolares e Literacias do séc. XX e juntamente com o Professor Doutor José Viegas Brás me terem feito despertar a certeza do tema que seria o meu objeto de estudo. Também, agradeço penhoradamente à Professora Doutora Maria Neves Gonçalves pelo facto de se ter prontificado para a orientação científica desta dissertação e pelas importantes sugestões, esclarecimentos e todos os conhecimentos que me transmitiu, que foram fundamentais para levar a termo esta missão. Quero, também, agradecer-lhe toda a disponibilidade revelada para comunicarmos, e nos encontrarmos, contribuindo de forma decisiva com os seus esclarecimentos às dúvidas e inquietações que fui demonstrando ao longo desta caminhada. Teve o mérito, de saber ouvir, encorajar, valorizar o trabalho realizado e sugerir, sempre de forma motivadora para que pudesse prosseguir. Deste modo o processo fluiu, embora com as dificuldades inerentes a este tipo de trabalho, mas sentindo sempre um apoio amigo, na retaguarda, que ajudaram a que não sentisse este período como algo penoso, mas sim uma travessia que constituiu uma oportunidade de maior aprendizagem em domínios que me são muito queridos: a História das Ideias e a Educação.

Também uma palavra de agradecimento à Professora Doutora Gisélia Felício, Coordenadora do Curso de Mestrado, pela disponibilidade, simpatia e atenção que sempre revelou ao responder às questões formais que iam surgindo, bem como, as palavras ternurentas e sábias que proferiu na altura certa e que me incentivaram a continuar.

À Dr.^a Marta Rosete, Técnica Superior da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz pela disponibilização de todo o fundo documental da Biblioteca e Arquivo Municipal, pela sua simpatia e pelas palavras de conforto e estímulo que me dirigiu ao longo desta caminhada. O meu sincero reconhecimento à atenção dispensada na Sala Figueirense pela Dr.^a Emília Calisto e pela Técnica Regina Simões. Desde sempre este foi um espaço onde me senti em casa e pude contar com todo o seu empenho e auxílio. Ademais, quero também manifestar o meu agradecimento a todos os profissionais da Biblioteca Municipal e Arquivo que de uma forma ou de outra dispuseram do seu tempo e esforço para me permitirem um acesso facilitado às fontes.

Quanto à pesquisa documental sobre Tavadere, queria agradecer a gentileza e simpatia da Presidente da Direção da Sociedade de Instrução Tavadense, Dr.^a Manuela Amorim, que me recebeu na associação, me permitiu aceder a alguns documentos e me fez uma visita ao interior da associação. Também lhe agradeço o facto de ter facilitado o contacto com o decano Sr. Manuel Lontro, proporcionando-me uma entrevista inolvidável e uma visita guiada à SIT do seu coração. Também, agradeço ao Sr. Vitor Medina, que através dos seus trabalhos publicados em papel e em formato digital me possibilitaram visitar a sua querida «Terra de Meus Avós».

Ao meu colega Pedro Jorge por ter tido a amabilidade de me corrigir o *Abstract*.

À minha querida família que sentiu, por vezes, que não lhe podia acudir, por estar demasiado ocupada na concretização deste sonho. Prometo que vos compensarei pelo apoio, motivação e amor que me deram.

Aos meus queridos Pais, irmãos e amigos, que sempre tiveram uma palavra bonita de incentivo perante este desafio.

À minha avó Hermínia, que não conheci, mas que a admiro por ser contemporânea das personalidades referidas neste trabalho, que se preocuparam neste meio com a instrução popular, e que sendo mulher e vivendo nas Alhadas, sabia muito bem ler e escrever e adorava ler jornais.

A todos, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

LEITURA E IDEOLOGIA REPUBLICANA: AS ESCOLAS E BIBLIOTECAS POPULARES DA FIGUEIRA DA FOZ (1900-1910)

Este trabalho de dissertação assenta, antes de mais numa matriz geográfica e histórica da cidade da Figueira da Foz, no início do séc. XX assim como as suas freguesias limítrofes mais influentes: Tavarede e Buarcos (contudo, são feitas breves alusões a outras freguesias onde aos poucos foram sendo criadas instituições similares às primeiras freguesias e embebidas do mesmo espírito). Temos como objeto de estudo a emergência e difusão do ideário republicano junto das populações, assim como a defesa intransigente da ideia do alargamento da instrução a um público cada vez mais vasto, combatendo o maior flagelo cultural do nosso país: o analfabetismo quase generalizado, através da criação de escolas e bibliotecas populares em Associações recreativas, de classe, mutualistas e outras. A certeza de que uma posição cívica e política mais consciente dos cidadãos só seria possível se fosse permitido o acesso à instrução a um maior número de pessoas, norteou a criação destas escolas, um pouco à margem do ensino oficial (que se definia como manifestamente insuficiente) e que tinham como objetivo tirar do analfabetismo uma grande parte do povo trabalhador da Figueira da Foz. Sendo assim, é neste ambiente ideológico fervilhante, na cidade da Figueira da Foz na primeira década do séc. XX que irão surgir as escolas populares, dinamizar conferências e cursos livres, criação de bibliotecas e salas de leitura que eram vistas como uma solução para o atraso cultural das camadas sociais mais baixas, rumo àquilo a que se entendia ser o progresso.

A Figueira da Foz beneficiou com a dinâmica de uma série de personalidades com características humanitárias e benemerentes, republicanos e maçons, que não mediram esforços no sentido de criar condições para «derramar a luz da instrução» sobre as camadas populares.

Palavras-Chave: Bibliotecas Populares, Escolas Populares, Imprensa Local, Maçonaria, Republicanismo.

ABSTRACT

READING AND REPUBLICAN IDEOLOGY: POPULAR SCHOOLS AND LIBRARIES in Figueira da Foz (1900-1910)

This dissertation is based first and foremost on a geographical and historical matrix of the city of Figueira da Foz in the beginning of the XX century, as well as its neighbouring most influential parishes: Tavarede and Buarcos (however, brief allusions are made to other parishes where institutions similar to the first parishes and embedded with the same spirit were slowly being created). We have as the object of our study the emergence and spread of the Republican frame of thought among the population, and the uncompromising defence of the idea of extending the education to an ever wider public, thus fighting the greatest cultural scourge of our country: widespread illiteracy, through the creation of schools and popular libraries in recreational, class and mutualistic associations. The certainty that a more conscious civic and political position of citizens would only be possible if access to education was allowed to a greater number of people guided the creation of these schools, a bit marginal to the official education (which was defined as grossly insufficient) and that were aimed at schooling the working people of Figueira da Foz. This being said, it is against this buzzing ideological environment in Figueira da Foz in the first decade of the XX century that popular schools will arise, conferences and free courses will be brought forward, along with the creation of libraries and reading rooms that were seen as a solution to the cultural backwardness of the lower social strata, heading to what was understood to be progress.

Figueira da Foz benefited from a series of personalities of a humanitarian and benefactive disposition, Freemasons and Republicans, who spared no efforts to create conditions to «shed the light of education» on popular layers of society.

Keywords: Freemasonry, Local Press, Popular Libraries, Popular Schools, Republicanism.

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AIP – Associação de Instrução Popular.

AVJ – A Voz da Justiça.

BMFF – Biblioteca Municipal da Figueira da Foz

COMP. CF BEIRA ALTA – Companhia do Caminho de Ferro da Beira Alta

GOLU – Grande Oriente Lusitano Unido

LFT – Loja Fernandes Tomás

SIT – Sociedade de Instrução Tavadense

UC – Universidade de Coimbra

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – Enquadramento Histórico	17
1. Contexto político e social do período de 1900-1910	17
1.1. Situação político-social no país	17
1.2. Situação político-social na Figueira da Foz	21
1.2.1. A influência da Maçonaria na Figueira da Foz	28
1.2.2. A situação da Instrução na Figueira da Foz	33
1.2.3. A imprensa Local e a Propaganda da Instrução	38
1.2.4. As Associações Populares na Figueira da Foz	43
1.2.5. A imprensa local com o meio de difusão ideológica republicana	45
CAPÍTULO II – A Instrução Popular na Figueira da Foz	56
2.1. As escolas populares na Figueira da Foz	56
2.1.1. Escolas Móveis pelo Método João de Deus	58
2.1.2. Escola Noturna Popular Bernardino Machado - Buarcos	73
2.1.3. Associação Educativa da Mulher Pobre «Escola da Caridade» - Buarcos	80
2.1.4. Escola da Associação de Instrução Popular - Figueira da Foz	87
2.1.4.1. Os beneméritos e a recolha de fundos	92
2.1.4.2. A Escola da Associação de Instrução Popular e a Loja Fernandes Tomás	95
2.1.4.3. Matrículas, aulas e festas da Associação de Instrução Popular	98
2.1.4.4. As conferências na Associação de Instrução Popular	117
2.1.5. Associação de Instrução Artística Figueirense	127
2.2.5.1. Matrículas, aulas e festas da Associação de Instrução Artística Figueirense	131
2.1.6. A Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria	145
2.1.6.1. As matrículas e as aulas	146
2.1.6.2. As conferências	149
2.1.7. Associação dos Carpinteiros Cívicos Figueirenses	151
2.1.7.1. As matrículas, as aulas e as sessões solenes	152
2.1.7.2. As Conferências	155
2.1.8. Associação de Classe dos Pedreiros Figueirenses	160
2.1.8.1. As Conferências	161
2.1.9. Sociedade de Instrução Tavadense - Tavadense	164
2.1.9.1. As matrículas, as aulas e as sessões solenes	167
2.1.9.2. Reconstituição do Funcionamento da Escola da SIT	176

2.1.9.3.	Os últimos anos da Escola Noturna da SIT	179
2.1.10	As escolas populares nas freguesias limítrofes (Quiaios, Alhadas e Brenha)	181
2.1.10.1.	Centro Republicano de Quiaios (Centro António José de Almeida)	182
2.1.10.2.	Centro Republicano de Brenha (Centro Dr. Magalhães Lima)	186
2.1.10.3.	Escola Popular de Alhadas	187
2.2.	Inquérito à Instrução - 1910	188
CAPÍTULO III - As Bibliotecas e Salas de Leitura		190
3.1.	Bibliotecas e ideologia Republicana	190
3.2.	Bibliotecas Populares Figueirenses	197
3.2.1.	Biblioteca Artística 10 de junho	198
3.2.1.1.	O catálogo da Biblioteca	201
3.2.2.	A Biblioteca da Associação Artística Figueirense	203
3.2.3.	A Biblioteca do Recreio Literário	207
3.2.4.	A Biblioteca da Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria	209
3.2.5.	A Biblioteca da Assembleia Figueirense	210
3.2.6.	A Biblioteca da Associação de Instrução Popular	212
3.2.7.	A Biblioteca da Sociedade de Instrução Tavadense	214
3.2.8.	Outras Bibliotecas Populares	215
3.3.	Biblioteca Pública	219
CONCLUSÕES		226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		229
APÊNDICES E ANEXOS		236

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO I

Fig. 1	Republicanos Figueirenses do início do séc. XX	22
Fig. 2	Estandarte do Centro Republicano José Falcão em seda pintada	24
Fig. 3	Cartaz da III Conferência Maçónica na Figueira da Foz	31
Fig. 4 e 5	Símbolos Maçónicos em sepulturas do Cemitério de Buarcos	32
Fig. 6	Símbolos Maçónicos em sepulturas do Cemitério de Tavadense	32
Fig. 7	Professor e alunos da escola Conde de Ferreira	36
Fig. 8	1º página de <i>A Voz da Justiça</i> comemorando a Implantação da República	51
Fig. 9	1ª página do jornal <i>A Voz da Justiça</i> de 11 de outubro de 1910	52

CAPÍTULO II

Fig. 1	Azulejo relativo às Escolas Móveis e Jardins Escolas pelo Método João de Deus	58
Fig. 2	<i>Cartilha Maternal</i> e Arte da Leitura de João de Deus.	59
Fig. 3	Primeira Lição da <i>Cartilha Maternal</i> . O grande segredo do aprender a ler e	59

	escrever	
Fig. 4 e 5	Figuras 4 e 5 - <i>No Dia da Festa em Benefício da Associação de Escolas Móveis</i> .	68
Fig. 6	João de Deus. <i>No Dia da Festa</i> em Benefício da Associação de Escolas Móveis.	69
Fig. 7	Os Beneméritos da Instrução. Homenagem a Fernando Augusto Soares	79
Fig. 8	Publicidade ao Colégio Normal	85
Fig. 9	O edifício central onde funcionou a Tipografia Popular, a Escola da Associação de Instrução Popular e a Loja Fernandes Tomás.	89
Fig. 10	Vista do mesmo edifício na outra rua em que confronta.	89
Fig. 11	Estatutos da Associação de Instrução Popular.	91
Fig. 12	Os Beneméritos da Instrução.	107
Fig. 13	«Aos Rapazes». Brochura.	116
Fig. 14	Catálogo da Biblioteca Artística.	127
Fig. 15	Estatutos da Associação de Instrução Artística Figueirense	127
Fig. 16	Estatutos da Associação de Classe dos Carpinteiros Figueirenses	152
Fig. 17	Associação de Classe dos Pedreiros Figueirenses	160
Fig. 18	Casa do Terreiro. Fachada principal.	164
Fig. 19	Estatutos da Sociedade de Instrução Tavadense	164
Fig. 20	Sociedade de Instrução Tavadense	167
Fig. 21	Estandarte do Grupo de Instrução Tavadense	167
Fig. 22	Estandarte da SIT a partir de 1927	167
Fig. 23/24	Conjunto de lousas utilizadas nas aulas da escola da SIT	168
Fig. 25	Rua <i>A Voz da Justiça</i> . Tavarede.	178
Fig. 26	Local onde no final dos anos 30 funcionavam as aulas da escola noturna da SIT	178
Fig. 27	Local da SIT, por baixo da sala de espetáculos	178
Fig. 28	Livro de matrículas referente ao ano letivo de 1941-42	180
Fig. 29	Lista de alunos da escola	180
Fig. 30	Registo de presenças dos alunos às aulas	180
Fig. 31	Inquérito à Instrução no jornal <i>A Voz da Justiça</i>	189

CAPÍTULO III

Fig.1	Estatutos da Biblioteca Artística 10 de Junho	199
Fig. 2	Catálogo da Biblioteca Artística Figueirense	201
Fig. 3	Estatutos da Associação de Instrução Artística Figueirense	205
Fig. 4	Sociedade de Recreio Literário da Figueira da Foz. 1868	207
Fig. 5	Estatutos da Sociedade de Recreio Literário. 1871	208
Fig. 6	Assembleia Figueirense	210
Fig. 7	Estatutos da Associação de Instrução Popular	213
Fig. 8	Placa evocativa do Patrono da Biblioteca da SIT	214
Fig. 9	Vestígios do que terá sido o fundo documental da Biblioteca da SIT	215
Fig.10	Sala contígua à atual Biblioteca da SIT	215
Fig.11	Projeto da Associação «Caras Direitas». Buarcos	216

Fig. 12	Inauguração da Biblioteca em Quaios em 1932	218
Fig. 13	Verso da fotografia anterior	218
Fig. 15	Inauguração da Biblioteca Municipal	224

ÍNDICE DE QUADROS

CAP. I	Resultados das eleições de agosto de 1910	50
Quadro 1		
CAP. II	Distribuição dos alunos da Associação Comercial e Industrial da Figueira	148
Quadro 2	«Associação dos Caixeiros» pelas disciplinas	

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

I	Conferências no Centro Republicano José Falcão	I
II	Escolas Populares e Instituições Para-Maçónicas	II
III	Maçonaria Na Figueira (De Finais Do Séc. XIX a 1911)- Proteção a Causas	IV
IV	Conferências da Associação de Instrução Popular	VI
V	Conferências na Associação Artística Figueirense	IX
VI	Conferências na Associação «Dos Caixeiros» Figueirenses	X
VI	Conferências na Associação dos Carpinteiros Cívicos Figueirenses	XI
VII	Ofertas de Documentos à Biblioteca Municipal	XII

ANEXOS

I	Missões das Escolas Móveis	XV
II	Os Beneméritos da Instrução	XVI
III	Publicidade ao Método de João de Deus	XVII
IV	Carta de Amélia Brás à Escola da Associação de Instrução popular	XVIII
V	Discurso de Cristina Torres na Associação de Instrução Popular de festa de 8 de dezembro de 1910	XIX
VI	Questionário sobre o estado da instrução 1910 - Resposta da Associação de Instrução Popular	XX

INTRODUÇÃO

O republicanismo, à medida que passou, criou. [...] fez com que a realidade se confundisse com o sonho. Com ele, a vontade de futuro nasceu, turbulenta, é certo, mas com o desejo de fazer existir, fazer-se de outra maneira, fluindo à procura de um novo leito.
(Brás & Gonçalves, 2011, p. 9)

Portugal, nos finais do séc. XIX e início do séc. XX, mercê da influência cultural de matriz republicana, acaba por não ser alheio à preocupação com o desenvolvimento de condições que fizeram chegar a instrução a um maior número de pessoas, mesmo as de condição social mais humilde. É sabido que, nos séculos anteriores, a educação era de caráter elitista, só os *bem-nascidos* podiam aceder ao conhecimento. Apesar de existir um Decreto do Governo de 28 de setembro de 1844, que dividia o ensino primário em 1º e 2º grau e que obrigava os pais a enviar os seus filhos à escola dos 7 aos 15 anos, sob pena de instituir multas de natureza pecuniária, a realidade do país, mais de meio século volvido era, ainda, de um elevado analfabetismo e de uma enorme falta de escolas.

Assim, na mente de certos homens mais «iluminados» surge a ideia de que os princípios republicanos e democráticos seriam melhor compreendidos no seio de uma população com níveis de escolaridade mais elevados e esforçam-se por diminuir a cifra do elevado analfabetismo. A ideologia republicana denunciava o atraso cultural em que o país tinha mergulhado e que urgia combater a falta de instrução tendo em vista o progresso e a regeneração nacional. A educação e a cultura surgem como fatores determinantes na formação de cidadãos conscientes da sua posição na sociedade e assim, participativos na construção de um país novo, que rompesse com os atavismos do passado e lançasse o país rumo a uma marcha civilizacional semelhante a outros países europeus. O Republicanismo emergente e a Maçonaria criaram um sustentáculo ideológico para uma propaganda em prol da democratização, da instrução e da sua laicização.

Partimos para este trabalho com um gosto e uma motivação sobre os temas que se prendem com educação/ instrução, sobretudo de caráter popular. Interessa-nos a

democratização do ensino vertido na lei, mas que estava longe de ser uma realidade, assim como os esforços desenvolvidos por homens que se bateram pela alfabetização das populações que não reuniam condições económico-sociais para frequentar o ensino diurno. A curiosidade pela história contemporânea da cidade onde nascemos e vivemos aliou-se ao interesse sempre latente pelas questões da educação, meio no qual nos movemos e nos faz ir em busca do passado dos nossos avós, para tentar compreender o significado de cada escola, cada edifício, cada rua, cada nome vertido na toponímia, reportando-nos a uma época que nos pareceu extremamente produtiva, criativa e interventiva, sustentada por um húmus ideológico fervilhante republicano e maçónico.

A escolha deste tema deve-se, também, ao facto de termos noção do carinho desta comunidade pela ideologia republicana e de sentirmos ainda, na cidade onde vivemos, a pulsação de um grupo de notáveis figuras que se moveram pela difusão desse ideário, conseguindo, através da união e da associação conjugar esforços para levar a cabo os seus ideais mais queridos. Assim sendo, partimos para esta investigação com um otimismo redobrado, em busca de um passado próximo, que pertenceu aos nossos antepassados figueirenses que lançaram as «primeiras pedras» para o desenvolvimento cultural da sua urbe. A história local serve para despertar o interesse pelo passado desta comunidade, contendo sempre algo de pessoal, criando em nós a percepção de que cada associação teve um contributo relevante na construção de uma vivência coletiva, da qual somos herdeiros.

Problemática

Perante este quadro nacional, a problemática subjacente a este trabalho vai ter o enfoque no desenvolvimento do processo de democratização e laicização da instrução popular na Figueira da Foz, no início do séc. XX. Neste âmbito, formulámos as seguintes questões norteadoras decorrentes da problemática e que serviram de ponto de partida para o nosso trabalho: Será que também existiram nesta cidade escolas populares? Quem as frequentava? Quem eram os seus mecenas e dirigentes? Quem eram os seus professores? Que saberes eram ministrados nessas escolas? Que ligações tinham esses dirigentes/impulsionadores das escolas ao Partido Republicano e/ou à Maçonaria? Qual o impacto das realizações destas escolas nos jornais locais da época? Estariam estes dinamizadores das escolas também ligados à direção e/ou colaboração dos jornais locais e às Associações Populares e Recreativas? Existiam bibliotecas? Que leituras se faziam?

Propomo-nos, com esta dissertação, recuar à Figueira da Foz de início do séc. XX e sentir o pulsar do ideário republicano, a que se associou a Maçonaria e de como esse ideal sonhava com a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, cuja via seria o combate ao analfabetismo e quebra da influência do clero na educação. Neste clima de efervescência ideológica, muitos jornais foram os arautos desta boa nova. Os jornais

figueirenses da época, muito em especial os jornais republicanos: *A Voz da Justiça*, *A Redenção* e *Evolução*, foram incansáveis na propaganda do novo regime político que consideravam ser uma forma de redenção para a pátria: a tão sonhada República. Nos jornais fazia-se o debate político, em tom elevado, entre cavalheiros conscientes do seu papel cívico. São eles, que intervindo simultaneamente em vários setores culturais, económicos e ideológicos locais espelham a realidade que se vivia na cidade nas associações populares, nos centros republicanos, nas escolas populares, teatros e grupos musicais e mesmo no mundo secreto dos triângulos e lojas maçónicas que se moviam na retaguarda.

Objetivos

Pretende-se, com este projeto, contribuir para um conhecimento daquele que consideramos ser o nosso objetivo geral:

Compreender o impacto do ideário Republicano e Maçónico emergente na 1ª década do século XX na Figueira da Foz no surgimento de escolas e bibliotecas populares, com o intuito de instruir as classes populares e criar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres cívicos.

Neste sentido, propomo-nos cumprir os seguintes objetivos específicos:

a) Inventariar a emergência de novas escolas no interior das Associações Populares, à margem do ensino oficial, no início do séc. XX, na Figueira da Foz e freguesias envolventes; b) Explicar a dinamização de palestras/conferências de carácter instrutivo no interior das associações populares nas quais existiam escolas; c) Enquadrar o surgimento das primeiras bibliotecas/salas de leitura nas Associações Populares no movimento republicano de alfabetização das classes trabalhadoras; d) Relacionar grandes mecenas e beneméritos republicanos e maçons, que de forma altruísta se entregaram, a nível local, à causa da educação popular.

Metodologia

Quanto à metodologia utilizada, numa primeira fase foi feita uma revisão da literatura relativamente ao período que antecedeu a implantação da República, no país e especificamente na Figueira da Foz, na época a que se refere este estudo. À parte da bibliografia diversa que consultámos, centrámos a nossa pesquisa documental em monografias já disponíveis sobre este assunto ou temas afins, bem como em numerosos artigos científicos que se encontram disponíveis em suporte papel ou em linha. Procurámos ir ao encontro de um suporte teórico dos grandes mestres da atualidade em matéria de republicanismo, maçonaria, escolas, educação e democratização do ensino.

Ainda nesta fase heurística, o trabalho centrou-se no levantamento e pesquisa de jornais, brochuras, regulamentos, estatutos, almanaques da cidade, catálogos de

exposições referentes às associações/ instituições em estudo. Partimos, portanto, para uma pesquisa documental com vista à descoberta dos factos e fenómenos que nos inquietavam no início do nosso trabalho, recorrendo a um método analítico heurístico, com o objetivo de trazer à luz do dia verdades passíveis de reconstituir a problemática em causa. De igual modo, de acordo com as normas metodológicas esperadas para um trabalho de carácter científico, desenvolvemos um trabalho de interpretação hermenêutica conducente à tentativa de preencher hiatos, responder a dúvidas e aceitar ou refutar as hipóteses de trabalho que foram o nosso ponto de partida.

Tentámos sentir o pulsar da ideologia em alguns jornais locais da época. Detivemo-nos, igualmente, em trabalhos análogos referentes a outros pontos do país, sensivelmente relativos mesmo período.

O nosso trabalho irá, fundamentalmente, centrar-se na pesquisa em jornais locais, que foram publicados no período em análise. Tal como em todo o país, também floresceram na cidade da Figueira da Foz, na primeira década do séc. XX, uma série de publicações¹, que foram objeto de análise, mas centrámo-nos preferencialmente no jornal *A Voz da Justiça*, desde a sua fundação, em 1902, até dezembro de 1910. Também analisámos o jornal republicano *A Redenção* – 1909-1910 e o periódico maçónico *Evolução* – 1909-1910. Ao priorizar a abordagem do periódico, bissemanário, *A Voz da Justiça*, desde a sua génese, em 1902, até o final de 1910, tivemos a oportunidade de sentir o fervor dos dias imediatamente a seguir à implantação da República, e as eventuais ondas de choque dessa ação há muito esperada. Trata-se de um jornal cujos redatores, editores e articulistas eram republicanos convictos, maçons esclarecidos, vertendo nas suas páginas toda a ideologia latente, toda a sua crença no progresso, toda a sua fé na instrução, como meio de regeneração social e de afirmação da nossa pátria. Este jornal, ao longo dos nove anos analisados, faz nos seus editoriais e artigos de fundo uma exortação acérrima à instrução, sendo tema recorrente nas diversas páginas deste periódico.

Percorremos outros jornais coevos, em especial os jornais quinzenários *A Redenção* e *Evolução*, também Republicanos e o último, *Maçon*, tendo ambos tido um período de vida curta, entre 1909-1910. Contudo, a sua análise poderá confirmar ou preencher hiatos que nos pareceram relevantes para responder às questões que formulámos sobre esta problemática. A investigação com base nestes jornais locais, orientar-se-á com vista à concretização dos objetivos a que se propõe este trabalho.

¹ Das publicações por nós inventariadas, destacamos os jornais: *O Figueirense* (1863-2012); *A Correspondência da Figueira* (1876-1906); *A Gazeta da Figueira* (1887-1934); *A Voz da Justiça* (1902-1937); *Pela República* – (1903-1905); *O Povo* (1903-1904); *Revista da Figueira* (1903-1917); *O Povo Figueirense* (1904); *A razão* (1904); *A Praia da Figueira* (1908-1910); *A Redenção* (1909-1910); *Evolução* (1909-1910); *O Progresso da Figueira* (1910)

Preocupámo-nos em percorrer as ruas da Figueira da Foz em busca de vestígios de edifícios referidos nesta época, ou de associações que, hoje centenares, se mantêm ativas e muito dinâmicas. Tanto nas ruas, como no interior de edifícios, mas também no momento em que tivemos possibilidade de visitar os locais ou ter contacto com os documentos, sempre que nos autorizaram, captámos a sua imagem através da fotografia.

Estrutura da Dissertação

Quanto à parte textual esta dissertação encontra-se subdividida em três capítulos: o Capítulo I refere-se ao enquadramento histórico; o Capítulo II faz a apresentação das escolas populares existentes na cidade da Figueira da Foz, assim como o seu funcionamento e as conferências que algumas destas associações dinamizavam para a instrução do povo e o Capítulo III que diz respeito às bibliotecas populares e salas de leitura que emergiram na cidade e nas freguesias limítrofes. De um modo transversal aos capítulos da dissertação encontram-se referidos os respetivos mecenas/beneméritos da educação popular, relacionando-os com o partido republicano ou com o movimento maçónico local.

Este projeto de investigação pretende, portanto, «fazer luz» e sistematizar o impacto das Associações Recreativas, nas quais foram incorporadas escolas e bibliotecas populares, na cidade da Figueira da Foz no início do século XX e de como isso marcou de forma indelével a vida desta comunidade. Constatámos que para a cidade da Figueira da Foz, existe alguma literatura que aborda a questão das Associações Recreativas de *per si*, o funcionamento das escolas oficiais, assim como o movimento Republicano e Maçónico. Porém, a questão da instrução popular revestindo a forma de escolas, conferências e bibliotecas/salas de leitura populares, no nosso entender, ainda não tinha tido a atenção que merecia, em termos de investigação científica no âmbito da História da Ideologia e das Instituições Educativas. Assim, pretendemos com este trabalho fazer um cruzamento da ação das instituições, com a ideologia republicana e maçónica, os seus agentes e o impacto causado junto das populações abrangidas por este movimento.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1.Contexto político e social do período de 1900-1910

1.1.Situação político-social no país

Portugal no início do séc. XX convivia, há oito séculos, com o sistema monárquico. Este regime teve, ao longo do seu percurso, momentos de glória, mas também, de contestação e rutura. No final do séc. XIX e início do séc. XX no nosso país, em especial nos meios intelectuais, numa franja da pequena burguesia, classe média e operariado mais esclarecido, crescia o número dos que criticavam o desnorte do governo monárquico e clamavam por uma democratização do país. O Partido Republicano Português foi fundado em 1876 por um grupo de cidadãos descontentes com o regime constitucional, e entusiasmados com os recentes triunfos republicanos em Espanha² e França³.

Se recuarmos algumas décadas, em busca da emergência deste movimento republicano em Portugal constatamos que este se deveu ao impacto da conjuntura política e social internacional. Esses momentos, nos quais se inclui a eclosão da Revolução Francesa, em 1789, as Invasões francesas ao nosso país com início em 1807, o ultrajante *Ultimatum* Inglês em 1890 e as movimentações da Maçonaria e da Carbonária, irão constituir sustentáculos ao ideário republicano, que vai chamando a si as massas descontentes do nosso país. Os democratas portugueses foram «beber» aos ideais iluministas herdados da Revolução Francesa que foram trazidos para o nosso país através do movimento dos militares a soldo de Napoleão Bonaparte, aquando das Invasões Francesas, valores que hão de nortear a sua ação: Liberdade, Igualdade e Fraternidade,

A incúria da monarquia portuguesa, o abandono do país à mão de estrangeiros, o forte atraso económico a que esteve votado, por «orfandade de rei», que permanecia no Brasil, fazia germinar nas mentes mais liberais um fim para esse regime, que teimava em manter o país atrasado e as suas gentes analfabetas. Neste contexto emergem figuras, que na senda do Liberalismo, que atraem a si essa massa de descontentes e prometem um futuro diferente, a caminho do progresso, da igualdade e da soberania popular. Um dos arautos desta boa-nova foi o Figueirense, Manuel Fernandes Tomás⁴, juiz Figueirense, que

² República instaurada em 1873, mas que cairia no ano de 1976.

³ Regresso da República em 1870 – III República Francesa.

⁴ Manuel Fernandes Thomaz (1771- 1822), jurisconsulto, figura principal do liberalismo vintista e fundador do Sinédrio.

residindo no Porto foi fundador do Sinédrio⁵, batendo-se contra os atavismos da monarquia absoluta. A vitória deste grupo haveria de acontecer em 24 de Agosto de 1820, fazendo nascer uma nova era política, com a emergência de uma monarquia constitucional, que publicou em 1822 uma constituição que consagrava a liberdade individual e a separação dos poderes políticos. A vitória do liberalismo só seria uma realidade a partir de 1834, pela Convenção de Évora Monte. Seguem-se governos como o Setembrismo, o Cabralismo, a Regeneração, todas promessas mais ou menos goradas de um crescimento económico e de «um acerto do passo com a Europa». O descontentamento prosseguia, nas mentes dos populares, que sentiam na pele as dificuldades em que o país estava mergulhado e na cabeça de alguns intelectuais que ansiavam uma reestruturação do país a vários níveis, desde o político, ao económico, ao social e ao cultural. É neste ambiente, que nos meios mais esclarecidos, devido a ecos que nos chegavam da Europa e do Mundo, que em 1876, certas figuras da Maçonaria Portuguesa, como Latino Coelho, Elias Garcia, Oliveira Marreca e Consiglieri Pedroso fundam o Partido Republicano Português que visava, essencialmente, acabar com o rotativismo dos partidos monárquicos: Progressistas e Regeneradores. Nos anos seguintes, os republicanos conseguiram abrir alguns centros nos grandes núcleos urbanos: Lisboa, Porto e Coimbra. Este partido ainda não tinha uma organização bem estruturada, nem tinha definido, concretamente, o seu programa. O partido oportunamente começa a comemorar momentos altos da nossa história, efemérides, tornados atos cívicos e momentos de propaganda republicana, que desacreditavam o regime instituído. Logo em 1880, pela ocasião da comemoração do tricentenário de Camões, os Republicanos saíram à rua, deram aso à sua capacidade de retórica em defesa das suas bandeiras: a democracia, o anticlericalismo, a liberdade, o que logrou que aumentassem, por essa altura, o número de apoiantes à causa.

O *Ultimatum* Inglês, de 1890, faz surgir a imagem do governo Inglês como carrasco de Portugal, ao obrigar à retirada imediata das tropas portuguesas dos territórios entre Angola e Moçambique. Tal ato foi encarado pelos opositores ao regime, como um ultraje, que se revelou num abalo profundo na popularidade da monarquia, criando condições para que no dia 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto, os republicanos levassem a cabo um ato revolucionário, com o objetivo de derrube do regime vigente. Tal ato, não tendo sido bem-sucedido, fez com que a monarquia cerrasse fileiras, cada vez mais apertadas. Segundo Brandão & Fidalgo (2010), a propaganda republicana intensificou-se a partir de 1905, sendo nessa data que começam a estabelecer-se contactos sistemáticos entre a

⁵ O Sinédrio foi uma associação secreta, para-maçónica, fundada no Porto em Janeiro de 1818, que interveio na organização da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820. Dos fundadores, todos maçons, destacou-se a figura de Manuel Fernandes Tomás.

Maçonaria, o Partido Republicano e a própria Carbonária, reforçando-se a aproximação entre Luz de Almeida⁶ e Afonso Costa⁷.

Na sua ascensão, o republicanismo recrutou adeptos em todas as classes da sociedade liberal, entre todos os que se preocuparem com a «regeneração da pátria». O Partido Republicano apostou em criar uma rede de organização partidária, em todo o país com comissões políticas paroquiais, municipais e distritais. Foi, desse modo, o primeiro partido moderno em Portugal. Neste âmbito, destacam-se personalidades republicanas que irão desenvolver uma intensa propaganda por todo o país, entre elas contam-se Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho, José Relvas, João Chagas, Miguel Bombarda, Cândido Reis, Bernardino Machado. Muitos destes líderes republicanos visitaram a cidade da Figueira da Foz, sendo recebidos com todo o entusiasmo, criando momentos de propaganda inolvidáveis.

A propaganda republicana e os erros sistemáticos do próprio rei levaram a que se fossem criando condições para a implantação da República. A chamada para o governo de João Franco em 1907, fez mergulhar o país numa ditadura, gerando uma onda de contestação que haveria de culminar com o regicídio a 1 de fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço em Lisboa, no qual o rei e o príncipe herdeiro foram mortos a tiro por dois civis: Manuel Buiça e Alfredo Costa dando cumprimento a um plano urdido pela Carbonária.

A partir de 1907 a Carbonária começa a diligenciar e conspirar com o intuito de se infiltrar e influenciar o Partido Republicano e a Maçonaria, com o objetivo de implantar no país a República. Por essa altura passa a haver uma convergência de interesses entre os republicanos, maçons e carbonários, sendo que alguns republicanos eram simultaneamente maçons ou carbonários. A desorientação da monarquia ia permitindo ao movimento republicano ganhar força e aumentar o seu número de adeptos. De acordo com Brandão & Fidalgo (2010) D. Manuel II herdou um país com uma população total que não chegava aos seis milhões de habitantes, pobre, rural, analfabeto⁸ e politicamente tenso. “O rotativismo entre progressistas e regeneradores, e mesmo as soluções de compromisso, não revitalizam o sistema monárquico-constitucional [...]”. (Brandão & Fidalgo, 2010, p. 95). É de notar que a partir daqui começou a haver uma influência do Partido Republicano, fundamentalmente nos meios urbanos, que começava a crescer paulatinamente e de modo consistente. É, efetivamente, nas cidades que este partido irá buscar a sua base social de apoio, constituída essencialmente entre a classe média⁹.

⁶ Alto dirigente da Carbonária.

⁷ Alto dirigente do partido Republicano.

⁸ Trata-se de um analfabetismo generalizado, em que a percentagem dos portugueses que sabem ler e escrever, em referência à população total, não ultrapassava os 25 por cento.

⁹ A classe média portuguesa era composta por pequenos burgueses ocupados no comércio e na indústria, membros das profissões liberais, pequeno e médio funcionalismo público, baixas e médias patentes do exército e

A propaganda republicana¹⁰ intensificou-se nos jornais e em numerosas publicações periódicas e panfletárias, as conferências, os centros republicanos, as escolas serviam para perpassar os seus ideais mais caros: o combate ao analfabetismo, a instrução/educação popular, o anticlericalismo, a democracia. Deste contexto, nos esclarece Brandão & Fidalgo:

“A preparação do país e dos republicanos para a Revolução de 5 de Outubro de 1910 foi um processo longo e demorado, e muitos fatores contribuíram para isso, desde o elevado nível do analfabetismo do país às diferentes facções dentro do dito republicanismo português, além de qual a matriz cultural típica do português do início do século, leva à necessidade de um processo educacional do próprio país por parte das elites republicanas para a mudança do regime. Este processo teve a ajuda da própria Monarquia, que cometia erros uns atrás dos outros [...]”. (Brandão & Fidalgo, 2010, p. 89-90).

No Congresso Republicano de Setúbal, de 24 e 25 de Abril de 1909, o Partido Republicano Português votou o derrube da monarquia e que este se deveria fazer pelo uso da força. Inicia-se, desde logo, uma preparação do confronto na capital, que haveria de pôr fim a um regime obsoleto, despesista e que mantinha o país numa situação de atraso em relação à Europa. Essa missão irá ser liderada por um grupo composto por militares republicanos, membros da Maçonaria¹¹ e da Carbonária¹², assim como anarquistas, republicanos, socialistas e personalidades de proa como o Almirante Cândido do Reis, António José de Almeida, Afonso Costa, José Relvas, João Chagas, Miguel Bombarda e o líder da Carbonária, Luz de Almeida. O risco desta ação sair gorada, precipitou os acontecimentos, que puseram em marcha a revolução, logo, a 3 de outubro de 1910. Às primeiras horas, a morte do Dr. Miguel Bombarda, às mãos de um doente mental e do Vice-Almirante Cândido dos Reis, baleado numa rua de Lisboa, fez com que estas personalidades ficassem para a história como mártires republicanos que lutaram por esta causa nacional, tendo as suas figuras ascendido ao panteão de heróis nacionais.

A República haveria de triunfar no dia 5 de outubro de 1910, sendo o primeiro governo constituído por figuras que, há longos anos, não se negaram a esforços no sentido

da Marinha, estudantes universitários e pequenos e médios proprietários. Havia uma classe média, de nível mais elevado constituída por membros de profissões liberais, no médio funcionalismo público, na oficialidade militar e naval e no professorado, bem com o comerciantes e industriais médios. A estes cabia papel dirigente de conduzir as massas populares.

¹⁰ Sobre esta temática consulte-se:

Gonçalves, M. N. (2007). *O ideário educativo republicano Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878-1910)*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada na Universidade de Évora e orientada pelo Professor Doutor Casimiro Amado e co orientada pela Professora Doutora Áurea Adão.

¹¹ No que diz respeito à Maçonaria Portuguesa, referimo-nos à obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido, que tinha como grão-mestre, desde 1907, Sebastião de Magalhães Lima. Aos membros da maçonaria era exigido que possuíssem meios de fortuna pessoal que lhe permitisse assegurar a sua subsistência e o pagamento das quotas da obediência. Como Portugal era um país maioritariamente analfabeto, o acesso à maçonaria estava vedado à grande parte da população.

¹² Em relação à Carbonária Portuguesa, esta nasce em 1897, devido à ação de Luz d'Almeida, sendo considerada «o parente pobre» da Maçonaria, uma vez que era composta por elementos das classes trabalhadoras.

de propagandear o novo regime pelo nosso país¹³. O governo provisório foi constituído por oito personalidades¹⁴, sendo que seis delas eram maçons¹⁵.

Os jornais nacionais republicanos rejubilaram com a boa nova. Depositando uma série de esperanças acalentadas ao longo de anos de intensa propaganda, esgrimindo argumentos com os opositores. Toda a utopia vertida nas suas páginas e os anseios impregnados de idealismo atingiam a alma popular e jorravam em catadupa nas linhas da imprensa simpatizante com o novo regime¹⁶.

1.2. Situação político-social na Figueira da Foz

Em 1900 o concelho da Figueira da Foz tinha um total de 43032 habitantes, sendo que 6221 viviam na freguesia de S. Julião, 4716 na freguesia de Buarcos e os restantes nas demais freguesias.

A Figueira da Foz, no período de Monarquia Constitucional, mais propriamente, a partir da 2ª metade do séc. XIX, foi marcada por uma alternância de poderes, entre Regeneradores e Progressistas. Ramalho Ortigão, visita recorrente da cidade, fez referência em *As Farpas* (1887) que os habitantes da Figueira eram todos em política, ou regeneradores ou progressistas. Na cidade, as elites mais esclarecidas repartiam-se em locais de tertúlia e convívio diferentes, existiam pontos de encontro para uns e para outros. Os estabelecimentos comerciais eram locais de eleição para reuniões de cariz político. Esta «bipolaridade» e rivalidades entre os dois grupos políticos acabaram por se revelar um motor de progresso para a Figueira da Foz, à qual se veio juntar a ânsia de visibilidade dum grupo republicano emergente. O Partido Republicano na Figueira da Foz nasceu com base numa insatisfação face aos partidos tradicionais, com programas vagos e realizações escassas, numa situação de marasmo político que desiludia a maioria da população mais esclarecida e politizada.

A partir da década de 70 do séc. XIX (cerca de 1878/79) a Figueira da Foz vê nascer os princípios democráticos, na sua população. A adesão a esses ideais levou à criação de associações e centros de filiação republicana. Logo em 1878, dois anos depois da fundação do Partido Republicano em Portugal, inaugurou-se em Vila Verde a Sociedade Democrática Republicana e, no ano seguinte, é criado na Figueira da Foz, o Centro

¹³ Desenvolvendo uma intensa propaganda na Figueira da Foz, como veremos adiante.

¹⁴ Teófilo Braga, como Presidente; António José de Almeida, com o Ministério do Interior; Afonso Costa, Ministro da Justiça; Bernardino Machado, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Basílio Teles no Ministério da Fazenda, António Luís Gomes nas Obras Públicas, Coronel Xavier Barreto no Ministério da Guerra e o Capitão do Mar e Guerra, Azevedo Gomes na Marinha.

¹⁵ Aqueles que se encontravam vinculados à Maçonaria eram os seguintes: António José de Almeida, Afonso Costa, Bernardino Machado, Manuel Brito Camacho, António Correia Barreto e José Relvas.

¹⁶ O jornal figueirense *A Voz da Justiça* será disto um exemplo.

Republicano Fernandes Tomás; e o Clube Republicano Arriaga, que formou a primeira Comissão Municipal Republicana no ano de 1892.

Outras organizações republicanas foram florescendo ao longo destes anos na Figueira, ao ritmo de novas adesões e ao sabor da abertura dos tempos. Neste contexto, nasce o Centro Republicano José Falcão, em 1904 e o Centro da Juventude Republicana Doutor Bernardino Machado em 1909, entre outros. Por essa altura a ideologia republicana há muito se havia instalado na cidade.

O Centro Eleitoral Republicano Dr. José Falcão da Figueira da Foz seguiu-se aos anteriores e foi inaugurado no dia 31 de janeiro de 1904, numa data escolhida criteriosamente, uma vez que nela tinha ocorrido a primeira tentativa de implantação republicana, 13 anos antes, na cidade do Porto:



Figura 1- Republicanos Figueirenses do início do séc. XX. (Disponível em <http://bit.ly/WiLjnj>)

“A comemoração do 31 de Janeiro na Figueira, no “Centro Eleitoral José Falcão”, há pouco fundado, teve naquele dia a sua inauguração numa casa modesta na rua das Mercês, ao Valle. A sessão inaugural foi feita por Gustaf Bergstrom¹⁷, um dos cidadãos que mais trabalhou para a organização do centro. Bergstrom foi um democrata convicto, e um jornalista que sempre escreveu em prol do ideal republicano”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 128, 4 de fevereiro 1904, p. 1).

O Centro Eleitoral Republicano Dr. José Falcão tinha como objetivo principal desenvolver as ideias democráticas e fazer a propaganda dos ideais republicanos por todos os meios considerados legais. Neste âmbito, a partir de finais de março de 1904, este Centro anuncia numerosas conferências, com ilustres convidados, por forma a dar corpo a uma intensa propaganda republicana. Com a organização deste centro estava garantida a propaganda do partido republicano ao nível local. As suas conferências iniciam-se nos finais de março de 1904, em locais diversos do concelho, sendo que a primeira aconteceu, por essa altura, nas Alhadas, tendo como conferencista o académico da Universidade de Coimbra¹⁸, Leite Júnior e poucos dias depois, no *Theatro Chalet* realizou-se outra, tendo como conferencista um outro universitário de Coimbra, Fausto Quadros, quintanista de Direito¹⁹. As conferências foram um modo de propaganda muito utilizado, por este, e outros, centros republicanos. No final de janeiro de 1905, este centro de propaganda democrática

¹⁷ A. G. Bergstrom foi o primeiro proprietário do Jornal *A Voz da Justiça*.

¹⁸ A proximidade da cidade em relação à academia Coimbrã fazia chegar à cidade os ventos de mudança em termos ideológicos, tanto com a vinda de estudantes conferencistas à cidade, como a frequência desta universidade por alguns jovens figueirenses.

¹⁹ Foi muito recorrente este convite a estudantes universitários de Coimbra para proferirem conferências democráticas na Figueira da Foz, a convite do Centro Republicano José Falcão. Também outros Centros e muitas associações utilizaram a mesma estratégia, mercê da proximidade da Figueira da Foz à Academia Coimbrã.

acabou por se instalar na Rua do Paço, nº 35. A 31 de janeiro desse ano realizou-se uma sessão para a comemoração desta data histórica, na qual foram eleitos os corpos gerentes deste emergente Centro Republicano.²⁰ Havia a intenção, a partir dessa altura, de abrir a sede todas as noites a fim de que os seus associados²¹ tivessem acesso à informação de livros e jornais. A 30 abril de 1905, era anunciado em *A Voz da Justiça* que a sede do Centro era no 1º andar do prédio nº 8 do Largo do Carvão e que as reuniões ordinárias se iriam realizar, dali em diante, de quinze em quinze dias, às terças-feiras. A 12 de abril de 1906, *A Voz da Justiça* dava conta, nas suas páginas, da propaganda republicana levada a cabo por essa altura numa conferência de Carlos Amaro, denotando-se nela uma mensagem verdadeiramente democrática. Deste modo transcrevemos as frases que encorajavam e incentivavam o povo da Figueira ao combate:

“ [...] Não desanimem na Figueira os que trabalham pelo mesmo ideal e saibam elevar bem alto o prestígio da Republica. Saibam todos cumprir o seu dever – e ela não faltará. A pátria será redimida, mas com a transformação do atual régimen pelo republicano. Trabalhe o Centro José Falcão pela propaganda da ideia nova, conseguem-se todos os elementos que aqui possam engrandecer o partido, e a opinião aplaudirá a obra d’esse núcleo de prestantes, cidadãos que tão nobremente defende os sublimes princípios da Liberdade, da Igualdade [sic] e da Fraternidade. [...] ”. (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 355, 12 de abril de 1906, p. 2)

Em 1906, este centro de propaganda, contava na sua direção com nomes bem conhecidos da cidade, tanto nos meios republicanos, como em associações afins: José da Silva Fonseca, Joaquim da Silva e Sousa Júnior, Joaquim Augusto Guedes, José Nunes da Silva e apelava à inscrição de todos os bons patriotas locais, com o objetivo tornar realidade o novo regime no país.

A propaganda republicana continuou intensa ao longo desse ano, chamando à Figueira da Foz grandes figuras do meio republicano nacional. A 23 de novembro de 1906, o mesmo jornal noticia uma nova mudança de sede, desta vez, para a Rua de S. Julião. No dia 1 de dezembro desse ano previa-se uma sessão solene na qual fossem inaugurados os retratos de 4 deputados republicanos²², contando com a presença de Bernardino Machado, Fernandes Costa e Ângelo da Fonseca.

Este Centro Republicano, em 1908, ambicionava trazer à cidade grandes nomes de republicanos nacionais, entre eles, do paladino republicano, Manuel de Arriaga. À parte de Bernardino Machado, que deu uma conferência neste centro em fins de maio de 1905 e a 31 de janeiro de 1909, o mesmo centro republicano teve a honra de contar com a presença de Magalhães Lima, e os outros nomes que se integraram nesta «onda» de propaganda

²⁰ Da direção deste Centro constavam nomes como Adriano Dias Barata Salgueiro, Joaquim José da Silva Fonseca, Joaquim Gaspar Martins e Joaquim da Silva e Sousa Júnior.

²¹ A quota mínima paga por cada associado era de 50 reis mensais.

²² António José d’Almeida, Afonso Costa, João de Meneses e Alexandre Braga.

democrática. Alguns dos conferencistas deste centro foram, também, personalidades republicanas da cidade da Figueira da Foz e de Coimbra.²³ Vão sendo nomes recorrentes, ano após ano em cargos de direção do Centro José Falcão, figuras como: José da Silva Fonseca, Cerqueira da Rocha, Adriano Dias Barata Salgueiro, Joaquim da Silva e Sousa Júnior, Joaquim da Silva Cortesão. E como sócio honorário deste centro, irá ser nomeado nos finais de janeiro de 1908, o Dr. António José de Almeida.

O Partido Republicano da Figueira trabalhava dedicadamente pela propaganda do seu ideal. O povo da Figueira correspondia de forma entusiástica à chegada destes representantes republicanos, com manifestações de carinho, e marcando presença em eventos preparados para difundir o seu ideal e condenar, o que consideravam ser, o mau governo monárquico.

Este centro volta a mudar de sede em janeiro de 1909, para um edifício da Praça Nova, onde em tempos funcionou a Câmara Municipal. Em maio desse ano os cidadãos inscritos no partido republicano da cidade foram chamados a estar presentes no Centro José Falcão a 15 de maio de 1909 a fim de se eleger o delegado ao Congresso do Partido Republicano que se ia realizar em Setúbal nos dias 23, 24 e 25 desse mês. Esta era a prova de que o movimento republicano figueirense se encontrava ao mais alto nível e perfeitamente integrado no contexto nacional.



Figura 2 – Estandarte do Centro Republicano José Falcão em seda pintada. Espólio do Museu Municipal da Fig. da Foz. (Arquivo pessoal).

Seguindo o propósito de que «instruir o povo é a missão mais patriótica dos republicanos», leva este centro a partir de dezembro de 1910, a abrir cursos de leitura e escrita na sua sede, com base na ação benemerente de uma figueirense, Celestina Ribeira do Couto, que se ofereceu para dar essas aulas gratuitamente, em regime de curso noturno. Por essa altura o curso arrancou com a inscrição de 30 alunos de ambos os sexos, iniciativa esta que se vinha juntar a outras experiências da criação de escolas populares que emergiram nesta década em várias associações e entidades particulares figueirenses.

Este centro republicano, em 1910 tinha um elevado número de associados, na sua maioria comerciantes, ligados a uma facção mais moderada dos republicanos locais. O

²³ Veja-se **Apêndice I**, onde se encontram elencadas as Conferências do Centro Republicano José Falcão de março de 1904 a agosto de 1910. (Cf. p. I)

panorama republicano figueirense não denotava, a coesão esperada. Surgiram outros Centros Republicanos na cidade da Figueira da Foz, na primeira década do séc. XX, o que demonstra uma dinâmica bastante grande neste meio em termos ideológicos e cívicos. As cisões ideológicas locais, no seio do movimento republicano eram frequentes, o que fazia abrir ou encerrar centros republicanos ao sabor dos apoios concedidos. Neste contexto, no ano de 1908, o Grupo da Juventude Republicana Dr. Bernardino Machado, começa a organizar-se, vindo à luz do dia, clamar por adesões através de uma circular, que diz:

“Cidadãos: - Os abaixo assinados, cônscios de que praticam um dever cívico, e impulsionados pelo desejo de contribuir, para que no mais curto espaço de tempo seja implantado o regímen republicano na nossa querida pátria, tendo reconhecido em vós os mesmos sentimentos, ousam pedir a vossa valiosa adesão, para que seja creada na Figueira uma agremiação da juventude republicana”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 627, 24 de novembro de 1908, p. 1)

Os membros deste centro referiam que esta sede servirá para o convívio dos seus associados, realizar conferências e outros meios de instrução e de propaganda republicana²⁴. A 12 de janeiro de 1909, *A Voz da Justiça* informava que se tinha procedido à eleição dos seus corpos gerentes, sendo Presidente da Assembleia Geral, o jovem Tavadense, José da Silva Ribeiro²⁵, tipógrafo do jornal *A Voz da Justiça*. Este grupo irá ter a mesma ação propagandística do Centro José Falcão, tendo como base a organização de uma série de conferências de pendor democrático, que culminaram com a vinda à Figueira da Foz de dois grandes vultos do republicanismo nacional, João Chagas²⁶ e José Relvas²⁷. A primeira conferência ocorreu no mês de Junho de 1909 no Teatro Príncipe, tendo causado um entusiasmo «febril» entre os populares. No meio deste contentamento, foram cometidos excessos que se saldaram pela prisão de dois indivíduos que davam vivas à República. João Chagas e José Relvas visitaram ainda o Museu e o Casino, levando da terra as melhores impressões. Esta foi considerada a maior manifestação republicana ocorrida no tempo da monarquia, na cidade da Figueira da Foz. No dia 31 de janeiro de 1910, este centro comemorou o seu primeiro aniversário numa sessão solene na qual são inaugurados os retratos de Manuel Gomes Cruz e Joaquim da Silva e Sousa Júnior, eminentes republicanos figueirenses. Nesse evento discursaram os académicos de Coimbra José Cardoso, Francisco Vítor Duarte e Júlio Gonçalves, que foram muito aplaudidos nas suas

²⁴ A quota mensal dos seus associados era de 50 reis mensais e da comissão instaladora faziam parte António Maria Pascoal, Aníbal Cruz, Gonçalo Dias Lobo e José da Silva e Sousa.

²⁵ José da Silva Ribeiro nasceu em Tavadere, Figueira da Foz, a 18 de novembro de 1894 e faleceu a 19 de setembro de 1986. Filho de Gentil Ribeiro, 1º Editor do jornal *A Voz da Justiça*. No ano de 1906, aos doze anos, depois de ter passado o exame do segundo grau trocou a rude vida de cavador de enxada pela de aprendiz de tipógrafo, na Figueira, na Tipografia Popular, onde se fazia o jornal *A Voz da Justiça*, do amigo do seu pai, Manuel Jorge Cruz, enquanto prosseguia os estudos nos cursos noturnos José da Silva Ribeiro começou muito cedo a colaborar na imprensa local.

²⁶ João Chagas era apresentado na imprensa figueirense como Jornalista, uma das grandes intelectualidades do país. Jornalista revolucionário e devotado quase exclusivamente dedicada à causa da República.

²⁷ José Relvas era ilustre membro do Diretório do Partido Republicano Português.

palavras de incentivo à luta pelo «rejuvenescimento da pátria». O presidente deste grupo, José da Silva Ribeiro, incentivou os presentes a defenderem Portugal e a acompanharem o partido. Já nessa altura, sendo este ainda um jovem de 16 anos encenou nesse Grupo Republicano uma peça de Teatro denominada «Veterano da Liberdade» que foi representada na Filarmónica Figueirense.

O fervor republicano e democrático que se denotava na cidade da Figueira da Foz começa a transbordar para as freguesias limítrofes do concelho. Como tal em meados do ano de 1908 é anunciada a criação de um novo Centro Republicano, desta vez em Quiaios, ao qual se irá dar o nome de Centro Republicano de António José de Almeida.

“A comissão paroquial de Quiaios, auxiliada pelo nosso correlegionario José da Luz, dedicado membro da comissão municipal republicana, está empenhada pela fundação de um centro n’aquela localidade, patrocinado pelo ilustre chefe sr. dr. Antonio José d’Almeida, e que deve manter uma escola e uma biblioteca para as classes populares”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 577, *A Voz da Justiça*, 2 de junho de 1908, p. 2)

Este centro republicano iria, na generalidade, continuar o trabalho que os centros, sediados na Figueira da Foz, se encontravam a realizar. Dinamizar conferências e criar escolas entendidas como um poderoso elemento do progresso, chamando a si o desenvolvimento da instrução e da educação. Parafraseando o eminente poeta Guerra Junqueiro, estes republicanos faziam jus à máxima de que «Abrir escolas é fechar cadeias». Neste âmbito, foi criado, neste centro uma aula pelo método João de Deus e um gabinete de leitura, enriquecido por uma biblioteca. O objetivo passava por tentar reduzir a nossa vergonhosa cifra de analfabetismo que rondava os 78%, que era um sintoma e uma consequência da nossa fraqueza enquanto nação, não contribuindo para a valorização e respeitabilidade da imagem do país fora de fronteiras.

A inauguração deste centro²⁸ revestiu uma grande solenidade e contou com a presença dos ilustres correligionários, Dr. Bernardino Machado, Dr. José de Almeida e Afonso Costa, grandes vultos da democracia. O cortejo de gentes foi acompanhado pela filarmónica que tocava acordes de *A Portuguesa*.

Previo-se que a partir de 10 de outubro de 1908, este centro passasse a dinamizar conferências. Assim a 1ª conferência foi proferida pelo Dr. Afonso Henriques, e intitulava-se - As nossas Mulheres. No final de fevereiro de 1909, volta a ser noticiada uma preleção pelo Dr. José Gomes Cruz, sobre Educação Cívica.

²⁸ A Direção deste centro republicano em Quiaios contava com os seguintes cidadãos: Presidente, o Dr. Afonso Henriques; Vice-Presidente, Albano Sousa; Secretário, Manuel da Costa Maia e Tesoureiro, Tomaz Custodio Nogueira.

No final de março de 1910, reuniu-se na sede deste Centro Escolar a comissão republicana desta povoação, tendo deliberado proceder à construção de um edifício próprio para nele instalar o teatro e as aulas.

Outros Centros Republicanos surgiram na primeira década do séc. XX na Figueira da Foz. Por meados de novembro de 1908, a imprensa local fala de um centro republicano cujo patrono seria Manuel de Arriaga, ilustre republicano, que um grupo de jovens democratas, composto por António Maria Pascoal, Gonçalo Dias de Sousa, José da Silva e Sousa e Aníbal Cruz tinham intenção de fundar nesta cidade. *A Voz da Justiça* de 20 de novembro de 1908 saudava esta iniciativa, como aliás saudava todas as iniciativas do género que despontavam na cidade.

A 8 de maio de 1910, inaugurava-se um novo Centro Republicano em Brenha, dedicado a outro correligionário de grande enlevo a nível nacional: Magalhães de Lima. Da Figueira da Foz partiu um carro com todos aqueles que se quiseram associar a este evento, sendo que as inscrições se fizeram previamente na Tabacaria Pessoa.

Por fim, já no rescaldo da revolução republicana vitoriosa de 5 de outubro de 1910, será anunciada a inauguração de um novo centro republicano na cidade da Figueira da Foz, ao qual foi dado o nome do malogrado herói da República, Cândido dos Reis²⁹. Na verdade uma facção mais radical e anticlerical integrava o Centro Republicano Cândido dos Reis, ligado de raiz à Loja Maçónica Fernandes Tomás, cuja missão se prendia, como os demais centros, com o desenvolvimento de uma ativa atividade política, mas passou também, pela criação de uma escola das primeiras letras. Este centro propunha-se fazer política de consolidação do regime, propaganda de educação cívica, e pretendia dar ao governo todo o apoio que fosse necessário ao nível concelhio com o objetivo de contribuir para o êxito da revolução republicana, tão sonhada pelos republicanos e democratas locais. Da comissão organizadora faziam parte nomes como; Manuel Gaspar de Lemos, Dr. José Gomes Cruz, e Joaquim Augusto Guedes. Este grupo estava ciente que não se vivia uma época fácil, que havia que continuar a trabalhar para a consolidação do novo regime e que devia haver muita cautela com os indivíduos que nunca tinham lutado pela República e começavam, naquele momento a filiar-se no partido, ou a aproximar-se dele, para retirar proveito dessa situação³⁰. Como tal acreditavam que:

²⁹ Carlos Cândido dos Reis, conhecido na época e historicamente como Almirante Reis [Lisboa, 16 de Janeiro de 1852 - Lisboa, 4 de Outubro de 1910] foi um militar, conspirador e carbonário português que programou o golpe republicano de 5 de outubro de 1910, havendo de sucumbir no dia anterior à vitória republicana. Temendo que o golpe falhasse, os conspiradores decidiram fugir. Cândido dos Reis desapareceu nas ruas da cidade de Lisboa. Horas depois foi encontrado morto na zona de Arroios. Tinha-se suicidado.

³⁰ Veja-se o artigo de *A Voz da Justiça* de 11 de novembro de 1910, da autoria de Humberto Beirão, de Arazede, que escreve uma mensagem de cautela para os verdadeiros republicanos, com o título “São ... porque já o eram”.

“A situação política creada no paiz pelo advento de novas instituições impõem mais do que nunca aos verdadeiros democratas a expansão da sua propaganda e uma forte organização partidária. A Republica está implantada, mas todos, cada qual na esfera da sua ação, precisamos trabalhar sem desanimo para a consolidar e para esmagar o caciquismo que ainda pretenda antolhar-nos o caminho que queremos seguir servindo a liberdade, regenerando e moralizando os costumes, formando cidadãos”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 827, 28 de outubro de 1910, p. 1)

Na verdade, a missão republicana, sendo ambiciosa, tinha ainda muito caminho para percorrer no sentido de democratizar o povo do concelho. Em simultâneo, este centro pretendia ser um apoio local ao novo governo implantado.

No dia 6 de novembro de 1910, reuniram-se, na Associação de Instrução Popular, os fundadores deste centro dos quais saíram eleitos os seus membros dirigentes³¹. Ficou estipulada nessa reunião, que se deveria fazer a inauguração do centro, para a qual seriam convidados os centros e todas as comissões republicanas constituídas no concelho. Como objetivo principal previa-se a propaganda direcionada para as freguesias rurais, subordinando-se aos ditames da Comissão Municipal Republicana³².

1.2.1. A influência da Maçonaria na Figueira da Foz

Até 1897 não havia na Figueira da Foz qualquer oficina maçónica. Ficou a dever-se aos insígnies figueirenses, Joaquim da Silva Cortesão [Médico] e Manuel Gomes da Cruz [Advogado] o movimento que originaria a criação de um núcleo maçónico na cidade. Seria então a *Loja Preseverança [sic]* de Coimbra, representada por Manuel António da Costa, a responsável pela instalação de um triângulo na Figueira, com o nº 2, a 7 de julho de 1897. A sua extinção ocorreu em 1900 para se formar a *Loja Fernandes Tomás*, surgida com base na extinção deste triângulo, que por decreto maçónico tinha associado os triângulos da Figueira da Foz e Buarcos³³. A Loja Fernandes Tomás foi, portanto, criada por decreto maçónico nº 16, de 10 de junho de 1900, e instalada na Figueira da Foz a 22 de setembro de 1900, com o nº 212, no rito francês ou moderno e sob auspícios do GOLU³⁴. Foi

³¹ Como membros efetivos: Manuel Gaspar de Lemos, Dr. José Gomes Cruz e Joaquim Augusto Guedes, e como elementos substitutos: Inácio Pinto, João Simões, Manuel Jorge Cruz.

³² A Comissão Municipal Republicana competia a direção e responsabilidade da propaganda, como de todos os outros trabalhos partidários no concelho. Da Comissão Administrativa Republicana da Figueira da Foz, faziam parte como presidente, o Dr. Joaquim Cortesão [médico], como vice-presidente, o Dr. Cerqueira da Rocha [Médico] e como vogais: Manuel Gaspar de Lemos, o Dr. José Gomes Cruz [Médico], José da Luz, José da Silva Fonseca, Maurício Pinto e Francisco Quadros.

³³ Em Buarcos, também foi instalado um triângulo em 1899 com o nº 11, que permaneceu em atividade até 1908. Dele terão saído maçons para ajudar a fundar a Loja Fernandes Tomás em 1900.

³⁴ Grande Oriente Lusitano Unido.

escolhido como patrono o grande liberal Manuel Fernandes Tomás³⁵. Este é reconhecido como o «Patriarca da Liberdade», criador do Sinédrio, sociedade responsável pelo eclodir da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820.

Perante o mundo profano da sociedade civil, a Loja fez-se sempre representar pela designação de *Grémio Fernandes Tomás*. O seu templo esteve localizado na rua do Estendal, nº 38 e 40, no mesmo edifício da Associação de Instrução Popular e da Tipografia Popular, criadas em 1902 como seus principais órgãos de ação e propaganda ideológica da Maçonaria. Pertenceram a esta loja 112 maçons entre os quais se destacaram importantes personalidades que atingiram grande notoriedade no exercício de importantes cargos públicos, assim como pela sua ação mecénica e benemerente, pela sua dinâmica cultural e artística e pelo papel relevante que tiveram na criação e financiamento de escolas populares. Destacam-se neste meio as figuras de Bernardino Machado, Manuel Gaspar de Lemos, Manuel Gomes Cruz, José Gomes Cruz, Manuel Jorge Cruz, Fernando Augusto Soares, Maurício Águas Pinto, António Augusto Esteves³⁶, José da Silva Fonseca, José Rafael Sampaio, António da Silva Biscaia, personalidades que estão presentes, em simultâneo, em muitos domínios da vida pública figueirense, para o período em análise, entre 1900-1910, e mesmo anterior e posteriormente a esse período, desenvolvendo um esforço relevante no sentido de trazerem o tão ambicionado progresso à Figueira da Foz.

Segundo Henriques (2001a), a 5 de dezembro de 1908, a *Loja Fernandes Tomás* é autorizada a criar um novo triângulo em Tavadere, cuja instalação ocorreu entre a 22 de fevereiro de 1909. Mais uma vez, o Tavadense, Manuel Gomes Cruz, como delegado da *Loja Fernandes Tomás*, foi o instalador deste triângulo que ficaria composto por quatro obreiros: João dos Santos - Presidente; João Luís Rosa - Secretário, Silvestre Monteiro da Cunha - Orador e Manuel Gaspar de Lemos, que transitaria um mês mais tarde para a *Loja Fernandes Tomás*.

Em 1909, a *Loja Evolução* criou um novo triângulo em Buarcos, que terá abatido colunas em 1911, para dar lugar à nova *Loja Luz e Harmonia*. A *Loja Evolução*, instalada na Figueira da Foz em 1909, com o nº 307, sob o rito escocês, esteve ativa até 1915. Em 22 de agosto de 1909 funda o jornal *Evolução*, dirigido por J. Alves Miranda, editaria apenas 16 números e encerraria a 29 de outubro de 1910³⁷.

De facto, a Maçonaria na Figueira associou-se ainda que discretamente, mas de forma ativa, à realização de atividades culturais, recreativas, cooperativas, filantrópicas, instrutivas que considerou serem relevantes para os ideais que defendia. Entre outras,

³⁵ Nascido na Figueira da Foz a 1771. Foi maçom iniciado em data e local desconhecidos, com nome simbólico de *Valério Publicola* e Venerável da Loja do Patriotismo, nº 7 de Lisboa, fundada em 1821. Morre em 1822.

³⁶ Com pseudónimo literário de *Carlos Sombrio*.

³⁷ Este jornal, também foi objeto de análise para complementar informações colhidas no periódico *A Voz da Justiça*, no qual nos detivemos preferencialmente em termos de análise documental.

destacam-se no período em referência, o seu apoio à Colónia Marítima de Crianças Pobres de Coimbra, que funcionava desde 1901, angariando fundos para poder satisfazer as despesas com alojamento, vestuário e alimentação das crianças pobres que vinham à Figueira usufruir da praia e dos banhos de mar no verão. O apoio conferido à Santa Casa da Misericórdia, Instituição de solidariedade Social a que muitos membros da Maçonaria se associaram, por vezes dirigindo-a, à qual procuraram dar sempre uma orientação laica. A Associação Comercial da Figueira da Foz, fundada a 21 de maio de 1835, conheceu também bastantes associados e dirigentes filiados nas lojas maçónicas figueirenses. Também a Associação de Socorros a Náufragos, os Bombeiros Voluntários, Montepio Figueirense, Sociedade Filarmónica e Instrução de Buarcos e a Assembleia Figueirense foram instituições queridas e protegidas por muitos maçons figueirenses. O próprio Jardim Escola João de Deus³⁸ foi obra do trabalho de muitos maçons figueirenses que lutaram pela sua criação e financiamento, destacando-se como figura principal Manuel Gaspar de Lemos. A Cooperativa Manuel Fernandes Tomás³⁹ fundada em 1905 previu também na sua génese, a criação de escolas e uma biblioteca que contribuíam para o aperfeiçoamento moral dos seus sócios, em cuja lista contavam inúmeros nomes da maçonaria figueirense⁴⁰. Tal como a Associação de Instrução Popular, também a Associação Artística Figueirense contou entre os seus associados numerosos maçons. Ambas tinham como objetivo fomentar a instrução primária entre os seus sócios e familiares diretos, promovendo palestras sobre instrução e educação, desenvolvendo uma intensa propaganda republicana e criar condições para os seus associados se recrearem e divertirem, além da vertente muito valorizada, que era a instrução. Os irmãos maçons da Figueira da Foz, quais obreiros do progresso, além das escolas populares, também estiveram na retaguarda de outras instituições, às quais designamos de Para-Maçónicas, prestando-lhe um apoio inequívoco⁴¹.

Na transição do séc. XIX para o séc. XX vai haver uma aproximação da Maçonaria ao ideário Republicano. Os maçons, por essa altura hão de envolver a Ordem Maçónica na atividade política e revolucionária. Parte deles patrocinaram e apoiaram a Carbonária, organização secreta que terá um papel determinante no êxito da Revolução Republicana de 5 de outubro de 1910. Com a proclamação da república e a constituição do 1º Governo Provisório, chefiado por Teófilo Braga, sendo António José de Almeida Ministro do Interior e

³⁸ Procurando combater o acentuado analfabetismo, implantar novos meios pedagógicos de ensino, opondo ao conservadorismo do ensino oficial imposto pela religião católica, adotando e defendendo o método laico de João de Deus, a Maçonaria revolucionava a noção de educação e instrução e institui a figura do Jardim Escola João de Deus. Na Figueira da Foz o 1º Jardim Escola João de Deus foi inaugurado na zona do Pinhal no ano de 1914.

³⁹ Sociedade anónima destinada às classes trabalhadoras, fundada em 1905 para proporcionar garantias de consumo, crédito e produção, sustentando para tal fim estabelecimentos próprios padaria e mercearia.

⁴⁰ Veja-se **Apêndice II** - A Maçonaria na Figueira (de finais do séc. XIX a 1911) – Proteção a diversas causas. (Cf. p. II)

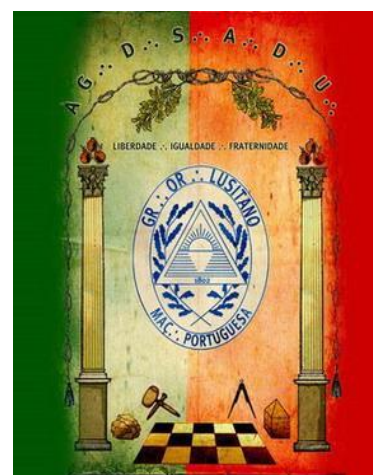
⁴¹ Veja-se **Apêndice III** - Escolas Populares e Instituições Para-Maçónicas na cidade da Figueira da Foz. (Cf. p. III)

Afonso Costa, Ministro da Justiça, todos maçons, esta situação acaba por modificar a imagem desta instituição levando-a a ganhar uma feição útil e necessária na ótica dos portugueses.

Esta ligação da Figueira da Foz à Maçonaria nacional e o papel influente que muitos maçons desenvolveram nos mais diversos âmbitos, permitiu que esta cidade realizasse a III Conferência Maçónica Portuguesa, entre os dias 14 e 16 de setembro de 1906.

Como se pode constatar, se analisarmos os temas abordados pelos palestrantes que intervieram nesta conferência, entende-se que começou a existir uma crescente republicanização da Maçonaria Portuguesa⁴².

Figura 3 – Cartaz da III Conferência Maçónica na Figueira da Foz.
(Disponível em <http://bit.ly/WYagrC>)



Os temas tinham cada vez mais uma feição politizada, embora sempre de acordo com os ideais da Maçonaria na época. Foram defendidas diversas «teses» comprometidas com o ideal republicano, como por exemplo a tese sobre o pacifismo, tema muito ao gosto de Sebastião de Magalhães Lima, ou ainda, a tese sobre a necessidade de implementação do Registo Civil em Portugal, que eram temas polémicos, mas que a Maçonaria procurava difundir entre os seus associados⁴³. Esta conferência decorreu nas instalações da Associação de Instrução Popular e contou com a presença de personalidades de relevo do meio republicano português, entre eles Sebastião de Magalhães Lima e Bernardino Machado⁴⁴.

⁴² Nos anos que antecederam a implantação da República tiveram lugar vários congressos maçónicos (Coimbra - 1903, Lisboa - 1905 e Figueira da Foz - 1906)

⁴³ Apresentaram-se nesta conferência maçónica oito teses principais: 1- *Valor científico das doutrinas pacifistas*, por Magalhães Lima; 2- *A Mendicância*, por Joaquim da Silva Cortesão [Galeno]; 3- *Ação da Maçonaria*, por Feio Terenas; 4 - *Definição de Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, por Agostinho Fortes; 5 - *Efetivação do Registo Civil em Portugal*, por Manuel Gomes Cruz, [Lassale]; 6 - *Admissão da Mulher às profissões liberais*, por David José da Silva; 7 - *O Clericalismo*, por Heliodoro Salgado; 8 - *A Maçonaria e as condições histórico-políticas dos povos*, por Agostinho Fortes.

⁴⁴ Repare-se que o cartaz desta III Conferência Maçónica tinha como fundo as cores: verde e vermelha da República.

Muitos maçons influentes deram muito da sua vida à causa da instrução, de uma forma desinteressada, cientes de que estavam a dar cumprimento a um desígnio maior, pela melhoria da vida dos cidadãos da sua comunidade. Consideramos, que por esta altura existiram na Figueira da Foz e arredores, figuras determinadas, obreiras do progresso que com a sua ação marcaram de forma indelével a sua cidade e ainda hoje são recordados, através da toponímia e do patronato de determinadas instituições culturais e educativas. Muitos deles foram também filiados no Partido Republicano Português. A pertença a esta organização secreta marcou, a ação que nela desenvolveram refletindo-se na sua vida e mesmo, na morte. Muitos deles exigiram no seu testamento funerais civis e não quiseram na sua última morada, quaisquer símbolos cristãos, mas sim divisas maçónicas que veneraram em vida. Numa visita aos cemitérios locais, em especial ao de Tavarede e Buarcos, não foi difícil encontrar sepulturas destes homens, com símbolos que parecem algo «estranhos» aos cidadãos comuns: martelos, réguas, esquadros, compassos, maços... próprios da Maçonaria.



Figuras 4 e 5 - Símbolos Maçónicos em sepulturas no Cemitério de Buarcos. (Arquivo pessoal)



Figura 6 - Símbolos Maçónicos em sepultura do Cemitério de Tavarede. (Arquivo pessoal)

1.2.2. A situação da Instrução na Figueira da Foz

Das mais importantes bandeiras do Republicanismo Português, ao qual os correligionários figueirenses não foram indiferentes, contam-se o profundo antiesuitismo, a defesa do laicismo da vida civil e da própria educação, assim como uma preocupação com a educação/instrução das classes populares. Nos jornais locais os articulistas, editores e proprietários de periódicos de pendor republicano, vertiam continuamente nas suas páginas a obsessão pela [utópica] democratização do ensino.

Há séculos que atividades como ler, escrever e contar eram privilégios de uma minoria. O século XIX realiza alguns progressos no campo da instrução, com a criação de mais estabelecimentos de ensino que abriam a suas portas a filhos de gentes do povo, mas com alguma abastança económica. Desde 20 de Setembro de 1844, que Portugal dispunha de um decreto-lei que determinava que a instrução pública se dividia em 1º e 2º grau e que os pais, residentes em localidades onde existisse escola situada a um quarto de légua, deveriam enviar os seus filhos para esse estabelecimento, desde os sete aos quinze anos de idade. Este decreto já tinha em vista a tão almejada escolaridade obrigatória. Poder-se-ia considerar uma lei extremamente avançada para a época, mesmo se compararmos com muitos outros países europeus. Porém, na prática, esta ambição estava longe de ser atingida. Esta situação de atraso cultural do nosso país gerava debates constantes, na imprensa e no parlamento. Vejamos um discurso que Feio Terenas, deputado republicano, na Câmara dos Deputados, no ano de 1908, transcrito no jornal figueirense *A Voz da Justiça*:

“Sr. presidente: - Pois antes de todos esses países já em Portugal existia o decreto de 20 de Setembro de 1844. N’isto como em muitas outras questões de índole civilisadora adeantamo-nos a outras nações, mas na execução das boas leis, até das más, Portugal é o país mais indolente do mundo. Pois se nem a lei fundamental se cumpre (...). De 1844 em diante o ensino obrigatório vem figurando em todas as leis de instrução primária: mas como pode tornar-se efetiva a obrigatoriedade, se há 62 anos de governo da monarquia não foram capazes de resolver o problema fundamental, - Escolas!” (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 578, 12 de Junho de 1908, p. 1)

Segundo Cascão (2009), uma das questões muito abordadas nos finais do século XIX foi a da instrução da classe operária. Este era um problema muito evidente na Figueira, onde os operários eram um grupo social numeroso, mas relativamente desprezado pelas autoridades locais e centrais. De acordo com o mesmo autor, a 7 de janeiro de 1871, a Câmara Municipal, atendendo à necessidade premente dos trabalhadores da, então vila da Figueira da Foz, deliberou que se abrisse um curso noturno de instrução primária a funcionar na Escola de Conde de Ferreira, destinada a pessoas com mais de 10 anos e que

não pudessem frequentá-la durante o dia. As aulas teriam a duração de duas horas com início «uma hora após o pôr-do-sol».

Uma vez chegados ao início do séc. XX, na Figueira da Foz, os desígnios estabelecidos na lei não tinham sido cumpridos. O acesso à educação era privilégio de poucos, o analfabetismo grassava entre a população urbana, e com maior incidência na população rural.

A questão dos altos níveis de analfabetismo foi alvo de estudo de Cascão (2009), que efetuou um cálculo da taxa de alfabetização na Figueira da Foz, tendo como base o número de assinaturas dos noivos, nos registos de casamentos, para o período que medeia entre 1878 e 1920. Tendo em conta esse estudo, no ano 1900, existiam na Figueira da Foz 42,5% de analfabetos do sexo masculino e 59, 4% de analfabetos do sexo feminino. Para o ano de 1911, terá havido uma evolução positiva, uma vez que aumenta o número de pessoas que sabem ler. O número de homens analfabetos baixa para a percentagem de 36,3% e das mulheres para 53,5%. A taxa de alfabetização na Figueira da Foz e Buarcos diferia de acordo com o grupo profissional e o nível social que a riqueza podia conferir aos indivíduos⁴⁵.

De um modo geral, apesar das dificuldades existentes na época, houve uma evolução positiva, porém foi-se constatando nos documentos analisados queixas frequentes quanto ao insucesso dos alunos, em parte devido à falta de assiduidade destes às aulas ministradas. Comparativamente os artífices e operários da pequena indústria figueirense já podiam ser considerados relativamente instruídos, para tal terá contribuído o esforço dos estabelecimentos de ensino noturno que emergiu em numerosas associações de classe onde se ensinavam as primeiras letras. É certo que os lavradores, jornaleiros e pescadores seriam os que possuíam níveis inferiores de alfabetização⁴⁶.

Desde cedo, as crianças e adolescentes iniciavam-se numa profissão, deixando para trás a escola, não cumprindo minimamente o que estava expresso na lei. O ensino e a educação eram prestigiantes, abriam muitas possibilidades, conferiam poder. Saliente-se, que a despeito deste desinteresse quase generalizado com a instrução, existiam os privilegiados do saber que nos finais do séc. XIX e início do séc. XX frequentavam estabelecimentos de ensino oficiais e particulares na cidade: a Escola Primária Conde Ferreira - 1869; O Colégio Figueirense - 1878; Colégio Liceu Figueirense - 1903; Academia Figueirense - 1907; Colégio Normal da Figueira: Internato Feminino - 1908; Colégio

⁴⁵ Para saber mais sobre a questão dos níveis de analfabetismo do concelho Figueira da Foz e freguesias limítrofes, bem como o estudo comparativo entre as diversas profissões e as diferenças de género, consulte-se Cascão (2009).

⁴⁶ Note-se que em Buarcos, os pescadores do sexo masculino começaram, na 1ª década do séc. XX a revelar índices maiores de instrução devido ao esforço do benemérito de Buarcos, Fernando Augusto Soares que se empenhou firmemente na causa da instrução popular e do professor oficial dessa localidade, Augusto Goltz de Carvalho, que dedicou a sua vida à educação das gentes da sua terra.

Figueirense, de José Luís Mendes Pinheiro - 1910 e Jardim-Escola João de Deus - 1914. A corroborar esta ideia, segue-se a análise de Simões & Sousa (2008): “Como é notório são poucas as escolas existentes na Figueira da Foz do início do século passado e, não se pode falar de um ensino para todos dado que, a maioria dessas escolas eram particulares.”

O número de escolas na Figueira da Foz, tal como no resto do país, era manifestamente insuficiente e de pouca qualidade para o número de crianças em idade escolar. Maioritariamente tratavam-se, de casas alugadas, sem as necessárias condições de salubridade exigidas para o fim a que se destinavam. Perante o quadro desolador do analfabetismo no concelho da Figueira da Foz, em meados do séc. XIX viu nascer «escolas populares» na Figueira da Foz, Buarcos e Tavadre inúmeras associações de instrução, recreativas, literárias, filarmónicas, de classe, mutualistas cujos fundadores tiveram como preocupação principal a criação de escolas no seu interior para o ensino das primeiras letras a crianças e adultos, em cursos maioritariamente noturnos, para os sócios e seus familiares, assim como aulas mais técnicas, necessárias a certas profissões, como os caixeiros, os carpinteiros civis, etc. e a criação de bibliotecas ou pequenas salas de leitura.

As escolas populares, que funcionavam na Figueira da Foz eram gratuitas, faziam-no com base nas quotizações dos seus associados e devido ao apoio de entidades financiadoras, como por exemplo da Junta Liberal da Figueira, bem como das dádivas de alguns beneméritos, sofrendo uma falta sistemática de receitas destinadas à instrução.

“RECEITA: Offertas dos srs. António da Silva Guimarães, transcrevemos a Conta da receita e despesa feita pela Junta Liberal da Figueira até ao fim de junho de 1902, publicada no periódico A Voz da Justiça de 12 de agosto de 1902 José Antunes Martins, Nestorio Dias, Henrique Mendes, Visconde da Marinha Grande, J. Cortesão, cotas recebidas dos sócios em 1901 (...) Saldo negativo a ratejar pelos membros da comissão da Junta Liberal.

DESPESA: Pago ao professor incluindo a gratificação - 82\$530; Idem ao continuo - 24\$000; Idem de gaz incluindo bicos, etc - 16\$660; Utensílios Escolares (livros, papel, etc) - 26\$700; Expediente - 15\$610; Prémios (em dinheiro e livros) - 9\$000. Os documentos comprovativos acham-se em poder do tesoureiro, em casa de quem podem ser examinados. [...] O Thesoureiro: J. Cortesão”. (*A Voz da Justiça*, ano 1, nº 16, 12 de agosto de 1902, p. 1)

Como se pode depreender desta exposição de contas da Junta Liberal, relativas ao ano letivo de 1901-1902, existia continuamente um desequilíbrio financeiro nas instituições escolares, que só era possível sanar devido à benemerência de certas figuras da cidade que eram mais sensíveis à questão da educação e aos seus benefícios.

“Os edificios escolares do concelho da Figueira deixam muito a desejar, e não é fácil encontrar casas edificadas com as condições que exigem hygiene e a própria lei. Por isso se torna muito necessaria a construção de edificios próprios para aquellas e outras escolas, e oxalá os projectos não fiquem em projectos, como vulgarmente sucede em Portugal com tudo o que é útil e de reconhecida necessidade, especialmente pelo que toca a coisas d’instrucção primaria”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 192, 15 de setembro de 1904, p. 1)

A *Voz da Justiça*, de 6 de outubro do mesmo ano refere, na sua primeira página, que as escolas primárias abriram, apesar de não terem sido acauteladas as condições higiénicas das mesmas. São comprados pelo Estado edifícios em mau estado, sem condições que garantam a saúde das crianças⁴⁷.

Uma vez chegado ao fim de 1907, *A Voz da Justiça* de 31 de dezembro de 1907, transcreve um discurso do General Garcia, aquando da sua tomada de posse da administração municipal “ [...] disse que um dos assuntos que mais ha-de merecer a atenção da comissão administrativa, é a instrução primaria”. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 532, 31 de dezembro de 1907, p. 1) Este considerava que havia muito a fazer para melhorar a instrução primária concelhia, e trabalhar para isso era como lançar à terra a melhor de todas as sementes, pois este defendia que a instrução é fonte de todo o progresso e de toda a riqueza. A instrução primária, sendo a base e fundamento natural de todos os graus geral e profissional, deveria, de acordo com a sua opinião, ser acarinhada. Como tal, segundo a opinião do General Garcia, a instrução primária deveria tornar-se efetivamente obrigatória e funcionar em edifícios apropriados. Também era sua opinião, que os edifícios escolares da cidade, além de serem manifestamente insuficientes para o número de alunos, não possuíam as desejáveis condições de salubridade:

“Ora, a começar pela cidade, as casas das escolas são tudo o que há de mais insuficiente. Na Figueira há quatro escolas primarias oficiaes uma a do Conde Ferreira⁴⁸; uma na rua de Santo Antonio, uma na rua da Lomba; e outra na rua da Igreja [Sic]. Só a primeira, portanto, tem edifício próprio em que possam ser estabelecidas estas trez escolas, dispensando-se o aluguer de casas particulares [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 532, 31 de dezembro de 1907, p. 1)



Figura 7 – Professor e alunos da escola Conde de Ferreira. (Disponível em <http://bit.ly/WjRj34>)

⁴⁷ O articulista critica as despesas supérfluas dos governantes, que desviam dinheiro das coisas verdadeiramente essenciais como a instrução. Porque sempre atual, considerámos que se justificava a sua transcrição: “O que porém, se não ouve afirmar aos nossos dirigentes é que em Portugal se gastam contas fabulosas na compra de automóveis, de viagens, em comboios especiais e tantas outras coisas supérfluas pagas com o sacrifício pelo contribuinte” *A Voz da Justiça*, 6 de outubro de 1904, ano 3º, nº 198, p. 1).

⁴⁸ Segundo Cascão (2009) a escola Conde Ferreira foi criada graças ao legado instituído pelo benfeitor, Joaquim Ferreira dos Santos (1782-1866) Este filantropo, que enriquecera com a atividade comercial a que se dedicara no Brasil, tinha destinado uma elevada verba à construção de 120 escolas primárias em todo o país. Com a abertura da Escola Conde de Ferreira, inaugurada em 25 de Julho de 1969, deixava de funcionar a velha escola instalada na Rua dos Ciprestes. Nessa ocasião, a Câmara Municipal instituiu prémios, em livros, para os 20 alunos com melhor aproveitamento.

A Escola Conde de Ferreira foi criada e expensas do seu benfeitor, Joaquim Ferreira dos Santos, nascido a 1782 e falecido em 24 de Março de 1866, sendo inaugurada na Figueira da Foz a 1969. Mas em 1905 este edifício já clamava por obras urgentes. A *Voz da Justiça* de 2 de Abril de 1905 pede, nas suas páginas, para que a Câmara Municipal e o subinspetor da instrução primária, façam todos os esforços para que as obras de reparação desse estabelecimento continuem e se concluam.

A propaganda pela instrução, protegida pelas hostes republicanas e maçónicas locais, ocorria em diversos espaços da cidade, sendo que, em 14 de junho de 1908, domingo, pelas 11 horas da manhã, o subinspetor da circunscrição escolar da cidade fez uma conferência versando sobre os assuntos relativos à instrução primária neste círculo, na qual estiveram presentes bastantes pessoas interessadas pelo tema, em especial o professorado local. O orador apelou para que os professores organizassem caixas económicas de proteção à escola e fundassem cantinas escolares, estando deste modo a prestar um relevante serviço à causa de instrução popular. Esta conferência foi secretariada por Goltz de Carvalho, distinto professor oficial de Buarcos. Também era tema recorrente no jornal *A Voz da Justiça*, a questão dos baixos ordenados dos professores, o que não dignificava socialmente esta profissão, que na essência é a base de toda a formação dos cidadãos. O mesmo jornal alerta para que o estado pague condignamente estes profissionais para que estes se sintam motivados a desempenhar com todo o seu esforço esta profissão que é tão importante, quanto exigente.

Como a situação do analfabetismo na Figueira da Foz, não tinha sido solucionada eficazmente, no início de janeiro de 1910, regressa o funcionamento das aulas noturnas para indivíduos do sexo masculino que não soubessem ler. As aulas iriam decorrer, na Escola Conde de Ferreira, cedida para esse fim pela Direção Geral da Instrução Pública e o método de leitura utilizado era o de João de Deus. Estas aulas eram mantidas pelo Núcleo Local de Instrução Nacional. Nesse ano existiram mais de 30 alunos matriculados. O jornal *A Voz da Justiça* de 4 de janeiro de 1910 apela à assiduidade dos alunos, referindo que o tempo despendido será de apenas uma hora diária ao longo de três meses, a fim de aprenderem a *Cartilha Maternal*. O mesmo jornal informava que assim poderiam, mais tarde, frequentar as aulas das Associações de Instrução Popular e Artística Figueirense que os habilitavam para o exame de instrução primária, o que constituía uma mais-valia para a sua formação.

A situação era análoga numa das freguesias contíguas à Figueira da Foz: Tavadrede. Em *A Voz da Justiça* de 27 de dezembro de 1907, na rubrica, «Notícias de Tavadrede», é referido que nessa localidade apenas existia uma escola mista, que era insuficiente para o grande número de crianças que ali afluí, funcionando numa casa sem

condições higiénicas. É referido também, que há algum tempo os habitantes tinham proposto o desdobramento da escola para os dois sexos, mas o executivo camarário não diferiu o pedido.

O mesmo jornal, a 15 de dezembro de 1908, publica uma denúncia, de um *Amigo da Instrução*, relatando um «Caso Grave», que denota o desinteresse dos habitantes da Gala, freguesia a sul da sede do Concelho, pela frequência dos seus filhos à escola:

“Decididamente, nós estamos em paiz único, verdadeiramente excecional. Enquanto lá fora, dia a dia, se vae pugnando pelo desenvolvimento da instrução – ainda na aldeia mais recôndita – aqui, n’este paiz da intriga e dos arranjos, ela é votada ao mais criminoso dos despresos [...] O que se està passando com o ensino primário na Gala, povoação a sul d’esta cidade, é tudo quanto é de mais engraçado, para lhe não darmos outra classificação. Imagine, caro redator, que ali existem duas escolas – uma do sexo masculino e outra do feminino – que, há certo tempo, a esta parte, se acham quasi as moscas, à falta de alunos”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 633, 15 de dezembro de 1908, p. 1)

Denuncia-se ao subinspetor, que as crianças que têm querido frequentar aquela escola, acabam por ser levados a fazer recados aos professores, fazendo com que os mais interessados fossem frequentar as escolas a quilómetros de distância, na Figueira da Foz ou em Lavos, freguesia contígua, mais a sul. O desinteresse, se por um lado era dos próprios pais, por outro, também se verifica uma falta de zelo dos profissionais, que não investiam na sua tarefa de ensinar todos a ler e escrever.

De acordo com Cascão (2009), o balanço da instrução na Figueira, tal como era feito no jornal *A Gazeta da Figueira*, em outubro de 1904 não era muito favorável, pois dizia-se que apesar dos esforços empregados pelos professores, do exato e rigoroso cumprimento das leis de instrução pública, a frequência às escolas mantinha-se pouco numerosa, fugindo muitos chefes de famílias menos abastadas a essa obrigação.

A inércia que se vivia prendia-se com a falta de verbas disponíveis para a questão da educação e da incúria do governo central face à situação escolar do país, não fazendo esforços para que se concretizasse o que há muito estava consignado na lei: a escolaridade obrigatória.

1.2.3. A imprensa local e a propaganda da Instrução

A imprensa republicana na 1ª década do séc. XX fez da instrução/educação a sua bandeira mais querida. A Figueira da Foz detinha nessa altura vários jornais de pendor republicano, contudo um sobressaía pela sua grande combatividade antimonárquica, anticlerical e sobretudo, a favor da instrução popular: *A Voz da Justiça*. Tendo em conta o atraso de Portugal, nessa matéria, durante a monarquia constitucional, levou a que este

jornal colocasse a ênfase na democratização da educação como motor de progresso e bem-estar dos cidadãos, geradora de uma equidade social há muito tempo desejada por uma elite mais esclarecida.

O jornal *A Voz da Justiça*, a 11 de maio de 1902, no seu primeiro número, dirige-se aos leitores, em «Poucas Palavras» para esclarecer o pendor democrático deste jornal, muito embora não assumisse que estava engajado com o movimento republicano emergente. Nesse primeiro número, a linha editorial ficou marcada por um interessante artigo, denominado «A necessidade de Instrução», que demonstra a preocupação deste jornal com a questão da educação a nível nacional e em particular, com esse fenómeno na cidade da Figueira da Foz, e que número após número será uma das bandeiras deste jornal. Vejamos frases deste 1º artigo, que denotam a defesa acérrima do ensino e da educação como motor do progresso:

“Braço e cérebro! Ahi estão duas palavras que completam uma ideia. Assim como da combinação dos numeros resulta uma operação arthmetica, assim tambem da combinação de cérebro e braço resulta o progresso. [...] Ora o trabalho do cerebro é o estudo; o seu resultado a instrucção. É pois pela instrucção que devemos serenamente, passo a passo, conquistar o progresso. E de facto o homem sem instrucção não passa de uma machina! [...] Ha escolas, frequente-as. É pobre. Ha escolas gratuitas! Que impede pois qualquer cidadão de ser um bom portuguez? O desleixo, a vontade de ser autómato, a vontade de ser escravo, emfim. Se o não quizer ser, aprenda a ler. Só pela leitura se conhece a justiça e a justiça é irmã da liberdade. [...]. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 1, 11 de maio de 1902, p. 1)

Assim, o jornal *A Voz da Justiça*⁴⁹, no seu início teve como editor o Tavadense, Gentil da Silva Ribeiro e como proprietário, Gustaf Adolf Bergstrom, optou por um lugar de honra, na transcrição de um artigo do periódico *O Ensino* o qual defende a necessidade de uma reforma radical no ensino em Portugal. Faz-se uma crítica acérrima ao ensino religioso levado a cabo pelos jesuítas⁵⁰ O articulista defende ainda que:

“Se o ensino fosse laico, como reclama o bom senso, isto é, se na escola primaria, secundaria e superior se ministrassem apenas noções de verdadeira e sã moral e não falsos preconceitos, como mandam os programas [...]. Pobres creanças a quem, logo ao desabrochar da intelligencia, pretendem envolver o cérebro num denso veu de mysterios, quando n’essa idade tudo deve ser claro e palpável”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 44, 8 de março, p. 1).

O artigo era assinado por Maria Rosa d’Oliveira, um caso de grande interesse, dado que raramente era uma senhora a escrever estes textos mais combativos. *A Voz da Justiça*

⁴⁹ Inicialmente *A Voz da justiça* era um jornal semanário.

⁵⁰ Os jesuítas eram apelidados na imprensa como a «seita negra», dada a imagem pejorativa que tinham junto dos intelectuais e indivíduos mais esclarecidos.

«apropriou-se» deste artigo⁵¹, uma vez que considerou que vinha ao encontro da sua ideologia, colocando-o como Editorial, informando os leitores da sua proveniência e dedicando a devida «vénia» ao seu congénere.

Nesse mesmo jornal, na página 2, é novamente publicado um artigo sob o título “A instrução na Figueira”, estando assinado pelo próprio proprietário do jornal, A. G. Bergstrom e que demonstra a grande preocupação que se vivia à época com a situação da educação nacional, e dizia assim:

“A instrução em Portugal é um problema, no estrangeiro é um Theorema demonstrado, que se aplica constantemente, e que adquiriu na massa do povo a mesma popularidade [...]. Lá fora é tudo racional, porque é tudo pratico. A teoria domina em Portugal, e como não é confirmada pela experiencia, o resultado é dar a maior parte das vezes resultados negativos, contraproducentes”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 44, 8 de março, p. 1).

O autor demonstra a sua preocupação com a teorização do ensino nacional, enquanto no estrangeiro havia, já, uma tendência de carácter mais prático, nesse domínio. Por outro lado, o autor apresenta soluções, no que diz respeito ao método de ler e escrever, que são tão importantes uma vez que nelas estão as bases de todo o conhecimento mais elementar.

No *A Voz da Justiça*, de 18 de junho de 1903, faz-se novamente a opção de transcrever um excerto de um artigo da publicação “A Escola”, que demonstra a preocupação pelo facto dos pais não valorizarem a escola nem criarem condições para que os seus filhos a frequentem. O excerto diz o seguinte:

“Os pais portugueses ou não frequentaram ou frequentaram pouco tempo as escolas e querem que os seus filhos em pouco tempo também adquiram a instrução que teem a adquirir, quando é certo que ella é muito mais complexa que o simples ler e escrever”.⁵² (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 63, 28 de junho de 1903, p. 1)

A questão da instrução era recorrente nas páginas deste jornal, poderíamos transcrever dezenas de frases paradigmáticas da situação do atraso do nosso país. Por exemplo, em *A Voz da Justiça* de 10 de julho de 1908, escreve em parangonas, a linha editorial desse jornal:

“Porque não sabemos produzir? Porque atravessamos uma gravíssima crise moral e económica? Porque somos essencialmente um povo inculto!

⁵¹ Os artigos considerados paradigmáticos da republicana, publicados noutros periódicos foram, numerosas vezes, transcritos e comentados nas páginas do jornal *A Voz da Justiça*, ao longo de todo o período analisado (1900-1910).

⁵² Este texto é comentado por A. G. Bergstrom, que era à época proprietário de *A Voz da Justiça*. Este nasceu na Suécia em 1880, residiu na Figueira da Foz nos primórdios do séc. XX. Partiu, nos primeiros anos da 1ª década do séc. XX para Lisboa, deixando o jornal nas mãos de Gentil Ribeiro, Manuel Jorge Cruz e na retaguarda foi sustentado por uma comissão à qual pertenceram outros nomes como Manuel Gomes Cruz. G. A. Bergstrom, pelo que apurámos terá falecido em 1930.

Paiz sem escolas, vitima d'uma situação miserável creada pela criminosa obra da monarquia, cumpre-nos levantá-lo. Unamo-nos para isso. É hoje o maior dever dos verdadeiros portugueses! Façamos liquidar a realza na tremenda ladroeira dos adiantamentos! Todos pela Pátria, a caminho da Republica!" (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 588, 10 de Julho de 1908, p. 1)

A imprensa republicana fazia crer os seus leitores que o atraso do país se devia à falta de instrução dos portugueses e que todos os males se deviam à inoperância dos governos monárquicos. A salvação da pátria residia na República. Este artigo, assim como dezenas de outros que, sistematicamente surgiam nas páginas deste e de outros jornais defensores da mesma ideologia, eram excelentes meios de propaganda republicana.

A Voz da Justiça, 12 de Junho de 1908, volta a publicar na primeira página, todo o teor dessa preleção. Mais uma vez, Feio Terenas denuncia a falta de condições das escolas existentes, sendo que a maior parte funciona em casas arrendadas, sem condições higiénicas, logo fora da lei. "Não são escolas, são verdadeiros matadouros de crianças, antros que horrorizam os medicos e todos os homens de inteligência e coração". As escolas eram normalmente casas térreas, de cerca de 20 metros quadrados, onde permaneciam largas horas mais de 70 crianças. Feio Terenas lutava para que não se continuasse a viver este estado deplorável de coisas, no campo da educação. Por todo o país cifrava-se em 5000 o número de escolas, das quais 300 tinham sido projetadas pelo arquiteto Adões Bermudes, 120 foram um legado ao estado pelo benemérito Conde de Ferreira. Mesmo estas últimas, já se encontravam, por esta altura, a necessitar de obras, havendo o perigo de desabarem. O conferente termina denunciando o real quadro da educação no nosso país, pois havendo 5000 escolas a nível nacional, e existindo, por essa altura 500000 crianças em idade escolar, estimando uma média de 50 alunos por escola, eram assim necessárias mais 5000 escolas, para que a obrigatoriedade do ensino não fosse um «luxo» plasmado na lei. A situação na Figueira da Foz, nesta matéria, era um espelho daquilo que se vivia em outras localidades do país.

A Voz da Justiça, uma vez que estabeleceu como prioridade a questão da educação nacional, a partir de 5 de março de 1909, passa a dar conta de todas as intervenções e conclusões do II Congresso Pedagógico da Liga Nacional de Instrução⁵³.

O primeiro Congresso Pedagógico que a Liga Nacional de Instrução promoveu, realizou-se em Abril do ano anterior, já tinha sido considerado notável pelos debates sobre a instrução e as conclusões obtidas. Estas conclusões estiveram na base da definição do programa a seguir no II Congresso e das intervenções a incluir. Na 1ª secção – Luta contra o analfabetismo; 2ª Secção. – Educação intelectual e social, 3ª Secção. – Higiene Escolar, 4ª secção. – Anormais.

⁵³ Sendo que o I Congresso decorreu no mês de abril de 1908.

O mesmo jornal, na edição de 5 de março de 1909 dava instruções úteis para todos os que quisessem estar presentes no congresso desse ano, lembrando que o prazo de inscrição dos congressistas era o dia 15 desse mês. Pois a apresentação do cartão de congressista possibilitava vantagens, como por exemplo reduções de preços dos bilhetes de comboio, estadia em hotéis, visitas a escolas, assistência aos trabalhos do Congresso, entre outras.

A 16 de abril de 1909, *A Voz da Justiça*, dava conta que o II Congresso Pedagógico que por essa altura decorria em Lisboa, de 13 e 16 desse mês e que, segundo este jornal se estava a realizar com o maior interesse, sendo:

“ [...] promovido pela Liga Nacional d’Instrução benemérita instituição mantida por um núcleo de cidadãos cujas faculdades de espírito e inteligência se devotam encendradamente à difusão do ensino primário e, conseqüentemente, ao avigoramento da raça portuguesa pela instrução e pela educação”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 667, 16 de abril de 1909, p. 1)

É de notar, que nesta 2ª edição do Congresso Pedagógico esteve presente a professora do ensino livre, da cidade da Figueira da Foz, Amélia Brás⁵⁴. Este jornal publica nas suas páginas as conclusões obtidas no final do II Congresso Pedagógico⁵⁵.

⁵⁴ Amélia Brás foi professora primária na cidade da Figueira da Foz, viveu na Rua das Lamas, e fundou a Escola João de Deus onde ministrou o ensino da instrução primária pelo método do patrono da sua escola e por onde passaram três gerações de alunos tendo, igualmente, exercido o ministério em Tavadre. O seu percurso como professora começou em 1878, quando foi aprender a ensinar pelo método João de Deus com um grupo de senhoras, sob a instrução do Dr. João da Costa Terenas.

⁵⁵ [Algumas] Conclusões do II Congresso Pedagógico: “1ª – Que sejam reorganizados os serviços de instrução primaria em harmonia com os princípios da descentralização; 2º - Que se reforme o ensino normal, tornando-o completo e o mais proveitoso possível [...]; 3º - Que se desenvolva a assistência escolar [...]; 5º - Que nas escolas normaes se estudem os métodos de leitura, afim de todos os professores ficarem habilitados [...]; 6º - Que nas escolas cuja frequência torne improfícuo o ensino de um professor, seja aumentado o numero d’estes funcionarios; 7º- Que se torne obrigatorio o ensino primário nos quarteis e a bordo dos navios de guerra, e que se estendam a todas as escolas do paiz os benefícios dos cursos noturnos; 8º - Que se aumente o ordenado aos professores primários, de forma a collocar-os n’uma situação social desafogada [...]; 10º - Que a educação primaria se transforme radicalmente [...] subministrando noções de todos os conhecimentos fundamentaes [...]; 11ª – [...] a educação deve ser dada em condições simples e integralmente adequadas às disposições físicas, psicológicas e sociaes da creança; 12º - Que a educação física, base da psíquica, compreenda a cultura e o desenvolvimento dos órgãos sensoriaes por meio de jogos, ginástica, exercícios e trabalhos manuaes; 13º - Que a educação psíquica, estimulando e provando por excitações apropriadas ao modo de ser da creança, as suas atitudes afetivas, representativas e voluntarias, deve visar á formação do cartáter [...] 15º - Que o ensino deve ser [...] concreto, pratico provocando a reflexão da creança; 16º - Que a escola primaria, para satisfazer o seu fim, o esboço completo do homem, isto é, do profissional, do cidadão e da pessoa [...]; 19º - Que se fundem escolas especiaes para anormais suscetíveis de educação”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 670, 27 de abril de 1909, p. 3)

1.2.4.As Associações Populares na Figueira da Foz

“Nós nunca topámos terra como a nossa, onde tanto enxameassem as associações”. (*O Figueirense*, ano I, nº 18, 17 de outubro de 1919, p. 1)

A Figueira da Foz, particularmente, na segunda metade do séc. XIX e inícios de XX, deu mostras de uma franca vitalidade no domínio associativo⁵⁶. Nesta altura, a cidade viu nascer um grande número de associações populares, que tinham em vista possibilitar entreajuda económica e profissional, recreativa e instrutiva, criando nestes grupos momentos de entretenimento e convívio com os seus pares. Enquanto a burguesia local se dirigia para a Assembleia Figueirense, na baixa da cidade, ou para a alta, o chamado «Bairro Novo» e para os seus Casinos; as massas populares, criavam casas nas quais faziam surgir meios para se cultivarem e para passarem de forma instrutiva os seus tempos livres. Tanto na cidade, como nas freguesias circunvizinhas, as associações cresciam e multiplicavam-se, constituindo espaços de sociabilidade de referência, nessa época.

A *Voz da Justiça* de 20 de abril de 1905, no seu editorial intitulado, “Cortejo de Associações”, corroborava com essa opinião dizendo que “O movimento associativo tem-se acentuado na Figueira de forma extraordinária. Há numerosas associações antigas e modernas, de todas as naturezas. Bem pode dizer-se que representam a população, porque ninguém há estranho a elas”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 254, 20 de abril de 1905, p. 1)

A *Gazeta da Figueira* de 5 de janeiro de 1916 transcreve um discurso do presidente do Montepio Figueirense, defensor da causa associativa, Carlos Batista, que numa cerimónia comemorativa dessa associação mutualista, faz um retrato da situação associativa da sua terra:

“Assim nós temos as associações de sport [desportivas], com o encargo de desenvolver fisicamente os seus membros, contribuindo destarte para o ressurgimento duma raça nova⁵⁷, com outros hábitos e outros costumes, que possa igualar em feitos os nossos antepassados: temos os grupos dramáticos, a fonte ubérrima onde se bebe a cristalina água da ilustração; as cooperativas de subsistências [de consumo], destinadas à sã alimentação dos seus associados; as associações instrutivas, com as suas escolas nocturnas, que são aquelas que dão o pão espiritual aos míseros pequenos operários que ainda em idade moça são atirados para os pesados misteres quotidianos que no futuro serão a sua fonte de

⁵⁶ O *Almanach da Figueira da Foz para 1907. Commercial e Burocratico*. (1907) faz referência às várias associações figueirenses e respetivos dirigentes. Algumas associações da época não constam, pensamos que só aqueles que se inscreveram e que pagaram a sua publicidade do almanaque. Este documento dá-nos a informação da sua sede e dos seus corpos dirigentes por essa altura, e curiosamente, algumas citam mesmo o nome do seu Bibliotecário.

⁵⁷ Neste texto está presente uma preocupação nova com a educação física como componente importante para a formação do indivíduo. Juntamente com a questão do culto do corpo começava a surgir o tema da higiene e dos banhos, tanto em artigos de imprensa, como em palestras e conferências públicas.

receita à custa do trabalho constante [...]”. (*A Gazeta da Figueira*, 5 de janeiro de 1916, p. 3)

As associações tinham, na primeira década do séc. XX uma presença vital na Figueira da Foz, mas também nas povoações circunvizinhas: Buarcos e Tavarede. *A Voz da Justiça* de 22 de abril de 1906 dedica um longo artigo ao movimento associativo. Em relação a Tavarede, faz um elogio rasgado à Sociedade de Instrução Tavadense:

“Tavarede, possui hoje uma associação modelo. Nas suas escolas preparam-se cidadãos que saibam entrar na vida, guiados por uma razão clara e um espírito forte. No seu teatro, instruindo-se, afastados dos vícios da taberna, os rapazes proporcionam alegres noites aos seus consócios”. (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 358, 22 de abril de 1902, p. 2)

Denota-se um agrado deste periódico perante a emergência desta associação, em especial esta se dedicava a difundir as primeiras letras. Na generalidade, o movimento associativo que ia operando no concelho tinha como intenção criar distrações que educassem os seus associados e ademais, que os «furtem à taberna» e proporcionem meios para alcançarem o futuro ao qual aspiravam.

Em Buarcos, grande parte do movimento associativo se ficou a dever ao seu benemérito, Fernando Augusto Soares, que animou nessa terra a criação de uma escola noturna para adultos e menores do sexo masculino e bem assim, também a criação de uma escola noturna para mulheres. Com o intuito de criar uma associação de socorro mútuo, a vila de Buarcos, pôs as mãos à obra no sentido de criar a Associação Operária Buarquense.

Constatava-se que, embora existissem muitas associações a brotar no panorama figueirense, havia um franco *handicap* que se prendia com a falta de instrução que era responsável pelo desconhecimento do sentido de classe, e mesmo das suas reivindicações e aspirações:

“O nosso operário carece de muita instrução. Tem, para isso, de frequentar as escolas que o ensinam a ler, depois as que o ensinam a trabalhar e, simultaneamente, tem que ler muito do que lhe interesse especialmente, voltando os olhos para a marcha dos seus camaradas d'além fronteiras – e seguindo-os”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 760, 8 de Março de 1910, ano 8º, nº 760, p. 2).

Em boa verdade, existiriam demasiadas associações na Figueira da Foz tendo em conta o seu número de habitantes, o que se repercutia num número de associados pequeno, o que punha em causa a sua sobrevivência, dada a exiguidade das quotas cobradas.

Por vezes, o esforço para criar uma aula nestas associações era enorme, sendo inversamente proporcional à afluência às matrículas e à assiduidade na frequência dos cursos.

1.2.5. A imprensa local como meio de difusão ideológica republicana

A imprensa, no final do séc. XIX e início do séc. XX irá ser um meio de difusão de informação, pensamento e ideologia, que chega cada vez a um público mais vasto, na medida em que as taxas de alfabetização vão aumentando, sobretudo nos meios urbanos.

A imprensa desde 1820, liberta das tradicionais peias da censura, cresce e multiplica-se no país, uma vez que o propósito dos liberais era de informar e esclarecer as populações. A partir daí multiplicam-se pelo país as oficinas tipográficas, à medida que aumenta a procura de informação e opinião escrita.

A publicação periódica, diária ou semanária, possui a vantagem de propagar de forma imediata o acontecimento, sendo este apreendido facilmente pelas massas, e dado o seu baixo custo, permite ao vulgar cidadão poder adquiri-lo facilmente, nascendo assim a imprensa moderna. O impacto da notícia passa a ser quase imediato, toda a informação flui de forma célere. O jornal encontra-se no centro da conciliação entre a liberdade e o poder instituído, e o redator é a figura central, pois é simultaneamente o pensador e o panfletário. O jornal torna-se popular, mas nem por isso se afasta da credibilidade, denuncia injustiças, fiscaliza o governo e conta, a partir desta altura com a colaboração de escritores e pensadores de renome que aumentam o número de leitores fiéis a estes periódicos

Nos últimos anos da Monarquia os jornais vertiam nas suas páginas, passo a passo os acontecimentos marcantes, tendentes a pôr um termo ao Portugal obsoleto, criando a expectativa de uma Pátria regenerada. Desde a revolta de 31 de Janeiro de 1891, que se seguiu ao *Ultimatum* Inglês, a monarquia caía em descrédito e até 1910 a imprensa não se desviou do seu propósito de fazer chegar a um público cada vez mais vasto os novos «ventos» republicanos.

A imprensa na Figueira da Foz, tal como no resto do país, agarrou esta oportunidade. Todas as questões políticas e todos os movimentos sociais vinham descritos nas páginas dos jornais locais. A imprensa assume um papel interventor, como um meio de fazer opinião, acreditando no seu potencial ao nível da reforma da mentalidade do povo, assim como dos seus costumes. A imprensa figueirense no período que antecedeu a primeira República foi, sem dúvida, um meio de posicionamento político e ideológico, numa altura em que o país vivia uma época de crise política, económica e moral. Havia que chegar cada dia a um maior número de leitores, o que era favorecido pelo seu baixo preço. Assim o jornal torna-se num meio de combate contra a monarquia, contra a influência da

igreja, enveredando por uma propaganda Republicana, fazendo crer que este regime seria a única possibilidade de regeneração nacional.

Os jornais passam a estar presentes nas salas de leitura, em associações populares, mutualistas, de instrução e recreio. Mas, para que a sua mensagem passasse, havia que criar meios para que a instrução atingisse cada dia um maior número de pessoas. A criação de escolas e a educação popular passou a seu vista como «a santa causa». A saga contra o analfabetismo vai ganhando cada vez mais adeptos nos meios republicanos e maçónicos e os jornais passaram a ser o «megafone» para propagar estas ideias novas. Sabia-se que era necessário ter cada vez mais cidadãos leitores, cidadãos esclarecidos que tomassem uma posição face ao caos que se havia estabelecido em Portugal. Os republicanos sabiam que era nesta franja de população letrada, mesmo que humilde, que iria crescer o seu número de adeptos.

O quotidiano da imprensa assim como as personagens que povoavam os jornais, locais, tornam-se autênticos apóstolos de uma causa que visava o progresso e faziam das tipografias da época locais de encontro, de reunião, de tertúlia e de criação política. A forma como se transmitiam as notícias, não eram mais do que a visão daquele órgão de comunicação. Todos estavam certos da mensagem que queriam perpassar, ou a expensas de quem estavam a trabalhar. Os grandes jornais nacionais assumidamente republicanos, como *O Mundo* (1900-1927) e *O Século* (1881-1978), foram verdadeiramente inspiradores para a imprensa local. Não raramente, *A Voz da Justiça*, dava início ao seu número com um editorial inspirado em notícias desses jornais. Também não ficava esquecido qualquer elogio desses jornais a práticas locais, em especial no campo da educação popular. Mas, muitas vezes, a identificação ideológica era tal, que numa lógica de «gosto, logo partilho» que eram transcritos, integralmente textos que a política editorial do jornal consideravam relevantes para os seus leitores e seguidores, como veremos, em especial, no jornal que analisámos, *A Voz da Justiça*.

A imprensa nacional e figueirense acompanhava a par e passo as conferências e ações propagandísticas dos grandes «apóstolos» da República, desde Bernardino Machado, a António José de Almeida, Afonso Costa, João Pinheiro Chagas, Manuel de Arriaga, José Relvas, Teófilo Braga, que a Figueira da Foz teve a honra de receber e de acolher nos locais mais emblemáticos de propaganda republicana, desde os Centros Republicanos, à Associação de Instrução Popular e à «sala de visitas da Figueira» da época, o Teatro Príncipe D. Carlos, onde aconteceram as cerimónias de propaganda republicana mais grandiosas da cidade.

Obviamente que a Figueira da Foz, como cidade praia, frequentada por gentes de todo o país, sobretudo na época de veraneio, tinha acesso a esta imprensa que se produzia

na capital. Numa franja mais esclarecida da população, levantava-se a voz contra a situação ruínosa do nosso país, contra um regime injusto e decadente e a favor de uma regeneração nacional com base na emergência de um novo regime. Os artigos destes jornais eram lidos aqui e ali, nas associações, cafés, casinos, escolas e salas de leitura. Às tipografias chegavam ofertas de outros jornais seus congêneres, de âmbito local, regional e nacional. Os artigos eram lidos e relidos, pensados, concordados ou refutados. Seguiam-se verdadeiros «duelos de pena» entre os vários responsáveis pelos jornais.

O jornal *A Voz da Justiça* tinha plena consciência do poder da palavra escrita junto dos seus leitores, uma frase transcrita na sua edição nº 50, é sintomática dessa presunção: “A invenção de Guttemberg tornou possível a um único homem espalhar tesouros da razão por milhares de indivíduos”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 50, 19 de abril de 1903, p. 2).

Quando o novo jornal *A Voz da Justiça* surgiu no dia, a 11 de maio de 1902, previa-se uma periodicidade semanária, sendo seu editor Gentil da Silva Ribeiro (1873-1918) e proprietário Gustaf Adolf Bergstrom⁵⁸, já outros jornais influentes pululavam pela cidade. Ora entre esses jornais contam-se *O Figueirense* nascido em 1863, que se pretendia independente e *A Correspondência da Figueira*, fundado em 1876, inicialmente declarou-se independente mas passou a ser pedra de xadrez do Partido Regenerador/defensor ardoroso do partido Franquista; *A Gazeta da Figueira* fundada em 1887 apresentava-se como um Jornal Evolucionista. Num meio relativamente pequeno, já seriam, talvez, jornais suficientes, tanto mais que ainda eram poucos os que tinham acesso à sua leitura. Por isso, o surgimento de mais um periódico deveria, desde o seu início, de marcar a diferença em relação aos demais. Logo na primeira página do seu primeiro número, *A Voz da Justiça* assumia-se com o artigo: «*Poucas Palavras*», no qual tinha a preocupação de se apresentar e se situar no panorama político local, e fê-lo desta forma:

“Não temos compromissos políticos partidários, nem queremos toma-los. Mas temos sede de justiça, de verdade e de luz, somos democratas: o nosso semanário será um jornal democrático, sem, todavia, estar filiado em facção nenhuma [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 1, 11 de Maio de 1902, p. 1).

Este jornal teve como primeiro proprietário Gustaf Adolf Bergstrom, mantendo-se desde a sua génese até 1904, altura em que se muda para Lisboa e é substituído pelo Diretor Manuel Jorge Cruz⁵⁹. Este permanecerá «ao leme» deste jornal até ao seu encerramento em 1937, em plena Estado Novo. Em 1 de Janeiro de 1904, com apenas 23

⁵⁸ É muito interessante a passagem deste estrangeiro por esta cidade, onde deixou marcas de grande liberdade de pensamento e uma enorme devoção relativamente aos assuntos da instrução e da educação. O seu jornal iria ficar com marcas indeléveis do seu primeiro proprietário.

⁵⁹ Apesar da existência de uma comissão encarregue da publicação e administração de *A Voz da Justiça*, seria o tipógrafo Manuel Jorge Cruz [nome simb. *Gutenberg*] quem, em 1907, para cumprir as disposições da nova lei de imprensa, assumiria interinamente as responsabilidades da sua propriedade e direção, apesar da sua ativa ligação ao jornal já remontar a 1903-1904.

anos, Manuel Jorge Cruz toma como trespasse a *Tipografia Popular, na Rua do Estendal*, e é diretor do importante jornal republicano figueirense *A Voz da Justiça*. Este teve a sua primitiva redação, administração e tipografia no Passeio Infante D. Henrique junto ao Jardim Municipal. A partir de 17 de Maio de 1903 a tipografia passa a ser propriedade da Associação de Instrução e o jornal passa a ser administrado por uma comissão de indivíduos, ligados à Loja Fernandes Tomás. Este jornal haveria de funcionar sempre como um órgão camuflado de propaganda, protegido e fomentado pela Maçonaria e indispensável para que a mesma pudesse intervir ideologicamente no seio do «mundo profano». O tom panfletário com que defendia a sua ideologia está presente em todos os seus textos, vejamos um extrato em que se defende de forma acérrima a necessidade de instrução:

“É, pois, pela instrução que devemos serenamente, passo a passo, conquistar o progresso. E de facto o homem sem instrução não passa d'uma machina! E não deve.sêl-o; o homem não deve ser um automato, deve aspirar a ser autonomo. (...) E por isso que a escola é um elo poderoso na cadeia do progresso. [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 1, 11 de Maio de 1902,p. 1).

Este órgão de informação ameaçava os poderes instituídos e abalava as suas conservadoras estruturas políticas, ideológicas, religiosas, etc. Com a publicação dos seus acutilantes artigos, desferia golpes profundos essencialmente contra a ação jesuítica, contra a decadente Monarquia, funcionando como veículo propagador do ideal da República, da liberdade, dos direitos civis, entre eles: o divórcio, o registo civil; dos direitos humanos, direitos da criança, da mulher e direitos laborais na ótica dos trabalhadores operários. Também defendeu a necessidade de adoção de novos métodos de ensino, de educação e instrução popular e outros ideais progressistas para a época. A Loja Maçónica controlou toda a sua atividade editorial decidiu sobre a publicação de grande parte dos seus artigos, temas e personalidades a projetar, etc., não dando especialmente tréguas ao combate às ações da Igreja, muito particularmente até à publicação da Lei da Separação entre o Estado e a Igreja em 1911, pela qual se declarariam livres todos os cultos, se proibiria o ensino do cristianismo nas escolas, se nacionalizaram os bens da Igreja, assim como obrigava os registos dos principais atos civis.

A partir de novembro de 1910, o jornal *A Voz da Justiça* sente necessidade de se definir ideologicamente junto dos seus leitores e mais uma vez clama por uma independência que sempre defendeu, assumindo-se decisivamente, como um jornal democrático:

“A VOZ DA JUSTIÇA não é um órgão oficial do partido republicano na Figueira, como o não são, de resto, em Lisboa, os jornaes que ali defendem a politica republicana, porque o partido não tem órgãos oficiaes; mas a VOZ DA JUSTIÇA procura, como tem procurado sempre dedicadamente, servir este partido em que o

seu diretor tem estado sempre filiado.”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 834, 22 de novembro de 1910, p. 1)⁶⁰

A Voz da Justiça, clamou por uma independência, e uma não ligação ao Partido Republicano, porém, ao longo da sua primeira década, foram desfiados neste periódico todo o tipo de acontecimentos que se prendiam com a afirmação do partido a nível nacional e local. No mesmo enfoque, no início de abril de 1910, este jornal fazia um apanhado do Congresso Republicano se havia encerrado há poucos dias. Este periódico congratulava-se que os republicanos tivessem, nesta altura, ultrapassado a mera fase ideológica e propagandística, demonstrando uma maior dinâmica, com uma ação efetiva nos vários municípios, possuindo vereadores republicanos, representantes em Juntas de Paróquias, associações, asilos, etc. a sua ação passava pela dinamização das coletividades, em especial em torno da questão da instrução popular.

“E assim vamos abrindo, com segurança, o caminho por onde a Republica há de fazer em breve a sua entrada triunfal. Quanto mais os homens do regímen se esforçam por opôr obstáculos á nossa marcha, mais animados nos sentimos para prosseguir, e o povo, que sabe já o que teem feito esses homens por experiencia própria, as amarguras que lhe custam as loucuras da realeza, não pode deixar de voltar-se para os republicanos n’esta hora de suprema angustia nacional. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 776, 3 de abril de 1910, p. 1)

Por essa altura o mesmo jornal dava a conhecer, de forma regular, novas adesões ao partido republicano. Para além disso noticiava, nas suas páginas, as ofertas em dinheiro feitas por correligionários, alguns deles residindo no Ultramar, cujas verbas se destinavam ao Centro Republicano José Falcão, ou à Associação de Instrução Popular, pois estes filhos da terra emigrados acreditavam que só a instrução poderia constituir um meio de salvação nacional e que estas entidades já tinham dado provas de pugnar por esse ideal.

A propaganda republicana intensifica-se em *A Voz da Justiça* ao longo do ano de 1910, o partido republicano acreditava que tinha chegado a hora de se instaurar esse regime em Portugal, dado que a Monarquia tinha demonstrado grande ineficácia na gestão de crise nacional. Anunciava-se no início de julho de 1910 o Comício Republicano na cidade vizinha de Cantanhede, onde se esperava a presença de grandes caudilhos da República, entre eles: Bernardino Machado, António José de Almeida e Alfredo de Magalhães. O jornal *A Voz da Justiça* transcreve nas suas páginas os discursos em comícios destes paladinos da revolução. Os leitores, ou eventuais eleitores republicanos, eram aconselhados a não se deixarem manietar, nem influenciar, por caciques locais afetos aos partidos monárquicos. Eram dadas autênticas lições de consciência cívica a todos os leitores, por forma a responsabilizá-los na votação na lista oficial republicana. A comissão política republicana

⁶⁰ Em vários números do mesmo jornal saiu de forma recorrente um texto, justificando que este não era um órgão oficial do partido republicano.

local, composta por nomes influentes na cidade, entre eles contavam-se Joaquim José Cerqueira da Rocha, Joaquim da Silva Cortesão, Joaquim Silva e Sousa Júnior, José da Luz, Manuel Gaspar de Lemos e Manuel Gomes Cruz, utilizava o jornal *A Voz da Justiça* como arauto das suas mensagens, pedidos, convites que necessitavam de divulgar junto da população⁶¹. Em agosto de 1910 o movimento republicano na Figueira da Foz atingia níveis febris, as reuniões multiplicavam-se e os líderes locais do partido demarcavam posições. A presidência do partido cabia ao médico, Joaquim Cortesão. Manuel Jorge Cruz, diretor de *A Voz da Justiça* propunha que fossem regularmente inseridos artigos de teor republicano no jornal e que se compilhassem esses artigos se publicasse uma separata para ser distribuída tanto na cidade como nas freguesias rurais. Manuel Gaspar de Lemos propôs-se propagandear a ideologia republicana junto dos cidadãos levando-os a votar na sua lista. A partir daí o tom panfletário do jornal agudiza-se, associando a Monarquia a todos os males e opressões de que o povo estava a ser vítima. O regime agonizava e a ideia republicana começa a sua marcha para o triunfo. As eleições de agosto de 1910 elegeram deputados os cidadãos que até ao momento mais se tinham distinguido na propaganda republicana: Afonso Costa, António José d'Almeida, Bernardino Machado, Alfredo de Magalhães, Miguel Bombarda, Alexandre Braga, António Luiz Gomes, Cândido dos Reis, João de Menezes, Teófilo Braga, Aurélio da Costa Ferreira, Fernandes Costa, Feio Terenas, Brito Camacho.

Na Figueira da Foz, os resultados foram satisfatórios para os Republicanos, que vigiaram severamente os locais de voto, evitando a influência dos habituais caciques. Todavia, os resultados dessas eleições foram ainda marcados por uma pesada herança do passado, as pessoas temiam as represálias e continuavam a votar no mesmo de sempre. Vejamos os resultados:

APURAMENTO NAS FREGUESIAS			
	Republicanos	Do Governo	Bloquistas ¹
Figueira	151	360	107
Buarcos	33	366	59
Tavarede	31	414	185
Quiaios	7	400	93
Lavos	10	469	225
Paião	13	470	350

Quadro 1- Resultados das eleições de agosto de 1910. Adap. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 811, 30 de Agosto de 1910, p. 1)

¹ Os Bloquistas eram constituídos por Evolucionistas e Unionistas que se uniram contra o Partido Republicano.

⁶¹ Já a 4 de fevereiro de 1908, o jornal *A Voz da Justiça*, abriu a edição com as parangonas: «Acontecimentos Sensacionais», referindo-se ao trágico episódio do regicídio, em que perderam a vida à mão de republicanos carbonários, o rei D. Carlos e o Príncipe Luís Filipe. Tratava-se, sem dúvida, do princípio do fim.

Na edição de 4 de outubro de 1910, *A Voz da Justiça* noticiou a morte de Miguel Bombarda, que juntamente com o Almirante Cândido dos Reis⁶² passam a ser vistos como os mártires da Revolução Republicana que entretanto estava já em curso. Na primeira página já era dada à estampa um artigo denominado «Lisboa Revolucionária – Caminhando para a República?». Antecipava-se já o que iria acontecer no dia seguinte: a Implantação da República. A 7 de outubro a *Voz da Justiça* regozija-se com a vitória republicana, publicando em parangonas, na sua 1ª página, frases que são autênticos chavões sintomáticos da ligação do jornal à causa republicana: «Deu enfim, a Hora do Triunfo»; «Salvé República Portuguesa!»; «Viva a Pátria Livre». Também, nessa página de jornal fica elencado o novo governo [provisório], com personalidades há muito conhecidas do meio figueirense, devido às numerosas ações de propaganda que desenvolveram neste meio, desde Teófilo Fraga, a António José de Almeida, Bernardino Machado e Afonso Costa.

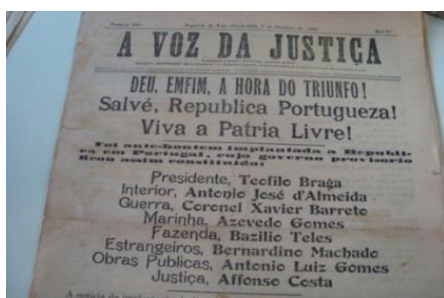


Figura 8 - 1º página de *A Voz da Justiça* comemorando a Implantação da República. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 821, 7 de Outubro de 1910, p. 1).

Na Figueira as manifestações republicanas atingiram indiscutível entusiasmo. Organizam-se cortejos imponentes com lugar às saudações à Pátria, à República, aos seus caudilhos e ao exército. A boa nova foi acolhida com grande entusiasmo pela população, lançaram-se foguetes, desde a madrugada, que fizeram convergir à Praça Nova centenas de populares⁶³. Organizou-se um enorme cortejo que, com uma fanfarra e agitando bandeiras, percorreu muitas ruas da cidade. Ao início da tarde de 5 de outubro de 1910 reuniram-se na Praça Nova, acompanhados com música e ao som dos foguetes, dirigiram-se aos Paços do Concelho. Uma vez nos Paços do Concelho encontram Manuel Gomes Cruz, republicano desde a primeira hora, assumindo o lugar de administrador do Concelho, substituindo João Rebelo⁶⁴. No exterior dos Paços do Concelho viveu-se um clima de grande manifestação, ao som de *A Portuguesa*, de foguetes e com o içar da bandeira republicana.

⁶² Igualmente morto no âmago da génese da revolução.

⁶³ Este episódio é minuciosamente descrito por Cristina Torres nas suas memórias in Sousa, J. (1983).

⁶⁴ Manuel Gomes Cruz dá posse à nova comissão administrativa, composta por vários cidadãos que se bateram na cidade pelos ideais republicanos e que serão referidos em várias ações ao longo deste trabalho. Entre eles, destacamos o Dr. Joaquim da Silva Cortesão que assumiu o cargo de Presidente; o Dr. José Gomes Cruz, como Vice-Presidente. Na vereação do Matadouro ficou Manuel Gaspar de Lemos e na vereação do Gaz e Água o Dr. Joaquim José Cerqueira da Rocha.

Na edição de 4 de outubro de 1910, *A Voz da Justiça* noticiou a morte de Miguel Bombarda, que juntamente com o Almirante Cândido dos Reis⁶⁵ passam a ser vistos como mártires e heróis da revolução. *A Voz da Justiça* de 11 de Outubro de 1910 dá continuação à descrição dos festejos da Implantação da República, com um editorial em parangonas «Proclamada a República, inicia-se uma era de Paz, de Trabalho e de Progresso», texto cujo teor é um hino de esperança relativamente ao futuro, tão desejado e que uma vez feito realidade havia urgência de trabalhar para a sua consolidação.

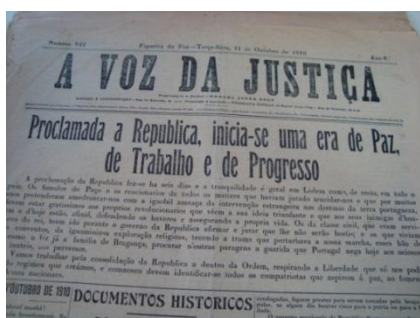


Figura 9 – 1ª página do jornal *A Voz da Justiça* de 11 de outubro de 1910. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 822, 11 de outubro de 1910, p. 1)

As adesões ao Partido Republicano começaram a crescer exponencialmente após a Implantação da República. O jornal *A Voz da Justiça* avisa que é preciso ter muita cautela quanto a estes recém-chegados ao partido, por isso: «Cautela, muita cautela!». O ambiente da cidade estava ao rubro com esta movimentação republicana, assim no dia 22 de outubro foram projetadas no animatógrafo as fitas reproduzindo alguns episódios da Revolução Republicana ocorrida em Lisboa. Previa-se que brevemente seria reproduzida a fita dos funerais do Dr. Miguel Bombarda e do Almirante Cândido dos Reis.

Saliente-se ainda que, no ano de 1909 surgem na Figueira mais dois jornais que, embora tenham tido uma duração relativamente curta, irão marcar o panorama jornalístico local: *A Redenção* e *Evolução*. *A Redenção*, cujo primeiro número foi publicado a 1 de maio desse ano e irá continuar a publicar-se quinzenalmente até 1 de fevereiro de 1910. Em inícios de agosto, de 1909 *A Voz da Justiça* congratula-se com a continuidade deste jornal, e de como estes novos periódicos⁶⁶ que, então, surgiam na cidade haviam de contribuir para a instrução e educação do povo e bem assim para a defesa intransigente do acesso à educação e dos seus contributos para o progresso e regeneração da Pátria. A sede da administração era na Rua do Monte, 59, Figueira da Foz e a tipografia era a mesma do jornal *A Voz da Justiça*, a Tipografia Popular na Rua do Estendal. Este jornal tinha um propósito, que passava pela divulgação de princípios democratas. Como tal, teve intenção

⁶⁵ Igualmente morto no âmago da génese da revolução.

⁶⁶ Em 3 de agosto de 1909, *A Voz da Justiça* noticiava o surgimento, na cidade, de mais um periódico denominado o *Petiz* “Mais um jornalsito [sic] surgiu ahi: o *Petiz* Pois saudando o *Petiz*, desejamos vê-lo... homem”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 698, 3 de agosto de 1909, p. 2)

de homenagear nas suas páginas figuras de relevo da cidade, em especial no campo político e da educação, numa rubrica denominada «*Galeria*», por onde passaram figuras estimadas no seu meio: Fernando Augusto Soares, Amélia Brás, António José d'Almeida, Eduardo de Freitas Tudela [de Vila Verde], Cardoso Martha, Pedro Fernandes Tomás, entre outros. Ao longo da sua vida este jornal deu principal enfoque à contestação à Monarquia e uma intensa propaganda republicana, de modo geral estava patente num antijesuítismo, no debate Monarquia *versus* República, na defesa da liberdade, nas palestras republicanas e nos centros republicanos. Neste âmbito, saliente-se um artigo da jovem Cristina Torres⁶⁷, utilizando o seu pseudónimo «Maria República» no qual, sob o título «Porque esperamos?» publicado a 15 de setembro de 1909, incitava o povo à luta, pela República. A preocupação com a educação esteve igualmente presente nesta publicação, entre outros artigos, destacam-se «A criança e a educação» de Raimundo Jorge Coimbra publicado no primeiro número deste jornal, outro artigo, não assinado, denominado «Escola João de Deus» e um texto referência, escrito pela jornalista Maria Veleda⁶⁸, denominado «Missão Educativa», datado do primeiro dia do ano de 1910.

Cristina Torres colaborou neste jornal, regularmente⁶⁹, em nome próprio com o artigo de opinião «Deveres e direitos da mulher. Conselhos a minha irmã». Nestes artigos há toda uma defesa à igualdade de direitos da mulher, a nível cívico, que se alcançavam, através da educação. Estes artigos eram inspirados, certamente, numa linha de pensamento, que chegava à Figueira, vinda da capital, defendida por figuras tão marcantes e inspiradoras como Maria Veleda, Ana de Castro Osório⁷⁰ ou Carolina Beatriz Ângelo⁷¹.

⁶⁷ Cristina Torres dos Santos nasceu na Figueira da Foz em 1881. Desde muito jovem pugnou pelo ideal republicano, aproximando-se dos meandros republicanos, maçónicos e mesmo carbonários. Desde muito nova desenvolvendo uma ação muito dinâmica na Figueira da Foz assumindo o papel de «mensageira» entre várias personalidades dos meios antimonárquicos figueirenses. Em 1909, inicia um período de colaboração ativa na imprensa local, sob o pseudónimo de «Maria República» ou com o seu nome próprio, no jornal republicano *A Redenção* e com o jornal maçónico *Evolução*. Em 1910, vive intensamente os festejos que na Figueira celebraram a vitória republicana do 5 de outubro tendo sido escolhida por Manuel Gomes Cruz, para caminhar pela cidade com uma bandeira republicana, pertencente ao Centro José Falcão. Nesse ano inicia a sua colaboração com o jornal republicano *A Voz da Justiça*. Profissionalmente e ainda muito jovem iniciou o seu trajeto como costureira, enquanto frequentava o curso noturno da Escola Industrial mas a sua vontade levou-a a frequentar a Universidade de Coimbra, a Faculdade de Letras onde se formou. Foi professora nas Escolas Móveis, e na Escola Comercial e Industrial da Figueira da Foz, mas devido às suas ideias democráticas foi perseguida pelo Estado Novo, exilada para Braga e mais tarde afastada da lecionação nas escolas oficiais. Será, até à sua morte, uma mulher interventiva e com um papel cívico muito intenso na sua cidade, assim como uma pedagoga exímia no ensino doméstico. Os seus alunos organizaram-lhe numerosas homenagens ao longo da sua existência. Faleceu na Figueira da Foz em 1975.

⁶⁸ Maria Veleda, pseudónimo de Maria Carolina Frederico Crispim, nasceu em Faro a 26 de fevereiro de 1871 e faleceu a 8 de abril de 1955. Foi professora, jornalista, feminista, republicana e livre pensadora. Pioneira na luta pela educação das crianças e dos direitos das mulheres e na propaganda dos ideais republicanos, sendo uma das mais importantes dirigentes do primeiro movimento feminista português. Dirigiu a Liga Portuguesa das Mulheres Portuguesas, juntamente com outras mulheres corajosas e cultas, como Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete. Maria Veleda lutou pela criação de um Portugal aberto às novas ideias, contra a ditadura, imposta há séculos, pelo sexo masculino.

⁶⁹ De 15 de junho de 1909 a 15 de janeiro de 1910.

⁷⁰ Ana de Castro Osório nasceu em Mangualde a 18 de junho de 1871 e faleceu em Setúbal, a 23 de março de 1935. Foi escritora, especialmente de literatura infantil, jornalista, pedagoga, feminista e ativista republicana portuguesa. Ana de Castro Osório foi pioneira em Portugal na luta pela igualdade de direitos entre homem e

As associações populares também foram tema recorrente neste jornal, que deu à estampa múltiplos artigos sobre o Grupo da Mocidade Operária Figueirense, Grupo Dramático da Infância Tavadense, Associação de Instrução Popular, Associação dos Caixeiros e Grupo de Juventude Republicana Dr. Bernardino Machado. Este jornal, que custava 20 réis, acabou por começar a ter problemas financeiros, logo em julho de 1909. Por essa altura avisavam-se os assinantes de fora para que cumprissem com a sua assinatura, depois, em tom mais explícito, a 15 desse mês falava-se de «*A nossa situação*». A partir de 15 de agosto, surgem gráficos com as assinaturas e o tom aflito de um jornal que não queria fechar as suas portas, mas que foi inevitável, vindo isto a acontecer no primeiro dia de fevereiro de 1910. Este jornal de cunho liberal e republicano, embora de duração algo efémera, haveria de mexer com a forma de pensar das gentes locais, marcando-as com ideias diferentes, mais modernas e avançadas e dando espaço editorial a mulheres pensantes da Figueira da Foz, ou com projeção nacional.

Outro jornal surgiu na Figueira da Foz, *Evolução*, que teve o seu primeiro número a 22 de agosto de 1909, terminando a sua edição com o número 16, de 30 de outubro de 1910. Na essência, tratava-se de um órgão de comunicação pertencente à Loja Maçónica Figueirense do mesmo nome, sendo de distribuição gratuita.

“Saiu a lume esta folha figueirense de propaganda anticlerical e de distribuição gratuita. Traz variada colaboração e muitos anúncios. Tenha o novo colega vida longa, porque assim exige a causa porque lutamos”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 705, 27 de agosto de 1909, p. 2)

A pedra de toque deste jornal era a Contestação à Monarquia/Propaganda Republicana, a luta antijesuítica, o anticlericalismo⁷². Tratava-se de um periódico de distribuição gratuita. Poucos dos seus artigos estavam assinados, e quando isso acontecia, verifica-se que não passavam de pseudónimos, como por exemplo *Claudio Aquaviva*. O jornal congratula-se com a implantação da República, quando a 10 de outubro de 1910 publica o seu artigo, na sua primeira página, «5 de Outubro de 1910. Viva a República». A 30 de agosto volta a publicar um artigo do género, «Só a República» e no mesmo número, outro artigo denominado «Revolução Portuguesa», assinado por um tal, Jules Lermina. Tal

mulher. Neste âmbito desenvolveu uma intensa atividade em prol dos direitos das mulheres. Foi fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, do Grupo de Estudos Feministas e da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Escreveu em 1905 *Mulheres Portuguesas*, o primeiro manifesto feminista português.

⁷¹ Carolina Beatriz Ângelo, natural da Guarda, onde nasceu a 16 de Abril de 1878. Frequentou o Curso do Liceu na cidade da Guarda e veio a ingressar em medicina, terminando o Curso na Escola Médica de Lisboa no ano de 1902. Boa parte da sua vida foi dedicada à luta pela emancipação e pelos direitos da mulher. Desempenhou o cargo de Presidente da Associação de Propaganda Feminista e Vice-Presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Com Ana de Castro Osório fundou a Associação de Propaganda Feminista. Foi a primeira mulher Portuguesa a votar exercendo tal direito nas eleições constituintes de 28 de Maio de 1911. Para tal, invocou a sua condição de chefe de família, após o óbito de seu marido Januário Barreto, vindo assim a obter a concessão do direito de voto por sentença do Juiz de Direito Dr. João Baptista de Castro. Faleceu em Lisboa, com 33 anos, a 3 de Outubro de 1911.

⁷² O Clero era visto como o reacionário e a «seita negra».

como o anterior jornal, também este versou sobre o tema da educação, em especial em artigos como: «O Ensino jesuítico», «O Ensino Religioso», e a «Ciência e o preconceito».

Sendo um jornal maçónico, teve como intenção propagar este ideal junto dos seus leitores, como tal a 15 de setembro de 1910, foi publicado um artigo sobre o Congresso Maçónico de Bruxelas. Tal como o anterior jornal, a sua existência foi bastante curta, mas nem por isso pouco relevante no meio jornalístico da cidade.

CAPÍTULO II – A INSTRUÇÃO POPULAR NA FIGUEIRA DA FOZ

2.1. As escolas populares na Figueira da Foz

Quando o jornal, a *Voz da Justiça*, viu a luz do dia, pela primeira vez, a 11 de maio de 1902 veio impor, na Figueira da Foz, novas prioridades em termos jornalísticos. Embora clamasse por um descomprometimento político e partidário, é certo que se assumia como um jornal democrático. Estava, à partida, embebido de ideais e valores que foram sendo alimentados pelos paladinos republicanos nacionais, como José Elias Garcia, Sebastião de Magalhães Lima, Teófilo Braga, Bernardino Machado, António José de Almeida, Afonso Costa, Raul Proença, entre outros. Este jornal, que tinha eco na cidade, junto de uma classe média erudita e de um operariado esclarecido, defendia junto dos seus leitores teorias que se mesclavam os ideais dos membros da sua equipa, endeusando a liberdade responsável, a igualdade de oportunidades e a solidariedade para com os mais fracos.

Não é por acaso, que na primeira página, da sua primeira edição, se dava a conhecer a sua bandeira e a sua causa principal: a instrução. A máxima e a divisa deste jornal estão expressas no seu primeiro editorial, bem explícito na expressão que transcrevemos: “É pois pela instrução que devemos serenamente, passo a passo, conquistar o progresso”. (*A Voz da Justiça*, nº 1, ano 1º, 11 de maio de 1902, p. 1)

O mesmo jornal reitera a ideia de que só pela leitura e pela instrução, o cidadão tem consciência dos direitos cívicos. Para tal, deve frequentar as escolas, uma vez que existem algumas gratuitas. Pois, “só pela leitura se conhece a justiça e a justiça é irmã da liberdade”. (*A Voz da Justiça*, nº 1, ano 1º, 11 de maio de 1902, p. 1).

No final do séc. XIX a questão da instrução popular era um tema amplamente debatido na Figueira da Foz, mesmo tendo em conta esforços que já tinham sido desenvolvidos em prol daquilo que apelidavam de «santa causa». A classe operária constituía, por esta altura, uma importante fatia da sociedade figueirense, e de acordo com Rui Cascão⁷³, por volta de 1878 ” [...] mais de metade dos habitantes da Figueira não sabiam ler”. (Cascão, 2009, p. 389). Essa cifra atingia, de acordo com o mesmo autor, 79% da população. Sendo que as mulheres eram as mais afetadas pelo analfabetismo e os grupos profissionais também apresentavam níveis de analfabetismo diferentes⁷⁴.

⁷³ Para se ter uma visão mais abrangente deste tema consulte-se Cascão (2009).

⁷⁴ Cf. Cascão (2009)

Esta situação mobilizou um debate, nos meios republicanos e maçónicos da Figueira da Foz, com vista a melhorar o seu nível de instrução, tendo em vista o combate à elevada taxa de analfabetismo. As escolas oficiais eram, manifestamente, insuficientes para o número de potenciais alunos, além disso eram, na maioria, casas alugadas, sem condições de salubridade. A Figueira teve a sorte de em 1866, ter sido contemplada com a oferta de uma Escola Primária, entre outros 120 concelhos do país, por Joaquim Ferreira dos Santos, vulgarmente conhecido por Conde de Ferreira.

Devido ao facto de os operários figueirenses necessitarem de aceder à instrução e contactaram com os rudimentos da leitura e da escrita, em 1881 a Câmara Municipal deliberou abrir um curso noturno de instrução primária que funcionaria, precisamente, na Escola Conde de Ferreira. Este curso destinava-se a todas as pessoas com mais de 10 anos que não pudessem frequentar a escola diurna. Mas esta, e as outras escolas existentes, tornavam-se manifestamente insuficientes para as necessidades do operariado local. Portanto, no final do século XIX e início de XX, o ensino primário das classes populares da Figueira da Foz passou a ser contemplada com missões das Escolas Móveis pelo Método João de Deus e a centrar-se em associações e coletividades de cultura e recreio, assim como em Associações de Classe. Dessas escolas, aquelas que nos merecem maior destaque, pelo facto de termos reunido um maior número de documentos e informações, foram as escolas que funcionaram na Associação de Instrução Popular – Figueira da Foz, na Associação de Instrução Artística Figueirense, na Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria, na Associação dos Carpinteiros Cívicos Figueirenses, na Associação de Classe dos Pedreiros Figueirenses, na Escola Noturna Popular Bernardino Machado – Buarcos, na Associação Instrutiva da Mulher Pobre «Escola Caridade», na Sociedade de Instrução Tavadense e outras Escolas Populares que funcionaram noutras freguesias mais periféricas: Quiaios, Alhadas e Brenha. Todas estas escolas nasceram sob os auspícios do movimento republicano emergente na Figueira da Foz e do movimento maçónico, extremamente dinâmico nesta localidade, em especial devido à ação de beneméritos afetos à Loja Fernandes Tomás. Muitas escolas foram mantidas, exclusivamente à base das quotas dos associados, por doações de beneméritos ou a expensas exclusivas dos próprios irmãos da Loja.

2.1.1. Escolas Móveis pelo Método João de Deus



Figura 1: Azulejo relativo às Escolas Móveis e Jardins Escolas pelo Método João de Deus. (Disponível em <http://bit.ly/14GyyH7>)

A Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus foi a experiência nacional mais sistemática e organizada dinamizada com o intuito a combater analfabetismo crónico em Portugal. Numa época em que a ideologia republicana ganhava cada vez mais adeptos, numa conjuntura em que se avoluma a ação inoperante dos governos monárquicos, começava-se a pugnar pelo ensino obrigatório, há muito legislado mas ainda não praticado, assim como pela defesa da separação do ensino da esfera da igreja.

Para por cobro a este flagelo nacional, foi fundada a Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, em 1882, que teve na sua génese destacadas individualidades, como o mecenas Casimiro Freire, Bernardino Machado, Jaime de Magalhães Lima, Francisco Teixeira de Queirós e Ana de Castro Osório. A escritura de constituição das Escolas Móveis pelo Método Educativo João de Deus refere-se de forma inequívoca aos seus principais objetivos:

" [...] reuniram-se algumas dezenas de cidadãos e fundaram a Associação de Escolas Móveis, com o fim de ensinar a ler, escrever e contar pelo método de admirável rapidez, do Senhor Dr. João de Deus, os indivíduos que o solicitarem, até onde permitam os seus meios económicos, enviando nesse intuito às diversas povoações da nação portuguesa professores devidamente habilitados – não se envolvendo em assuntos políticos, nem quaisquer outros alheios ao seu fim". (Gabinete de Audiovisuais e Multimédia da ESE de João de Deus (2008). Disponível em <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=2>)⁷⁵

A ideia de Casimiro Freire (1843-1918) era levar pelo país variadas missões de alfabetização das populações, utilizando o método de ensino com base na *Cartilha Maternal* de João de Deus⁷⁶ (1830-1896) Considerava-se este método, pela sua lógica e racionalidade, o que mais se adequava ao ensino das primeiras letras. Estava provado que os alunos em poucos meses passavam a ler sem qualquer dificuldade. Era, portanto um

⁷⁵ Ver mais sobre Casimiro Freire no GAM da ESE de João de Deus (2008). (Disponível em <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=2>).

método muito adequado para o ensino da leitura a adultos analfabetos, assim como para jovens e crianças, que dada a sua impossibilidade de frequentar a escola diurna, tivessem de recorrer ao ensino noturno. O seu autor advertira que a base deste método residia no estudo da fala, apresentando só um abecedário, combinando esses elementos em palavras inteligíveis para os alunos o que facilitava a sua aprendizagem. O método revelava-se eficaz e pouco dispendioso, dado que os alunos só eram acompanhados por professores por um período breve de quatro meses, “[...] arrancam no curto espaço de 4 mezes, 32 cerebros das trevas da ignorancia, fica explicada, acha-se justa a explicação”. (*A Voz da Justiça*, ano 1, nº 19, 14 de Setembro de 1902, p. 1)

Estava assim facilitada a tarefa de trazer a cada cidade do país, uma missão das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus. No caso da Figueira, houve um contacto muito precoce com o método João de Deus, cuja cartilha tinha sido publicada em 1877, e logo em meados de 1878, foi difundida nesta cidade, aquando da vinda do Dr. João da Costa Terenas para a realização de uma série de conferências acerca deste sistema de ensino, a convite do negociante João Maria Santiago Gouveia, de acordo com Cascão (2009)

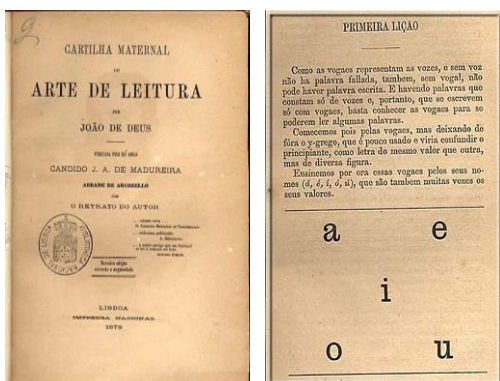


Figura 2 - *Cartilha Maternal* e Arte da Leitura de João de Deus. (Disponível em <http://bit.ly/14GyyH7>)

Figura 3 - Primeira Lição da *Cartilha Maternal*. O grande segredo do aprender a ler e escrever. (Disponível em <http://bit.ly/14GyyH7>)

Pretendia-se, em concreto, introduzir no concelho este método preconizado por João de Deus, sensibilizando os figueirenses para os seus benefícios. A propaganda a este tipo de escolas, que funcionavam à margem do sistema oficial, dirigidas a crianças, jovens e adultos, em moldes e horários diferentes das escolas oficiais, tentava deste modo difundir um ensino baseado num método que lhes parecia mais lógico e racional que se esperava que se traduzisse em resultados muito satisfatórios. Há que salientar que, na senda da ideologia republicana, pretendia-se que este ensino fosse de carácter laico, afastando os alunos de toda a influência jesuítica no campo da educação, que os intelectuais acreditavam ter contribuído para o atraso e atavismos próprios da Monarquia ainda reinante, mas verdadeiramente obsoleta.

No início de 1881, de acordo com Cascão (2009) abriu na cidade o Colégio Figueirense, onde se passou a lecionar a instrução primária elementar segundo o método João de Deus. Na Figueira da Foz, entre 1897 e 1903, decorreram quatro missões da Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus⁷⁷. Em 21 de janeiro maio de 1902, teve lugar a 106ª missão, por iniciativa da Junta Liberal da cidade. Uma vez que se tinha inscrito um número tão avultado de alunos, a Junta Liberal solicitou ao professor que dividisse os alunos em turmas, devendo estas ser ensinadas em dias alternados. O professor, José Gonçalves Martins, consciente da importância desta missão e pretendendo aceitar o maior número de alunos possível, abriu quatro turmas - uma turma diurna de 31 alunos, constituída de mulheres e menores de ambos os sexos, e três turmas de homens e rapazes maiores de 12 anos, para frequentar a escola em noites alternadas. Como era costume, alguns alunos começaram a abandonar a escola e, outros foram excluídos por se ter concluído, que já sabiam o básico da leitura e escrita. Há que ter em conta que, este elevado absentismo escolar, que se verificava especialmente em relação à frequência dos cursos noturnos, pode explicar-se pelo facto dos alunos serem todos operários, indo para as aulas cansados o que não lhes permitia segui-las convenientemente. As aulas prolongavam-se até às 11 horas da noite e, normalmente, os alunos de madrugada iam trabalhar. As condições, em que estas decorriam, eram bastante difíceis, dada a especificidade do público envolvido. Pouco depois, foi possível reunir numa só turma os grupos que frequentavam a escola de noite. Por essa altura funcionavam:

“ [...] duas aulas (uma diurna, para crianças e mulheres; e uma nocturna, para homens adultos cujas ocupações não lhe permitiam frequentá-las durante o dia); na sede da Associação dos Caixeiros. Os resultados não foram muito expressivos, devido ao elevado número de desistências e exclusões, sendo piores entre os alunos do «curso nocturno». Dos 140 alunos inicialmente inscritos, foram à prova final 22 (15,7%), mas ficaram 32 ‘ensinados’ a ler, escrever e fazer as quatro operações aritméticas”. (Cascão, 2009, p. 411).

No início, o trabalho do professor era extremamente fatigante, uma vez que os alunos eram em número muito elevado. Os membros da Junta Liberal tentavam auxiliá-lo, especialmente, o membro da Junta, António Ferreira de Freitas. Este, prestou um auxílio sistemático ao professor que aprendeu a ensinar pelo método de João de Deus. O seu desempenho foi comprovado pelo professor e pelo filho do autor do método, João de Deus Ramos (1874-1953) que ao assistir às provas finais dos seus alunos, o reconheceu com a atribuição do diploma de professor. Mais tarde, quando a turma se reduziu a 32 alunos, passou a ser suficiente o auxílio de António Freitas. No final, ficaram preparados pelo método de João de Deus, 32 alunos, tendo 21 comparecido às provas finais.

⁷⁷ Entre 1897 e 1903 decorreram na Figueira quatro missões da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, tendo esta sido a 1ª cidade a ter um Jardim-Escola João de Deus, edificado em 1914, por iniciativa de Afonso Ernesto de Barros, Visconde da Marinha Grande, então provedor da Misericórdia. A primeira pedra do edifício, construído na zona do Pinhal, foi colocada, simbolicamente, no dia 5 de outubro de 1911.

O dia 25 de maio desse ano foi marcado, pela Junta Liberal da cidade, para o termo desta 116ª missão. Esse dia estava destinado, também, à realização das provas finais dos alunos pelo professor José Gonçalves Martins. As provas decorreram na Sede da Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio. Os professores do Concelho e o público em geral, foi convidado a estarem presentes nesta cerimónia. É de ressaltar, que no início do séc. XX, os exames revestiam-se de uma grande solenidade, existiam rituais extremamente rigorosos para esta ocasião, os próprios trajes envergados pelos examinandos e examinadores eram os «domingueiros», as cerimónias eram públicas e a imprensa local dedicava-lhes toda a atenção. Os alunos que se apresentaram às provas finais esmeravam-se no seu desempenho. A imprensa reforçava a ideia de que através do método de leitura de João de Deus se obtinham resultados muito satisfatórios junto destes alunos:

” [...] deram a mais brilhante demonstração, que é possível desejar-se, da excellencia do methodo de João de Deus” [...] O methodo é profundamente racional e lógico e o ensino por ele, em toda a sua pureza, é muito trabalhoso para o professor, mas os alunos aprendem rapidamente, com facilidade, sem se fatigarem”. (*A Voz da Justiça*, Ano 1º, nº 2, 1 de junho de 1902, p. 1)

O jornal *A Voz da Justiça* adotou a educação e o ensino como sua principal bandeira. O seu editor, Gentil da Silva Ribeiro e o seu primeiro proprietário, Gustaf Adolf Bergstrom, no segundo número do seu jornal, optaram por um editorial, todo ele voltado para o louvor da instrução popular. O jornal envolvia-se nesta missão, como se fosse sua.

Agradecia ao professor da Escolas Móveis, que havia lecionado na Figueira, pelo empenho e altruísmo com que desenvolvia a sua tarefa. No jornal, eram noticiados os alunos premiados, e neste caso, com valores pecuniários:

“Os nomes dos alunos que deram provas são os seguintes: José Barraca, premiado com 2\$500 reis; Laura da Silva Martins, idem 2\$500 reis; Francisco de Goes Nobre, idem 500 reis; Daniel Ferreira Ramos, idem 500 reis; Carlos da Cruz Thomé, idem 500 reis; Carlos Pereira Jardim, idem 500 reis”. (*A Voz da Justiça*, Ano 1º, nº 2, 1 de junho de 1902, p. 1)

Para além destes prémios em dinheiro, todos os alunos foram contemplados com livros de leitura, o que prova que os elementos da Junta Liberal, ao fazerem a escolha desta oferta, demonstravam sensibilidade face aos benefícios da leitura, bem como os seus contributos para a formação dos alunos.

A Missão das Escolas Móveis, ao funcionar numa determinada localidade, socorria-se dos recursos humanos e materiais disponíveis, assim como do apoio logístico possibilitado por associações civis existentes que se quisessem associar a esta ação. Concretamente, esta missão na Figueira da Foz, pode contar com o apoio da Associação

Instrutiva dos Empregados do Comércio⁷⁸ que lhe cedeu a sala para as aulas, a Associação Artística que lhe cedeu carteiras e bancos para os alunos assistirem às aulas, a Santa Casa da Misericórdia, emprestou cadeiras e a Junta Liberal da Figueira pagou metade do ordenado do professor. A despesa total da missão foi de 161\$480 reis, acrescida de mais 5\$000 reis oferecidos por Nestório Dias, para a aquisição dos prémios.

Em 12 agosto de 1902, a Junta Liberal da Figueira dá a conhecer ao público, através da imprensa local, as contas relativas às aulas da Associação das Escolas Móveis, até junho desse ano. Quanto às receitas, a Junta pode contar com as ofertas de António da Silva Guimarães, José Antunes Martins, Nestório Dias, Henrique Mendes, Visconde da Marinha Grande e Joaquim Cortesão, assim como as quotas dos sócios de 1901. Quanto às despesas, contavam-se o pagamento do ordenado ao professor, acrescido de uma gratificação, o valor de 82\$530; ao contínuo da escola a quem foi pago 24\$000, pagamento de gaz e compra de bicos, foi gasto o valor de 16\$660; na compra de utensílios escolares como livros, papel e outros, foram gastos 26\$700; o expediente custou 15\$610 e os prémios constituídos por dinheiro e livros, foi de 9\$000. Os documentos que comprovavam estas despesas estavam em poder do tesoureiro, que era, nessa altura, J. Cortesão.

A propaganda pela instrução estava continuamente presente no jornal, *A Voz da Justiça*, louvava o facto de se ter ensinado a ler, escrever e efetuar as quatro operações aritméticas a 32 alunos. A esperança projetava-se, assim, no futuro porque se acreditava que esses alunos, quando fossem adultos não deixariam de mandar os seus filhos à escola, o que constituía uma excelente expectativa contra o analfabetismo que caracterizava amplamente o povo português. Chamava-se a atenção aos pais para que se compenstrassem das suas obrigações educativas, vigiando e obrigando os seus filhos à frequência da escola, devendo acabar-se com a indiferença reinante face aos seus benefícios. A instrução era propagandeada como se fosse uma verdadeira «antecâmara do progresso».

Havia, da parte de eminentes liberais figueirenses, uma intensa propaganda em torno da instrução das classes populares, dos desprotegidos da sorte, que durante séculos se viram afastados do acesso ao saber, “[...] a sua dedicação visa somente o aperfeiçoamento intelectual e moral dos seus irmãos não sofre duvida”. (*A Voz da Justiça*, ano 1, nº 19, 14 de Setembro de 1902, p. 1)

Quanto aos «apóstolos» desta causa, estes sentiam-se, por vezes desmotivados, e com sentimentos paradoxais face à sua missão, se por um lado os impelia a coragem e a utopia, por outro, sentiam o desalento e os obstáculos que punham em causa a sua intenção «salvadora» da sociedade portuguesa. Havia pois, que envolver nesta missão, um

⁷⁸ Vulgarmente designada de Associação dos Caixeiros.

maior número de pessoas: “Mas não deixemos aos hombros [sic] de meia dúzia a penosa tarefa que deve ser dividida por todos; auxiliemo-nos mutuamente, mettamos todos hombros à empresa! G.B.⁷⁹”. (*A Voz da Justiça*, Ano 1º, nº 27, de 9 de Novembro de 1902, p. 3)

Mas, normalmente, a propaganda pela instrução ganhava na boca e na pena destes homens um tom panfletário, recorrendo a argumentos convincentes que visavam aumentar as matrículas nas escolas populares que se iam formando neste meio. Vejamos um breve trecho, do jornal *A Voz da Justiça*:

“Estas palavras de amena palestra são para os filhos do povo, para os nossos irmãos menos protegidos pela sorte; e oxalá, que os convençam a aceitarem o bem que lhes está preparado a benemerita Associação de Instrução Popular, porque para subir, o degrau mais difícil de transpor foi sempre o primeiro, e esse, está agora reduzido á bagatela de quatro meses pelo sábio methodo do chorado pedagogo, [João de Deus] do egrégio poeta portuguez!” (*A Voz da Justiça*, ano 1, nº 19, 14 de Setembro de 1902, p. 1)

Devido a um forte movimento existente na Figueira da Foz, esta cidade pode contar no ano seguinte com uma nova missão da Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, desta vez na Associação de Instrução Popular, situada na Rua da Cadeia. Em novembro de 1902, anunciava-se na imprensa local, que as inscrições para a aula gratuita noturna pelo Método Deus, que iria funcionar na sede da Associação de Instrução Popular, se faziam no estabelecimento comercial de Barata Salgueiro, podendo nesse local serem feitos todos os esclarecimentos que fossem solicitados pelos interessados.

Pode-se constatar, pela observação do quadro das Missões das Escolas Móveis, em **Anexo I**⁸⁰ que esta 114ª missão decorreu no edifício da Associação d Instrução Popular em duas fases: a primeira de dezembro de 1902 a junho de 1903 e a segunda de janeiro de abril de 1903. Se analisarmos o quadro adaptado de *A Voz da Justiça*, (Ano 2º, nº 83, 27 de Agosto de 1903, p. 2). Constata-se que no que diz respeito à segunda fase desta missão existem falta de elementos sobre o número de alunos inscritos e sobre os que foram submetidos a exame. Quanto à 1ª fase, sabe-se que se inscreveram 75 alunos e só foram a exame 35, ou seja, foram examinados 47% dos alunos iniciais. Havia um problema da falta de assiduidade dos alunos e/ou abandono escolar, que era frequente, constituindo motivo de grande preocupação por parte das entidades promotoras do ensino popular da cidade.

Podemos concluir que as missões da Escola Móveis pelo Método João de Deus, possibilitaram até meados de 1903⁸¹, que fossem examinados em todo o reino 2620 alunos,

⁷⁹ GB: Iniciais de Gustaf Bergstrom, proprietário do jornal, *A Voz da Figueira*, que verteu nas suas páginas a defesa da sua causa máxima: «P'la Instrução».

⁸⁰ **Anexo I** - Missões realizadas pela associação de Escolas Móveis pelo método de João de Deus. (Cf. p. XV)

⁸¹ As Missões das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, a partir desta altura, surgiram em *A Voz da Justiça*, de forma menos sistemática. Pensamos que tal se deve ao facto de começarem a surgir outras escolas populares locais, com uma ação bastante louvável e que o mesmo jornal deveria propagandear. Como tal, iremos verificar que este jornal irá desfiar, número, após número, ações de relevo levadas a cabo, no âmbito da

sendo que, pelo menos 103 pertenciam ao concelho da Figueira da Foz. Atendendo a que, se inscreveram um total de 353 alunos nas quatro missões existentes na cidade, podemos verificar que só concluíram 29,1% dos alunos inicialmente inscritos. Desta forma, podemos ponderar se estes resultados podem ser considerados animadores. Assumindo, que, numa época em que o analfabetismo grassava em Portugal, este resultado poderia constituir uma vitória que deixaria muito satisfeitos os propagandistas da instrução popular.

Tal como vimos, as provas finais dos alunos eram transformadas em cerimónias públicas, noticiadas através dos periódicos locais mais liberais. Os alunos demonstravam perante a assistência as competências adquiridas, demonstrando assim o êxito dessa missão junto das populações.

Após a 114^a Missão das Escolas Móveis, que decorreu na Associação de Instrução Popular até junho de 1903, *A Voz da Justiça* de 25 de Junho, divulgou um novo curso dessa Escola, que teria início em julho desse ano na mesma associação. Os alunos anteriormente inscritos na última missão da Associação das Escolas Móveis, que desejassem continuar a estudar, deviam apresentar-se no dia um de julho, na sede dessa associação, pela 1 hora da tarde, para que se iniciassem os trabalhos escolares. A afluência de alunos não deve ter sido a esperada, uma vez que na edição seguinte do jornal, voltava a ser anunciado que se mantinha aberta durante uma semana a inscrição, na sede da Associação de Instrução Popular, decorrendo do meio-dia e meia às duas horas da tarde.

A Associação das Escolas Móveis irá voltar a ter nova missão no início de 1905, no quartel do Grupo de Artilharia da Figueira da Foz na Figueira da Foz destinando-se a militares das baterias de artilharia que fossem analfabetos. O jornal *A Voz da Justiça*, de 6 de abril de 1905, informa que no sábado seguinte se iriam realizar no quartel da cidade as provas finais dos alunos que frequentaram as aulas nos últimos quatro meses. Os resultados parecem ter sido muito satisfatórios, dado que se sabe que os militares assistiram assiduamente e de forma empenhada às aulas. O professor das Escola Móveis, incumbido desta missão foi, novamente, Gonçalves Martins.

O articulista é da opinião que a Figueira da Foz, no que diz respeito às Escolas Móveis, teve um significativo número de missões que acolheu e bem assim, pelos bons resultados que foram obtidos até àquele momento, o que comprovava o valor do método da Cartilha Maternal. Este método provava ser de grande qualidade pedagógica nas missões das Escolas Móveis mas também nas escolas populares que entretanto já se encontravam

instrução popular, preferencialmente pela Associação de Instrução Popular, mas também sobre a Escola Noturna Bernardino Machado em Buarcos, cujo benemérito era o Buarcocense Fernando Augusto Soares, que também auxiliava a escola da AIP. Para além disso são feitas referências à Escola Noturna da Sociedade de Instrução Tavadense, à qual estava ligado Gentil da Silva Ribeiro (1873-1918), editor do jornal e mais tarde o seu filho, José da Silva Ribeiro (1894-1986) que haverá de ser a “alma” desta Associação, projetando-a durante muitas décadas como grupo de instrução, fundamentalmente ligada ao Teatro.

em funcionamento, a saber: a Associação de Instrução Popular e a Associação de Instrução Artística. É de salientar, que mesmo os colégios particulares que foram nascendo passaram a optar pela *Cartilha Maternal* de João de Deus.

A 8 de abril de 1905 realizaram-se as provas finais dos militares do grupo de baterias de artilharia da cidade. Às provas assistiram os oficiais do grupo, assim como outras pessoas, que ficaram muito bem impressionados com o desempenho dos alunos, na aplicação de qualquer regra do método. O «examinador» era o próprio professor das Escolas Móveis, Gonçalves Martins.

Esta missão envolveu vinte militares e foram submetidos às provas dezasseis, uma vez que quatro faltaram, por motivo justificado. Antes de examinar os alunos, o professor, Gonçalves Martins, tomou a palavra explicando aos oficiais presentes as dificuldades com que se debateu para conseguir que aqueles homens ficassem a ler, escrever e contar, com uma média de 70 a 80 lições. Estas decorreram à noite, quando os alunos já denotavam alguma fadiga, uma vez que durante o dia estes tinham serviço permanente. Mesmo assim considerou que os resultados foram bons, devendo-se essa proeza, ao método João de Deus, que se considerou ter a supremacia sobre todos os outros.

O objetivo destas lições era de que os alunos aprendessem a ler, escrever e a realizar operações simples de aritmética. Como tal, as provas, decorriam quase sempre nos mesmos moldes: os alunos liam o alfabeto, eram feitas questões sobre o funcionamento do método, como a definição de cada letra, o seu valor, em que casos estas se aplicavam, entre outras questões. De seguida passavam a ler no 2º livro de leitura João de Deus, *Deveres dos Filhos*. A sua fluência na leitura surpreendeu a assistência, pela correção com o fizeram. Por fim os alunos faziam contas no quadro, demonstrando conhecer bem as quatro operações. O jornal *A Voz da Justiça* de 9 de abril de 1905 agradece o empenho do professor, mas também do capitão José Maria Luiz d'Almeida, pelo interesse que demonstrou pela instrução dos seus soldados. Sendo ele próprio, um apologista do método João de Deus, o que levou a que requisitasse pela 2ª vez esta missão para o quartel da cidade⁸². O autor do artigo termina com um louvor e elogio público a esta ação em prol da instrução na Figueira da Foz:

“ Entrar na caserna analfabeto e três ou quatro mezes depois saber ler e escrever, deve ser grato não só para os que aprendem, mas mais ainda para os que contribuem para que esses analfabetos se extingam. [...] É um trabalho generoso, é um serviço patriótico! E por isso, honra lhes seja!”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 251, 9 de abril de 1905, p. 2)

No quartel de Baterias de Artilharia da Figueira da Foz, voltam a funcionar outros cursos pelo método de João de Deus nos primeiros meses de 1908. O professor, requisitado

⁸² A primeira missão no Grupo de Artilharia da Figueira da Foz foi a 76ª missão a nível nacional, que teve início em meados de março de 1898 e terminou no fim de junho desse ano.

pelo major José Maria d'Almeida, que tanto se interessou pelo ensino dos soldados deste quartel foi, desta vez, José Cardoso Santiago, professor da Associação de Instrução Popular. A 22 de março desse ano, domingo, foram realizadas as provas de aproveitamento de seis soldados que frequentaram as aulas. Alguns cabos e sargentos assistiram a todas as lições e ficaram aptos para ensinar os recrutas analfabetos, através do mesmo método.

A dedicação de Casimiro Freire à missão das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus constituiu mote para muitos artigos de jornal e cerimónias públicas nas quais foi louvado e homenageado. A propósito de Casimiro Freire, António de Campos Júnior, assina em *A Voz da Justiça* de 12 de maio de 1905, p. 1, um artigo, no qual louva a sua ação. Considera que Casimiro Freire, embora sendo uma individualidade quase ignorada pela maioria e um propagandista desamparado se tinha dedicado a esta causa da instrução dos analfabetos ao longo de um quarto de século, nunca tendo desanimado, mesmo debatendo-se com dificuldades monetárias devido aos parcos donativos. O articulista considerava C. Freire um lutador, um homem de grandeza moral que se debatia, contra a indiferença do Estado perante as questões concretas da instrução. Não bastava a escolaridade obrigatória constar da lei, havia muito trabalho a fazer e Casimiro Freire revelava-se um lutador incansável com grande dedicação a esta causa. Nesta altura, as escolas do estado não eram suficientes para educar a multidão de analfabetos, assim as missões das Escolas Móveis, faziam um trabalho muito louvável de atrair e instruir estas pessoas, tentando acabar com essa mancha social do país, que nos inferiorizava em relação à Europa. Nesta altura, apesar das dificuldades de gestão desta missão, o certo é que já se tinham realizado, nesta data 131 missões estando, por essa altura, sete missões a decorrer em todo o país, que ensinaram a ler, de terra em terra, milhares de analfabetos.

A 21 de maio de 1907, o jornal assinala na sua primeira página o 25º aniversário das Escolas Móveis pelo Método João de Deus. Sobre essa efeméride esse periódico sublinha que esses 25 anos se traduziram em importantes serviços prestados ao país, louvando o seu líder incansável na figura de Casimiro Freire, grande admirador da obra de João de Deus. Estas missões das Escolas Móveis eram gratuitas, contribuindo para o surgimento de milhares de cidadãos, conscientes dos seus direitos e que se tornaram mais úteis à Pátria. É também frisado, que esta associação nunca recebeu qualquer apoio oficial, com o objetivo de melhor dar continuidade à sua obra

O impacto da Missão das Escolas Móveis teve antes o apoio de portugueses beneméritos de Portugal Continental e de muitos que residiam no Brasil, mas que se mantinham unidos por laços identitários e patrióticos ao país de origem. O mesmo jornal, ao publicar um texto de João de Barros sobre as Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, frisa a mesma ideia “Só uma importante parte da nossa colônia do Brasil, constituiu

dois núcleos de propaganda, que teem sido de um poderoso auxilio - moral e material – para a Associação”. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 472, 28 de Maio 1907, p. 1)

A Voz da Justiça, sendo um jornal local, começava a ter um impacto informativo tanto na capital como noutras cidades do país, e mesmo noutras partes do mundo onde existiam emigrantes portugueses. Era frequente serem publicados artigos de opinião desses leitores longínquos, mas cujo pensamento continuava próximo da sua terra natal e dos seus problemas, em especial no que dizia respeito à instrução popular. Em finais de setembro de 1904, este jornal, informava que tinha chegado à cidade o conterrâneo, António Ferreira de Freitas, após dois anos de ausência, vindo do Pará, Brasil, onde tinha sido um incansável propagandista da instrução popular e da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus.

Havia uma afinidade da linha editorial de *A Voz da Justiça* com a questão da instrução popular, por isso a 28 de junho de 1907, é publicado na sua segunda página, o Relatório de 1905 e 1906, da Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, datada de 1907 – Lisboa. O mesmo, não acrescenta grandes novidades aos textos anteriormente publicados: louva-se a ação de Casimiro Freire, celebra-se a efeméride dos 25 anos da associação, a inexistência de qualquer apoio estatal, a luta desta associação contra o número excessivo de analfabetos que rondava nessa altura a cifra dos 80%. No sentido de angariar mais sócios a associação informa que a quota mínima de subscrição era de 100 reis mensais. O jornal recebeu nessa altura o 1º número do Boletim das Escolas Móveis que passou a ser publicado e dirigido por João de Deus Ramos (1878 -1953)⁸³ que foi continuador da obra do seu pai, o célebre João de Deus⁸⁴. A partir desta altura, o jornal faz referências recorrentes à receção de outros números deste Boletim, assim como do seu conteúdo.

João de Barros (1881-1960)⁸⁵ elogiou, em *A Voz da Justiça* de 28 de Maio 1907, a ação educativa de Casimiro Freire, uma vez que foi ele o mentor Associação de Escolas Móveis, tendo despendido inúmeros esforços em prol da educação popular.

“A Associação das Escolas Móveis, fundada em 1882, pela iniciativa inteligente, honesta e perseverante de Casimiro Freire, tem por fim fornecer, gratuitamente, a

⁸³ João de Deus Ramos nasceu em Lisboa em 1878 e morreu a 1953. Filho do pedagogo João de Deus, cuja obra continuou. Foi o fundador das escolas infantis designadas por Jardins Escola João de Deus. Saliente-se que, João de Deus Ramos, tendo ficado sem pai aos 17 anos. Em 1908 assumiu a Direção da Associação, empreendeu uma viagem pela Europa, sobretudo à França e à Suíça, cujo objetivo era o de ver Jardins de Infância a funcionar. Dessas visitas que fez teve contacto com diferentes pedagogos e métodos de ensino, entre os quais, F. Froëbel, O. Decroly, Maria Montessori e J. Pestalozzi. Ao regressar teve a ideia de criar Jardins-Escolas, baseando-se nos métodos desses pedagogos, mas adaptando-os à realidade portuguesa.

⁸⁴ João de Deus (1830-1896) nasceu em S. Bartolomeu de Messines, em Faro. Advogado e jornalista, alcançou popularidade e glória com a *Cartilha Maternal*, editada em 1876, em que propôs a renovação e divulgação do ensino das 1ªs letras.

⁸⁵ João de Barros nasceu na Figueira em 1881 e morreu em Lisboa em 1960. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, foi poeta, pedagogo e publicista.

quem o requisite para qualquer numero de alunos, professores que ensinam a lêr e a escrever pelo método de João de Deus, e a contar. O requisitante, ou requisitantes, só terão que pagar a viagem de ida do professor e de fornecer a sala para os cursos; e, caso alguns d'estes sejam noturnos, a iluminação". (*A Voz da Justiça*, 28 de Maio 1907, p. 1)

Casimiro Freire tentava levar a bom porto a sua iniciativa, obviando a falta de propaganda da imprensa não republicana, da falta de sócios e da falta de apoio do estado a esta causa. *O Mundo*⁸⁶ (1900-1927), jornal assumidamente republicano, vertia nas suas páginas o apoio de alguns dos seus leitores a esta causa, como por exemplo o caso de um generoso anónimo, que se escondia no pseudónimo de Tobias Joropa, que subsidiava a associação com 100\$000 reis anuais. O jornal *A Voz da Justiça* elogia esta atitude "Abençoada creatura! E que nobre exemplo tão pouco imitado em Portugal!" (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 225, 8 de Janeiro de 1905, p. 1)

A necessidade de angariar fundos para «a santa causa» da instrução fez com que a Figueira tomasse iniciativas, com a finalidade de retribuir os benefícios, que as várias missões das Escolas Móveis vinham fazendo na cidade. Como tal, a 27 de setembro de 1907, no salão do Grande Club Peninsular da Figueira da Foz decorreu um espetáculo do qual se editou uma brochura denominada «No dia da Festa», cujo editor foi M. Cardoso Martha e a impressão coube à Tipografia Barata Salgueiro.



Figuras 4 e 5 - *No Dia da Festa em Benefício da Associação de Escolas Móveis*, 1907. (Cedência de imagem da BMFF)

Do alinhamento desta festa benemérita, contaram-se muitas leituras e homenagens, da qual se editou esta brochura, onde constavam contos e poemas de figuras da nossa praça e nacionais:

"S. Professor", conto de A. Carlos Borges
 Assim contou a ceguinha", de Affonso Lopes Vieira
 Poesia de Ladislau Patrício
 Por fim, conto de Cardoso Martha: "Maria de Magdala". (*No Dia da Festa em Benefício da Associação de Escolas Móveis*, 1907).

⁸⁶ Desde já, transcrever as notícias (ou opiniões) do jornal *O Mundo* era uma prática e uma honra para qualquer jornal da província, como *A Voz da Justiça*. O facto deste se encontrar no topo da hierarquia dos jornais diários, sendo um periódico bastante conceituado, em especial devido ao favor que a opinião democrática lhe dispensava. Logo, a identificação de *A Voz da Justiça* com este jornal da capital, era imediata. Partilhavam dos mesmos ideais e ambições, especialmente no que se refere à questão da democratização da instrução.



Figura 6 - João de Deus. (*No Dia da Festa em Benefício da Associação de Escolas Móveis*, 1907, p.3). (Cedência de imagem da BMFF)

A nível nacional, a causa da Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus sensibilizou mais alguns particulares abastados, do que o próprio Estado. Se não fosse a ação destes beneméritos da instrução, este projeto nunca teria sido realizável. A *Voz da Justiça*, sendo um jornal que propagava dos princípios democráticos e pugnava pela instrução e educação do povo, referia, sempre que se justificava, os donativos que eram feitos a esta instituição difusora pelo país do ensino recorrendo ao método do poeta e pedagogo, João de Deus. Apresenta-se em **Anexo II** um quadro resumo⁸⁷, dos contributos feitos por esta altura e que se encontram descritos no editorial de *A Voz da Justiça* de 17 de Setembro 1905, intitulado «Os Beneméritos da Instrução».

O método João de Deus foi alvo de publicidade em numerosos números do jornal, *A Voz da Justiça* a partir de outubro de 1905 passa a publicar um quadro, semelhante ao que segue em **Anexo III**⁸⁸, no qual referia quais os livros e outros materiais de que era constituído o método, os seus preços, bem como o local onde podiam ser adquiridos e os descontos previstos de acordo com o número de livros e outros materiais que se encomendassem. Este benefício destinava-se sobretudo a escolas, que adquiriam todo o material necessário aos seus alunos. É de salientar, que algumas notícias que se concernem ao equipamento de salas de aula pelo método João de Deus, fazem referência à necessidade de aquisição do álbum, ou livro contendo as lições da Cartilha Maternal em ponto grande, assim como dos quadros parietais contendo as lições. Vejamos, no referido Anexo como o método era publicitado em *A Voz da Justiça*, semana após semana, mês após mês.

Quase se poderia falar da adoção de um manual único, dado que a primazia da Cartilha Maternal pelo Método João de Deus sobre os demais métodos era notório, em especial, entre as escolas que eram erigidas e controladas por republicanos. No fundo a

⁸⁷ **Anexo II** – Quadro «Os Beneméritos da Instrução». Fonte: *A Voz da Justiça* de 17 de Setembro 1905. (Cf. p. XVI)

⁸⁸ **Anexo III** – Publicidade ao Método da *Cartilha Maternal*. (Cf. p. XVII)

Cartilha Maternal constituía um método de aprendizagem da leitura, mas também era transmissor de ideologia republicana, tanto mais que o seu criador era um democrata e defensor de ideais republicanos

A partir de 1908 esta Associação passou a designar-se Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas. Paulatinamente, a associação pretendia atingir níveis de maior alcance social e pedagógico, sendo que as bibliotecas ambulantes e os jardins-escolas⁸⁹ vinham ao encontro desse propósito. O plano de ação da Associação de Escolas pelo Método João de Deus passava nesta altura por colocar um professor em cada concelho e instituir uma biblioteca popular, com vista à generalização do acesso ao ensino, criando uma comissão auxiliar com vista à assistência dos alunos pobres.

É conferida uma enorme importância à questão das Escolas Móveis pelo Método João de Deus a nível nacional e a sua ação é motivo de numerosos artigos na imprensa da época, *A Voz da Justiça* de 2 de Junho de 1908, sendo uma fervorosa seguidora deste projeto informa:

“Realizou-se em Lisboa, no domingo á noite, a reunião da Assembleia geral d’esta associação, à qual presidiu o sr. dr. Bernardino Machado. Foi lido um desenvolvido relatório da ultima gerência e elegeram se os novos corpos gerentes [...]”⁹⁰. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 577, 2 de junho de 1908, p. 3)

Podemos constatar que se encontravam na direção desta associação figuras bastante proeminentes no campo da educação e da política nacional, republicanos e maçons, dos quais se destacam Bernardino Machado e Teófilo Braga, que haveriam de ter cargos de grande destaque aquando da implantação da República. É interessante ver que, na Comissão de Propaganda das Escolas Maternais, constam já nomes de mulheres na sua liderança, tais como Ana de Castro Osório, algo pouco comum nessa época em que a mulher ainda tinha um papel tão pouco interventivo na sociedade e muito menos na vida cívica e política. Há a salientar, que esta associação também tinha como missão a criação de bibliotecas. Neste projeto havia uma comissão que tinha a cargo as Bibliotecas Ambulantes, que tinha como timoneiro, Teófilo Braga.

Acreditava-se mesmo que, este movimento das Escolas Móveis, poderia a seu tempo substituir-se ao Estado, que dada a letargia demonstrada neste domínio, bem poderia afastar-se de regular em tal matéria. Esta ideia está patente em numerosos artigos que consultámos, especialmente uma circular dessa associação difundida em *A Voz da Justiça* de 9 de novembro de 1909. A associação constata que devido à falta de apoio do Estado à

⁸⁹ O primeiro Jardim-Escola João de Deus, tipo português de escola infantil, foi inaugurado em Coimbra em 1911, segundo um projeto de Raul Lino, que haveria de servir de modelo aos outros edifícios congêneres que nascerão a partir daí. A Figueira da Foz iria inaugurar o seu Jardim-Escola, na zona do Pinhal, em 1914, tendo envolvido sinergias de devotados defensores da democratização da instrução.

causa da instrução em Portugal, o analfabetismo tomou proporções tais, que a despeito dos esforços que têm sido realizados por instituições privadas, este se tinha agravado, em vez de diminuído.

Neste contexto, a Associação desafia o Estado a tomar «as rédeas» da educação a nível nacional, consciente de que conseguiria obter melhores resultados, realizando com economia uma solução para esse problema. Esta obra, das Escolas Móveis, poderia afirmar-se a nível nacional, bastava que existissem dois mil professores ambulantes, que realizassem cada um, duas missões anuais, em duas freguesias de um concelho, onde ensinariam a ler e escrever, calculando-se que ficariam preparados em média 25 alunos por missão, logo seriam extintos 100.000 analfabetos. Teoricamente tratava-se de um método económico e eficaz, senão vejamos:

“Pagando-se a cada professor a quantia de 330\$00 reis anuais, tínhamos a despesa total de reis 660:000\$000. D’esta forma pratica, estaria necessariamente vencida no fim de 30 anos, a campanha contra o analfabetismo”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 726, 9 de Novembro de 1909, p. 1)

Nessa circular proveniente da Associação das Escolas Móveis⁹¹, datada de 20 de outubro de 1909, sendo seu presidente Sebastião de Magalhães Lima⁹², avançava a informação de que as bibliotecas populares ambulantes teriam início no ano de 1908. Nelas, previa-se utilizar metodologia pedagógica inovadora, em especial, uma articulação entre as aulas e as bibliotecas, aproveitando a ação dos professores que seriam portadores de obras, previamente selecionadas, fazendo-se leituras públicas aos domingos e dias santos, com o auxílio de projeções luminosas.

Como se pode verificar, havia uma campanha acérrima deste modelo de Escolas Móveis, paralelamente, podemos inferir da modernidade dos métodos de ensino, que ao sabor da vulgarização do animatógrafo, previa leituras públicas com o auxílio de projeções luminosas. Por outro lado, havia já a noção de que um povo que lê, é um povo mais consciente e interventivo, como tal a aposta fazia-se agora noutra frente, com a criação de Bibliotecas Ambulantes e num futuro próximo, vislumbrava-se a criação de escolas infantis nas quais se poderia pôr em prática todos os ensinamentos pedagógicos do mestre: os Jardins-Escola João de Deus.

Na Figueira da Foz, o Núcleo Local da Liga de instrução decide abrir um curso noturno para analfabetos adultos, lecionado pelo método João de Deus, que irá funcionar na

⁹² Sebastião de Magalhães Lima era um histórico jornalista da capital. Sobre esta figura republicana, consulte-se Garnel (2004).

Escola Conde Ferreira⁹³, a partir de 7 de janeiro de 1910. Esta escola foi cedida pela Direção Geral de Instrução Pública para este efeito.

No dia do início deste curso noturno, a 7 de janeiro de 1910, estavam inscritos 40 alunos, esperando-se que todos eles acorressem assiduamente às aulas e com vontade de aprender. Este curso elementar noturno, regido pelo método João de Deus, previa-se que iria durar três meses e que ocuparia os alunos uma hora diária. *A Voz da Justiça* de 4 de janeiro de 1910, incentiva os alunos a frequentarem estas aulas na Escola Conde Ferreira, pois assim poderiam mais facilmente frequentar as aulas na Associação de Instrução Popular ou Associação Artística Figueirense, que os prepararia para a realização de exames. E em Dezembro do mesmo ano, segundo Cascão (2009, p. 411) começou um curso de leitura, adotando o mesmo método, no Centro Republicano José Falcão.

A nível local, no hiato de tempo que medeia entre 1900-1910, foram sendo tomadas opções com o objetivo de ir resolvendo o problema da alfabetização de adultos, socorrendo-se de todos os meios e de todos os equipamentos que a cidade possuía. Por toda a cidade, neste período que antecedeu a implantação da República enxameiam, por aqui e por ali, escolas populares. Tanto na cidade, freguesia de S. Julião propriamente dita, como nas duas freguesias limítrofes: Tavadere, terra de lavradores e Buarcos, terra de pescadores. Também serão abordadas outras experiências em freguesias contíguas, como Brenha, Quiaios e Alhadas.

⁹³ Escola criada em 1866 devido a herança particular, e que era o único edifício escolar da cidade à data, que tinha sido construído com o objetivo de ser uma escola. Na primeira década do séc. XX, a imprensa local clamava por obras no edifício, que já denotava desgaste provocado pelo tempo.

2.1.2. Escola Noturna Popular Bernardino Machado - Buarcos

A Escola Noturna Popular Bernardino Machado foi criada pelo Triângulo Maçónico de Buarcos, nº 11, em 26 de outubro de 1899. Meses depois, esta escola passa a funcionar numa casa cedida pelo benemérito Buarcocense Fernando Augusto Soares, situada rua da Cortiça e a expensas suas.

Fernando Augusto Soares nasceu em Buarcos em 1838 e morreu no ano de 1918. Este abastado proprietário enriqueceu enquanto emigrante na Ilha de Príncipe. Ao regressar, fez importantes doações para benfeitorias na sua terra natal, em especial a favor da instrução popular. Fernando Augusto Soares foi iniciado na Maçonaria Figueirense, na Loja Fernandes Tomás e mantinha a expensas próprias esta escola noturna de instrução primária. Esta escola haveria de proporcionar nessa terra de pescadores e peixeiras, o ensino gratuito aos mais desprotegidos. E tal como muitas outras na nossa cidade, estaria ligada a individualidades republicanas, mas sobretudo, tinha como suporte a Maçonaria local. De acordo com Isabel Henriques:

“ [...] a 14 de Janeiro de 1899 seriam instalados os Triângulos de Tavadre (nº 10) e Buarcos (nº 11), autorizados por decreto maçónico de 30 de Dezembro de 1898- Ambos os Triângulos depressa criaram os seus "órgãos" de intervenção, necessários à colocação em prática dos seus ideais de democratização da instrução popular” (Henriques, 2001a, p. 120)

A 1 e 2 de maio de 1902 os alunos da Escola Noturna Popular Bernardino Machado, prestaram provas do 1º grau perante o professor oficial de Buarcos, Augusto Goltz Carvalho⁹⁴. A 29 desse mês realizou-se nessa escola uma sessão solene, com o objetivo de premiar e entregar os certificados do primeiro grau⁹⁵ a esses alunos. O jornal *A Voz da Justiça*, devido ao seu interesse pelas questões da educação, elogia no seu segundo número, esta escola e ao seu benemérito:

“ [...] por aqui se pode ver os benefícios que está prestando a Buarcos esta escola, que é sustentada pela filantropia do sr. Fernando Soares. Que o povo seja grato a este benemérito, pois não fará mais do que cumprir um dever [...] ”.
(*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 2, 18 de Maio de 1902, p.1)

⁹⁴ Augusto Goltz de Carvalho nasceu e morreu em Buarcos (1858-1939). Foi professor oficial daquela localidade, personalidade muito prestigiada devido ao empenho que dedicava à sua profissão, mas também da ligação que teve ao associativismo e à cultura local.

⁹⁵ De acordo com a lei vigente, o ensino primário dividia-se em: 1º Grau (mais elementar) e 2º Grau (mais avançado).

Na sessão solene de 29 de maio, Fernando Augusto Soares usou da palavra, mas o tom que utilizou não denotava grande satisfação com a obra que tinha criado. O benemérito queixava-se da sua escola ter sido alvo de arruaceiros evangelistas, tendo mesmo que expulsar dois alunos que se envolveram nesses motins. Está aqui em questão, presume-se, o facto de esta escola ser laica, constituía uma ameaça para os seguidores das confissões religiosas, tanto a católica, como a evangélica.

Veremos que, as sessões solenes das várias associações, que possuíam escolas populares, serão palco de discursos de certas figuras mais instruídas e logo mais poderosas da Figueira da Foz e arredores, em especial, de Tavarede e Buarcos. Estes passam a participar nos mesmos eventos, dedicados às mesmas causas, muito particularmente à propaganda pela instrução popular. Será frequente encontrarmos Fernando Augusto Soares em sessões da Associação de Instrução Popular da Figueira da Foz, como será frequente vermos o advogado, Manuel Gomes da Cruz, ou o seu irmão, José Gomes da Cruz, médico, ambos distintos «filhos de Tavarede», em eventos solenes ligados à instrução popular, bem como à propaganda republicana, ou em conferências, tanto na Escola Noturna Popular Bernardino Machado, como na Associação de Instrução Popular ou na Associação Artística Figueirense, na Sociedade de Instrução Tavadense ou em muitas outras associações deste meio no qual se destacavam por um profundo comprometimento cívico e humanitário. Nesta sessão também discursou Manuel Gomes Cruz, advogado Tavadense, que elogiou a obra instrutiva desta escola nesse ano letivo, ao «salvar» do analfabetismo seis pessoas⁹⁶. Assumindo que não eram muitos os indivíduos que tinham concluído com êxito a frequência desta escola, levava o preletor a colocar a tónica no efeito multiplicador desta ação, uma vez que esta experiência constituiria um elemento propagandista da instrução popular. As palavras de Manuel Gomes Cruz são de estímulo, de otimismo e utopia, assumindo que a instrução era a grande bandeira que haveria de irmanar o mundo e conduzi-lo ao progresso.

Havia a preocupação de difundir estas ações junto de um público cada vez mais vasto e que se começava a preocupar com estas questões. Neste espírito propagandístico, sempre que se realizavam este tipo de eventos, eram convocados os jornais de maior impacto na época. Esta cerimónia, por exemplo, teve nela representados os jornais: *Gazeta da Figueira*, *Correspondência da Figueira*, *O Século*⁹⁷, *Norte*, *Diário de Notícias*⁹⁸, *Folha da Tarde e Voz da Justiça*.

⁹⁶ O número dos alunos que concluíam os cursos era normalmente mais reduzido do que os que se matriculavam, sendo que a taxa de abandono era, normalmente, muito elevada nestas escolas noturnas.

⁹⁷ *O Século* (1881-1978) foi um jornal republicano de grande impacto a nível nacional.

⁹⁸ *Diário de Notícias* (1864-): quando a República nasceu, escreveu que acatava “como lhe cumpre, as instituições que regem o país”, razão porque saudava o regime republicano. (Público na Escola, 2010).

Por diversas vezes, *A Voz da Justiça* apela ao reconhecimento da obra de Fernando Augusto Soares, esperando que o povo lhe seja agradecido, pelo bem que este tem feito à terra de Buarcos. Este jornal, qual «braço armado» da maçonaria local, em especial da Loja Fernandes Tomás, acarinhava todo o tipo de ações com as quais se identificava: a instrução popular, o antijesuitismo, laicismo, a luta contra a monarquia e a propaganda do Republicanismo.

Esta escola popular festejou o seu 3º aniversário a 26 de outubro de 1902. Mais uma vez é enaltecido o valor do trabalho desenvolvido por Fernando Soares em prol da instrução. Esta foi uma festa à qual acorreram, como habitualmente, diversos «obreiros do Progresso», que em linguagem maçónica significa que se empenham na construção de um mundo melhor, assente em valores humanitários e com base nas divisas da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. O jornal *A Voz da Justiça* felicitava a iniciativa:

“D’aqui enviamos os nossos cordeaux cumprimentos a quem tão generosamente trabalha pelo bem da causa da Instrução, e sómente sentimos, que o exemplo não seja seguido por tantos outros que o poderiam seguir. Que o povo de Buarcos seja reconhecido, a quem não poupa esforços para o seu bem”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 25, 26 de outubro de 1902, p. 1)

A Voz da Justiça, de 18 de janeiro de 1903, dá ao prelo uma carta assinada por um leitor de Buarcos, que assinava com o pseudónimo *Formiga*. Este homem vem elogiar o trabalho que se tem vindo a fazer na Escola Noturna Bernardino Machado a favor da instrução das gentes dessa localidade.

É elogiada a ação benemérita de Fernando Augusto Soares e do professor da escola Emigdio Serrão, que aprendeu propositadamente o método João de Deus, convencido que era o melhor para o combate ao analfabetismo. O autor da carta defende este método, sobre o que anteriormente era utilizado:

“Bom seria que o seu exemplo fosse seguido por tantos outros professores que para ahi há, que ainda ensinam pelo velho e anachronico “Systema syllabario, se systema se pode chamar aquella anarchica confusão de elementos que viviam o cerebro de quem os decora”. (*Voz da Justiça*, ano 1º, nº 36, 18 de janeiro de 1903, p. 2)

O nome do patrono desta escola popular era Bernardino Machado⁹⁹, em honra ao insigne republicano e propagandista da instrução popular, no período que antecedeu a implantação da República. Tal escolha deveu-se à identificação do seu benemérito, Fernando Augusto Soares, assim como outras individualidades da Figueira, com o fervor

⁹⁹ Bernardino Machado (1851-1944). Desde 1892, até à sua morte teve sempre um importante percurso como dirigente da Maçonaria. Político Regenerador, aderiu ao Partido Republicano em 1903.

ideológico de Bernardino Machado, defendendo causas tão nobres como a implantação da República e o acesso dos populares à instrução.

Por inúmeras vezes, ao desfolhar a imprensa local relativa a este período, deparámo-nos com visitas, conferências, presença frequentes de Bernardino Machado em sessões solenes e comemorações de efemérides, na cidade da Figueira da Foz. Por exemplo a vinda de Bernardino Machado à Figueira no dia 31 de maio de 1903, foi notícia, no jornal *A Voz da Justiça*. Este periódico informa que o professor da escola, Emigdio Serrão, acompanhado por uma comissão de alunos, se deslocaram à cidade da Figueira para cumprimentar o, «conselheiro» Bernardino Machado.

No dia dez de junho, do mesmo ano, o mesmo jornal informava os seus leitores que Fernando Augusto Soares tinha intenção de criar uma aula destinada ao sexo feminino, naquela Vila de Buarcos. Nesta época, tal ideia não deixou de constituir uma grande admiração, mas também uma certa expectativa. Este benemérito, homem de horizontes mais vastos, despendia grande parte da sua fortuna a sustentar escolas destinadas aos populares. Sempre que considerava que deveriam ser realizadas obras, nesses edifícios, não se furtava a qualquer esforço monetário. Por esta altura, Fernando Soares realizou obras de ampliação na escola, para que esta tivesse todas as comodidades necessárias. Neste caso a ideia prendia-se com a intenção de albergar no mesmo edifício o curso destinado ao sexo feminino. A opinião geral é de que o novo edifício estava de acordo com todos os preceitos higiénicos que eram recomendados para este tipo de estabelecimento. Os benefícios dos equipamentos escolares dotados por Fernando Soares a Buarcos eram de valor incalculável, sendo que o seu maior desejo era que todos os seus patrícios se instruissem.

Mas, mau grado os esforços do benemérito Buarcocense, Fernando A. Soares, muitos eram os populares que não alcançavam o valor daquela obra, com a qual conviviam, paredes meias, não manifestando uma atitude de respeito para com aquele edifício, assim como para os seus conterrâneos que a frequentavam. O jornal *A Voz da Justiça* noticiou em vários números, a partir de 19 de maio de 1904, que o subinspetor do círculo escolar tinha oficiado ao administrador do concelho, participando que junto à Escola Bernardino Machado, havia uma situação que punha em causa a higiene e a salubridade daquele edifício, uma vez que os vizinhos da escola depositavam peixe em decomposição na sua proximidade. Esta situação era preocupante uma vez que constituía um foco de infeção, havendo a noção clara de que esta situação constituía um perigo para a saúde pública, em especial dos alunos. Fernando Soares tentou, também, junto das entidades responsáveis, que esta situação fosse resolvida por forma, a que se desinstalassem aqueles dois focos de infeção.

Deve salientar-se que por esta altura, a maior parte da população de Buarcos era constituída por pescadores, analfabetos, que pouco ou nada se interessavam pela educação dos seus filhos. A sua única preocupação era pescar, para poder sustentar a família e nos tempos livres, desperdiçar na taberna, tendo uma vida era cheia de dificuldades. A intenção dos propagandistas da instrução era arrancar os filhos dos homens do mar à ignorância a que tinham sido votados e levá-los à escola. Estes «cruzados» da instrução, alertam para o facto de ali não lhe faltarem escolas, tanto oficiais como particulares, e em qualquer delas o ensino era gratuito. Fazia-se acreditar o povo de que o progresso e a prosperidade só podiam alcançar por meio da instrução. Os propagandistas defendem que aprender a ler e escrever é tarefa fácil e que os pais têm o dever moral de enviar os seus filhos à escola.

Em 1904, Buarcos tinha duas escolas para o sexo masculino. Uma oficial diurna e uma noturna, a Escola Noturna Popular Bernardino Machado, financiada por Fernando Soares. A missão da escola oficial era limitada, na medida em que, de acordo com a lei vigente, só podia ensinar crianças dos 6 aos 12 anos. Enquanto, a Escola Noturna, tinha uma missão mais vasta, uma vez que a podiam frequentar alunos de todas as idades, crianças e adultos, pescadores e operários, podendo todos aprender e instruir-se até fazerem os exames do 1º e 2º grau da escola primária.

É de salientar que, em Buarcos, tal como em outras localidades do concelho, se verificava uma grande falta de assiduidade dos alunos à escola. Nesse ano de 1904, em março, existiam inscritos 50 alunos na Escola Bernardino Machado, e no final do ano esse número diminuía para metade. Os alunos defendiam-se afirmando que as noites começavam a ser mais pequenas o que tornava impossível a frequência da escola noturna, mas o certo é que alguns são acusados de abandonarem as aulas para perderem a noite nas tabernas, em brincadeiras, nos teatros ou a aprenderem música, “ [...] certamente, não lhes será mais proveitoso do que aprenderem a ler e a escrever convenientemente”. (*A Voz da Figueira*, ano 3º, nº 185, 21 de agosto de 1904, p. 1)

O autor das «Cartas de Buarcos» queixa-se que veio para aquele local uma companhia de saltimbancos e que os alunos em vez de irem às aulas ficavam a ver o espetáculo. A verdade é que, no final do ano letivo, a frequência desta escola era muito reduzida, falando-se na ordem dos 10 a 15 alunos. De forma muito recorrente eram publicadas «Cartas de Buarcos», no jornal *A Voz da Justiça*, cujo remetente nos parece ser, o próprio Fernando Augusto Soares. Se, por vezes se denota que este benemérito não se mostrava arrependido dos sacrifícios que tinha feito em prol da instrução, outras vezes sente-se-lhe um desalento com a ingratidão dos alunos e com a irresponsabilidade dos pais:

“4 de Agosto – Está ameaçada de ser em breve fechada a escola nocturna Bernardino Machado, d’esta localidade, pois não teem faltado desgostos ao seu proprietário, derivados especialmente da irregular frequência dos poucos alunos que a ela concorrem. Ao inaugurar-se o novo edifício da escola a matricula atingiu o numero de 50 e tantos alunos: agora, porém, tem diminuído, a ponto de haver noites em que so aparecem na escola 8 rapazes. Na aula do sexo feminino, de 30 e tantas alumnas que ali iam, só tem aparecido 1!” (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 284, 6 de agosto de 1905, p. 3)

Numa sociedade ainda cheia de preconceitos e atavismos, as mulheres sentiam bastante toda a série de constrangimentos de ordem social, familiar, económica que as impedia de fazer um percurso escolar como os homens. Daí, se justificar uma mais fraca assiduidade das alunas a esta escola. O proprietário da escola, que tanto carinho tinha devotado à causa da instrução, chegou ao extremo de ameaçar que iria fechar as portas daquela escola, se os pais e alunos não se compenetrarem dos seus deveres. Fernando Augusto Soares era, nesta altura um homem desolado:

“Tudo assim! E a gente a esfalfar-se, que o povo precisa d’instrução, a dar-lhe escolas, a chamal-o para o caminho do bem, e ele, infelizmente sempre ignorante, a não compreender os sacrifícios que se fazem so para o seu proveito!” (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 284, 6 de agosto de 1905, p. P. 3)

De acordo com este benemérito Buarcocense deveria, efetivamente, haver uma lei que obrigasse os cidadãos a ir à escola e aprender a ler. Deveria haver na legislação a previsão de penalidades no caso das pessoas que chegassem a adultas analfabetas. O autor da «Carta de Buarcos» aponta que como penalidade se devia dobrar o tempo de serviço militar, ou que não fossem considerados aos analfabetos os direitos cívicos concedidos aos que sabem ler, sendo para esse efeito, considerados sempre menores. Este jornal era, pois, uma tribuna de debate, o local onde se esgrimiam argumentos e onde se informam as populações, mas também, onde se desafiavam os leitores.

A irregularidade da frequência dos alunos à escola fez com que Fernando Augusto Soares estivesse a ponderar fechá-la. Apesar de tudo, a sua motivação era superior e a escola continuou a funcionar. Pensamos que, a população de Buarcos terá refletido sobre o benefício de ter naquela localidade aquela escola passando a matricular-se e a frequentá-la mais assiduamente. A 16 de outubro de 1906, o jornal, *A Voz da Justiça* incitava os filhos de Buarcos, analfabetos menores ou adultos, dos dois sexos, para se matricularem na Escola Noturna Popular Bernardino Machado. Mais uma vez se tentam convencer os operários e pescadores, de que a falta de instrução podia arrastar as pessoas a cometer atos inadequados, que podiam ser considerados crimes. O articulista reconhece que a Figueira da Foz, era um dos concelhos que se encontrava na vanguarda deste movimento civilizador, criando diversas escolas populares.

A 8 de dezembro de 1908, o jornal *A Voz da Justiça*, faz uma grandiosa homenagem a um dos maiores beneméritos da instrução da Figueira da Foz: Fernando Augusto Soares.



Figura 7 – Os Beneméritos da Instrução. Homenagem a Fernando Augusto Soares. (*A Voz da Justiça*, Ano 7º, nº631,8 de Dezembro de 1908, p. 1)

Na primeira página, em parangonas, sob o título: «Os Beneméritos da Instrução». Homenagem a Fernando Augusto Soares», seguiu-se um artigo, que mais não foi do que um hino de homenagem, ao percurso de vida deste notável conterrâneo. Esta cerimónia decorreu na Associação de Instrução Popular, levada a cabo pela Loja Fernandes Tomás a 8 de dezembro de 1908, uma vez que Fernando Soares, não só fundou e sustentou a Escola Noturna Popular Bernardino Machado, mas também foi sócio da Associação de Instrução Popular, que sempre protegeu, e ainda da Associação Educativa da Mulher Pobre, onde também manteve uma escola para o sexo feminino. Pretendendo elevar o nível cultural da classe piscatória, fundou, também, a Associação de Classe Marítima. O jornal, *A Voz da Justiça*, como jornal democrático, participa e dá conta desta homenagem, enaltecendo as qualidades deste benemérito da instrução. O jornal sublinhava que Fernando Soares, não era nem um intelectual, nem político, era sim, um filho do povo, nascido em Buarcos e que desde cedo começou a trabalhar, o que o impediu de ir à escola. A sua vida foi um exemplo de como a persistência e o trabalho podem ser determinantes para a ascensão de um homem. Fernando Soares emigrou para a Ilha de Príncipe e com base no seu trabalho e esforço, foi enriquecendo. Depois de anos afastado de familiares e amigos, regressou à sua terra natal, podendo viver “n’um alheamento de burguez egoísta que não sente os males da sua pátria ou dos seus concidadãos” (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 631, 8 de dezembro de 1908, p. 1). Mas devido ao seu carácter humanitário, não o fez. Consciente do atraso moral e intelectual dos seus conterrâneos, passou a ter como principal preocupação ensiná-los a ler e prepará-los para uma profissão, mas sobretudo permitir-lhe que conhecessem os seus direitos e deveres de cidadãos. Essa atitude altruísta e de grande dedicação contribuiu para o bem-estar das gentes de Buarcos servindo de exemplo a outros, para também eles ajudarem as classes populares a ocupar um lugar mais justo na sociedade.

Os atos de generosidade de Fernando Soares e da sua esposa, Trindade Penha Soares, não se ficavam só pelo apoio que davam a escolas, mas também ao contributos que davam a obras de caridade e propaganda liberal e democrática. E um dos atos que atesta o seu espírito de solidariedade é a forma carinhosa com que Fernando Soares e a esposa acolheram e criaram, um pequeno naufrago sobrevivente de uma tragédia do Mondego, que ocorreu na noite de 19 de dezembro de 1904.¹⁰⁰ O jornal louvava o seu caráter, enaltecendo o seu combate e filantropia em prol da instrução das primeiras letras e da liberdade, considerando-o um verdadeiro patriota.

O seu interesse pela cultura e o amor pelo seu torrão natal fez com que tivesse construído em Buarcos o Teatro Trindade¹⁰¹, cujo interior era uma réplica em miniatura do teatro de Lisboa com o mesmo nome, e que arrendou ao Grupo Caras Direitas de Buarcos.

Por disposição testamentária os rendimentos provenientes dos seus espetáculos deveriam ser distribuídos pelos pobres mais necessitados da vila. Pela sua ação foi figura destacada da Comissão Municipal do Partido Republicano Português na Figueira da Foz. Tratou-se de um homem muito à frente do seu tempo, generoso, voluntarioso, republicano, maçom e laico como o atesta Isabel Henriques e que se transcreve pela originalidade da sua vontade:

“Deixou ainda expresso no seu testamento o desejo de que o seu funeral fosse só feito civilmente, de que o seu caixão fosse conduzido na carreta que oferecera à Associação dos Bombeiros Voluntários de Buarcos e coberto com a bandeira nacional”. (Henriques, 2001a, p. 78)

No fundo o homem funde-se com a sua obra. Ficou, inquestionavelmente, a sua marca indelével em Buarcos.

2.1.3. Associação Educativa da Mulher Pobre «Escola da Caridade» - Buarcos

A Figueira da Foz, Buarcos e Tavadre tiveram desde os anos finais do séc. XIX uma grande movimentação maçónica que culminou com a instalação de Triângulos Maçónicos nessas localidades. Neste ambiente, a 14 de janeiro de 1899 foram instalados os Triângulos¹⁰² de Tavadre, nº 10 e o de o de Buarcos, nº 11, que receberam autorização em

¹⁰⁰ Esta criança perfilhada pelo casal haverá de ser o causador da delapidação do património de Fernando Augusto Soares, que faleceu em 1918, tendo vivido os últimos anos com algumas dificuldades económicas.

¹⁰¹ Teatro, inaugurado a 3 de dezembro de 1910, mandado edificar pelo benemérito Fernando Augusto Soares e sua esposa Trindade Penha Soares, de quem tomou o nome. Note-se no frontão do edifício, além de “Theatro Trindade” se encontram as iniciais do seu fundador (F. A. S.).

decreto maçónico de 1898. Estes Triângulos criaram os seus órgãos de intervenção na sociedade, dita profana, necessários a pôr em prática os seus ideais de democratização da instrução nos meios populares.

Assim, a 26 de Novembro de 1899, e por iniciativa destes dois Triângulos, seria criada uma associação constituída por senhoras designada por «Associação Educativa da Mulher Pobre», com o fim proteger a educação e instrução de crianças pobres, do sexo feminino, do concelho da Figueira da Foz, bem como garantir a proteção necessária às mulheres e crianças sem recursos. Esta associação criaria e inauguraria a 1 de Janeiro de 1900 uma escola destinada ao sexo feminino. Esta escola, designada de «Escola da Caridade», funcionou numa casa, na Praia de Buarcos, gratuitamente cedida pelo maçom José Joaquim de Abreu Fernandes, presidente do Triângulo de Buarcos.

De acordo com os estatutos da Associação Educativa da Mulher Pobre era conferido anualmente um prémio à aluna que em cada uma das escolas oficiais do Concelho se tivesse destacado pelo seu aproveitamento e aplicação. Com expensas próprias, esta associação criou a «Escola da Caridade» já era frequentada em 1900 por 52 meninas. Esta escola promovia uma educação laica e liberal e teve, também, um papel importante como meio de propaganda e esclarecimento popular, através de conferências, da qual se destaca a que organizou a 19 de Março de 1900, numa sala cedida pela Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio, em que o orador, Bernardino Machado, discursaria sobre o tema: «A educação da mulher».

Tal como em muitas outras ocasiões, Bernardino Machado, era convidado assíduo da cidade da Figueira da Foz. Sempre que a ocasião o justificava, este grande vulto da política nacional vinha fazer campanha pela causa que o movia: a instrução popular. O convite para estes eventos haverá de ser uma prática muito frequente, que constituía motivo de grande orgulho para os seus habitantes.

Em 1900, ocupavam o cargo de presidente Associação Educativa da Mulher Pobre Adelaide Goltz Aguas e de secretária, Augusta Aguas de Oliveira, respetivamente, esposas dos irmãos, maçons Tavadenses, Manuel Gomes Cruz, advogado e José Gomes Cruz, médico.

Normalmente, nos primeiros dias de fevereiro de cada ano, ao domingo era convocada a Assembleia Geral da Associação Educativa da Mulher Pobre, a fim de serem prestadas as contas do ano anterior e eleição de novos corpos gerentes. A *Voz da Justiça* de 1 de fevereiro de 1903, publica uma convocatória, assinada pela secretária, Amélia Mendes, para uma reunião a ter lugar no dia 8 de fevereiro. Refira-se que a reunião se realizou na sede da Associação de Instrução Popular, o que denota uma forte ligação entre as diversas associações de instrução popular da cidade, nas quais tinham intervenção os

mesmos sujeitos e todos eles eram republicanos e maçons da Loja Fernandes Tomás, que se situava no mesmo edifício da Associação de Instrução Popular. Tal como a Escola Noturna Popular Bernardino Machado, também esta Escola Educativa da Mulher Pobre, vai ser apadrinhada pelo jornal *A Voz da Justiça*, que nas suas páginas, sempre que se justificava, surgiram notícias referentes à mesma.

Efetivamente, a 8 de fevereiro de 1903 realizou-se a reunião da Assembleia Geral da Associação Educativa da Mulher Pobre, tendo-se procedido à eleição dos novos corpos gerentes para esse ano¹⁰³. Estes nomes de beneméritas senhoras, repetiam-se ano após ano, alternando-se somente nos cargos que iam assumindo, e assim dirigiram os destinos desta associação. Estas mulheres instruídas e de bom nível económico-social manifestavam uma capacidade organizativa, determinação e vontade, que não era comum, há mais de um século por estas paragens. A sua intervenção na sociedade em que viviam era movida por valores humanistas e princípios em que acreditavam, sonhando com a criação de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

O jornal, *A Voz da Justiça*, rasga elogios ao trabalho que a associação tinha desenvolvido até então:

“Apraz-nos aqui registar os esforços incansáveis da Benemérita Associação, que tão relevantes serviços está prestando à causa da instrução e repetiremos sem receio de contradição que a Figueira é uma das terras onde mais se trabalha a favor da Instrução. Abençoados esforços de tão grande utilidade”. (*A Voz da Figueira*, ano 1º, nº 41, 15 de fevereiro de 1903, p. 2)

Em 1904, a Associação Educativa da Mulher Pobre, com a sua «Escola Caridade» já estavam a trabalhar de forma consolidada, quando a Maçonaria decide instalar na cidade da Figueira da Foz uma Loja de Adoção Feminina da Loja Fernandes Tomás. A sua primeira referência ocorre precisamente em 1904, em sessão de 27 de outubro, na qual o Venerável propõe não só a criação de lojas filiais de adoção, como a inauguração duma nesta localidade no dia 8 de Dezembro desse ano. A maior parte, mas não a totalidade, das irmãs que vieram a constituir esta Loja, protegida da Loja Fernandes Tomás, eram mulheres de obreiros desta oficina¹⁰⁴. Providenciou-se ainda que, as senhoras que constituíam a Associação Educativa da Mulher Pobre fossem as futuras irmãs da loja feminina a criar, que se passará a designar, Loja de Adoção «8 de Dezembro».

O âmbito da missão principal da Associação Educativa da Mulher Pobre, era promover a educação de mulheres de poucos recursos. Numa ata dessa associação datada

¹⁰³ Os diversos cargos ficaram assim distribuídos: Na Assembleia Geral: Presidente - Adelaide Goltz Águas, Vice-Presidente - Maurícia Nunes Dias, 1ª Secretária - Arminda Pereira Sampaio, 2ª Secretária - Maria do Céu Alves; Direção: Presidente - Isabel da Veiga Cortesão, Vice-Presidente - Beatriz Pedroso de Freitas, 1ª Secretária - D. Celestina Saraiva Rocha, 2ª Secretária - Augusta Águas d'Oliveira Cruz, Tesoureira - Maria da Conceição Barata Salgueiro; Conselho Fiscal: Trindade Penha Soares, Apolónia d'Abreu Guerra, Adelaide Goltz Águas Júnior.

¹⁰⁴ Veja-se os exemplos que constam das notas anteriores.

de 10 de Novembro de 1904, encontra-se uma referência à intenção desta convidar a escritora de renome nacional, Ana de Castro Osório (1872 -1935) para proferir na Figueira uma conferência pública subordinada ao tema da educação feminina. *A Voz da Justiça*, na sua edição de 27 de novembro de 1904, dedica um artigo à Associação Educativa da Mulher Pobre, referindo que esta benemérita associação já contava com cinco anos de existência, e que tinha ministrado a instrução elementar a muitas raparigas que frequentavam a Escola Caridade. Prevvia-se uma cerimónia que decorria no dia 8 de dezembro desse ano na sede da Associação de Instrução Popular. Para este evento estava prevista a presença da propagandista da educação e escritora Ana Castro Osório, introdutora da literatura infantil em Portugal, fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e colaboradora na redação da Lei do Divórcio, para proferir uma conferência, no dia 8 de Dezembro, aproveitando-se o ensejo para se distribuírem prémios às alunas que se haviam distinguido nas aulas daquela associação. Os leitores do jornal eram informados de que os prémios a atribuir às alunas tinham sido oferecidos por alguns sócios da Associação de Instrução Popular. Mais uma vez fica provado que havia uma forte rede de solidariedade entre as várias associações que se dedicavam à instrução popular, tendo como pano de fundo o apoio e incentivo da Maçonaria local.

A festa da Escola Caridade realizou-se no dia 8 de dezembro de 1904, tendo a presença da notável escritora e de muitos visitantes da Loja Fernandes Tomás. Foram convidados para a sessão magna de instalação da Loja adotiva feminina "8 de Dezembro", doze irmãos representantes de oficinas de Coimbra, Aveiro, Viseu, Lamego e Guarda e cinco senhoras, mulheres de alguns destes. Como planeado, na Associação de Instrução Popular teria lugar a conferência realizada por Ana de Castro Osório subordinada ao tema "A educação da criança pela mulher". Esta comunicação expressou claramente o seu pendor feminista e republicano, clamando pela emancipação das mulheres e igualdade de direitos entre homens e mulheres, exortando as mulheres ao trabalho e ao estudo como um passo definitivo para a libertação feminina, defendeu a igualdade de salários entre os sexos e a autonomia feminina. Apesar do discurso profundamente inovador, a conferência levou ao rubro uma multidão que se tinha deslocado à sede da Associação de Instrução Popular, para ver e ouvir tão afamada personalidade. Nesse mesmo dia, instalada sob a dependência da Loja Fernandes Tomás, a Loja da Adoção Feminina «8 de Dezembro», que desenvolveria também um papel importante ao nível da proteção, educação e instrução de crianças pobres do sexo feminino e da beneficência em geral, tomando a seu cargo a Associação Educativa da Mulher Pobre, assim como a sua Escola Caridade e a Associação de Proteção à Parturiente Pobre, que era outra valência desta associação.

Paralelamente à ação educativa, um dos objetivos desta associação era, também o apoio aos mais pobres e desamparados. A Associação Educativa da Mulher Pobre, em parceria com a Associação de Instrução Popular, no final de 1904, iria ter nas suas mãos um enorme desafio. Havia que combinar esforços e acolher e criar uma criança de cinco meses órfã de mãe, devido a uma enchente do rio, que ocorreu a 19 de Dezembro desse ano. Sendo um ato digno de registo, este não deixou de ser notícia no jornal *A Voz da Justiça* a 15 de janeiro de 1905:

“Foi condoído da sorte do infortunado orfãosinho que um grupo de socios da Associação d’Instrução Popular e algumas senhoras socias da Associação Educativa da Mulher Pobre resolveram tomar a seu cargo, desde o dia 27 de dezembro, a criação da creança, confiando-a a uma ama e fornecendo-lhe todo o enxoval”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 227, 15 de janeiro de 1905, p. 1)

Por essa altura a Loja Fernandes Tomás passa a gerir os destinos da Associação Educativa da Mulher Pobre¹⁰⁵, através da Loja de Adoção «8 de Dezembro». Muitas decisões respeitantes à Loja de Adoção Feminina eram tratados e decididos em reuniões da LFT. Constatou-se que, grande parte das senhoras que pertenciam aos órgãos diretivos desta associação eram familiares de maçons da Loja Fernandes Tomás, e simultaneamente, irmãs da Loja Feminina «8 de Dezembro». A ligação das irmãs da Loja de Adoção «8 de Dezembro» também era muito próxima com a Associação de Instrução Popular assim como com o jornal *A Voz da Justiça*, que passa assim a ser, um veículo de informações e de artigos enviados ou sugeridos pelos seus membros. A afinidade de Fernando Augusto Soares com essa associação e com o jornal favoreceu a aproximação da sua esposa a este periódico. Assim, a 21 de maio de 1905, *A Voz da Justiça* publica um texto de conteúdo muito oportuno sob o título: «A Educação da Mulher», cuja autoria pertencia a Cândida Sans e tinha sido traduzido por Trindade Penha Soares. Havia entre a linha editorial do jornal um compromisso com a causa da instrução, e neste caso era dado um avanço em termos ideológicos, pois claramente se defendia a educação da mulher. O texto era, sem dúvida, bastante inovador para a época, impulsionava a mulher a estudar, porém esta deveria receber uma educação longe do fanatismo religioso, que vigorava na época, constituindo-se como um verdadeiro sustentáculo de toda a família, o que teria efeitos muito positivos nos seus filhos:

‘Educae a mulher e tereis filhos’, disse Castelar. E nós acrescentaremos: educae a mulher e sereis felizes, pois com ela tereis a reforma social, uma vasta instrução, de maior amplitude e profundo conhecimento das coisas: e o que muito compreende, muitíssimo pode tolerar, desempenhando melhor os seus deveres. [...] É isto o que desejamos para mulher em geral: instrução e liberdade, a qual é sinonimo de grandeza dos povos [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº263 21 de Maio de 1905, p. 1)

¹⁰⁵ A Associação Educativa da Mulher Pobre, em 1905, aparece também denominada de Associação Protetora da Mulher Pobre.

A provar esta afinidade entre os vários membros desta associação e o movimento maçónico na Figueira da Foz, a 28 de Junho de 1905, Filipa de Vilhena¹⁰⁶, leria na Loja Fernandes Tomás, um discurso sobre a educação maçónica da mulher, que seria aplaudido e proposto para publicação no jornal *Vintém das Escolas*.¹⁰⁷ A questão educativa estava muito arreigada na mente destes obreiros (as) maçons. A construção de uma sociedade mais justa passava em primeiro lugar, por possibilitar a um maior número de pessoas a frequência das escolas.

No primeiro domingo de fevereiro de 1905, realizaram-se, como habitualmente, as eleições para os novos corpos gerentes da Associação Educativa da Mulher Pobre¹⁰⁸, tendo sido eleitas para os diversos cargos, quase as mesmas senhoras dos anos anteriores. Conclui-se que, haveria um círculo de senhoras, na Figueira da Foz, que estariam mais sensibilizadas e vocacionadas para este tipo de atividades de carácter humanista. Tratava-se de um círculo, relativamente fechado, cujos membros pertenciam à classe média e média burguesia da cidade, instruídas e com afinidades a núcleos maçónicos e republicanos locais.

Na mesma linha, em julho de 1905, a Loja Fernandes Tomás propõe um voto de louvor à irmã Natércia¹⁰⁹ em “[...]face da sua ideia de criação de um colégio de raparigas e para o qual a mesma assegurara um sistema educativo inteiramente liberal”. (Henriques, 2001a, p. 124) Muito embora não tenhamos a certeza, podemos arriscar que se tratava da professora figueirense, Raquel Teixeira, que fundou o Colégio Normal em 1906, exclusivamente para raparigas, admitindo alunas internas, externas e semi-internas.

Figura 8- Publicidade ao Colégio Normal. (*Almanach da Figueira da Foz para 1907*, p. 31) (Imagem cedida pela BMFF)



O venerável da Loja Fernandes Tomás, continuando a sua intromissão na Associação Educativa da Mulher Pobre, propõe a 2 de Dezembro de 1905, a criação de uma

¹⁰⁶ Filipa de Vilhena, nome simbólico de Trindade Penha Soares e esposa de Fernando Soares.

¹⁰⁷ Cf. Henriques (2001a, p. 124).

¹⁰⁸ Tendo sido eleitas para a Assembleia Geral: Presidente - Adelaide Goltz Aguas, Vice-Presidente - Maurícia Nunes Dias; 1º Secret. Adelaide Goltz Aguas Júnior e 2ª Secretária - Maria do Céu Alves de Sousa Vieira.

¹⁰⁹ Pensamos tratar-se de Raquel Teixeira, professora da cidade que criou o Colégio Normal, para raparigas, em 1906.

Associação de Socorros à Parturiente Pobre, que deveria começar a prestar auxílio a uma mulher por mês, ficando a cargo da Associação Educativa da Mulher Pobre e sendo auxiliada, quando possível, pela Loja de Adoção. Como tal, havia necessidade de convocar o quanto antes a Assembleia Geral, a fim de alterar os seus estatutos. Neste âmbito, *A Voz da Justiça* de 7 de dezembro, anuncia a convocatória para reunião da Assembleia Geral da Associação Educativa de Mulher Pobre “a fim de se proceder a uma reforma nos seus estatutos, conforme indicação dada pela direção. Sabemos que essa reforma é de certo alcance social por se prender com ações de benemerência”. (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 319, 7 de dezembro de 1905, p. 1)

A reunião convocada para a Associação de Instrução Popular aconteceu no dia marcado, à uma hora da tarde. A urgência da realização dessa reunião prendia-se com a necessidade de tomar medidas de alcance social, que tinham sido propostas pela direção. A Associação Educativa da Mulher Pobre tinha, até aquele momento, mantido uma escola destinada a alunas e passava a partir desta altura a dedicar-se a outra atividade de caráter humanitário: fornecer o caldo à parturiente pobre. Este grupo de mulheres e mães, que constituíam esta associação, marcavam a sua atuação por uma grande sensibilidade e altruísmo. A partir dessa data associação iria apoiar mães pobres e crianças pequenas.

Do funcionamento das aulas, propriamente ditas, do número de alunas que ano após ano frequentaram esta escola, pouco nos é dado a conhecer através das páginas do jornal analisado: *A Voz da Justiça*. O certo é que, este jornal se detinha, a maior parte das vezes a anunciar as convocatórias para Assembleia Geral e a publicar os nomes das pessoas que constituíam os novos corpos gerentes. A 1 de fevereiro de 1906, são anunciados os novos corpos gerentes da Associação Educativa da Mulher Pobre. Novamente, alguns nomes surgem repetidos. É de salientar que Raquel Gil Teixeira¹¹⁰, que supomos ter sido ela a homenageada em Julho de 1905, surge no início de 1906, como presidente da Direção desta associação, o que poderá confirmar a nossa ilação. Como dirigentes repetentes, podemos referir Adelaide Goltz Aguas, Adelaide Goltz Aguas Júnior, Trindade Penha Soares, Augusta Águas d'Oliveira Cruz e Isabel da Veiga Cortesão, todas elas familiares de membros relevantes da Loja Fernandes Tomás.

Como todas as associações, também esta teve altos e baixos, ao sabor de motivações e entendimento dos diversos membros que a compunham. Assim, a partir de meados do ano de 1908, tornam-se menos frequentes as notícias na imprensa relativas a esta associação. Só através de documentos relativos à Loja Fernandes Tomás, se obtêm informações indiretas sobre a Loja «8 de Dezembro». Segundo, Henriques (2001a), numa

¹¹⁰ É de referir que Raquel Teixeira Gil era professora primária e foi Diretora do «Collegio Normal» fundado em 1906, para alunas internas, externas e semi-internas, proporcionava uma “Educação domestica, moral, physica e religiosa”, assim constava em anúncios de jornais e almanaques da Figueira por essa altura.

sessão da LFT, de 3 de setembro de 1908, Fernando Soares, de nome simbólico *Napoleão*, refere-se à necessidade da Loja de Adoção voltar a trabalhar com regularidade. Em finais de Abril de 1908, pois a escola da Associação Educativa da Mulher Pobre encontrava-se na eminência de ser encerrada por falta de meios para gratificar a professora, apresentando um défice mensal de 1\$800 reis. Perante esta situação, a Loja prontificou-se a cobrir o défice, através do "tronco da beneficência", e lembraria a necessidade de se promover um bazar, para angariação de fundos.

Em 1910, existem documentos que provam que esta escola ainda tinha um bom funcionamento. Com efeito, tratava-se de uma missão algo ambiciosa, o ensino de mulheres e o apoio a mães e crianças recém-nascidas, pobres. Só a beneficência e a quota dos associados, não poderia fazer face às despesas necessárias. Se não fosse o apoio da Loja Fernandes Tomás à Loja Feminina de Adoção «8 de Dezembro», certamente não teria sido possível uma ação tão duradora.

2.1.4. Escola da Associação de Instrução Popular - Figueira da Foz

Desde finais do séc. XIX que pululavam na Figueira da Foz diversas escolas populares acopladas a diversas associações. A propaganda republicana chegava aos seus habitantes através dos jornais, panfletos, almanaques, conferências, transmitindo-lhes a ideia da necessidade vital de acederem à instrução. Neste contexto começam a surgir, na nossa cidade escolas noturnas financiadas por grémios maçónicos ou por beneméritos que sentiam que o seu maior legado seria deixarem na sua terra gente mais instruída e capaz, tanto ao nível cívico como profissional.

O caso da Associação de Instrução Popular é paradigmático deste movimento republicano e maçom que fervilhava nesta altura na cidade da Figueira da Foz. Assim, A 23 de Maio de 1902, a Loja Fernandes Tomás institui a Associação de Instrução Popular¹¹¹.

“No mesmo período e em nome desta associação, a “Fernandes Tomás”, adquire um prédio e rés-do-chão, primeiro e segundo andar, onde passam a funcionar a aula da Associação de Instrução Popular, o templo da Loja e a redacção do jornal “A Voz da Justiça” com a competente typographia” (Henriques, 2001a, p. 134).

Nessa associação fundou-se uma escola popular fundada pela Loja Fernandes Tomás, em 1902, no edifício da Associação de Instrução Popular, que acabou por ter um impacto muito grande na cidade, onde os adultos e jovens trabalhavam durante o dia e se instruíam à noite.

¹¹¹ Sempre que considerarmos conveniente a Associação de Instrução Popular passa a ser designada por AIP.

Esta associação nasce exatamente no mesmo ano e mês em que é lançado o jornal republicano, de afinidades maçónicas, *A Voz da Justiça*. A Associação de Instrução Popular nasceu a 23 de maio de 1902, sendo uma instituição «profana» instituída como um braço da Loja Fernandes Tomás. Por essa altura, a LFT adquiriu um prédio de rés-do-chão, primeiro e segundo andar, localizado no centro da cidade com duas frentes, uma para a Rua do Estendal e outra para a Rua da Cadeia. Nesse edifício irão funcionar a aula da Associação de Instrução popular, o templo da Loja Fernandes Tomás e a redação do jornal *A Voz da Justiça*, na Tipografia Popular, que no final de dezembro desse ano passa do Passeio Infante D. Henrique, junto ao Jardim Municipal, para o rés-do-chão deste edifício. A partir dessa altura, a tipografia passou a pagar renda à Associação de instrução Popular, conforme *A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 32, 21 de Dezembro de 1902, p. 3. Como tal, este jornal será um veículo de difusão preferencial de informação desta escola. Muito do que sabemos, sobre a sua fundação, as inscrições para os cursos, os alunos, os professores, os amigos e beneméritos da associação, as festas, as conferências e palestras, é através desse jornal. Este verteu nas suas páginas toda esta informação, número após número, com um tal comprometimento e paixão que não passa despercebido ao leitor. No mesmo edifício, na Rua do Estendal, com traseiras para a Rua da Cadeia, foram instalados uma série de instituições, todas articuladas, visando os mesmos fins: a instrução popular, a propaganda republicana tendo em vista o progresso da cidade. Os homens que estiveram na génese destas instituições defendiam de forma acérrima a moral laica, inspirada em princípios iluministas pelos quais, também eles se batiam: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

No mesmo edifício funcionava a Tipografia Popular onde se fazia o jornal *A Voz da Justiça*, no rés-do-chão, no primeiro andar, funcionava a Escola da Associação de Instrução Popular no segundo andar, era o local de reunião dos irmãos obreiros da Loja Maçónica Fernandes Tomás. No fundo era «três em um», compacto e articulado. Os agentes eram praticamente os mesmos. Por exemplo, Gentil Ribeiro que foi o primeiro editor do jornal *A Voz da Justiça* era também maçom da Loja Fernandes Tomás. Outros maçons da LFT, como por exemplo os irmãos Manuel e José Gomes Cruz, ambos licenciados, em Direito e Medicina, respetivamente, tiveram um papel notável na escola noturna da Associação de Instrução Popular e no jornal *A Voz da Justiça*.

Figura 9 - O edifício central (em tijolo) foi onde funcionou a Tipografia Popular, a Escola da Associação de Instrução Popular e a Loja Fernandes Tomás. Fachada voltada para a Rua do Estendal, que se encontra nas traseiras do atual Tribunal da Figueira da Foz. (Arquivo Pessoal)



Figura 10 - Vista do mesmo edifício na outra rua em que confronta. Traseiras do edifício da Tipografia Popular, na Rua da Cadeia. Uma das portas dava acesso ao último piso, onde funcionava a Loja Fernandes Tomás. (Arquivo Pessoal)



Esta associação, tal como muitas outras que existiam e vão continuar a formar-se na cidade, não tinha quaisquer fins lucrativos, indo buscar as suas receitas, segundo I. Henriques às quotas dos seus associados e às rendas de habitação que cobrava à Loja e à tipografia. Mas, como veremos, esta associação lidaria sempre com dificuldades financeiras. (Henriques, 2001a, p. 134)

O fundador, proprietário e diretor deste importante jornal republicano figueirense, *A Voz da Justiça*, desde 11 de Maio de 1902, foi Gustaf Adolf Bergstrom¹¹² desde o seu início em 11 de Maio de 1902 Iniciou-se nesta altura a sua publicação como folha semanal sob edição de Gentil da Silva Ribeiro (1873-1918). A partir de 17 de maio de 1903, seguindo diretrizes da Loja Fernandes Tomás, a Associação de Instrução Popular passa a ser proprietária do jornal e da tipografia onde era impresso, tendo sido encarregada da sua administração uma comissão de indivíduos, ligados à Loja Fernandes Tomás, nº 212 da Figueira da Foz - Loja Maçónica instalada a 22 de Setembro de 1900, sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido. Dessa Comissão formada por associados da AIP fizeram parte nomes de personalidades bastante relevantes na vida cívica da cidade: Joaquim Cortesão, Manuel Gomes Cruz, Henrique Barros, Francisco Salles Veiga, Adriano Barata Salgueiro e João dos Santos. O jornal, a partir dessa data passou a ser publicado como bissemanário, saindo às quintas e domingos.

Por seu turno, a Associação de Instrução Popular teve estatutos aprovados por alvará do Governo Civil de 20 de Agosto de 1902. A sua fundação deveu-se a pessoas

¹¹² Gustaf Adolf Bergstrom vai ser substituído por Manuel Jorge Cruz (1880 - 1841), Tavaredense e sobrinho de Manuel e José Gomes Cruz. Este, que toma de trespasse a Tipografia Popular a 1 de janeiro de 1904, com apenas 23 anos. Iniciou-se muito cedo nas artes gráficas, como tipógrafo na Imprensa Lusitana.

ligadas ao partido republicano e à maçonaria local como o médico Joaquim da Silva Cortesão, Henrique Raimundo de Barros, Joaquim Maria do Amaral, Adriano Dias Barata Salgueiro e Augusto Dias, sendo a maioria negociantes.

No Capítulo I dos seus estatutos, no que diz respeito à sua denominação, organização e fins, no artigo 1º, está expresso que a Associação de Instrução Popular, criada na cidade da Figueira da Foz, visava a propaganda da instrução popular e educação liberal e cívica. Estava previsto, nos artigos seguintes destes estatutos, que a associação se compunha de indivíduos de ambos os sexos e que a mesma tinha como fim promover e fomentar a instrução e educação popular gratuitamente, bem como o desenvolvimento e progresso moral e intelectual das classes trabalhadoras no concelho da Figueira da Foz. Estava nos seus principais objetivos fundar e sustentar na cidade uma escola pelo Método João e Deus, realizar preleções e fundar uma biblioteca.

Portanto, a missão fundamental desta associação era a criação de uma escola, onde fossem disponibilizadas aulas gratuitas, destinadas a pessoas de poucos recursos, a fim de diminuir os níveis do analfabetismo na cidade da Figueira da Foz. A instrução era complementada pela realização de conferências e a criação de uma biblioteca. Esta associação irá patrocinar conferências de interesse público, em especial destinadas aos operários e alunos das suas aulas¹¹³.

Frequentemente, o jornal *A Voz da Justiça*, ao anunciar as conferências, os seus preletores e os temas, advertia que estas se destinavam ao público em geral, mas também, aos alunos da escola da AIP. Normalmente, as conferências eram à quinta-feira, logo nesses dias não haviam as habituais aulas. Por exemplo, no ano de 1904, foram realizadas numerosas conferências, entre elas, «A vida operária», pelo Dr. Manuel Gaspar de Lemos; «Lições de coisas», pelo Dr. José Carlos de Barros; «Deveres Cívicos», pelo Dr. Manuel Gomes Cruz e no ano de 1908 «Crianças e educação», pelo Dr. Manuel de Arriaga. Muitos dos conferentes eram sócios da AIP, normalmente vultos locais, que pelo seu saber, lhes era conferido poder e influência sobre os demais. Mas, esta associação chegou a ter preletores de grande estirpe, vindos de Lisboa, Porto e Coimbra, republicanos, académicos e maçons, na sua maioria.

Tentando cumprir os seus desígnios, logo no ano de 1902, a Associação de Instrução Popular criava uma aula noturna por forma a desenvolver na prática os ideais de democratização e laicização da educação e instrução popular.

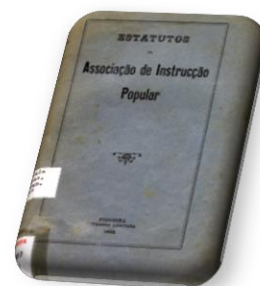
O jornal, *A Voz da Justiça*, como vimos, há de ser o órgão oficial de informação desta escola, em especial no que diz respeito ao seu funcionamento e à realização de conferências. Neste sentido, a 23 de novembro de 1902, na secção de anúncios, surge um

¹¹³ A questão das conferências nesta associação irá ser abordada num subcapítulo específico.

dedicado às aulas que irão ter início na Associação de Instrução popular e que irá funcionar uma escola, cujas inscrições passam a estar abertas:

“ESCOLA PELO METHODO JOÃO DE DEUS. No estabelecimento de Adriano Dias Barata Salgueiro, largo Mousinho d’Albuquerque, acha-se aberta, até ao fim do corrente mês, a matrícula para a frequência da aula gratuita nocturna [...] pelo Methodo João de Deus, que ha-de funcionar na sede da Associação d’Instrucção Popular, rua da cadeia. No acto da matrícula se darão os devidos esclarecimentos. O secretariado da Direcção: Barata Salgueiro.” (*A Voz da Jtiça*, ano 1º, nº 29, 23 de novembro de 1902, p. 3)

Figura 11 – *Estatutos da Associação de Instrução Popular*. (1902).
(Cedência de imagem da BMFF)



No final de novembro de 1902 as aulas estavam quase a começar a funcionar. Estas, como já se viu, serão lecionadas pelo método de João de Deus, ou seja pela *Cartilha Maternal*, que por esta altura era amplamente defendida pelas facilidades com que os alunos analfabetos aprendiam a ler. Nesta associação, previa-se que as aulas fossem públicas, podendo ser assistidas por quem estivesse interessado. Para além da inscrição de alunos, esta associação desafiava as pessoas a aprenderem o método e deste modo replicá-lo em sua casa, ensinando a ler algumas crianças e desta forma possibilitava que mais pessoas fossem alfabetizadas. No jornal figueirense, *A Voz da Justiça*, de 8 de março de 1903, a Associação de Instrução Popular vinha a público, mais uma vez propagandear a instrução popular, em especial referir da envolvência de um número de senhoras nestas aulas, com o objetivo de se habilitarem a ensinar a ler crianças pelo mesmo método. Neste contexto, o jornal relatava os acontecimentos:

“Foi na quinta-feira ultima apresentada a público a primeira lição, que conforme o programa das senhoras, ultimamente habilitadas, se deve dar periodicamente em comum. O resultado d’essa lição excedeu muitíssimo as nossas esperanças, e para que se comprehenda bem toda a extensão da verdade que avançamos alvitamos a quem deseje acompanhar o bello movimento de propaganda, que vai na Figueira, o assistir a essas lições, que devem ser de duas em duas quintas-feiras. Será esse o melhor dos argumentos, a mais irrefutável das logísticas...”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 44, 8 de Março de 1903, p.2)

O jornal de Coimbra, *O Ensino*, considerou muito positiva e estimulante esta experiência de difusão do método João de Deus junto de senhoras, que transcreve nas suas

páginas um artigo de *A Voz da Justiça*, sobre esta iniciativa, o que denota um sinal de reconhecimento do seu valor. O jornal termina com a seguinte frase: “Um povo instruído é um povo emancipado”.

2.1.4.1. Os beneméritos e a recolha de fundos

Uma vez que o Estado Português, no início do séc. XX se mostrava indiferente às necessidades da educação, a ação de grandes beneméritos que defendiam esta causa, foi de todo crucial para o desenvolvimento desta missão altruísta e patriótica por parte das diversas instituições que se dispuseram a levar a cabo tão ambicioso desiderato.

Esta associação vivia das quotas dos seus associados, assim como de legados e donativos de beneméritos, venda dos estatutos da associação, do produto de festas e espetáculos públicos, bazares e subscrições. Além dos sócios ordinários, estava prevista a existência de sócios protetores, que eram aqueles que regularmente auxiliavam a associação. Os sócios ordinários deveriam pagar uma quota mensal de 100 reis, para além de exercerem gratuitamente os diversos cargos para os quais fossem nomeados¹¹⁴. O fundo disponível destinava-se a despesas regulares, que eram realizadas pela associação tanto com as escolas como com as bibliotecas. Por outro lado, existia um fundo de reserva, que constituía um quarto do total, que se destinava a obras de grande monta, como a construção e conservação de edifícios escolares. Havia uma preocupação, por parte dos órgãos diretivos desta associação, de que esta não se desviasse dos fins para os quais tinha sido criada, sob pena de esta situação conduzir à sua extinção.

Com o objetivo principal de que a escola da AIP pudesse funcionar em 1903, acreditava-se que atraído pelo bom funcionamento da escola no ano anterior, algum benemérito se entusiasmasse e auxiliasse monetariamente esta instituição. *A Voz da Justiça*, qual difusor de informação oficial da Associação de Instrução Popular haverá de noticiar essa boa nova a 16 de Julho de 1903, com o título de «Ação Meritória»:

“Um negociante e proprietário abastado d'esta cidade, e cujo nome reservamos para não ferir a sua modéstia, ofereceu à Associação d' Instrução Popular a quantia de dez mil reis para compra do livro grande do Methodo João de Deus. Acções d'estas basta registral-as, pois são tão raras que o elogio e louvor se tornam desnecessários. Oxalá que este cavalheiro continue assim a auxiliar as classes desprotegidas, que são tantas na Figueira, e que tão pouco merecem das pessoas que o podem fazer”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 71, 16 de Julho de 1903, p. 3)

¹¹⁴ De acordo com os estatutos, os sócios ordinários e protetores poderiam ser eleitores, exceto se fossem menores ou mulheres. Mas, só os sócios ordinários poderiam ser elegíveis para os diversos cargos.

Pela descrição do mecenas e pela sua proximidade com a Escola da Associação de Instrução Popular, estamos em crer que se tratava do benemérito Buarcocense, Fernando Augusto Soares¹¹⁵.

A própria Tipografia Popular, na qual se publicava o jornal *A Voz da Justiça*, considerava que o seu papel passava, também, por canalizar os seus lucros, para a causa de Instrução Popular, em especial para a escola da Associação de Instrução Popular publica na sua primeira página, o seguinte anúncio:

“A “Voz da Justiça” pede a todos os que se interessam pela causa da instrução popular que mandem executar trabalhos de impressão na “Typografia Popular”, cujos lucros revertem integralmente em favor da Associação de Instrução popular, cuja missão é derramar a Instrução elementar pelas classes populares”.
(*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 73, 23 de Julho de 1903, p. 1)

O mesmo anúncio continua a surgir, repetidamente, na primeira página das edições de *A Voz da Justiça* a 26 de Julho de 1903, 30 de Julho de 2003, 2 de Agosto de 2003, 6 de Agosto de 2003, 9 de Agosto de 1903, 13 de Agosto de 1903, 16 de Agosto de 1903, 20 de Agosto de 1903, 27 de Agosto de 1903, o que demonstra da intenção da Tipografia Popular, de angariar o maior número de trabalhos, que lhe permitisse obter lucros os quais seriam utilizados na causa que consideravam mais premente: a instrução popular.

A juntar a esta forma de obter receitas, começaram a realizar-se eventos, pois havia necessidade de continuar a recolher fundos para alimentar a escola à qual se pretendiam atrair um número cada vez maior de alunos. Em 4 outubro de 1903, *A Voz da Justiça* de 4 de Outubro 1903 informava que a Associação de Instrução Popular iria promover uma récita no Teatro Príncipe D. Carlos, cujo valor da receita iria beneficiar os seus cofres. A associação invoca o facto de ter um número limitado de sócios, para não conseguir fazer face às despesas inerentes ao seu funcionamento, como tal, apelava à benevolência de todos com vista ao seu auxílio. O jornal convidava tanto os figueirenses, como os visitantes da cidade a marcarem presença neste evento.

A 8 de outubro, o mesmo jornal, volta a noticiar a récita prevista para o Teatro Príncipe D. Carlos e apela à presença dos leitores no evento, dado que as receitas se destinavam à «nobre causa» da instrução:

“Escusado será falarmos dos relevantes serviços que a benemérita Associação d’Instrução Popular, sustentada a expensas d’um grupo de liberaes convictos e desinteressados, tem prestado em prol da instrução, contribuindo eficazmente para o desenvolvimento intelectual das creanças que estão confiadas à sua protecção, à custa de mil sacrifícios e de um sem numero de contrariedades que

¹¹⁵ Fernando Augusto Soares foi membro fundador da Loja Fernandes Tomás, filiado em 22 de setembro de 1900, exerceu nessa Loja Maçónica os cargos de Venerável de 1905 a 1906, Chanceler de 1907 a 1909 e Delegado à Grande Dieta em 1907.

sempre se levantam quando se trata de apostolizar uma missão d'um tão grande alcance moral e civilizador". (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 95, 8 de outubro de 1903, p. 1)

Ano após ano, desenvolveram-se esforços, por parte dos órgãos diretivos da AIP com vista à angariação de fundos, começaram a desenvolver-se espetáculos e eventos, em salas cedidas para o efeito à Associação de Instrução Popular. No início de junho de 1908, volta a ser relatado no jornal *A Voz da Justiça*, novo espetáculo no Teatro Príncipe em benefício dessa associação. Do evento fizeram parte um grupo de estudantes da Universidade de Coimbra, que de forma desinteressada se ofereceram para colaborar nesta obra benemérita. O espetáculo iniciou-se com um trecho musical tocado por um sexteto e regido pelo professor de música, Filipe da Cruz. O estudante universitário de Coimbra, Nobre de Melo saudou os presentes, referindo que a intenção do grupo de estudantes que dinamizaram o evento era de trabalhar com a AIP. Tratou-se de um sarau literário-musical, que teve uma plateia de espetadores em número razoável, que passaram algumas horas de diversão.

A Associação de Instrução Popular, que tinha na sua retaguarda a Loja Maçónica Fernandes Tomás, desenvolveu igualmente ações de benemerência para com os mais necessitados, deste meio. Parecendo algo paradoxal, que uma instituição que vivia com dificuldades de angariar receitas, decidisse, também, fazer ofertas aos mais pobres. Porém, devemos integrar esta ação numa confirmação dos princípios e valores altruístas e humanistas que norteavam os associados e dirigentes desta associação, tendo, como vimos, o suporte económico da Loja. A 18 maio de 1909, é realizado um Bodo na Associação de Instrução Popular, com o fim de comemorar a Festa da Paz. No edifício da AIP, foi distribuído um bodo a 61 pessoas mais necessitadas da cidade da Figueira da Foz, mas também de Tavarede e Buarcos. O jornal *A Voz da Justiça* regozija-se com este feito, dando a conhecer aos seus leitores a motivação que ditou esta ação de beneficência:

"A ideia foi feliz, pois que, enquanto subsistir a atual organização social, repartir pelos que sofrem ou pelos que, vítimas do capricho do destino, teem menos do que nós, é ação sempre grata bem formado, são exemplos que contribuem poderosamente para a nossa educação moral e cívica". (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 675, 18 de maio de 1909, p. 1)

Na mesma notícia, O Grémio Fernandes Tomás¹¹⁶ informava que para comemorar essa data, nessa noite iria realizar-se uma sessão extraordinária. Esta é, uma de muitas, provas de que a Associação de Instrução Popular, estava ligada umbilicalmente à Loja Fernandes Tomás. Tudo era decidido no seu templo, e os seus «braços», dispersos por todo o concelho, concretizavam as suas decisões.

¹¹⁶ Em relação ao mundo «profano» a Loja Fernandes Tomás denominava-se Grémio Fernandes Tomás.

A angariação de fundos passou a contar com um novíssimo equipamento, grande novidade nas diversas cidades, entre as quais se podia contar a Figueira da Foz: o animatógrafo. As sessões animatográficas passaram a ser moda na Figueira, como noutras cidades do país. Por isso, poder contar com este meio para angariar fundos para o auxílio à instrução, constituía uma mais-valia, sem precedentes. Nesta vaga, a Associação de Instrução Popular pode contar com diversas sessões no salão *High Life*, que se passaram a realizar a partir do início de outubro de 1909. O jornal da Associação de Instrução Popular, *A Voz da Justiça*, difunde estes espetáculos, apelando à participação de todos, uma vez que visava um fim muito relevante, possibilitando que a instrução chegasse às classes populares. O jornal apelava à boa vontade de todos: “Muita gente faz penoso sacrifício em aceitar bilhetes para benefícios. Bem o sabemos. Mas tenham paciência, não devem eximir-se ao que irão fazer para auxiliar as aulas da Associação d’Instrução Popular”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 717, 8 de outubro de 1909, p. 3)

Ao solicitar a participação de ricos e pobres nestas sessões, dava-se em troca aos espetadores uma hora agradável no *Animatografo Pathé*. As sessões eram, normalmente, à quarta-feira, às 6 horas da tarde e o jornal dava conta que havia sempre muitos lugares ocupados e por vezes, verificou-se uma extraordinária concorrência. O programa era constituído por fitas que tinham maior sucesso na época. O produto líquido das sessões era dedicado ao financiamento da escola da AIP, que nesse ano contava com 68 alunos matriculados. O presidente da direção da AIP, J. M. Gomes Tomé, mandou publicar no mesmo jornal os agradecimentos às pessoas e instituições envolvidas nesta ação de beneficência:

“AGRADECIMENTOS.

A Direção da Associação d’Instrução Popular, grata as pessoas que se dignaram aceitar bilhetes para as sessões animatógrafas realizadas na pretérita quarta-feira, no Salão Higt-Life, vem agradecer-lhes muito reconhecida essa fineza, que vai reverter em auxílio à instrução das classes pobres da Figueira”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 719, 15 de outubro de 1909, p. 2).

2.1.4.2. A Escola da Associação de Instrução Popular e a Loja Fernandes Tomás

Como se pode depreender, era a Loja Fernandes Tomás que vigiava de perto e geria os fundos da Associação de instrução Popular, assim como de outras instituições para-maçónicas¹¹⁷ e outras causas sociais emergentes na cidade da Figueira da Foz¹¹⁸.

¹¹⁷ APÊNDICE II- Escolas Populares e Instituições Para-Maçónicas. (Cf. p. II- III)

¹¹⁸ APÊNDICE III- A Maçonaria na Figueira (de finais do séc. XIX a 1911) – Proteção a causas diversas. (Cf. p. IV-V)

Esta controlava e decidia sobre o desenvolvimento das suas aulas, escolha do método de ensino, do professor, da data de começo e encerramento dos trabalhos escolares, da atribuição e escolha de prémios para alunos que de destacassem pelo seu desempenho, assim como a aprovação de propostas da novos sócios. A maior parte dos seus associados, e muito particularmente os seus elementos dirigentes foram, naturalmente, maçons. Portanto, muitas vezes em sessão de Loja discutiam-se os problemas da AIP prestavam-se as suas contas, e programavam-se as suas atividades. Por vezes, a própria Loja pediu que fosse levada a reunião de direção ou de Assembleia Geral da AIP, assuntos a serem discutidos, ou propostas para serem analisadas. Não obstante, segundo I. Henriques (2001a, p. 135) acabava por ser a oficina quem detinha a última palavra sobre esses assuntos e propostas e tudo decidia sobre os destinos da Associação, da sua escola ou sobre outros projetos em que a mesma se envolvesse.

A 5 de janeiro de 1905 *A Voz da Justiça* noticiava que se tinha realizado a Assembleia Geral desta associação, e que foram aprovadas as contas da gerência anterior. Foram também eleitos novos corpos gerentes, como Presidente da Assembleia Geral o eleito foi, Fernando Augusto Soares; o primeiro secretário era o Dr. José Gomes da Cruz e como Presidente da Direção, foi eleito, o Dr. Manuel Gomes da Cruz, “que há muito se vinha a distinguir nos destinos e na ação desta associação”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 224, 5 de janeiro de 1905, p. 1) Não constitui novidade, se afirmarmos que todos estes homens eram figuras de relevo na Loja Fernandes Tomás.

Em dezembro de 1905, surge novamente, no jornal *A Voz da Justiça*, a convocatória de uma reunião dos seus associados na sede da associação, na Rua da Cadeia, no dia 15 de dezembro, pelas 7 horas da tarde, para se proceder à prestação de contas, eleição dos corpos gerentes. A convocatória era assinada pelo primeiro secretário, José Gomes Cruz. Nessa mesma assembleia, o assunto da escola não foi descurado, ficando decidido que as aulas da Associação seriam encerradas a 31 de Julho, e que nesse dia se realizavam as provas públicas dos alunos que eram analfabetos e outros alunos que frequentam a escola, sendo uma forma de verificar os resultados da sua aprendizagem. Também por essa altura seriam distribuídos prémios ao aluno mais aplicado. Esse prémio teria o nome de Bernardino Machado, pois a assembleia considerou uma justa homenagem àquele que consideravam ser o «apóstolo» da Instrução Popular.

Nos anos seguintes, o procedimento era muito semelhante. Convocava-se a Assembleia, para aprovação de contas e ouvir o parecer do Conselho Fiscal, a além de se proceder à eleição dos novos corpos gerentes. Da mesma forma, os membros que constituíam os órgãos desta associação eram, na generalidade, irmãos da LFT e repetiam-se nesses cargos ao longo dos anos que estudámos. Todos eles eram figuras muito

respeitadas no meio em que viviam, desempenhando cargos que exigiam uma elevada formação académica, o que lhes conferia grande prestígio social.

Depreende-se que a Loja manteve uma vigilância apertada relativamente ao desenrolar das atividades curriculares da Escola da Associação de Instrução Popular, segundo I. Henriques (2001a, p. 135), chegando a nomear-se diferentes comissões de irmãos que, ao longo do ano letivo, eram encarregues de visitar a aula e relatar à Loja as impressões colhidas. Ainda, a mesma autora, refere que em sessão de 14 de dezembro de 1905, a Loja escuta os elogios feitos ao professor da escola o, então, profano José Cardoso Santiago, pela sua dedicação extrema. Numa sessão da Loja, um irmão faz a proposta, que o professor da escola fosse admitido na maçonaria, proposta que é aceite. Por isso, a 11 de Setembro de 1906, este desejo da Loja concretizava-se, passando a escola a contar com um professor membro da Loja, José Cardoso Santiago que foi iniciado na LFT, com o nome simbólico de *João de Deus*. Este professor há de aparecer referido e elogiado numerosas vezes em artigos de *A Voz da Justiça*, pela dedicada e ativa colaboração com a escola e, bem assim, como elemento fundamental para a concretização das atividades da Associação.

Mas, segundo I. Henriques (2001a, p. 137-138)¹¹⁹, existem evidências que provam que a partir de 1907 se agudizaram os problemas financeiros da Associação de Instrução Popular, que de algum modo foram quase sempre sentido. . A 28 de fevereiro desse ano, a Loja decidiria retirar do cofre da beneficência o dinheiro necessário para pagar a joia e as quotas do irmão *João de Deus*, que era o professor da escola, José Cardoso Santiago. Esta era uma forma de o recompensar pelos serviços prestados como professor da associação, uma vez que não tinha possibilidades de lhe aumentar o ordenado e de sentir mesmo, dificuldades em sustentar a escola.

A 8 de Dezembro de 1908, a Loja resolve homenagear o Irmão *Napoleão*¹²⁰ pelos seus serviços em prol da instrução popular, decidindo dar à escola da AIP o seu nome, passando esta a chamar-se Escola Fernando Soares. Como ato simbólico, foi colocado nas paredes da escola o retrato do seu benemérito. Nesse mesmo dia promover-se-ia, pela tarde, mais uma conferência pública, durante a qual o aluno mais novo terá lido uma mensagem dedicada a Fernando Augusto Soares. Ainda em sua homenagem, a Loja reuniria nessa noite em sessão magna e extraordinária, estando presentes vários maçons de outras lojas, as suas esposas, sendo que muitas eram, também elas, irmãs da Loja de Adoção «8 de Dezembro».

¹¹⁹ Isabel Henriques trabalhou com base em atas da Loja Fernandes Tomás e outros documentos que se encontram no arquivo da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz.

¹²⁰ *Napoleão*, nome simbólico de Fernando Augusto Soares.

2.1.4.3. Matrículas, aulas e festas da Associação de Instrução Popular

Em 1902, ano da fundação da Associação de Instrução Popular, as aulas tiveram início no final de novembro desse ano. Estas, como já se viu, eram lecionadas pelo método de João de Deus, pela *Cartilha Maternal*, que era considerada uma referência em termos de método de ensino da leitura.

Este tipo de ensino da leitura, de acordo com os seus acérrimos defensores, ultrapassava as fases a soletração e da silabação, para atingir um nível de aprendizagem mais elevado, pela leitura da palavra. O jornal AVJ não se coíbia de publicar opiniões sobre as suas vantagens, na medida em que defendia que os alunos analfabetos conseguiam aprender a ler num período curto de tempo, que podia ir de 4 a 6 meses. Ademais, temos que considerar, que essas vozes impressas a favor da Cartilha de João de Deus provinham de republicanos, que se identificavam no seu correligionário, um excelente exemplo a seguir em termos de orientação política e pedagógica. Este projeto pedagógico era amplamente defendido na imprensa da época, sendo que *A Voz da Justiça*, por esta época, colocava o enfoque nesta matéria. A partir de fevereiro de 1903, com uma grande regularidade, surgiram nesse jornal, artigos designados por «Os Cartilheiros» e «A Cartilha Maternal», alguns deles assinados pelo redator do jornal, Gustaf Adolf Bergstrom. O seu intuito era dissecar outras cartilhas que iam surgindo, de autores distintos, apresentando as suas limitações face à Cartilha tida como original, chegando inclusivamente a fazer crer que se tratavam de contrafações da legítima cartilha.

Em julho de 1908, o jornal *A Voz da Justiça* engrandece o trabalho do professor José Cardoso Santiago, ensinando a leitura e a escrita através da *Cartilha Maternal*. Tinham chegado, por essa altura, à redação do jornal os perfeitos trabalhos escolares do aluno Augusto d'Almeida Cardoso, uma criança de 6 anos que frequentava a escola há relativamente pouco tempo.

As aulas, no primeiro ano decorreram sem sobressaltos, como se pode depreender pelo que está referido anteriormente. Assim, no segundo ano de funcionamento da AIP, as aulas promovidas por esta associação estavam previstas iniciar-se no mês de Outubro, sendo que a inscrição para as matrículas já se tinham iniciado no mês de julho. Provavelmente, devido ao número, ainda exíguo, de inscrições, o jornal *A Voz da Justiça*, volta a anunciar no mês de setembro, que as inscrições irão decorrer até ao fim desse mês, na sede da Tipografia Popular, sendo preferidos os parentes, tutelados ou protegidos dos

sócios. Nessas edições desse jornal de 24 e 27 de Setembro de 1903, informam-se os leitores de que serão abertas duas turmas, uma para analfabetos e outra para alunos que já tenham conhecimentos de leitura, em princípio alunos que já tinham frequentado a escola no ano anterior.

A repetição das notícias sobre a escola desta associação prova que esta queria atingir cada vez um maior número de pessoas. Os seus associados consumiam muitas das suas energias, tanto com a causa da instrução popular, como com a difusão desta ideia através do jornal. A cruzada da instrução não podia esmorecer, estes homens animados por elevados valores faziam desta questão a sua bandeira.

Como podemos inferir pela análise dos documentos, a partir deste ano, as aulas promovidas por esta associação passaram a ter início em outubro. Em finais de julho e sob o pretexto de encerramento dos trabalhos escolares, era quase sempre realizada uma festa, aberta ao mundo profano, cujo programa incluía não só a atribuição do Prémio Bernardino Machado ao(s) melhor(es) aluno(s), como a realização de uma palestra, um sarau literário, ou outro evento festivo. A maior parte destas conferências e palestras vinham ao encontro dos fins previstos nos estatutos da AIP. Estes eventos funcionavam como elementos de propaganda republicana e podiam ser entendidas como formas práticas e necessárias de educar o povo. Terminado o segundo ano de funcionamento da escola da AIP *A Voz da Justiça* de 18 de Agosto de 1904 informa os seus leitores acerca daquilo que se prevê constituírem as atividades de encerramento de final do ano letivo:

“No proximo sabbado 20 encerra-se o curso lectivo da escola da Associação de Instrucção Popular, devendo no dia immediato, domingo, proceder-se a exhibição de provas finaes e distribuição de prémios pelos alunos mais classificados. Em outubro reabrirá o mesmo curso pelo methodo João de Deus”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 184, 18 de Agosto de 1904, p. 1)

Nesse ano, a festa de encerramento das atividades letivas realizou-se ao domingo e perante a direção da Associação de Instrução Popular, foram distribuídos os prémios aos alunos que se distinguiram ao longo do ano letivo e nas provas finais. Os alunos contemplados foram os seguintes: em primeiro lugar, António Garcia, que recebeu um livro e 1500 réis; em segundo lugar, João de Deus Avelino, que recebeu um livro e 800 réis; em terceiro lugar, David Jorge Silva que recebeu 700 réis; em 4º lugar, António Domingues, premiado com 600 réis e em quinto lugar, Arsénio Domingues, foi-lhe atribuído 500 réis.

Após a atribuição de prémios, o professor da escola, Cardoso Santiago lia um relatório sobre o funcionamento das aulas, e neste ano referiu que instituiu um prémio mensal, suportado por si, que atribuía ao melhor aluno de cada aula, com o objetivo de estimular o estudo e o seu bom comportamento.

A direção da AIP terminou o evento, exortando os alunos ao estudo, recomendando-lhes que sejam aplicados e assíduos e que no final do próximo ano letivo, seria instituído um prémio denominado, Dr. Bernardino Machado, do qual constava a oferta de um fato completo.

Anualmente, *A Voz da Justiça* não perde qualquer oportunidade, e até à abertura das aulas, de informar nas suas páginas o andamento do processo de matrículas assim como o arranque do ano letivo. Número após número, semana após semana, num frenesim mediático, o jornal cumpria o seu papel de arauto da Associação de Instrução Popular e da sua escola noturna. O jornal reforça a publicidade em relação à abertura de aulas na AIP:

“Se há por ahi analfabetos, filhos de gente pobre que não possam frequentar as aulas de dia, encontram aberta á noite, a escola da Associação d’Instrução Popular. A aula será de duas horas em cada noite e haverá classe d’analphabetos e outra de alunos mais adeantado”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 196, 29 de setembro de 1904, p. 2)

Uma vez que estas aulas se dirigiam a menores e adultos analfabetos, ou que já sabiam os rudimentos da leitura, e que trabalhariam de dia, o jornal aliciava-os á frequência da escola informando-os que o tempo que estes iriam despende com a sua frequência seria mínimo, pois as aulas só duravam duas horas diárias. Mais uma vez, o jornal apelava aos pais para que mandassem os filhos à escola, e que não se descuidassem de os matricular. Pela análise deste e de outros periódicos, os progenitores eram alvos constantes de críticas, devido à sua atitude de desleixo face à instrução dos seus filhos. Denunciava-se aqui o papel de irresponsabilidade dos pais, pois não zelavam pela assiduidade dos seus educandos.

A 10 de outubro de 1904, abre pelo terceiro ano letivo, a escola noturna da AIP. Portanto, os esforços do jornal tinham valido a pena e os objetivos da escola estavam a ir ao encontro daquilo que a Loja Fernandes Tomás se tinha proposto. Neste ano, as matrículas atingiram os 30 alunos, alguns dos quais já adultos, sendo todos operários. A aula funcionava todos os dias da semana das 6 às 8 horas, exceto às quintas-feiras. Nesse dia, estavam previstas conferências regulares, com figuras notáveis a nível local e mesmo nacional. Os alunos eram convidados a participar nestes eventos, tendo em conta que estes contribuíam para o complemento da sua instrução. O horário das aulas, não seria muito tardio, tendo em conta que estes alunos teriam de madrugar no dia seguinte para irem trabalhar.

O professor da escola, Cardoso Santiago, era muito elogiado pela sua dedicação e pela boa vontade que demonstrava. Salienta-se o papel estimulante dos prémios que este professor atribuía aos alunos que em cada mês lhe mostrassem saber melhor as lições e fossem mais assíduos. O jornal refere que “Esta forma de estimular as crianças tem

produzido efeitos excelentes, e assim é vel-os dia a dia a desenvolver cada vez mais conhecimento das lições da Cartilha Maternal”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 206, 21 de dezembro de 1904, p.1)

Os prémios atribuídos pelo professor eram simples, porém, tratava-se de uma boa motivação, criando um efeito de emulação saudável entre os seus alunos. Nesse mês, os contemplados foram: Joaquim Gil Figueiredo e António Carvalho, do Saltadouro -Tavarede, José dos Santos Salgado e José dos Santos, da Figueira.

O jornal *A Voz da Justiça* de 31 de agosto de 1905 dava conta que os trabalhos escolares do ano letivo de 1904-05 tinham sido muito profícuos, pois tinham ficado a saber ler, escrever e contar muitos alunos, entre os quais, muitos eram analfabetos. Anunciava-se que as aulas iriam recomeçar em outubro. Nesse ano, os alunos inscritos inicialmente eram 30 e em novembro já tinham ascendido aos 50.

Em outubro de 1905, volta a ser anunciado em *A Voz da Justiça*, as matrículas para a escola da AIP, sendo que, neste ano, no sentido de responsabilizar os pais pela frequência da escola, os alunos menores deviam ser acompanhados no ato da matrícula por um dos progenitores ou por um tutor. Os benefícios de aprender a ler e escrever eram incalculáveis, daí que os pais devessem consciencializar-se disso, portanto, “[...]a todos os paes se impõe também o dever de obrigar os filhos a frequentar a escola.” (*AVJ*, ano 4º, nº 301, 5 de outubro de 1905, p.1).

Os pais eram numerosas vezes alertados para a sua responsabilidade enquanto educadores. Para os mais incautos, o jornal não se cansava de enviar recados pertinentes:

“Os paes que os mandam á escola praticam uma boa ação. Oxalá se compenetrem todos desse dever. Na Figueira, se existem alguns analfabetos, não deve atribuir-se o facto á falta de d’escolas gratuitas, quer diurnas quer noturnas. O que faltar á aqui, como falta, afinal, em toda a parte, é que certos paes tenham necessária compreensão dos deveres que a sociedade lhe impõe”. (*AVJ*, ano 4º, nº 302, 8 de outubro de 1905, p. 2)

O mesmo jornal informa ainda, que se lecionam naquela escola as primeiras letras, pelo Método João de Deus, gratuitamente, e que o professor José Cardoso Santiago se encontrava devidamente habilitado para esse efeito. Este dado novo, insere-se numa conjuntura, em que se instalam pressões superiores, relativamente à formação dos professores das primeiras letras. O Estado, muito embora não criasse escolas a fim de concretizar a lei que consignava a obrigatoriedade escolar, acabava por arranjar entraves aos professores que não tivessem frequentado as Escolas Normais¹²¹, afastando pessoas com enorme competência e boa vontade.

¹²¹ Escolas Normais eram escolas nas quais se preparavam os futuros professores primários.

No ano de 1905, as aulas da escola da AIP iniciaram a 9 de outubro, estando as inscrições de crianças e adultos abertas, ainda nesse dia, na redação do jornal. Até essa altura, o público que ia frequentar a escola tinha idades que iam dos 10 aos 16 anos, sendo quase todos de condição humilde e com uma profissão artística. No fim desse mês, já eram de 50 o número de alunos inscritos. Só era possível levar a cabo tão ambiciosa iniciativa, devido ao auxílio de muitos homens «liberais» da Figueira da Foz, que compreenderam a generosa missão da Associação de Instrução popular.

Em julho de 1906, a AIP irá realizar uma festa de encerramento do ano letivo. Nessa festa, teriam lugar as provas finais dos alunos e a distribuição de prémios. Estes consistiam na oferta de um fato completo, prémio esse denominado Bernardino Machado, além de estarem previstos a oferta de objetos de utilidade e livros. É de salientar, a importância que os dirigentes da AIP atribuíam à oferta de livros aos seus alunos. O jornal antecipava a presença de grandes nomes nacionais nesse evento, como Bernardino Machado, Capitão Homem Cristo e João de Deus Ramos, filho do poeta João de Deus, considerado um continuador da obra do seu pai. Esta festa previa-se para o domingo, dia 29 de julho, na sede da AIP¹²², a partir das duas horas da tarde, e estava aberta a alunos, professores, sócios, autoridades e associações locais e imprensa, bem como toda a comunidade local. A 27 de Julho de 1906, do mesmo periódico figueirense dirige um convite formal nas suas páginas, para a Festa Escolar:

“A Direção da Associação d’Instrução Popular tem a honra de convidar por este meio os seus Socios que não tenham recebido convite diréto, e em geral a todos os figueirenses que se interessam pela extinção do analfabetismo na Figueira [...]” (AVJ, ano 5º, nº 385, 27 de Julho de 1906, p. 1)

A vinda de Bernardino Machado à Figueira da Foz já era usual e as suas preleções atraíam muitos admiradores. Este distinto republicano e maçom, à medida que se intensificava na cidade a propaganda republicana, também se fortificavam os laços de amizade que este tinha com alguns figueirenses, com os quais partilhava uma forte identificação ideológica. A admiração por este caudilho republicano era tal, que *A Voz da Justiça*, publicava frequentemente artigos da sua lavra. Assim, já a 18 de dezembro de 1904, foi publicado no periódico, *A Voz da Justiça*, um artigo denominado «As Crianças – Notas de um pai», artigo no qual a questão dos afetos e da educação das crianças estava presente.

Bernardino Machado desenvolvia uma ação de propaganda notável em torno da instrução do povo e da República, em várias escolas do país. A sua relação com a Figueira da Foz era tão próxima, que o jornal AVJ noticiava sempre que Bernardino Machado

¹²² A entrada para a Associação de Instrução Popular fazia-se pela Rua da Cadeia, nº 7.

felicitava o jornal pelo seu aniversário e respondia nas suas páginas agradecendo o gesto do ilustre republicano.

Contra a vontade do governo, no domingo, dia 28 de Julho de 1907, foi feita uma homenagem nacional a Bernardino Machado, ao símbolo da liberdade. O povo, em todos os pontos do país, enviou telegramas, cartas, mensagens que saudaram o ilustre democrata. *A Voz da Justiça* associou-se a esta iniciativa publicando a 2 de agosto de 1907, um artigo em que saudava o amigo republicano no qual eram enviados os cumprimentos pessoais de admiradores figueirenses como do Dr. Joaquim Cortesão, Dr. Manuel Gomes Cruz e Dr. José Gomes Cruz, cumprimentos dos representantes do Grémio Fernandes Tomaz, do Centro José Falcão e deste jornal da Figueira. Também lhe foram enviados telegramas da Associação de Carpinteiros, de João Maria Ribeiro, Manuel Ferreira Gonçalves entre outras individualidades locais. Todas estas personalidades eram republicanos e maçons, com cargos relevantes na Figueira da Foz, porém, o jornal *A Voz da Justiça*, não contou só com a adesão de correligionários republicanos, mas tratou-se de uma homenagem de carácter suprapartidário.

O ano letivo terminou em julho de 1906 com uma festa escolar para comemorar o encerramento dos trabalhos. Como nos anos anteriores, foram realizadas as provas de sete alunos que frequentaram a escola. Foram, também, entregues os prémios aos alunos com melhor desempenho e teve lugar uma conferência proferida por João de Deus Ramos, que aproveitou a oportunidade para difundir o método da *Cartilha Maternal*, propagandeando a sua genialidade. Vejamos como as suas palavras estavam animadas por um profundo otimismo:

“Tendo estudado e sido examinados pelo método de João de Deus, a obra grandiosa e patriótica que há de, n’um futuro próximo regenerar o povo portuguez, iluminando-lhe a consciência e a razão, os sete analfabetos d’hontem demonstraram que teem perfeito conhecimento das regras do método, decompondo as silabas de diversas palavras e dando com clareza razão dos diferentes valores dos vozeios, dos bafejos, das vogaes, das vozes nasalizadas, etc. (*A Voz da Justiça*, ano 5º, nº 386, 31 de julho de 1906, p. 1)

A assistência a este evento foi muito seleta e numerosa, segundo a opinião do jornal. A sala encontrava-se adornada com colchas de damasco dispostas de forma artística e as suas paredes foram decoradas com retratos de grandes vultos nacionais e locais: entre eles: Manuel Fernandes Tomaz, Bernardino Machado e Fernando Augusto Soares.

O próprio João de Deus Ramos entregou os prémios aos alunos, que nesse ano constaram de tecidos para fatos, chapéus e livros oferecidos pela Associação de Instrução Popular e o Visconde da Marinha Grande, Afonso Ernesto de Paiva, também ele um benemérito da instrução local, ofereceu a confeção dos fatos num alfaiate.

Esteve presente, nesta cerimónia, o então subinspetor do círculo escolar da Figueira da Foz, Luís Henrique d' Almeida, a quem foi concedida a palavra pelo presidente da direção da AIP, Dr. José Carlos Barros. Muito embora fosse um subinspetor do ensino oficial, a sua presença neste tipo de solenidades em escolas algo marginais ao sistema oficial, era muito frequente, sendo um sinal do interesse que dedicava ao ensino popular na cidade da Figueira da Foz.

O professor da escola, José Cardoso Santiago, continua a ter um papel de destaque nestas cerimónias, recebendo muitos louvores pelo seu trabalho. O seu discurso fundia o trabalho em termos pedagógicos, com a ideologia republicana. Como tal, ao dirigir-se às crianças afirmou: “Pobres e ingenuos, procuraste aqui o pão do espírito que faz o homem honrado e consciente”. (AVJ, ano 5º, nº 386, 31 de julho de 1906, p. 1). A ideia de que a consciência cívica só pode advir da instrução, era uma constante nas palavras destes difusores da instrução popular. O professor regozija-se pelo seu trabalho, que dia após dia vai vencendo o analfabetismo e a ignorância, utilizando o método da *Cartilha Maternal*, propagandeando o método João de Deus:

“O vosso livro, obra impecável de educação e amor, reflexo daquela alma adorável e ingenua que foi e será sempre o doce amigo das crianças, o livro, por excelência, do coração das mães e que o foi também o mais querido do grande lirico que se chamou João de Deus ...”. (AVJ, ano 5º, nº 386, 31 de julho de 1906, p. 1)

José Cardoso Santiago referiu-se, à falta de assiduidade e conseqüente abandono das aulas, por parte dos alunos inscritos. Enquanto no início das aulas o número de matrículas atingia e ultrapassava os 50 alunos, no final do ano estes eram em número muito reduzido. Na verdade muitos eram os motivos que levavam à diminuição dos número de alunos, mas o motivo maior prendia-se com o facto de alguns serem artesãos ou operários, e não conseguiram conciliar a escola e o trabalho, abandonando-a sem terem a noção do serviço relevante que esta prestava às classes trabalhadoras da cidade.

Durante os meses de agosto e setembro, poucas eram as referências a esta escola nas páginas do jornal, mas em meados de outubro, regressava a propaganda às aulas gratuitas dessa escola, as informações sobre as matrículas e apelava-se aos benefícios da sua frequência, alertando para a gratuitidade do ensino, que passava pelo fornecimento de livros e da possibilidade de no final poderem aceder ao exame do 1º grau¹²³.

No ano letivo de 1906-07 estavam matriculados 40 alunos e as aulas tiveram início a 15 de outubro. O jornal *A Voz da Justiça* de 16 de outubro de 1906 referia que, o professor

¹²³ Esta escola possibilitava, aos seus alunos a realização do exame de 1º grau, que correspondia ao 1º nível da instrução primária, ou seja, o mais elementar.

da escola estava animado da melhor boa vontade, pedindo aos alunos que estes correspondessem ao seu esforço, alcançando bons resultados. No dia 2 de janeiro de 1907, as aulas recomeçaram, após uma pausa que se tinha iniciado na véspera de Natal. Por esta altura ainda frequentavam a escola os 50 alunos, não tendo havido, até aquele momento o usual abandono escolar. As aulas, nesse ano letivo terminaram no dia 27 de julho. O jornal, *AVJ*, ressalva o carácter democratizante desta escola ao possibilitar a sua frequência de forma gratuita a um elevado número de pessoas: "A Associação d'Instrução Popular desempenha hoje na Figueira um importante papel democratico, não só pela manutenção da sua escola gratuita, mas ainda por outros serviços que presta á causa da Liberdade". (*AVJ*, ano 6º, nº 488, 26 de julho de 1907, p. 1)

Mais uma vez o jornal, a escola e a Loja Fernandes Tomás agradecem o trabalho desempenhado ao longo do tempo pelo seu dedicado professor: José Cardoso Santiago. Sabe-se, porém, que esta Associação passava, já no ano de 1907, por sérias dificuldades financeiras, que eram relatadas em reuniões da Loja Fernandes Tomás, sobrevivendo à custa de uma gestão disciplinada, que equilibrava as receitas que provinham de donativos da Loja e de alguns profanos, que reconheciam o valor da missão desta Associação, que além das aulas levava a cabo outros atos de beneficência.

Apesar do contexto económico da escola denotar algumas dificuldades, esta volta a noticiar as matrículas, no mês de outubro de 1907, tal como era habitual. As aulas da AIP, nesse ano, tiveram início a 14 de outubro, estando matriculados 30 alunos, 9 dos quais analfabetos. Também se encontravam matriculados alguns adultos que iam continuar o seu estudo. O jornal descreveu nas suas páginas os acontecimentos do primeiro dia:

"Na abertura das aulas fez-se pré-dica aos rapazes. Deram-se-lhes bons conselhos, fez-se-lhes ver o benefício que todos poderiam tirar, sabendo ler e escrever, prometeram-se prémios pelas festas do Natal para os que tiverem até lá melhor comportamento e aplicação, e pediu-se-lhes para serem pontuaes até ao fim do ano létivo, pois terão também prémios especiaes a que vale bem a pena concorrer. (*AVJ*, ano 6º, nº 511, 15 de outubro de 1907, p. 1)

A 18 de outubro de 1907, realizou-se a Festa das Escolas, na qual se atribuíram os prémios aos alunos das escolas primárias que mais se distinguiram em comportamento e aproveitamento no ano letivo anterior. Esta festa juntava todas as crianças das escolas primárias e teve lugar, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 11 horas da manhã e acolheu alunos e professores, pais e numerosas pessoas de todas as classes sociais. Este local de grande simbolismo poderá ser um sinal de que os governantes locais começavam a estar mais sensíveis à questão da educação. Como habitualmente, a festa teve um protocolo definido. A cerimónia ficou marcada pelos discursos habituais do subinspetor da educação, que comparou a situação do ensino em Portugal com as nações estrangeiras

referiu-se à importância do papel das mães na educação dos seus filhos. Tal como noutras ocasiões, aconselhou as crianças a estudar, o que contribuía para levantar a autoestima pessoal e contribuir para a criação de uma raça forte. Outro dos oradores foi o Dr. Carlos Borges que reconheceu que havia necessidade de se desenvolver a instrução pois esta ainda revelava grandes deficiências e lembrou “ [...] as condições amarguradas em que vive o professorado¹²⁴, julga indispensável que todos se interessem pela sua causa [...]”. (AVJ, ano 6º, nº 513, 20 de outubro de 1907, p. 3)

Também discursou o Dr. Alberto Dinis da Fonseca, que defendeu que a instrução deveria ser um bem não exclusivo de uma só classe, mas de todos, uma vez que se vislumbrava a chegada da democracia, havia necessidade de estabelecer costumes novos. Por fim, um grupo de crianças cantou o hino Pátria com música de Alfredo Keil e letra de Gomes Leal. Todas estas cerimónias eram encenadas e realizadas de acordo com rituais muito precisos, tendo em vista a propaganda da ideologia republicana e da instrução popular.

A Associação de Instrução Popular, à semelhança dos anos anteriores, iria abrir a sua escola noturna e as suas inscrições realizavam-se até ao dia 22 de outubro de 1907, sendo o número de alunos inscritos, bastante relevante, contando com a matrícula de 50 alunos, sendo que 15 dos quais já tinha tido lições pela *Cartilha Maternal*. Nesse ano estava prevista a criação de duas classes diferente:

a) Uma classe mais adiantada: com alunos que frequentaram a escola nos anos letivos anteriores, e que já liam e escreviam corretamente. Estes alunos eram quase todos aprendizes de certos ofícios: pedreiro, carpinteiro e serralheiro. Uma maioria eram alunos da cidade, mas também existiam alguns provenientes dos seus arredores.

b) Uma classe para os alunos analfabetos que se encontravam a começar a frequentar a escola.

Estas aulas eram frequentadas por pequenos trabalhadores, que a associação queria cativar. Assim, os prémios aos alunos que se distinguiam eram agora atribuídos no Natal e no final do ano letivo.

No ano letivo de 1908 as aulas da AIP iniciaram-se a 15 de outubro. A edição do jornal de 13 de outubro desse ano difunde a ideia de que aprender a ler é um processo fácil e os benefícios são inquestionáveis:

“ [...] se há mesmo criaturas que pouco, quasi nada saibam ainda, procurem nas lições do método João de Deus o astro brilhante que lhes ilumine o cérebro e os

¹²⁴ No Questionário sobre o Estado da Instrução 1910 - Resposta da Associação de Instrução Popular que transcrevemos no **Anexo VI** (Cf. p. XIII), se atendermos às respostas da alínea c) relativas ao Professorado, questões 51ª e 52ª, corrobora-se a opinião de que este grupo profissional era muito mal remunerado tendo em conta a sua importante missão.

conduza, fóra da treva tenebrosa, pelo caminho da civilização. (AVJ, ano 7º, nº 615, 13 de outubro de 1908, p. 1)

Nesse ano letivo, inscreveram-se 47 alunos sendo que a maioria eram menores analfabetos. A notícia do jornal *A Voz da Justiça* reforça o papel dos pais na vigilância dos seus filhos, responsabilizando-os pela frequência regular destes à escola. Os pais que se demitissem dessa função praticavam, segundo o articulista, um ato criminoso¹²⁵.

A escola da AIP constituía o projeto mais ambicioso dessa associação, como tal, assistiam à sessão de abertura das aulas os membros da direção e diferentes sócios da benemérita instituição. Em dezembro de 1908, à semelhança dos últimos anos, a AIP vestia-se de gala para a realização de mais uma sessão solene na sua escola. O jornal, *A Voz da Justiça* associa-se a este evento, publicando na sua primeira página, em parangonas, um editorial destinado a louvar um dos maiores beneméritos dessa associação: Fernando Augusto Soares.



Figura 12 – Os Beneméritos da Instrução. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº631,8 de dezembro de 1908, p.1).

A Loja Fernandes Tomás tinha decidido, numa das suas sessões, que havia chegado a hora de homenagear um dos maiores beneméritos da instrução popular desta cidade: Fernando Augusto Soares. Assim, a festa da Associação de Instrução Popular foi meticulosamente preparada e no dia 8 de dezembro de 1908 toda a ação e acontecimentos do dia serão vertidos detalhadamente nas páginas deste jornal. Nesse dia o periódico anuncia que a Associação de Instrução Popular se encontrava em festa. Todo o seu editorial é dedicado ao altruísmo e benemerência de Augusto Soares. É referido que ele não sendo um intelectual, nem um político, era antes um filho do povo, nascido em Buarcos, que desde cedo começou a trabalhar, tendo sido o trabalho a sua escola. Já adulto haveria de envolver-se numa ação que considerava imperiosa, o apoio à educação popular:

“Ele, que toda a vida afrontara as agruras do trabalho, e que entre rudes trabalhadores vivia agora, conhecedor do atraso moral e intelectual dos seus patrícios, a sua constante preocupação era ensinál-os a ler, preparál-os para o trabalho inteligente e bem orientado, fazer luz no seu espírito, para facilmente

¹²⁵ Como se pode constatar, este jornal, sempre que tinha oportunidade, editava na primeira página questões sobre a educação, em especial da situação da escola da Associação de Instrução Popular, ou um artigo de fundo/ editorial com situação do ensino a nível nacional.

compreenderem os seus direitos e os seus deveres de cidadãos”. (AVJ, ano 7º, nº631,8 de dezembro de 1908, p1)

Para além do apoio que Fernando Soares devotava à Escola da Associação de Instrução Popular, este foi igualmente, o mecenas da Escola Noturna Popular Bernardino Machado, situada em Buarcos e esteve ligado a numerosas causas humanitárias de Buarcos e da Figueira da Foz. O jornal terminava a sua homenagem a este conterrâneo, reconhecendo-lhe o mérito de acreditar na difusão das primeiras letras e do contributo dessa ação para a atingir o valor máximo da liberdade.

Neste sentido o jornal enfatizava o bem que este benemérito tinha feito em prol da sua terra, assegurando que este devia ser um exemplo a seguir. Considerava que se existissem muitos filantropos como este, as classes populares há muito que já ocupavam o seu verdadeiro lugar na sociedade. A ideia de que a instrução popular haveria de regenerar o nosso país, foi compreendida por Fernando Soares, que entendeu que o maior serviço a prestar aos seus patrícios seria distribuir-lhes a instrução. Pelo que nos descreve o periódico, *A Voz da Justiça* de 8 de dezembro de 1908 a festa foi apoteótica na sede da Associação de Instrução Popular. A sala adornou-se com retratos de figuras nacionais e internacionais, com as quais os «obreiros do progresso» desta associação se identificavam: Vítor Hugo, Manuel Fernandes Tomaz, Bernardino Machado, Pasteur e Herculano. O presidente da direção, Gomes Tomé, deu a palavra, ao grande vulto republicano local, Manuel Gomes Cruz, que num breve discurso enalteceu as qualidades de Fernando Soares e o valor da sua obra enquanto protetor da instrução popular. A sua esposa, Trindade Penha Soares; a professora, Amélia Brás e José Gomes Cruz, foram outras personalidades também que prestaram homenagem a Fernando Soares. É de enaltecer, nesta época em que a mulher estava relegada para segundo plano, especialmente no que se referia a atos cívicos, o facto de Trindade Soares e Amélia Brás terem subido ao palanque, para proferir um discurso perante uma tão vasta e importante assistência. Tal facto demonstrava que elas pertenciam a um grupo «algo à parte» nesta cidade, e que não representavam a generalidade da população. Elas, como os seus companheiros de homenagem, já tinham atingido um patamar de prestígio social e de consideração e carinho, face às massas populares, o que lhes permitia esta afirmação de autonomia. Amélia Brás, como professora do ensino oficial da cidade e uma apaixonada pela questão da instrução popular, foi convidada por Manuel Gomes Cruz para descerrar o retrato de Fernando Augusto Soares que, a partir desse dia, haveria de figurar naquela sala, lado a lado, com grandes figuras que eram, na essência, autênticos líderes espirituais daquela Associação.

A festa teve, também, a intervenção do académico da UC, José de Almeida, mas o ponto alto da sessão foi marcado por um ato de verdadeira propaganda, quando o mais novo aluno da associação, Augusto d’Almeida Cardoso, de apenas 6 anos leu e entregou a

Fernando Augusto Soares uma mensagem redigida pelo professor José Cardoso Santiago e por ele escrita, com uma boa caligrafia: Encontrava-se patente, em todo o texto e poema dedicado a Fernando A. Soares, um tom de agradecimento ao seu mecenas.

No final desse evento pediu a palavra o muito jovem tipógrafo da oficina do Jornal *A Voz da Justiça*, José da Silva Ribeiro¹²⁶ (1894-1986), que teria nesta altura catorze anos, mas que com o seu discurso, conseguiu prender todo o auditório.

“Em palavras bem expressivas teceu os maiores louvores ao sr. Fernando Soares, a quem chamou benemérito do povo e amigo das creanças, dos seus companheiros que deviam, como ele o fazia, curvar-se reverentes perante o retrato que n’aquele dia se inaugurava¹²⁷”. (AVJ, ano 7º, nº631,8 de dezembro de 1908, p1)

Por fim seguiu-se o agradecimento do homenageado, que se mostrou comovido pelo tributo que a AIP lhe tinha realizado. Considerava que as causas em que se envolvia, não eram mais do que uma distração, “Pois ele, sentindo-se cansado pelo trabalho de longos anos, dispensa tudo isso, gasta o que pode gastar com escolas e outras obras uteis a humanidade. Será loucura? Não importa. Cada doido com a sua mania [...]”. (AVJ, ano 7º, nº 631,8 de dezembro de 1908, p1)

Ainda a propósito da homenagem a Fernando Augusto Soares, a Loja Fernandes Tomás reuniu nessa noite numa sessão magna extraordinária durante a qual o Venerável lembraria a vantagem de, na véspera de Natal desse ano, se oferecer aos alunos da Associação de Instrução Popular uma festa que os animasse. *Lassale*, nome simbólico de Manuel Gomes Cruz lembraria também que a Associação de Instrução Popular teria, em breve, de prestar aos operários da Figueira um serviço de dedicação cívica, habilitando-os para o exame de instrução primária, caso fosse estabelecida a lei eleitoral. Essa lei previa que só seria concedido o voto aos indivíduos que tivessem realizado aquele exame. Como o partido republicano necessitava de mobilizar o maior número de eleitores, a escola teria de se esforçar-se para levar os alunos que já soubessem ler e escrever a realizar aquela prova. Desta forma, garantia-se o maior número de votos no partido republicano.

Segundo, I. Henriques (2001), no final de 1908, o funcionamento da escola começou a conhecer algumas contrariedades. Em sessão da Loja Fernandes Tomás, o irmão *João de Deus*, nome simbólico do professor da escola, José Cardoso Santiago, lamenta não terem havido nesse ano provas finais na escola da AIP, uma vez que os alunos

¹²⁶ José da Silva Ribeiro (1894-1986), filho do editor do Jornal Gentil da Silva Ribeiro (1873-1918), Tavadense e cuja ação ao longo da vida irá marcar de forma indelével a Sociedade de Instrução Tavadense, pela dedicação que lhe prestará ao longo da vida ao teatro. Neste evento, José Ribeiro inicia-se nas lides da oratória, que o caracterizaram ao longo da vida.

¹²⁷ Como se pode verificar, esboçava-se, aqui, o eloquente comunicador, amante das letras, do teatro e do movimento associativo que José da Silva Ribeiro irá ser ao longo da sua vida.

tiveram dificuldade em conseguir frequentar o curso até ao fim. O professor considerava que havia necessidade de se repensar e modificar a organização da escola.

Mas apesar das dificuldades financeiras a AIP continuaria a oferecer durante mais algum tempo e sempre gratuitamente, não só o seu contributo para a promoção da instrução básica junto das classes populares e trabalhadoras, mas também participando em iniciativas de beneficência diversas. Se a partir de 1909, começam a escassear as fontes documentais que nos permitam continuar a acompanhar as atividades da oficina Fernandes Tomás, é certo que durante esse ano, a escola da Associação de Instrução Popular continuava a funcionar.

A 27 de Abril de 1909, *A Voz da Justiça* dá conta de uma missiva, assinada pelo presidente da direção, José Maria Gomes Tomé, datada de 23 desse mês, enviada a Alfredo de Magalhães, professor da Escola Médica do Porto e propagandista da instrução, na qual era solicitado a autorização para que o seu nome fosse atribuído ao prémio pecuniário¹²⁸ a atribuir ao melhor aluno da Escola da AIP.

De referir que, até então, a escola em finais de Julho e sob o conveniente pretexto de encerramento dos trabalhos escolares, era quase sempre realizada uma festa, aberta ao mundo profano, e de cujo programa já fazia parte a atribuição do prémio “Bernardino Machado” ao(s) melhor(es) aluno(s). A partir deste ano passava a existir mais o prémio “Dr. Alfredo Magalhães”, de carácter pecuniário, oferecido por Joaquim Augusto Guedes, sócio da AIP, e suportado por si. No mesmo jornal é publicada a resposta do homenageado, Dr. Alfredo Magalhães¹²⁹, datada de 24 de julho, no qual este agradece reconhecido a distinção que lhe pretendiam atribuir.

No dia 31 de julho de 1909, as aulas da AIP encerraram e culminaram, como habitualmente, com uma festa na qual se faziam a atribuição de prémios, assim como a oferta de uma refeição. Era anunciado que se tratava de uma festa simples¹³⁰, mas que se pretendia com bastante significado:

“ [...] regosijo intimo do que manifestação ruidosa, apenas para afirmar publicamente que na hora em que os governos nos humilham, entregando-nos aos estrangeiro e ás mãos de Jesuitas, há na Figueira um núcleo de liberaes e patriotas que procura educar as classes populares, arrancando-as á treva, incutindo-lhes o amor ao trabalho, á sua pátria e á liberdade”. (AVJ, ano 8º, nº 697, 30 de Julho de 1909, p. 2)

¹²⁸ O valor deste prémio seria suportado por Joaquim Augusto Guedes, que era comerciante de vinhos na Rua da Fonte, sócio da Associação de Instrução Popular e da Santa Casa da Misericórdia da Figueira da Foz

¹²⁹ Personalidade muito distinta e apreciada na cidade da Figueira.

¹³⁰ O mesmo jornal publicava um convite para o referido evento, o qual transcrevemos na íntegra: “São convidados os dignos sócios, suas ex.^{mas} famílias, professorado e as direções das associações locais a assistirem ao encerramento das aulas da Associação d’Instrução Popular, cujo ato se deve realizar no próximo sábado, pelas 8 e meia da noite, falando alguns apologistas da instrução popular. Figueira da Foz, 28 de Julho de 1909. O Presidente da Direção: José Maria Gomes Tomé”. (AVJ, ano 8º, nº 697, 30 de Julho de 1909, p. 2)

A cerimónia realizou-se no sábado dia 31 de Julho, foi presidida por Manuel Gomes Cruz e foi secretariada por Manuel Gaspar de Lemos e José Cardoso Santiago. Manuel Gomes Cruz explicou aos rapazes que aquela escola foi criada para difundir a instrução pelo povo, aconselhou os estudantes a terem amor pelas letras, desenvolvendo mais os seus conhecimentos para se tornarem bons cidadãos. O orador lembrou o bom serviço que as associações têm desenvolvido em prol do operariado, dando o exemplo da Associação Artística Figueirense, que além de escolas também dispunha de bibliotecas, por forma a desenvolver a instrução dos seus associados.

Nesta cerimónia Manuel Cruz, louvou o trabalho dos professores: José Cardoso Santiago e Francisco Martins Cardoso, professores da AIP e da Associação Artística, pelo zelo com que tinham ensinado nas suas aulas. Foram anunciados os prémios a atribuir aos alunos, entre os quais o prémio «Bernardino Machado», instituído pelo Grémio Fernandes Tomás. Havia todo o interesse de premiar o saber, o empenho dos alunos, desde os bancos da escola. Por outro lado, ao facilitar o acesso à instrução a crianças, jovens e adultos, que de outra forma não lhes era possível, a escola já lhe concedia um prémio bastante significativo, uma vez que estavam certos que a sua vida seria mais facilitada, a partir daí. Esses prémios seriam atribuídos numa festa de abertura do próximo ano letivo, em outubro. Nessa festa de encerramento do ano letivo foi lida uma carta¹³¹ da ilustre professora, Amélia Brás, justificando a sua falta por motivo de saúde, dirigindo palavras de admiração para os que mantinham aquela escola, elogiando o trabalho do professor Cardoso Santiago. Esta ofereceu-se para ser cooperadora da escola e habilitar o mais novo dos alunos, Augusto Cardoso, para os exames do 1º e 2º graus.

O professor leu, como habitualmente o relatório os trabalhos escolares desse ano. Novamente colocou-se o problema da falta de assiduidade dos alunos e da falta de responsabilidade dos pais. Também o Dr. José Gomes Cruz tomou da palavra, incitando os alunos a frequentarem a escola, pois este movimento em prol da instrução tinha como objetivo contribuir para o seu bem.

Também tomou da palavra, outro figueirense ilustre, Manuel Gaspar de Lemos (1874-1967)¹³² estudante de Direito na UC, e irmão da LFT¹³³, desde 18 de março de 1909, tendo-lhe sido atribuído como nome simbólico, *Voltaire*. Esta mais recente «aquisição» da LFT, ao iniciar o seu discurso, apela, tal como os preletores anteriores, para a boa vontade

¹³¹ **Anexo IV** - Carta Professora Amélia Brás para ser lida na festa de Homenagem a Fernando Augusto Soares. (Cf. p. XVIII).

¹³² Manuel Gaspar de Lemos nasceu na Figueira da Foz em 11-03-1874 e faleceu em 03-06-1967 na sua casa, na rua 10 de Agosto. Licenciou-se em Direito em 1911 pela Universidade de Coimbra. Era proprietário e importador de vinhos, geriu durante muitos anos o estabelecimento de seu pai. Foi, também, advogado na Figueira da Foz. Iniciou-se na maçonaria, no triângulo de Tavadre, nº 109, instalado pela LFT, a 22.2.1909., tendo-se filiado na LFT a 18-3-1909.

¹³³ De nome simbólico: *Voltaire*.

dos rapazes, aprendendo a ler e escrever naquela escola. Este, ressalva que podiam seguir para a da Associação Artística, onde o professor Francisco Martins Cardoso os habilitaria ao exame do 1º grau e caso tenham possibilidades, passariam para a escola industrial onde podiam frequentar outras disciplinas entre as quais a de desenho, que lhes é indispensável para a preparação artística, para que no futuro pudessem ser bons e conscientes trabalhadores. Estas palavras eram de propaganda nítida da instrução, um serviço que todas estas individualidades prestavam à causa republicana e maçónica.

Para finalizar a cerimónia foi lido um poema de Guerra Junqueiro pelo pequeno aluno Augusto Cardoso. A todos foi servida uma refeição e no final, seguindo-se as habituais palmas e o reconhecimento, “[...] levantando no fim vivas á associação, ao seu professor, ao presidente sr. Gomes Tomé, ao sr. dr. Manuel Cruz, etc. Não era inferior a satisfação sentida por aqueles que contribuíram para o prazer dos rapazes [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 699, 8 de agosto de 1909, p. 2)

Em setembro de 1909, o jornal *A Voz da Justiça* anunciava a abertura das matrículas na «Escola Fernando Soares» da Associação de Instrução Popular. Desta vez o nome do seu patrono, já aparecia para designar a escola. Pedia-se às direções das associações operárias para que estas divulgassem esta informação junto dos seus sócios. A notícia repete-se insistentemente nos números seguintes do jornal.

As aulas, nesse ano, tiveram início a 11 de outubro de 1909, segunda-feira. O número de inscrições atingiu esse ano as 50. O mesmo jornal refere que “É uma legião de rapazes dispostos a aprender a ler e a escrever, habilitando-se para a frequência d’outras escolas que aqui mesmo na Figueira os podem instruir mais”. (*A Voz da Figueira*, ano 8º, nº 715, 5 de outubro de 1909, p. 1)

No dia 10 de outubro, realizou-se a cerimónia de entrega de prémios aos alunos que no ano letivo anterior tiveram melhor aproveitamento. Tratava-se de prémios pecuniários oferecidos em homenagem aos líderes republicanos Bernardino Machado, Afonso Costa e Alfredo de Magalhães. A escola, ao ter decidido, nos últimos anos, atribuir os prémios aos alunos, relativos ao ano anterior, parece-nos uma estratégia para manter os alunos vinculados à mesma, continuando a frequentá-la.

Foi descrita esta cerimónia, no jornal *A Voz da Justiça* de 12 de outubro de 1909, como «Uma Festa Simpática». O jornal, mais uma vez desenvolve uma propaganda, perante a sociedade profana, a ação educativa desta escola, que vivia a expensas dos seus associados, todos maçons da LFT e os prémios provinham dessa Loja, e tinham como objetivo constituírem um estímulo para todos eles.

“O sr. dr. Manuel Gomes Cruz, congratulando-se pelo jubilo que n’aquele momento deveriam sentir todas as pessoas ali reunidas, historiou ligeiramente as fases por que tem passado aquela benemérita associação e referiu-se aos

prémios, declarando que eles haviam sido oferecidos pelo Gremio Fernandes Tomaz” (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 718, 12 de outubro de 1909, p. 2)

Os prémios dedicados a figuras notáveis do movimento republicano nacional e custeados por democratas da cidade, haveriam de constituir um momento alto da festa. As crianças recebiam, além de um valor pecuniário, livros, para se instruírem e recrearem. A entrega dos prémios foi feita pelo republicano Manuel Gomes, sendo que estes foram um donativo do Visconde da Marinha Grande. O prémio «Bernardino Machado» de 6\$000 réis, coube ao menino Augusto Cardoso, o denominado prémio «Alfredo de Magalhães» de 2\$500 reis foi entregue ao aluno Joaquim Girão e o prémio «Afonso Costa» de 4\$500 foi subdividido em três e entregue aos alunos: António Salgado, Joaquim Jorge e Joaquim Carvalho. O pequeno aluno, Augusto Cardoso, ao ser-lhe entregue o prémio «Bernardino Machado», leu á assistência o seguinte poema, como forma de agradecimento à AIP:

“P’ra a travessia da vida// Levo a preciosa bagagem// Não temo tormenta horrida, //Não temo negra voragem. //Tenho a base preciosa// De toda a ilustração// Vim buscal-a e proveitosa// A esta boa Associação.” (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 718, 12 de outubro de 1909, p. 2)

O andamento das aulas era descrito, nas páginas de *A Voz da Justiça* de 26 de novembro de 1909, assim como o número de alunos que se encontravam a frequentar a escola. Por esta altura, as aulas estavam a decorrer com toda a normalidade e a frequência era de 30 alunos em cada aula. Uma aula ensinava as primeiras letras pela *Cartilha Maternal* e a outra habilitava os alunos para o exame do 1º grau. Por esta altura, e dada a grande procura destas aulas, além do já habitual professor, José Cardoso Santiago, este era agora coadjuvado por Abel Jordão. Seria mais uma despesa para a referida associação, que por esta altura, revelava já alguns problemas económicos.

Ao longo desse ano letivo de 1909-1910, as aulas decorreram bem e o aproveitamento dos alunos ia sendo registado nas páginas do periódico habitual. A 8 de Dezembro de 1910, a sessão, já habitual, de entrega de prémios aos alunos da «Escola Fernando Soares» ocorre com a participação de Cristina Torres (1891-1975), uma jovem figueirense, então com 19 anos, fez uma comunicação denominada «Aos Rapazes» sendo abrilhantada pela récita de poesias e por um programa musical.

Tal como era previsto, em dezembro de 1910 houve uma festa de entrega dos prémios aos cinco melhores alunos da Associação de Instrução Popular. A sessão foi presidida pelo novo subinspetor da instrução primária, Joaquim Trindade e foi secretariada por Henrique de Barros, presidente da direção da AIP e por Manuel Gomes Cruz¹³⁴, figura

¹³⁴ Manuel Gomes da Cruz, após a implantação da República, passou a ser o Administrador do Concelho. Na medida em que, como temos vindo a verificar, terá sido dos homens mais influentes e dinâmicos no período anterior à queda da monarquia, daí ter sido empossado de tão honroso cargo após a Revolução de 5 de Outubro.

incontornável do movimento republicano na cidade. Manuel Gomes Cruz, que era desde a vitória da República, o Administrador do Concelho, na medida em que sempre defendeu a instrução popular, marcou presença neste evento. A cerimónia iniciou-se com a entoação dos hinos, *A Portuguesa* e *A Maria da Fonte*¹³⁵ por alunos daquela escola. Seguiram-se discursos habituais foram proferidos pelo professor da escola, José Cardoso Santiago e o subinspetor Joaquim Trindade, que se congratularam com a cerimónia que era entendida como uma recompensa pelos esforços desenvolvidos e sintomática da necessidade de desenvolverem esforços no sentido de diminuírem o analfabetismo e criarem uma pátria nova.

Esta cerimónia contou com uma intervenção da jovem republicana Cristina Torres dos Santos, que leu um texto da sua autoria «Aos Rapazes». Esta, no seu discurso deu conselhos aos estudantes e todo o seu texto denotava um espírito verdadeiramente revolucionário para a época. Uma vez que defendia ideias inovadoras e de acordo com os princípios ideológicos que tinham norteado a criação da escola da AIP, as suas palavras foram muito aplaudidas.

Os alunos premiados foram: Dionísio de Oliveira, Manuel da Silva, Joaquim Rodrigues e António Lé, que receberam prémios pecuniários e Carlos Alberto recebeu um fato e calçado. Os prémios foram entregues pelo subinspetor, que os exortou a continuar a estudar.

Henrique de Barros elogiou o professor da escola, Cardoso Santiago, pelo carinho, zelo e empenho com que desempenhou o seu árduo trabalho, de forma de desinteressada. Tal como habitualmente, o professor deu conta do relatório da escola relativo ao ano letivo de 1909-10, referindo que se matricularam 68 alunos, sendo 41 destes, analfabetos. Dado que a turma era grande, foi dividida em duas, ficando José Cardoso Santiago a lecionar os analfabetos:

“[...] ficando eu exclusivamente com os analfabetos, os quaes dentro de pouco tempo deixaram de o ser, devido ao método maravilhoso, obra impecável daquela alma sonhadora e bela que foi e será sempre o doce amigo das creanças; o imortal poeta João de Deus”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 839, 13 de dezembro de 1910, p. 1)

O professor, José Cardoso Santiago, no seu discurso, fez a apologia da aprendizagem da leitura pela *Cartilha Maternal* de João de Deus. Deste modo referiu que este método deveria ser difundido por todo o país, mas também por outros países onde é completamente desconhecido. Um dos mais importantes números do programa republicano prendia-se com o combate ao analfabetismo. Por isso, todos os esforços que se desenvolverem nesse sentido, só poderão ser bem acolhidos. Sendo assim, havia que criar

¹³⁵ *A Portuguesa* e o *Hino da Maria da Fonte*, que estavam proibidos até então, passam agora a abrilhantar os atos cívicos republicanos mais importantes, como é o caso desta festa na Associação de Instrução Popular.

escolas, mesmo nos pontos mais recônditos do país. Estas escolas, segundo a sua opinião, deveriam corresponder às novas exigências sanitárias e ir abandonando os edifícios que até ao momento ocupavam e que não eram mais, do que autênticos «matadouros de crianças»¹³⁶, potenciando o surgimento de uma série de doenças nos que as frequentavam.

Quanto aos prémios oferecidos nesse ano, em 1º lugar ficou o aluno Dionísio de Oliveira, que segundo afirmações proferidas nessa sessão, revelou uma extraordinária força de vontade recebendo o prémio Dr. Bernardino Machado; o 2º prémio, intitulado Dr. Alfredo de Magalhães, foi oferecido ao aluno Manuel da Silva, o 3º prémio, intitulado Francisco Ferrer, foi para o aluno Joaquim Rodrigues e o 4º prémio, intitulado, também, Francisco Ferrer, contemplou o aluno António Lé. Houve um prémio extraordinário oferecido por uma senhora anónima, pondo em prática uma das mais belas Obras da Misericórdia¹³⁷, «vestir os nus», oferecendo um fato completo ao aluno mais pobre e bem comportado: Carlos Alberto. Os prémios pecuniários oferecidos, pelo Grémio Fernandes Tomás: 6\$000 réis; por Joaquim Augusto Guedes - 2\$500 réis, pelo Dr. Joaquim Cortesão- 2\$500 réis; pelo Dr. José Gomes Cruz - 2\$500 réis.

O professor conclui o seu discurso, pedindo aos alunos que não se esquecessem dos beneméritos que abriram aquele templo¹³⁸ e que estudassem com afinco, pois a instrução havia de contribuir para que tivessem uma vida melhor. Também foram dirigidas palavras de gratidão aos que haviam cooperado com a «santa cruzada» da instrução.

E por fim, a cerimónia contou com um momento de propaganda da escola da AIP, quando um aluno fez uma homenagem de reconhecimento pelo esforço dos beneméritos, que continuavam a acreditar neste projeto e a custear as suas despesas, promovendo assim uma ação notável a favor da instrução.

“SAUDAÇÃO DO MENINO MÁRIO DA SILVA JORDÃO À ASSOCIAÇÃO D'INSTRUÇÃO POPULAR:

Venho em nome da escola “João de Deus”, saudar a Escola “Fernando Soares” pela sua festa simpática e altruísta.

Aqui, em fraternal camaradagem com os alunos d’esta benemérita Escola, como rapazes que todos somos, venho também abraçá-los, congratulando-me com os premiados d’hoje, [...]. Viva a Associação d’Instrução Popular!// Viva o povo trabalhador!// Vivam os heróis do 5 de Outubro!//E viva sempre na alma portuguesa a grandiosa memória de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis! Figueira da Foz, VIII-XII-MCMX ”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 839, 13 de dezembro de 1910, p. 1)

¹³⁶ As escolas que existiam, até ao momento não se revelavam adequadas, nem respeitavam as regras de higiene e salubridade. A maioria eram casas particulares alugadas, que os pensadores da situação da educação do país apelidavam de «matadouros de crianças». Esta ideia pode ser corroborada em diversas respostas da AIP ao Questionário sobre o estado da instrução 1910, parcialmente transcrito em **Anexo VI** (Cf. p. XX-XXVI).

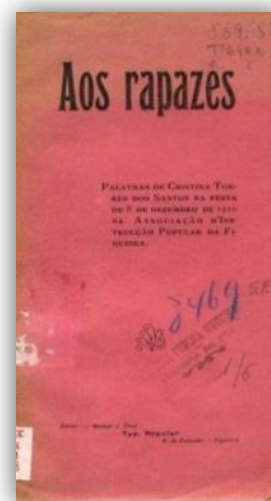
¹³⁷ A Misericórdia da Figueira era também designada por Obra da Figueira ou Obra da Misericórdia. Esta era mais uma das associações para-maçónicas da Figueira da Foz.

¹³⁸ A utilização da palavra «templo» neste contexto representa a Loja Maçónica Fernandes Tomás, na qual estavam filiados todos os grandes beneméritos da causa da instrução.

O subinspetor, José Joaquim Trindade¹³⁹, usou da palavra, no alinhamento da festa de 8 de dezembro na Associação de Instrução Popular, enaltecendo o seu esforço no sentido de fazer a instrução chegar a todos, possibilitando o esbater das tão notórias assimetrias sociais existentes: “Desapareceu o velho preconceito da diferenciação de classes; não mais há senhores, não há mais nobres, não há mais privilegiados de nascimento; há cidadãos livres com eguaes direitos e deveres; há irmãos”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 840, 16 de dezembro de 1910, p. 1)

No final do mês de dezembro de 1910, foi publicado um folheto com a edição do discurso da jovem republicana figueirense, Cristina Torres dos Santos, que foi proferido na Associação de Instrução Popular na festa de 8 de dezembro, e que arrancou tantos aplausos dos presentes. Um generoso anónimo encarregou o diretor do jornal *A Voz da Justiça*, Manuel Jorge Cruz¹⁴⁰, de editar essa publicação. Esse folheto, impresso na Tipografia Popular, foi distribuído pelas escolas da Figueira, com a finalidade das suas palavras se tornarem mais fecundas, propagando ideias novas que iam ao encontro do ideário republicano. Nada ficava ao acaso na cidade da Figueira da Foz, onde havia uma grande dedicação à causa da instrução popular, por pessoas que de forma generosa e altruísta acudiam às necessidades dessas instituições. Eis a capa do folheto impresso.

Figura 13 – «Aos Rapazes». Palavras de Cristina Torres dos Santos na festa de 8 de dezembro de 1910 na Associação de instrução Popular da Figueira. (1910). (Cedência de imagem da BMFF)



Consideramos que o discurso de Cristina Torres constituiu um momento de franca propaganda republicana, na medida em que os ideais defendidos por esta jovem iam ao

¹³⁹ Este subinspetor sucedeu ao anterior, Luiz Henrique d'Almeida.

¹⁴⁰ O editor deste folheto foi Manuel Jorge Cruz (1880-1941), Tavadense e sobrinho dos Drs. Manuel e José Gomes Cruz. Foi diretor do *Jornal A Voz da Justiça* e proprietário da Tipografia Popular que tomou de trespasse, com apenas 23 anos. Iniciou-se na Loja Fernandes Tomás em 1904 e exerceu uma intensa atividade política e administrativa no seu meio: foi sócio da Associação de Instrução popular, Associação Artística Figueirense, Sociedade de Instrução Tavadense, Santa Casa da Misericórdia da Figueira da Foz e Cooperativa Manuel Fernandes Tomás. Em 1911 é eleito no cargo de 1º secretário da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz.

encontro do programa republicano que colocava a tónica na educação. A democratização da instrução e a laicização estavam na ordem do dia. O discurso de Cristina Torres é bastante paradigmático destas preocupações republicanas¹⁴¹.

Viviam-se, nesta altura, ventos de mudança na História de Portugal. A Monarquia Constitucional havia caído a 5 de outubro e o novo regime fazia esforços para se consolidar tentando trilhar um caminho há muito delineado, no qual a reforma da educação era uma das suas principais bandeiras.

2.1.4.4. As conferências na Associação Instrução Popular

Tal como outras associações, a AIP criou, de acordo com os seus recursos e afinidades ideológicas, uma intensa propaganda em torno da instrução popular. Além da escolas com as aulas pelo método de João de Deus, esta associação irá levar a cabo uma série de preleções, sobre os mais diversos temas, cujo objetivo era contribuir para complementar a educação dos seus alunos, mas também de todos os que se dispusessem a estar presentes, uma vez que a entrada era livre. A *Voz da Justiça* clarificava o objetivo destas conferências: “O propósito destas palestras, não era outro senão, [...] difundir a instrução entre as classes proletárias”. (A *Voz da Justiça*, ano 2º, nº 95, 8 de Outubro 1903, p. 3)

Essas conferências tiveram, em alguns anos uma regularidade muito grande, porém houve períodos de interregno neste tipo de eventos, devido à conjuntura política, social e económica nacional. Os nomes dos palestrantes, tanto eram figuras da elite intelectual e social da cidade, como, por vezes académicos da Universidade de Coimbra, mas também grandes nomes da política nacional. A propaganda republicana estava sempre subjacente a este tipo de eventos.

A necessidade de formar cidadãos conscientes e críticos, defensores dos seus direitos e respeitadores dos seus deveres, fez com que as conferências comessem a ser preparadas com todo o cuidado e difundidas no jornal *A Voz da Justiça*, a partir de outubro de 1903. Todos os esforços que se desenvolviam, em torno da causa da instrução popular, na cidade da Figueira da Foz fizeram surgir relatados neste jornal com o título específico «Pela Instrução». As primeiras conferências iniciaram-se a 18 de outubro de 1903, domingo, pelas 2 horas da tarde, na sede da Associação de Instrução Popular, na Rua da Cadeia. O conjunto de preleções previstas constituía um curso gratuito de História Pátria e de princípios de Educação Cívica. Estas estavam intimamente ligadas à ideologia Republicana, que igualmente difundia a necessidade do povo tomar contacto com estes saberes

¹⁴¹ O texto mais completo do discurso de Cristina Torres encontra-se em **Anexo V** (Cf. p. XIX).

indispensáveis à sua formação enquanto cidadãos. O enfoque colocava-se na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, com vista a alcançar um estágio de maior justiça social. O conhecimento da História Pátria, das suas leis e da sua organização social, segundo esta fação de republicanos figueirenses, era uma necessidade imperiosa, uma vez que tinham consciência de que só uma minoria de privilegiados os conhecem, e que por esse motivo abusam dos seus concidadãos pelo facto destes se manterem na ignorância. O jornal concretiza a ideia:

“E na verdade, quem ignora a historia do seu paiz, os direitos do cidadão e os deveres que para o goso d’aquelles a sociedade impõe, não sabe d’onde veio nem para onde vae, vive á mercê dos mais espertos, que nem sempre são os mais escrupulosos; é como o barco que, sem governo, vagueia ao sabor das ondas, sem divisar a luz abençoada de um pharol a marcar-lhe o seu destino”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 95, 8 de Outubro 1903, p. 3)

A primeira palestra agendada teria como orador o Dr. Manuel Gomes Cruz¹⁴², advogado, filho de trabalhadores braçais, republicano fervoroso e notável figura da Maçonaria na Loja Manuel Fernandes Tomás. Foi conservador da Repartição do Registo Civil na Figueira da Foz, nos seus tempos livres dedicava-se ao associativismo e à instrução popular. O articulista, não perde a oportunidade de referir o nome do conferente, que tinha dado muitas provas na Figueira e na sua terra natal, Tavarede, especialmente no âmbito da instrução e da sua ligação à Associação de Instrução Popular. A cruzada da Associação de Instrução Popular é elogiada pelo jornal, uma vez que considerava ser uma causa que visava o bem-estar dos cidadãos e o seu progresso. O próprio conferente é alvo de palavras de apreço devido ao reconhecimento do seu valor enquanto «apóstolo do bem social», que de forma desinteressada colocava os seus conhecimentos ao serviço da instrução.

Sempre que se realizavam estes eventos, era preciso fazer chegar esta informação ao maior número de pessoas, portanto o jornal *A Voz da Justiça* aproveitava o ensejo para fazer convites aos membros de outras associações, porque entendia que a causa era tão nobre que ninguém se devia coibir de as frequentar. As preleções seguintes iriam acontecer às quintas-feiras, pelas 8.30 horas da noite, horário que permitia que estas pudessem ser frequentadas pelas classes trabalhadoras. Esta era uma atividade que a associação queria dar continuidade, sempre ao mesmo dia da semana. Os alunos da escola da AIP, uma vez

¹⁴² Manuel Gomes Cruz foi dos mais notáveis maçons da Loja Fernandes Tomás. Embora o seu percurso na maçonaria se tenha iniciado em 1897 na Loja “Preseverança” [sic], nº 198, de Coimbra aquando da sua passagem por essa cidade enquanto estudante. Em 1899, por decreto maçónico funda o Triângulo de Tavarede, nº 10. Nesse ano, cria com João dos Santos, também maçom, em Tavarede, uma escola com aula noturna e gratuita, onde ambos lecionam. Filiou-se na LFT a 22 de setembro de 1900, como um dos seus fundadores, com o nome simbólico de *Lassalle*. Manuel Gomes Cruz era uma figura extraordinariamente reconhecida na cidade, considerado um homem de honra, sabedoria e mérito, uma vez que, sendo filho de pedreiro, conseguiu ascender à mais alta hierarquia social, através da mais alta formação académica. Ao seu irmão, José Gomes Cruz, médico, era concedida a mesma «vénia» pelos populares da terra.

que não tinham aulas à quinta-feira eram convidados a assistir a estas palestras, o que prova o reconhecimento do seu caráter instrutivo.

O jornal *A Voz da Justiça* ia dando conta, nas suas páginas, do decorrer das conferências. As lições de História Pátria, iam prosseguindo com regularidade, na sede da Associação de Instrução Popular, sendo que os alunos da escola, que eram operários também frequentavam as palestras, uma vez que estas constituíam mais uma «ferramenta» para sua formação cívica. Inscreveram-se nestas lições de História Pátria 28 operários, cujos nomes foram publicados no Jornal *A Voz da Justiça* de 3 de dezembro de 1903.

No início de janeiro de 1904, a Associação de Instrução popular, parecia decidida a levar avante um ciclo de lições e conferências, com uma periodicidade regular, com temas diversificados, de interesse tendo em conta o público-alvo, constituído maioritariamente pelo operariado. Tentámos fazer um levantamento, o mais sistemático que no foi possível, das conferências que foram dinamizadas na Associação de Instrução Popular, desde 1903 a 1910, que elencamos num quadro que consta no **Apêndice IV** (Cf. p. VI).

O ano de 1903 marcou o arranque de um ciclo de conferências/lições na AIP. O Dr. Manuel Gomes Cruz dedicou o seu tempo livre a dar conferências/lições sobre História Pátria. A partir de janeiro de 1904 surgem outros oradores e diversificam-se as temáticas, que normalmente se relacionam com a sua formação académica ou eram, simplesmente, de propaganda republicana.

O Dr. Manuel Gaspar de Lemos (1874-1967)¹⁴³ proprietário da cidade centrava as suas preleções nas questões sociais, muito em especial referindo-se à questão operária. No dia 18 de janeiro de 1904, pelas 8 da noite, teve lugar na sede da AIP uma lição sobre «A Vida Operária». O teor da conferência proferida por Manuel Gaspar de Lemos constata que o operário vive uma vida miserável, sem instrução, uma vez que os pais têm necessidade que os seus filhos trabalhem desde cedo para contribuírem para o sustento do lar. O conferente faz uma crítica mordaz ao governo português, que não conseguia resolver este problema: “A todos falta o ensino, a instrução, a orientação da vida que lhes devia vir do estado. Mas o Estado em Portugal é uma ficção ou uma realidade lamentável [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 123, 17 de janeiro de 1904, p. 1).

Manuel Gaspar de Lemos exorta à associação dos trabalhadores, na medida em considera que a união de classes lhe pode ser vantajosa, uma vez que constitui um meio de união e força. Para além do benefício da sociabilidade, a associação tinha o mérito de criar

¹⁴³ Manuel Gaspar de Lemos nasceu na Figueira da Foz em 11 de março de 1874 e faleceu a 3 de junho de 1967 na Figueira da Foz. Geriu durante muitos anos o estabelecimento comercial pertencente ao seu pai, grande exportador e importador de vinhos. Neste âmbito, foi sócio da Associação Comercial da Figueira da Foz, onde exerceu o cargo de secretário em 1906. Em 1892 matriculou-se no primeiro ano de Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra, não tendo concluído nenhum destes cursos, optando por licenciar-se em Direito, em 1911, pela mesma Universidade.

hábitos de convivência saudáveis, retirando os operários da taberna podendo passar a debruçarem-se sobre as questões de interesse comum. Para além disso, essas associações tinham normalmente jornais e livros para que os seus associados se possam recrear, instruir organizando festas para a sua distração e da sua família. As associações podiam, ainda, criar escolas no seu interior para a instrução dos sócios, pois uma larga percentagem de operários não sabia ler. O orador termina com o convite aos operários presentes na conferência para que se matriculassem nas escolas noturnas: “É, pois necessário promover a sua inscrição numa aula onde vão aprender um pouco de arithmetica, as operações, a aperfeiçoar-se na leitura e na escripta”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 123, 17 de janeiro de 1904, p. 1). Como se pode ver, estas conferências visavam propagandear a instrução popular, que se fazia naquela associação, assim como em outras da Figueira da Foz. A 25 de fevereiro, Manuel Gaspar de Lemos realizou na sede da AIP, pelas 8 horas da noite, uma segunda preleção sobre «A Vida Operária». O tema destinava-se a instruir e incutir no meio operário da cidade uma consciência cívica da qual, até então, estes tinham andado muito afastados. Por isso, o Jornal *A Voz da Justiça* dirigia-lhes o convite para que estivessem presentes. O teor desta conferência veio no seguimento da mensagem da preleção anterior, aconselhando o operariado associar-se, uma vez que só teria a ganhar com isso.

O Dr. José Carlos Barros¹⁴⁴, licenciado em Matemática e em Engenharia Eletrotécnica, portanto um homem das ciências exatas, realizou conferências de caráter científico e experimental, detendo-se em áreas relacionadas com a astronomia, a geologia e os fenómenos atmosféricos, tendo as suas conferências o nome genérico de «Lições das Coisas». O jornal *A Voz da Justiça* fazia o convite a estas sessões abertas à comunidade, da seguinte forma:

“Mais uma vez convidamos a classe operária a comparecer hoje, pelas 8 horas da noite, na sede d’esta associação, onde o sr. dr. José Carlos de Barros iniciará uma série de prelecções sob a denominação de Lições das Coisas”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 127, 31 de Janeiro de 1904, p. 1)

No dia 10 de março de 1904, quinta-feira, pelas 8 horas, decorreu nova preleção proferida por José Carlos Barros. Estas conferências, daquilo que pudemos verificar tinham um caráter científico muito vincado, levando-nos a pensar que tinham um conteúdo demasiado complexo para o público ao qual se destinavam. José Carlos de Barros dissertou sobre diversos livros e as suas teorias, centrou-se em especial nas suas temáticas de eleição, no âmbito da astronomia e geologia. A 21 de Abril de 1904, o mesmo preletor,

¹⁴⁴ De salientar que José Carlos de Barros, nasceu em 1874 na Figueira da Foz, filho do Visconde da Marinha Grande, Afonso Ernesto de Paiva, que prestou bons serviços à Figueira da Foz. José Carlos de Barros foi sócio da AIP, da Associação Comercial e Industrial e da Misericórdia da Figueira, para além de ser obreiro da Loja Fernandes Tomás, tendo sido iniciado com o nome simbólico *Néper*.

dinamiza nova conferência na sede da Associação de Instrução Popular, na linha do que já tinha feito antes, versando sobre «Os Fenómenos atmosféricos».

O Dr. José Gomes Cruz (1873-1941)¹⁴⁵ Tavadense de nascimento, exercia a profissão de médico, estando em contacto permanente com a realidade social das gentes da sua terra. A sua ligação à causa do associativismo serviam para tentar ajudar todos aqueles que pertenciam às classes operárias, de onde ele descendia e sabia compreender as agruras que estes desafortunados sentiam na pele diariamente. Por isso, no ano de 1904, inicia as suas preleções na Associação de Instrução Popular em torno de questões que revelam a suas preocupações sociais, a instrução do povo, o associativismo e o corporativismo. A 17 de abril de 1904, o Dr. José Cruz, estabeleceu o programa dos assuntos sobre os quais iam versar as suas futuras preleções. Tal como os outros conferencistas, defendeu a necessidade da instrução do povo, justificando essa escolha pelo facto de poder avaliar o que é viver na ignorância.

No ano de 1904, de 27 de março a 14 de abril, José Gomes Cruz realizará uma série de três conferências sobre: A Instrução do Povo, o Associativismo e o Corporativismo. Dentro da sua área de formação, José Gomes Cruz reconhecia valor às associações de classe, sob o ponto de vista da saúde do trabalhador. Sempre que existiam conferências na Associação de Instrução Popular estas eram divulgadas através de convites nas páginas de *A Voz da Justiça*. Nos dias que se seguiam às conferências, era descrito nas suas páginas o teor da comunicação assim como a reação do público:

“ [...] assistiram alguns operários a quem interessam os assumptos tendentes a desenvolver o espirito. As preleções n'esta Associação são na verdade de grande utilidade para os operários pois que alli se difundem conhecimentos que eles pela sua pouca instrucção desconhecem”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 147, 10 de abril de 1904, p. 4)

Em 15 de maio de 1904, domingo, realizou-se mais uma conferência proferida pelo Dr. Manuel Gomes Cruz sobre os direitos e deveres dos cidadãos. A 19 de maio, desse ano, uma quinta-feira às oito e meia, realizou-se mais uma preleção sobre os «Direitos e Deveres dos Cidadãos». Com esta palestra termina a série de preleções que já algum tempo se vinham realizando. Este interregno das conferências pretendia ser breve, uma vez que se previa que estas regressassem no início do inverno.

Durante meses, tinham acontecido, regularmente à quintas-feiras, no início da noite conferências, destinadas a populares na sede da Associação de Instrução popular, com o intuito de instruir a assistência. Há que salientar, que os conferencistas eram homens de renome, com créditos dados em matéria de saber e ação neste meio e em especial nesta

¹⁴⁵ José Gomes Cruz, nascido em Tavarede em 1873 (m. 1941), irmão de Manuel Gomes Cruz, grande impulsionador da Associação de Instrução Popular, licenciou-se em medicina, tendo exercido o cargo de médico municipal até à sua morte. Filiou-se na Loja Fernandes Tomás, em 1900, com o nome simbólico: *Pasteur*.

associação. Nessa época, num meio pequeno como a Figueira da Foz, possuir um curso superior era algo de muito valorizado e que conferia um poder e uma autoridade aos seus detentores, que os catapultava facilmente para um pódio elevado, de admiração e estima por parte dos populares, que se reviam no percurso destes homens. Se verificarmos, à exceção de José Carlos de Barros, que já nasceu num «berço de ouro», os demais, e particularmente, os irmãos Manuel e José Gomes Cruz, tinham as suas origens no povo. O seu pai, pedreiro de profissão, conseguir formar na Universidade de Coimbra, dois dos seus filhos. Ora, tal situação era um orgulho para a sua classe, para os operários em geral, para os Tavadenses em particular e também para os Figueirenses. Eram filhos da terra, transformados em ídolos, com uma intervenção cívica muito visível no meio em que viviam.

Em 17 de novembro de 1904, *A Voz da Justiça* volta a propagandear a ação da Associação de Instrução Popular, no âmbito das preleções/ conferências noturnas que aí se realizavam, destinadas a operários, “podendo no entanto assistir a ellas outras pessoas a quem o assumpto interesse” sobre temas como “direitos e deveres cívicos, historia de Portugal e diferentes ramos da sciencia”¹⁴⁶. (AVJ, ano 3º, nº 210, 17 de novembro de 1904, p. 2).

A Voz da Justiça, qual arauto da Associação de Instrução Popular termina o ano de 1904, como começou: anunciando de forma contínua todos os eventos que decorriam nessa associação. O jornal repetia continuamente informações deste tipo:

“Como há dias referimos, esta aberta na nossa redacção a inscripção para as pessoas que pretendam assistir ás prelecções que muito brevemente vão iniciar-se na sala da Associação d’Instrucção Popular. As prelecções terão logare [sic] uma vez por semana, e constarão de historia patria, direitos e deveres cívicos e divulgação d’outros conhecimentos que muito interessam ás classes populares”. (A *Voz da Justiça*, ano 3º, nº 222, 29 de dezembro de 1904, p. 2)

O ano de 1904 foi extremamente pródigo em conferências e esperava-se que o ano seguinte continuasse com o mesmo fulgor, mas na realidade o ano de 1905 foi, relativamente, fraco nessa matéria. No ano seguinte, a 15 de fevereiro de 1906, o jornal, *A Voz da Justiça*, volta a anunciar que muito brevemente os operários da Figueira poderiam assistir a novas conferências na sala da Associação de Instrução Popular. Tal informação era dada aos leitores que ao longo do ano 1905 se tinham deparado com uma associação muito parca em eventos desta índole. As conferências continuavam a surgir como um chamariz para todos os que se quisessem instruir.

“Está empenhada pela sua realização o sr. dr. José Carlos de Barros atual presidente d’esta associação, que já em tempo nos proporcionou algumas lições interessantíssimas, e outros cavalheiros estão igualmente animados do melhor

¹⁴⁶ Temas esses que a Associação de Instrução Popular e a Loja Fernandes Tomás consideravam prioritários para a instrução popular.

desejo de contribuir por esta forma para a instrução e educação dos que, pela falta de recursos, não podem frequentar escolas [...] ". (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº339, 15 de fevereiro de 1906, p. 2)

Esperava-se, assim, que os operários da Figueira aproveitassem estas preleções pois teriam muito a lucrar com isso. A desejada democratização da instrução era, sem dúvida, a de base ideológica republicana e haveria de ter eco e levar a muitas ações no âmbito educativo na Figueira da Foz, nesta altura. José Carlos de Barros, que já anteriormente tinha feito conferências sobre assuntos científicos, nesta associação de instrução, volta a empenhar-se nesse desígnio. Como homem de ciência que era, tinha conhecimento das experiências relativas a Universidades Populares Europeias, que faziam um trabalho semelhante junto das classes trabalhadoras, tentou adaptar a essa realidade no meio onde se movia. As conferências na AIP voltam ao seu ritmo regular a partir de 18 de setembro de 1906. Nessa data regressa-se a essa tradição, com uma preleção sobre a produção de vinho, pelo escritor e enólogo, António Batalha Reis. A 11 de setembro de 1906, o jornal AVJ volta a anunciar nas suas páginas esta conferência:

"Na terça feira, 18 de setembro, terá lugar [sic] na sede d'esta Associação uma conferencia pelo ilustre oenologo sr. Batalha Reis, cujo tema é o seguinte: - O que é o vinho. - Como a natureza produz o vinho. (*A Voz da Justiça*, ano 5º, 11 de Setembro de 1906, p. 3)

Todos os sócios ficavam convidados, para a conferência, que iria ter lugar na sede da AIP, à uma e meia da tarde. Mas, também, todos aqueles que não fossem sócios teriam entrada gratuita mediante a obtenção de bilhetes. Esta conferência, não se dirigia, como as demais, ao operariado da cidade. Mas queria, igualmente, chegar aos proprietários agrícolas, tanto da Figueira da Foz, como também, de muitos que, eventualmente, disfrutavam dos seus banhos na praia da cidade, vindos de outras paragens. Com efeito ficámos a saber, através de notícia do jornal *A Voz da Justiça* de 18 de setembro de 1906, que compareceram muitos viticultores do concelho, assim como muitos admiradores de Batalha Reis que se encontravam a veranejar na «praia da claridade». Esta operação de charme visava associar e aumentar o número de contactos de homens de posses à causa da instrução popular, para que pudessem ajudar financeiramente a AIP, que vivia nesta altura, algumas dificuldades em manter a escola gratuita, que era o seu maior propósito.

A esta associação deslocaram-se académicos da universidade de Coimbra, que sobressaíam naquela comunidade devido às suas ideias mais liberais, democráticas e bastante inovadoras para a época. Campos de Lima, estudante universitário de Coimbra associou-se à causa da AIP, onde proferiu uma conferência a 25 de novembro de 1906 sobre a Lei de 13 de Fevereiro de 1896 que previa a deportação de agitadores e anarquista para África e Timor. Este académico inseria-se na vanguarda da academia coimbrã, em

termos ideológicos, defendendo o anarquismo. A vinda destes grandes vultos da Universidade de Coimbra, demonstrava bem que estes se solidarizavam com a causa do fomento da instrução popular, defendendo princípios ideológicos que iam ao encontro dos dirigentes da Associação de Instrução Popular.

Os temas das conferências eram os mais variados. Por vezes, parecem-nos redundantes para os dias que correm, contudo seriam muito pertinentes para a época e para o meio onde decorriam. Portanto, foram abordados em a *Voz da Justiça* de 18 de Junho de 1907 e 17 de setembro de 1907 o teor de conferências sobre a higiene pessoal que antecipavam as conferências que haveriam de ser proferidas pelo Dr. José Gomes Cruz. A 18 de julho, o tema da notícia referia-se ao tema dos «Banhos», no qual era vertido todo saber científico da época nessa matéria. Vejamos o que foi transcrito no jornal sobre o tema:

“Oferecem utilidade imediata e visível: a limpeza do tegumento externo, ou vulgarmente, a pele. O homem só se banha para conservar a saúde, porque a experiência lhe ensinou pessoalmente que a ausência de matérias gordas na superfície da pele é uma das condições do funcionamento regular do organismo. (A *Voz da Justiça*, ano 6º, nº 479, 18 de junho de 1907, p. 1)

No dia 17 de setembro de 1907, o título do artigo de jornal de AVJ era «O Banho Geral», que surgia na primeira página, dada a importância que o tema teria para os leitores do jornal. A saúde do corpo começava a ser um tema que gerava interesse e debate.

No dia 16 de janeiro de 1908, inicia-se na AIP um ciclo de conferências, que se previam semanais. Nesse dia, esta associação acolheu uma conferência dinamizada por um grande vulto da propaganda republicana a nível nacional, Manuel de Arriaga (1840-1917)¹⁴⁷. A sua preleção assentou na questão do acesso das crianças à educação. Com este ilustríssimo conferente, republicano, democrata e lutador por uma Pátria Nova, inicia-se uma época de fervorosas conferências com cunho verdadeiramente político e de ideologia republicana. Perante tamanho tribuno, a Associação de Instrução Popular, encheu-se de gente, ávida, para ouvir a mensagem desta personalidade. O jornal descreve toda a mensagem de Manuel de Arriaga, as palavras de carinho e conforto que dirigiu às crianças, pois nelas depositava toda a esperança no ressurgimento da Pátria. Como propagandista da República coloca ênfase especial na questão da instrução, de acordo com a linha orientadora da AIP nesta cidade. Foi notória a mensagem antijesuítica e anticlerical que perpassou de todo o discurso, no qual Manuel de Arriaga defendeu uma “[...] educação

¹⁴⁷ Manuel de Arriaga, que viria a ser o nosso primeiro presidente da república eleito haveria de visitar numerosas vezes a cidade da Figueira da Foz, tendo grandes afinidades ideológicas com os irmãos da loja Fernandes Tomás e com a ideologia republicana de muitas personalidades ilustres desta época. As suas afinidades com a Figueira da Foz vinham-lhe do tempo de estudante universitário de «leis» em Coimbra, que devido à proximidade entre as cidades, a visita à cidade-praia se começou a efetuar. A sua ascendência aristocrática não faria prever a sua aproximação a outras formas de pensamento, que passou a partilhar com outros intelectuais da cidade de Coimbra e que o levaram a aderir ao ideário republicano.

alheia aos preconceitos que há dois mil anos vem de fanatizar o povo, não o deixando vêr a suprema realidade das coisas”. (AVJ, ano 6º, nº538, 17 de janeiro de 1908, p. 1). Manuel de Arriaga defende, portanto, que a escola deve estar separada de qualquer influência da igreja, uma vez que os resultados dessa simbiose Igreja/Estado, não tinham dado grandes frutos, até então.

Novamente, após esta auspiciosa conferência que trouxe à AIP tão grande nome, previa-se uma série de conferências semanais, asseguradas pela nova direção da associação que tinha acabado de tomar posse dias antes. Entretanto deu-se o regicídio em Portugal, as estruturas monárquicas ficaram com as bases bastante fragilizadas, mas também, os republicanos sentiam que a situação lhes podia fugir do controlo. Neste clima de instabilidade nacional, as conferências foram sendo adiadas, para regressarem a 20 de setembro com outro vulto republicano nacional, Teófilo Braga (1843-1924). Este irá proferir uma conferência sobre um tema muito em voga da altura: o anticlericalismo, mais concretamente, o poder temporal do papa.

A 17 e 24 de novembro de 1908, o Dr. José Gomes Cruz, de acordo com a sua formação, irá proferir mais duas importantes conferências, de caráter pedagógico, sobre higiene. Nesta altura, acreditamos que o problema da falta de higiene nas pessoas seria um problema tão endémico como o analfabetismo. Os cuidados com o corpo e a prática do exercício físico começam a ser defendidos por homens ligados à ciência, mas também à educação.

A partir do final de 1908 e nos anos de 1909, 1910, as conferências intensificam-se. A 3 de dezembro de 1908, o Dr. José Gomes Cruz fez uma preleção sobre os movimentos da terra. A 14 de Janeiro de 1909 o Dr. José Carlos de Barros, devido à sua formação no campo das ciências exatas e naturais, faz uma conferência sobre terremotos, suas causas e efeitos. A 21 de janeiro e 12 de fevereiro e 9 de março, o Dr. José Gomes Cruz retoma as suas conferências, só com uma interrupção a 28 de janeiro de 1909, substituído pelo Dr. José Carlos de Barros. A 24 de março de 1909, o Dr. Manuel Gaspar de Lemos, estudante de Direito e proprietário da cidade, faz uma palestra sobre o socialismo, cujo teor ideológico profundo e erudito nos pareceu de difícil compreensão para um público tão simples, sendo a sua maioria iletrados.

A 16 de julho desse ano intensifica-se a propaganda republicana na Figueira da Foz. O evento que contou com a presença do distinto Dr. Miguel Bombarda¹⁴⁸, presidente da

¹⁴⁸ Miguel Bombarda [1851-1910] foi médico, apesar da sua carreira profissional bem-sucedida, iniciou a sua carreira na política em 1908, como deputado adjudicado a Ferreira do Amaral, então Presidente do Conselho; de tendências liberais e anticlericais, declarou-se abertamente como republicano, e começou a colaborar nos planos para uma revolução para derrubar a Monarquia. No entanto, no próprio dia em que se iniciou a revolução, em 3

Junta Liberal¹⁴⁹ proferiu uma propaganda antijesuítica contra a «reação», a saber, contra a influência do clero na sociedade e política da época.

A 9 de setembro de 1909, o Dr. José Augusto Pereira proferiu, na mesma linha, uma conferência antijesuítica, que foi presidida pelo eminente republicano, Manuel de Arriaga. A 10 de outubro desse ano, o republicano Manuel Gomes Cruz e o Dr. Carneiro Franco, na festa de atribuição de prémios desta associação, fizeram uma importante comunicação a favor das escolas laicas. A 1 de abril de 1910, José Gomes Cruz proferiu uma conferência sobre aspetos de ordem moral e científica¹⁵⁰.

A 22 de Abril de 1910, o jornal *A Voz da Justiça* noticia o envolvimento da Associação de Instrução Popular na comemoração do Centenário de Alexandre Herculano. Tal como outras instituições figueirenses, e nacionais, a Associação de Instrução Popular, tendo nos seus dirigentes e associados uma massa relevante de republicanos e maçons, igualmente se associou a este movimento cívico nacional. Nesse número é anunciado, com o título: «O Centenário de Herculano. Ainda a festa de domingo no Casino Mondego – O Sarau da associação d’Instrução Popular». Desta vez, talvez com o intuito de conferir mais impacto ao evento, a festa da Associação iria realizar-se no Casino Mondego, em pleno Bairro Novo. Nesse mesmo jornal e na mesma página, surge um outro artigo, mais completo, sobre este acontecimento, que se andava a preparar meticulosamente:

“Sarau em honra de Alexandre Herculano. Deve realizar-se em 28 do corrente o sarau em homenagem ao grande historiador, poeta, patriota, que a Associação d’Instrução Popular promove n’esta cidade. Usarão da palavra os srs. Eloy do Amaral e dr. João Santiago Presado. Recitarão versos ou prosa do insigne escritor algumas meninas e meninos dos colégios d’esta cidade. A sr.^a D. Amelia Braz compoz uma formosa poesia alusiva a Herculano e que será recitada por um rapazinho, ex-aluno da escola da Associação. Um excelente sexteto composto de distintos amadores d’esta cidade, executará algumas musicas escolhidas” (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 773, 22 de Abril de 1910, p. 2)

Era igualmente referido, que o ponto alto da festa seria a apresentação de um medalhão em gesso do insigne historiador, oferta feita á Associação de Instrução Popular pelo ilustre escultor Júlio Vaz Júnior. Este distinto professor e amigo da associação associou-se, deste modo, à homenagem que a Associação de Instrução Popular prestava à memória de Alexandre Herculano. Tudo estava previsto: o alinhamento do programa, as figuras convidadas, as ofertas. Mais uma vez, uma festa cívica, com o intuito de propagandear a ideologia republicana, a Associação de Instrução popular e a sua escola. Os convites para o evento eram feitos através do jornal e os bilhetes podiam ser levantados na Tipografia Popular.

de Outubro de 1910, foi assassinado no seu gabinete no Hospital de Rilhafoles, por um doente mental. Deste modo ficou para a História como um mártir e como um herói da revolução, juntamente com Cândido dos Reis.

¹⁴⁹ Junta Liberal que fundara em 1901 e foi membro do Comité Revolucionário, em 1909.

¹⁵⁰ Ver **Apêndice IV** – Conferências na Associação de Instrução Popular. (Cf. p. VI-VIII).

E animada por uma ânsia de instruir o povo, esta associação ainda criou uma pequena biblioteca/sala de leitura, que nas noites em que se realizavam preleções, esta seria aberta uma hora antes para que os presentes tivessem acesso à leitura de livros e vários jornais. Os irmãos da Loja Fernandes Tomás, não descuraram nenhum pormenor, criaram condições para que funcionassem, nessa associação, aulas, conferências e leitura de livros e jornais. Estava implícito o propósito de difundir pelo operariado a ideologia republicana, combatendo o analfabetismo e a falta de instrução quase generalizada nesta classe.

A Associação de Instrução Popular, segundo Isabel Henriques sentiria a partir da segunda década do séc. XX, “gradualmente, o decréscimo do número de sócios e a dificuldade de obtenção de receitas necessárias à liquidação das muitas despesas, que colocavam a associação num estado de debilidade económica que, que tornava difícil o desenvolvimento de projectos e acções”. (Henriques, 2001a, p. 139). Segundo a mesma autora, esta associação sobreviveria durante mais alguns anos, sempre precariamente e às custas de donativos recebidos da Loja Fernandes Tomás e de alguns profanos.

2.1.5. Associação de Instrução Artística Figueirense

A Biblioteca Artística 10 de Junho¹⁵¹ esteve na génese da Associação de Instrução Artística Figueirense. Conforme afirma Cascão “[...] esta associação foi uma das agremiações que mais se distinguiu no panorama associativo local” (Cascão, 2009, p. 340), uma vez que desempenhou uma importante missão de interesse coletivo, tanto em termos recreativos, como instrutivos, e mesmo, mutualistas.

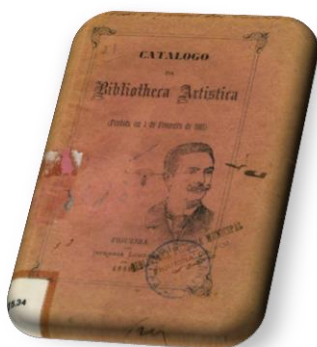


Figura 14 - *Catálogo da Biblioteca Artística*. (1889). (Cedência de imagem da BMFF).

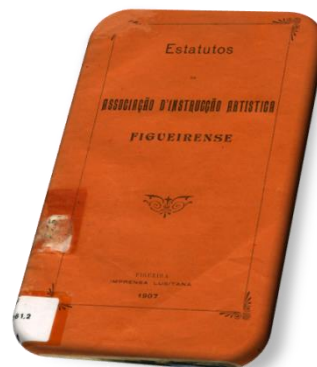


Figura 15 - *Estatutos da Associação de Instrução Artística Figueirense*. (1907). (Cedência de imagem da BMFF).

¹⁵¹ Desta Biblioteca trataremos no capítulo referente às Bibliotecas Populares. Algumas alusões que lhe sejam feitas terão a ver com a necessidade de explicar o surgimento da Associação de Instrução Artística Figueirense.

A Associação de Instrução Artística Figueirense fundou-se a 19 de Março de 1896, tendo sido oficialmente inaugurada em 5 de Abril desse ano. Os seus estatutos foram concluídos e assinados em 1897 e publicados num folheto pela Imprensa Lusitana em 1907. Se as associações de instrução, recreativas e de classe que estudámos até ao momento começaram por criar aulas para os seus associados e só depois investiram na criação de bibliotecas ou gabinetes de leitura, esta associação teve um percurso inverso, inicialmente começou por ser uma biblioteca e só depois uma associação dedicada à instrução dos seus associados.

De acordo com os seus estatutos, no que diz respeito ao seu 1º Capítulo, Denominação e Fins, considerava-se que a Associação de Instrução Artística Figueirense era uma sociedade de instrução e recreio. A sua denominação, não deixava dúvidas que esta associação tinha sido fundada para responder a uma necessidade de instrução, há muito sentida entre as camadas operárias e de artífices da cidade da Figueira da Foz. No 2º artigo, relativamente aos seus fins, refere em primeiro lugar que esta associação visava “Abrir e manter uma aula nocturna d’instrucção primaria para sócios e seus filhos de 10 a 15 annos” (*Estatutos da Associação de Instrução Artística Figueirense*, 1907, p.1).

Nesses estatutos estavam, igualmente previstas aulas de outras matérias, nas quais os seus associados podiam adquirir conhecimentos que lhe eram úteis à sua profissão. No 2º ponto do Artigo 2º estava expressa a intenção desta associação manter a Biblioteca Artística, na qual os seus associados pudessem ter acesso a livros para se recrearem e instruírem, assim como um gabinete de leitura. Com a finalidade de contribuir para a instrução dos seus associados, também estava prevista a realização de conferências sobre assuntos de instrução e recreio.

Sempre que a capacidade financeira da associação o permitisse, esta pretendia proporcionar aos seus sócios algumas diversões, sendo que estas deveriam contribuir para o bom nome e prosperidade da associação. Depreende-se pelo rigor dos estatutos que a Associação Artística Figueirense possuía uma dinâmica invejável, pois tinha uma atuação bastante eficaz em domínios que outras associações ambicionavam alcançar.

Para terem direito a estes benefícios, os sócios beneméritos e efetivos tinham o dever de pagar uma joia de 400 réis, por uma só vez ou em duas prestações mensais e 60 réis pelo exemplar dos estatutos, acrescidos de 120 réis referentes ao diploma e 150 réis de quota mensal. No caso de terem filhos a frequentar a escola, deveriam pagar 50 réis por cada um. As receitas desta associação advinham deste tipo de cobranças que eram efetuadas aos seus associados, em troca de todas as benesses que podiam usufruir neste espaço. O carácter benemérito da associação está previsto no Art. 40º:

“A Direcção póde propôr uma vez por anno, á assembleia geral, dois artistas pobres, que saibam ler e escrever, isentos do pagamento de joia, tendo a preferência: 1º - filhos de viúvas bem comportados; 2º - chefes de famílias nas mesmas condições”. (*Estatutos da Associação de Instrução Artística Figueirense*, 1907, p.11)

Como se vivia uma época de contestação, algo velada ao regime monárquico, as pessoas e as associações temiam assumir as suas tendências políticas. Como tal, assim como outras associações, estava expresso nesses estatutos, no Art. 49º, que essa associação era absolutamente estranha a quaisquer questões políticas. Consideramos este aspeto é de alguma relevância dado que os tempos não iam fáceis em questões políticas, e no sentido de evitar qualquer contrariedade, era manifestada esta pretensa isenção em matéria política.

A Associação de Instrução Artística Figueirense foi fundada por um grupo homens da cidade, entre os promotores da iniciativa contavam-se Joaquim da Silva e Sousa Júnior, negociante; João Maria de Assunção Costa, carpinteiro; Francisco Martins Cardoso, caixeiro e Pedro Augusto Ferreira, fiscal do Governo nos Caminhos de Ferro. A esta associação juntavam-se muitos maçons da Loja Fernandes Tomás, com vista a porem em prática os seus fins. Ano após ano foram ocupando cargos de relevo no seu interior, quer na direcção, no conselho fiscal, quer na assembleia geral.

Os fins estatutários desta agremiação eram de natureza mista, sendo simultaneamente próprios de uma associação recreativa e mutualista, uma vez que no ponto 5º do Artigo 2º dos seus Estatutos, estava previsto o auxílio pecuniário aos sócios durante as suas doenças e impossibilidade física.

A Figueira da Foz tinha nessa altura um conjunto de condições económicas que fizeram aumentar o número de artífices e operários. Como já se viu, estes começavam a trabalhar cedo e na altura que deveriam estar a frequentar a escola, já se encontravam a trabalhar como aprendizes de diversos ofícios, desviando-os do acesso à instrução. Eram estes que procuravam nesta (e noutras) associação os conhecimentos, mesmo que rudimentares, da arte de ler, escrever e contar. Ao longo dos anos esta associação tinha de chamar a si estes artistas, que contribuíam para uma enorme afluência, em especial, às aulas. Em 13 de julho de 1903, o jornal *A Voz da Justiça* dá conta que a turma de instrução primária, da escola iria ser desdobrada, depreendendo-se deste facto que a sua procura, por parte dos populares, havia aumentado. O professor desta escola popular era o republicano Francisco Martins Cardoso.

Se tivermos em conta no panorama local, o número de associações de classe existentes, podemos constatar que estas eram em grande número, tendo em conta a população da Figueira da Foz. A Associação Artística, tendo necessidade de aliciar novos sócios, põe mão de um expediente, que irá ser recorrente ao longo dos anos nesta

associação: admitindo novos sócios sem o pagamento de joia. Também já outras associações tinham usado da mesma estratégia para cooptar mais associados. A 25 de Fevereiro de 1904, *A Voz da Justiça*, informa que “A direcção d’esta associação resolveu admitir sócios sem pagamento de joia, até 31 de Março próximo futuro. A mensalidade de 150 réis, dá direito ao sócio de frequentar a aula d’instrucção primária, e a sala de leitura, ler os livros da sua biblioteca, etc., sem o aumento de cota. [...] Aproveitem os que desejam instruir-se”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 134, 25 de fevereiro de 1904, p. 1). O mesmo jornal aliciava os futuros sócios, com as vantagens destes poderem frequentar as aulas, mas também de ler livros da associação, frequentar salas de jogo e de leitura. Esta era uma vantagem real para a classe operária, dado que raro era aquele que possuía algum livro em sua casa, muito mais improvável era a existência de alguma biblioteca, por pequena que fosse, no seu lar. (Cascão, 1998).

Tal como a Associação de Instrução Popular, também a Associação Artística Figueirense irá utilizar o periódico *A Voz da Justiça* como meio noticioso de preferência. Julgamos que tal facto se prende com a existência de dirigentes de ambas as casas que pertenciam à Loja Fernandes Tomás, sendo que muitas vezes os associados de ambas eram comuns, assim como o nome dos elementos dos corpos gerentes. Também, no que diz respeito aos seus propósitos, ambas visavam fins muito semelhantes, tendo especial atenção pela instrução das classes populares. De outro modo, o jornal *A Voz da Justiça* identificava-se com a causa de ambas associações. Tal como nas restantes associações, sempre que existia assembleia geral nessa associação de recreio e instrução, era feita a leitura do relatório e apresentação de contas da direcção e parecer do conselho fiscal. A 20 de março de 1904, o periódico *A Voz da Justiça* informava que as contas apresentaram um saldo positivo para esse ano. De salientar que, nessa sessão, o presidente da Associação, Francisco Martins Cardoso, que era também o seu professor “propoz dois votos de louvor que foram aprovados: um á direcção pelo zelo como administrou os negócios da associação, e outro ao socio sr. Joaquim Canellas de Castro, que generosamente ofereceu trez volumes de obras diferentes”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 141, 20 de março de 1904, p. 1)

O ato de oferecer livros para a Biblioteca Artística era motivo de grande enaltecimento por parte da associação. A Associação Artística dispunha de uma biblioteca com um número relativamente grande de documentos, uma vez que tinha herdado o fundo documental da Biblioteca Artística 10 de Junho, mas, tal como todas as bibliotecas necessitava de aumentar a sua coleção, porém não dispunha de recursos para esse fim. Assim, tal só era facilitado através destas doações. Apesar de tudo, discute-se nessa assembleia de março de 1904, da necessidade de investir na aquisição de mais obras para

a sua biblioteca, bem como do desdobramento das aulas. Ontem, como hoje, o aumento do número de documentos e sua atualização por parte das bibliotecas é um problema sempre na ordem do dia.

No ano de 1904, nessa mesma assembleia, discute-se a localização desta associação, levantando-se a hipótese desta mudar para um local mais acessível. Os seus dirigentes consideravam que a sua localização, embora estivesse sediada em lugar central da Praça Nova, não estava a atrair muitos frequentadores.

2.1.5.1. Matrículas, aulas e festas da Associação de Instrução Artística Figueirense

O jornal, *A Voz da Justiça*, resumia a intervenção que esta associação fazia junto do operariado da cidade: “A Associação Artística presta bons serviços ao operariado que n’ella procura instruir-se, quer frequentando a escola, quer recreando o espírito com a leitura de excelentes livros d’estudo que a biblioteca possui.”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 141, 20 de março de 1904, p. 1)

A 7 de Abril de 1904, o jornal *A Voz da Justiça* dedica um artigo ao oitavo aniversário da Associação Artística. Antes de mais, faz referência ao facto desta associação sustentar uma escola numerosamente frequentada, que possuía uma biblioteca e jogos de recreio, recomendando-a a todos os operários e pessoas de outras classes que quisessem instruir-se. Para essa comemoração realizou-se uma sessão solene pelas 9 horas da noite, que, segundo o jornal foi concorridíssima e que decorreu de forma muito animada. O presidente da associação, Francisco Martins Cardoso¹⁵², tomou da palavra para “se congratular com o anniversario da associação, que é uma das que mais benefícios presta às classes trabalhadoras, porque vive para as instruir, para as educar, referindo-se também no mesmo sentido a Associação d’Instrucção Popular”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 142, 7 de abril de 1904, p. 2)

Como podemos ver, a instrução das classes trabalhadoras, era nesta altura considerada como uma referência, em termos de boas práticas das associações populares, sendo motivo de elogios e congratulações, aquando de sessões solenes. Francisco Martins Cardoso, o presidente e o professor desta instituição, dissertou sobre o desenvolvimento do movimento associativo da Figueira da Foz, considerou que os figueirenses se podiam orgulhar de pertencer a uma terra que caminhava na vanguarda das outras cidades, uma vez que existiam muitas associações e coletividades que serviam as suas necessidades e

¹⁵² Secretário da Comp. CF Beira Alta, republicano e também professor da escola.

contribuem para o bem-estar do operariado. Na Figueira da Foz, além do Montepio, da Caixa Económica, da Cooperativa Fernandes Tomás, existiam na cidade bibliotecas, associações de instrução, recreio e de desenvolvimento físico e prática desportiva. Assume-se, portanto, que o associativismo era um fator de progresso para a cidade. Portanto, o discurso de Francisco Martins Cardoso teve o seu ponto alto, quando proferiu que:

“Na Associação Artística educa-se a criança, o homem d’amanhã, semeia-se no seu cérebro – até ali inculto como um campo arido e abandonado – os primeiros rudimentos da instrução. Sem ella não pode nenhum homem ser bom cidadão, não pode nenhum homem conhecer quaes as suas obrigações, não pode, finalmente, tornar-se cidadão livre e nem saberá tão pouco trabalhar para a conquista dos seus legítimos direitos”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 142, 7 de abril de 1904, p. 2)

A instrução era, portanto, vista como uma forma de o operário poder conhecer os seus direitos e deveres cívicos. O mesmo jornal lembrava os seus leitores de que existiam outras associações que se dedicavam a esta causa, nomeadamente, a já referida Associação de Instrução Popular. Acreditava-se que estes esforços haveriam de ter os seus frutos, mas tal só seria possível se os operários matriculassem os seus filhos nessa(s) escola(s) para que estes passassem a saber ler, escrever e contar.

Esta sessão teve como orador Dr. José Carlos de Barros¹⁵³ que referiu o estado pouco adiantado em que se encontrava o operariado sob o ponto de vista da instrução. Mas, considerou que a Associação Artística estava de parabéns, uma vez que o seu esforço tinha sido recompensado com os brilhantes trabalhos realizados pelos seus alunos, assim como os resultados obtidos em exame da época anterior. O orador faz a apologia da instrução, defendendo a ideia da instituição da escolaridade obrigatória no nosso país, denunciava que embora esta já fosse uma realidade em termos legislativos, no terreno ainda não se encontrava posta em prática:

“A instrução é o que actualmente diferencia os homens. Há pouco vira em mãos d’amigo, um estudo original, que fazia votos para vêr um dia convertido em lei, e que se resumia em tornar a instrução obrigatória em Portugal, e de tal forma que fossem considerados menores todos os que não soubessem lêr e escrever, fosse qual fosse a sua idade. Um homem incapaz de assignar o próprio nome em actos públicos, não é um ser racional, livre e independente como o deve ser todo o homem”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 142, 7 de abril de 1904, p. 2)

Como grande defensor da instrução, José Carlos de Barros, no seu discurso, fez referências ao que devia ser a escola primária, quais as matérias que se deviam lecionar, defendendo a tese de que a recitação é um método pedagógico muito eficaz pois habitua os alunos a expor as suas ideias, e que se devia insistir nos deveres cívicos, uma vez que estes levam os alunos a conhecer os seus direitos e deveres como membros da sociedade,

¹⁵³ Frequentemente orador, também, na Associação de Instrução Popular.

para além de se dever dar atenção a outros saberes como a história pátria e a corografia portuguesa.

Na mesma sessão solene, o professor da escola, Francisco Martins Cardoso, referiu que no ano letivo anterior, levou a exame os alunos: Albano Marques Ribeiro Lobo, Artur da Silva Freitas, Eduardo Augusto Dias de Figueiredo, Jaime Bento da Cunha, Joaquim d'Oliveira Antunes e José da Silva e Sousa. Todos foram aprovados, o que constituiu um motivo de satisfação para o professor, para os alunos e uma honra para a escola da associação. O professor termina o seu relatório, fazendo os agradecimentos usuais:

“Devo, porém, especializar o dignissimo sub-inspector escolar d'este circulo, ex.^{mo} sr. Luiz Henriques d'Almeida, que com tão boa vontade acolheu os alunos da nossa aula, e a Ex.^a sr.^a D. Rosa Emilia da Costa e os ex.^{mo} sr. Augusto Goltz de Carvalho, seus examinadores”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 142, 7 de abril de 1904, p. 2)

É de salientar, que contrariamente a outras associações que mantinham escolas, a Associação Artística, tinha a vantagem de preparar os alunos para a realização de exames de 1º e 2º grau do ensino primário. Estes alunos faziam exames juntamente com outros provenientes das escolas oficiais da cidade.

O mesmo professor deu a conhecer que em outubro do ano de 1903, estavam inscritos nesta escola, dentro do prazo legal, 43 alunos. Apesar das dificuldades que estes estudantes-operários apresentam, em relação aos alunos das escolas oficiais, este encontra-se empenhado em levar mais alunos a exame, pese embora a morosidade com que o ensino é ministrado nesta escola, pois só é possível, da parte destes entregar-se ao estudo e aprendizagem poucas horas por dia. Os seus estudantes eram pequenos operários “que mourejam de sol a sol e só à noite, nas duas horas da aula, podem, às vezes com que sacrifício, estudar as suas lições”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 142, 7 de abril de 1904, p. 2)

O subinspetor do círculo escolar do concelho, Luiz Henrique d'Almeida, esteve presente nesta sessão, o que denota o seu reconhecimento, a nível oficial, dos serviços que prestava à causa da instrução. Esta alta individualidade entregou nesta cerimónia os prémios aos alunos mais aplicados. Os alunos contemplados foram os seguintes: da 4ª Classe: Augusto da Silva Fernandes e Manuel de Matos Figueiredo; da 3ª classe: Artur Dias, Abílio Cruz, Armando Pires e José Maria Marques; da 2ª, António Monteiro, José Augusto leal e Mário Maia; da 1ª classe: Arsénio Lopes, Joaquim Pires e Miguel Lopes. Com Menção Honrosa: da 4ª classe, José Azul e Herminio Monteiro; da 3ª, João dos Santos; da 2ª, António Gonçalves, da 1ª, Rafael Fernandes.

Os prémios constavam de alfinetes de ouro, estojos, livros de contos, tinteiros, compêndios de desenho e pastas, que foram oferecidos generosamente por beneméritos

locais, entre eles as senhoras: Maria Amélia Pereira Brás, Saudade de Sampaio e Melo, Margarida Fernandes, Rosa Duarte da Encarnação e irmãs, e por Joaquim Cortesão e Augusto Veiga.

O subinspetor do círculo escolar da Figueira da Foz, reconheceu neste evento que esta associação dava um excelente exemplo às demais, e sendo ele um representante das escolas oficiais, fez um discurso de grande elogio às escolas populares. Considerando o atraso da instrução no nosso país, era de louvar a ação destas beneméritas associações no desenvolvimento da instrução popular. O orador admite que esta é uma causa que a todos interessa. Este reiterava a ideia que o desenvolvimento e independência do país só seriam alcançados pela difusão da instrução por todas as classes, tendo como ponto de apoio as escolas. O inspetor sintetiza o seu discurso numa frase de Arquimedes, que diz «que se lhe dessem um ponto d'apoio seria capaz de fazer mover o mundo». O subinspetor constatou que havia um atraso do nível de instrução no nosso país, que era notória se comparado com outros países considerados mais adiantados. A percentagem de analfabetos era sintomática do estado de coisas do país. Por esta altura existiam em Portugal 1002 habitantes para cada escola existente, o que era manifestamente insuficiente, atingido a percentagem de analfabetos na ordem dos 82%, o que constituía uma taxa elevadíssima. Desde a vitória definitiva do liberalismo em Portugal em 1934, o país pouco tinha cuidado da questão da instrução, dando assim um mau exemplo às nações mais cultas. Como se pode depreender, a questão do atraso da instrução em Portugal e do elevado nível de analfabetos estavam na ordem do dia, e servia de mote para discursos de propaganda republicana. Sendo que estas associações tinham como membros dirigentes grandes defensores da «Pátria Nova», ou seja, do fim da monarquia e da implantação do regime republicano, assim estas festas escolares acabavam por ser momentos muito interessantes de propaganda republicana.

A professora Amélia Brás, personalidade muito querida no meio educativo figueirense, entregou-se com muito empenho ao ensino e moveu ações no sentido da democratização do acesso à educação, dedicou um artigo à Associação Artística, na sequência da sua festa do 8º aniversário. O Jornal *A Voz da Justiça* de 10 de Abril de 1904 publica o interessante e panfletário artigo desta professora. Este foi iniciado com uma citação de Adelino Veiga: “Sou teu igual, ou mais, tenho instrução!”.

“Bem compreendia o mallogrado poeta que a instrução nivela as sociedades; a instrução é a base da verdadeira felicidade, é o sol da nossa redempção, o pomo da concordia, a baliza da regeneração, o sustentáculo da Liberdade. E assim o compreendeu também a Associação d’Instrução Artística Figueirense criando na sua sede uma escola d’instrução primaria para os filhos dos seus associados. [...] A. Braz 6/4/904” (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 147, 10 de abril de 1904, p. 2).

A 28 de abril de 1904, *A Voz da Justiça* noticia os nomes dos figueirenses que passavam a compor os corpos gerentes da Associação Artística. Um dia antes, em sessão da Assembleia Geral foram nomeados por aclamação, para os cargos de 1º e 2º secretários da direção, respetivamente, José Rodrigues Ferreira e António Vicente, e para o de bibliotecário¹⁵⁴, Artur Abel dos Santos e para o de tesoureiro, José Augusto Talhadas.

As aulas retomavam o seu curso, após a interrupção usual dos meses de verão. Assim, a 29 de setembro de 1904, *A Voz da Justiça* anuncia na sua terceira página que as aulas iriam iniciar-se nesta associação a 1 de outubro, estando abertas as matrículas desde esse dia. A 6 de outubro desse ano, o mesmo jornal informa que:

“Funcionam já desde o principio do mez as aulas nocturnas d’esta agremiação. Na matricula que se acha permanentemente aberta, acham-se já inscriptos muitos alunos. O ensino dos analfabetos é feito pelo methodo João de Deus. É professor da Associação o sr. Fancisco Martins Cardoso, tendo como ajudante o sr. Carlos Baptista”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 198, 6 de outubro de 1904, p.2)

Conclui-se que as aulas, nesta associação começavam no início do mês de outubro, e que as inscrições se mantinham abertas mesmo após o início das aulas e que os alunos analfabetos eram ensinados pelo método João de Deus, tal como era hábito noutras escolas. O professor continuava a ser Francisco Martins Cardoso, sendo auxiliado por Carlos Baptista. Mais uma vez, a associação tenta cativar sócios, isentando-os do pagamento da joia inicial. *A Voz da Justiça* dá conta disto na sua edição de 4 de dezembro de 1904:

“Como referimos há dias, esta aberta n’esta sociedade, até ao dia 20 do corrente, a inscrição de sócios sem pagamento de joia”. [...] aconselhava a Associação Artística aos operários e filhos d’estes que careçam de instruir-se. Ali, além das duas aulas onde se lecciona instrucção primaria encontram também os sócios uma biblioteca providas de algumas obras de merecimento e de bastante interesse. [...] A quota mensal é de 150 reis apenas”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 215, 4 de dezembro de 1904, p. 1)

Reconhecendo as valências que esta associação possuía e das vantagens que poderiam advir ao operariado, *A Voz da Justiça*, sempre dentro do seu ideal de difusão da instrução, apela para que as pessoas se associem na Associação Artística. Além dos meios que a associação dispunha para a recreação dos seus associados, era de louvar o facto de manter duas aulas e uma biblioteca, com a finalidade de instruir.

O jornal, a 31 de março de 1905, apresenta o seu relatório de contas, sendo que era dada especial atenção ao movimento das aulas desta associação. Quanto a este ponto, é de salientar que a frequência dos alunos tinha sido regular, e que o trabalho foi profícuo ao

¹⁵⁴ No capítulo dedicado às bibliotecas, voltaremos à questão, de que esta associação, pelo facto de ter uma biblioteca que já tinha tradição, antes mesmo desta associação existir, teve o cuidado de nomear uma pessoa para o cargo de bibliotecário.

ponto de se ter refletido sobre o aproveitamento dos alunos. Há que salientar que, a figura do professor, Francisco Martins e do seu ajudante, Carlos Baptista, era constantemente enaltecida pelo seu trabalho, empenho e dedicação a esta causa.

A escola era um encargo muito «pesado» para esta associação, pois as despesas inerentes ao seu funcionamento faziam com que as receitas não chegassem para as cobrir. A direção cessante desta associação pedia para que os novos corpos gerentes que se esforçassem por continuar financiar a escola. Por isso, se todos compreendessem o benefício e se associassem a esta agremiação, era uma forma de contribuírem com mais verba para esta causa e ter como compensação, acesso à instrução e à recreação. Neste relatório de contas, fica provado que as receitas das quotas dos associados eram insuficientes para manter a escola. Por isso, a associação apela a que haja mais adesões, a fim de colmatar esta situação. Também é referido o movimento da biblioteca não foi inferior ao do ano anterior, o que gerava nos dirigentes desta casa um ânimo redobrado, sendo que esta era uma das secções mais importantes da Associação Artística. A biblioteca era considerada uma mais-valia da associação, na medida em que dispunha de jornais e livros para fomentar a leitura e logo a instrução.

O mesmo relatório, impresso no jornal *A Voz da Justiça* de 31 de março de 1905, refere-se à dificuldade que a direção tinha tido para arranjar uma casa mais acessível, para instalação da Associação, visto que nesse momento, se localizava num segundo andar, fazendo com que a frequência de sócios fosse muito reduzida, tendo em conta o número total dos seus associados. Já anteriormente, a questão da mudança de local, tinha sido colocada pela associação. Nessa altura, o motivo devia-se ao facto da renda ser muito elevada, o que desequilibrava as suas contas. Neste ano, coloca-se também, a questão das acessibilidades.

No final de março de 1905, apesar da grande despesa que a associação tinha com a instrução, podemos verificar que ainda havia um saldo positivo, o que demonstrava uma boa gestão desta instituição. Foi dado a conhecer o relatório de contas que apresentava as receitas e despesas desta instituição, sendo as primeiras de 489\$655 réis e as segundas de 433\$935 réis, havendo, por isso um saldo favorável de 55\$720 réis. Por essa altura, fez-se a eleição dos novos corpos gerentes, sendo votada por aclamação a lista, cuja Assembleia Geral, era encabeçada, neste ano, por Francisco Martins Cardoso e a Direção estava a cargo de Domingos Rodrigues Enes Ramos.

No dia 5 de abril de 1905, a Associação de Instrução Artística celebrou o seu 9º aniversário, sendo que das cerimónias constava uma sessão solene onde eram atribuídos prémios aos alunos que tiveram melhor aproveitamento ao longo do ano, seguindo-se de um baile destinado aos sócios e suas famílias. Tal como no ano anterior, discursou o

subinspetor do círculo escolar do Concelho, Henriques de Almeida, cujo discurso se prendeu com a exposição de dados estatísticos interessantes sobre a situação da instrução primária no círculo da cidade e defendeu que se tornava necessária a criação de novas escolas. O subinspetor defendia que a ação do Estado se revelava insuficiente, como tal, neste caso, precisava de ser substituído pela iniciativa particular. O orador clarifica assim a sua ideia:

“O estado não pode dar tudo. Dá escola, mobília, paga ao professor, mas isto não é tudo. A criança pobre carece de livros, para isso temos as comissões de beneficência que desempenham um benemérito papel e para as quais são escolhidos os homens que de cada localidade manifestem mais amor pela instrução. Além dessas comissões devem existir ainda as associações que, como a Artística, cumprem uma bela missão, precisando para isso do auxílio de todos os associados, para bem poder levantar o nível dos alunos”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 251, 9 de abril de 1905, p. 2)

Neste excerto do discurso de Henriques de Almeida era feita referência às Comissões de Beneficência da Educação que foram criadas em todo o país, com o objetivo de auxiliar os mais pobres na frequência escolar, não sendo exceção nas diversas freguesias do Concelho da Figueira. O subinspetor admite, também, o papel de relevo que estas têm desempenhado, no que diz respeito à instrução popular. Quanto às crianças que frequentavam a escola, este aconselhou-as a estudarem, para que pudessem no futuro compreender os seus direitos cívicos. O professor de modo geral, era uma figura estimada, vista como um segundo pai e perante a qual toda a comunidade se sentia agradecida, por isso apelava-se a que nunca se esquecessem do seu professor. Por outro lado, o subinspetor apelava ao envolvimento e responsabilização dos pais na educação dos filhos. A questão, ainda tão polémica, nos nossos dias, entre o conceito de educação e instrução e sobre quem instrui e quem educa, surge nas palavras do conferente da seguinte forma:

“O sr. Henriques d’Almeida define depois em excelente teoria o que é a educação e a instrução. Para uma têm que contribuir principalmente os paes, para outra existe a escola. Diz quaes os deveres que se impõem a paes e professores uns formando o coração outros educando o cerebro”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 251, 9 de abril de 1905, p. 2)

Francisco Martins Cardoso, como professor da escola leu um relatório dos trabalhos realizados na escola desta associação. Nesse ano terão frequentado essa escola 40 alunos, sendo 16 da 1ª classe, 2 da 2ª e 22 da 3ª. Enquanto os últimos eram ensinados pelo professor Francisco Martins Cardoso, os alunos da 1ª e 2ª classes eram lecionadas pelo coadjuvante, Carlos Baptista. O professor principal dedicou grandes elogios a Carlos Baptista, dada a sua dedicação e empenho demonstrado. O professor tinha intenção de levar nesse ano 8 a 10 alunos a exame do 1º grau.

Tal como era costume, foram distribuídos prémios aos alunos pela professora oficial dos Carvalhais de Lavos, Aida Augusta Pereira, e pelo subinspetor da educação, Luís Henriques d'Almeida, ofertas do benemérito figueirense, Visconde da Marinha Grande, Ernesto Afonso de Barros, que foi um mecenas de excelência da educação nesta localidade.

A necessidade de angariar mais sócios, fez alargar a inscrição, nesta associação, sem pagamento de joia, até 31 de janeiro de 1906. Mais uma vez, o jornal *A Voz da Justiça* aliciava os operários a inscreverem-se como sócios naquela coletividade, pois nela encontrariam aquilo que mais precisavam: boas escolas, bons livros de instrução e recreio e jornais.

A necessidade de angariar fundos para a nobre causa da instrução, fazia com que as associações locais lançassem mão de todos os meios, assim, os espetáculos começaram a ser um bom meio de conseguir obter algumas receitas. A 21 de janeiro estava previsto um «Espetáculo em Benefício», que consistia em teatro de amadores, no Teatro Príncipe. O produto desta récita destinava-se aos cofres da Associação Artística Figueirense.

Esta associação, uma vez que se ocupava de fins tão elevados, como as aulas da sua escola, a aquisição de livros para a sua biblioteca, prestando um serviço de grande relevância ao operariado figueirense, frequentemente sofreu da falta de meios para cumprir tão elevada missão. Como as receitas iam sendo cada vez mais insuficientes, esta via-se na obrigação de requerer auxílio público. No início de abril de 1906, *A Voz da Justiça* publica um editorial que denuncia os dias difíceis que estavam a ser vividos pela Associação Artística Figueirense.

“A Associação Artística não vive vida fácil, mas vae vivendo com a sua razoável biblioteca, pelas suas boas tradições, pelos serviços que presta aos associados e, ainda e sobretudo, repetimos, pela dedicação d'alguns. [...] Na Figueira há associações de mais. É observar como se encontram sempre as mesmas pessoas sacrificadas na gerência ou direções de varias [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 352, 1 de abril de 1906, p. 1)

A questão de existirem demasiadas associações de classe na Figueira era um assunto que surgiu por diversas vezes em foque nas páginas deste jornal. Constatámos, também, que eram quase sempre as mesmas pessoas que aceitavam estar à frente dos destinos das coletividades. O jornal, *A Voz da Justiça*, defende uma estratégia que considera importante para a sobrevivência do movimento associativo na Figueira: que todas as profissões se associassem na Associação Artística, pois a união faria a força, podendo assim ter uma ação com mais impacto.

No 10º aniversário desta associação, a 8 de abril de 1906, o jornal *A Voz da Justiça* faz dessa efeméride o seu editorial, defendendo nesse texto a continuidade desta benemérita associação:

“A Associação Artística precisa de viver, porque desempenha um papel importante no meio social da Figueira. Não porque ofereça aos seus associados distrações que outras congêneres proporcionam, mas porque sustenta escolas onde o operário e seus filhos podem e devem aprender a ler. Tem a associação no seu seio homens capazes de muitos sacrifícios para lhe abrir o caminho de larga prosperidade. Contem esses homens com ele”. (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 352, 8 de abril de 1906, p. 1).

No editorial desse jornal, também era dada ênfase ao sacrifício pessoal do professor da escola, Francisco Martins Cardoso, que com grande motivação, trabalhava em prol da «santa causa da instrução». O professor, tomando da palavra agradeceu aos alunos que submeteu a exame em junho do ano anterior, e pela consideração com que os professores oficiais Adriano Rodrigues de Almeida e Augusto Goltz de Carvalho se associaram a esta ação. Também agradece ao subinspetor escolar Luiz Henrique d’Almeida pelo auxílio que havia prestado à causa da instrução popular, recebendo estes alunos que frequentavam uma escola «marginal» às escolas oficiais, para a realização de exames, junto com os outros alunos. Esta associação, como outras do concelho, eram de índole benemérita, na medida em que visavam combater o mal de que enfermava o país: o analfabetismo. Esta associação, distinguia-se das demais porque preparava alunos para exame e até esta altura já tinha contado com 16 aprovações em provas públicas, nas quais ficou provada a qualidade do ensino e das aprendizagens nesta escola popular.

Nesse ano letivo, de 1905-06, esta escola pode contar com a matrícula de 40 alunos, embora em abril de 1906, só frequentavam as aulas 35 alunos: 12 da 1ª classe e 3 de 2ª, a cargo do ajudante Carlos Baptista: 16 de 3ª classe, e 4 de 4ª classe a cargo do professor, Francisco Cardoso. Os alunos da 4ª classe eram considerados uma «categoria superior», sendo louvados pelo seu professor devido ao seu empenho e gosto pelo estudo. O combate ao analfabetismo era um móbil destes homens que tinham as suas profissões, que dispunham do seu tempo pessoal e da atenção que poderiam dispensar às suas famílias, para acabar com esta «chaga social».

Em outubro de 1906 reabriram tal como nos anos anteriores. Em abril de 1907, o jornal *A Voz da Justiça* associa-se à comemoração do 11º aniversário da Associação Artística Figueirense. Também como nos anos anteriores, era aproveitada esta celebração para distribuir os prémios aos alunos mais distintos nas aulas, realizando um sarau literário-dançante, bem como uma cerimónia na qual tomavam posse os novos corpos gerentes.

O articulista refere que na Figueira só existiam duas associações de Instrução Popular que podiam, efetivamente, ser consideradas como tal: A Associação de Instrução Popular e a Associação Artística, que ademais possuía uma biblioteca. Esta visão poderá estar influenciada por simpatias, tanto mais que se sabe que havia uma ligação forte entre os dirigentes de ambas associações com a Loja Fernandes Tomás, que na retaguarda

criava os seus «braços armados» na concretização desta luta a favor do operariado. A propaganda pela instrução do operariado difundia nos periódicos e outras publicações a ideia de que a educação da classe operária contribuía para a formação espiritual do operariado e permite-lhe que sejam alcançadas as aspirações sociais. A ideia de que só pela instrução o operariado poderia conseguir alcançar as suas reivindicações, e estar consciente dos seus direitos e deveres, era um dos temas mais tratados neste jornal de pendor republicano.

A 7 de abril de 1908, *A Voz da Justiça* associa-se, como habitualmente, ao aniversário da Associação Artística. Nesse ano a sessão solene desta associação de instrução e recreio foi presidida por José Neto Rocha e o conferencista foi Carlos Borges que era advogado. Da cerimónia fizeram parte, a entrega de prémios aos melhores alunos e baile. Tal como nos anos anteriores, foram lidos cartões de felicitações enviados por várias entidades, que demonstram a estima que esta associação merecia neste meio.

Carlos Borges, conferencista convidado da cerimónia, realizou uma palestra a qual versaria sobre o tema, inevitável, da instrução. Dissertou sobre a educação, desde os tempos mais remotos, chegou ao estado da instrução em Portugal, tendo constatado do seu atraso, e do pouco interesse que os governantes haviam votado a esse tema. O distinto advogado incitou, com o seu discurso, à perfeição educativa que constitui, a seu ver, um nervo moral das raças. O orador dirigia-se aos pais e professores aconselhando-os a dispensar toda atenção à educação das crianças, estimulando-lhes o seu amor ao estudo.

O professor da escola da Associação Artística, Francisco Martins Cardoso, tal como nos anos anteriores, fez o balanço do funcionamento das aulas nesse ano, colocando o enfoque no elevado êxito alcançado com esta ação. De seguida foram indicados os alunos merecedores de prémios relativos ao ano letivo de 1906-07: três alunos da 1ª classe; dois da 2ª classe; seis da 3ª classe, aos quais foram em seguida distribuídos livros e alguns objetos de escritório oferecidos por Elói do Amaral e Luís Henriques d'Almeida. Os prémios oferecidos aos melhores alunos foram livros e material escolar. Depois da sessão solene houve baile, que durou até de madrugada.

Em junho de 1908, *A Voz da Justiça*, notícia da intenção desta associação voltar a admitir sócios sem o pagamento de joia, por um período de um mês. Segue-se uma publicidade a esta associação, que necessitaria de aumentar o número dos seus associados: “A Associação Artística, temol-o dito muitas vezes, é uma das coletividades que mais relevantes serviços presta aos seus associados, proporcionando-lhes aulas d'instrução primaria, uma biblioteca razoavelmente organizada e salas de recreio”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, 5 de junho de 1908, p. 3)

No mesmo periódico, *A Voz da Justiça* de 2 de Abril de 1909, comemorava-se o 13º aniversário desta associação, com uma sessão solene que contaria com o discurso de um dos maiores paladinos figueirenses da República, um defensor da causa da instrução popular da cidade, José Gomes Cruz. Nesta cerimónia, como já era usual foram distribuídos os prémios aos melhores alunos. A 30 de julho desse ano, o mesmo jornal, referindo-se aos alunos da Associação Artística, passa a fazer referência aos que foram aprovados em exame.¹⁵⁵

Os alunos foram submetidos a exame do 1º grau, obtiveram plena aprovação, entre eles contam-se os seguintes: Alfredo Martins d'Oliveira, Francisco Pereira, José Santiago, Lino Martins Cardoso e Maria Santiago. Repare-se que, normalmente os alunos eram do sexo masculino, mas neste ano, já nos aparece referenciado o nome de uma rapariga. Este facto denuncia um combate ao preconceito, que até então havia, de deixar ir as filhas à escola. Parece-nos que as mentalidades estavam a alterar-se, embora lentamente. O jornal elogiava o esforço dos alunos que frequentavam esta escola e que se submetiam a exame, dado que frequentavam duas horas diárias de aulas e ficavam aprovados em exames, juntamente com alunos que frequentavam a escola durante o dia, com outras condições, o que revelava que estes sabiam aproveitar bem as horas de trabalho e bem assim, acrescente-se o empenho e dedicação do professor Francisco Martins Cardoso a esta causa.

O florescimento desta associação era inegável, a 31 de Agosto de 1909, quando *A Voz da Justiça* dá conta do alargamento do espaço ocupado até então, pela Associação Artística, na sua habitual sede:

“Vão-se acentuando a pouco e pouco os progressos d'esta prestimosa agremiação, cujo fim é, exclusivamente, recrear e instruir os seus associados e os filhos d'estes.

Funcionando há tempo n'uma parte do 1º andar da casa da sua sede, acaba de o tomar todo, alargando assim a sua instalação, satisfazendo as necessidades que o seu desenvolvimento reclamava”. (*A Voz da Justiça*, Ano 8º, 31 de agosto de 1909, p. 1)

Na sequência da informação anterior, o jornal *A Voz da Justiça* informa que está aberta a matrícula para as suas aulas de instrução primária, acrescentando que estas foram muito concorridas durante o inverno. Uma ideia recorrente nesta notícia, é a ideia de que a falta de instrução era a causa do atraso da nossa pátria, era um dos argumentos mais utilizados para a propaganda da instrução, tanto nos periódicos, como em conferências e discursos. O jornal insiste com duas questões retóricas:

¹⁵⁵ Recorde-se que esta associação tinha a vantagem de preparar os alunos para a realização de exames do 1º e 2º graus da instrução primária.

“Porque não frequentar a escola? Porque não aprender, ao menos, a ler e escrever corretamente? Pois a Associação Artística sustenta ahí duas aulas, e d’ambas tem resultado um trabalho precioso que só sabe avaliar que, por momentos, atenta nas circunstancias que se vive n’este paiz de analfabetos, de imbecis, de cretinos. [...] Mandem-n’os ás escolas. Vigiem n’elas a sua frequência. Procurem informar-se sempre do aproveitamento das suas lições. Façam-m’os cidadãos! Façam-n’os homens!” (*A Voz da Justiça*, Ano 8º, 31 de agosto de 1909, p. 1)

O mesmo jornal, não se desviando dos seus princípios e propósitos, utiliza uma linguagem panfletária, mas que se insere na missão que se tinha envolvido: a instrução popular, pedra de toque e bandeira de todo o seu discurso.

A 18 de março de 1910 e 5 de Abril de 1910, *A Voz da Justiça* anuncia, desta vez a passagem do 14º aniversário da Associação Artística. Como habitualmente seriam distribuídos prémios pelos alunos das duas turmas e uma palestra do ilustre republicano figueirense, Dr. Manuel Gaspar de Lemos. A festa realizou-se a 5 de abril de 1910 e a cerimónia foi presidida pela distinta professora Amélia Brás, que o próprio Manuel Gaspar de Lemos elogia, por ter sido a sua mestra, aquela que o ensinou a ler e escrever. A figura do professor, como podemos verificar, era bastante acarinhada e conferia bastante prestígio a quem desempenhava este ofício. Nesta altura, quem detinha saber, era visto como alguém com poder no meio onde vivia, era-lhe reconhecido mérito e autoridade. Indubitavelmente, essas pessoas mais cultas eram vistas como um exemplo a seguir.

A professora, Amélia Brás, convidada especial desta sessão evidenciou no seu discurso o bom aproveitamento dos alunos, felicitando-os e lembrando-lhes o serviço que ficavam a dever à Associação Artística. E aos pais solicitou o cumprimento do seu dever paternal: de mandarem todos os dias os filhos á escola. Teve ainda palavras de grande elogio relativamente ao trabalho dos professores da escola. Nesta cerimónia, os prémios foram atribuídos pela esposa do professor da escola, Jesuína Martins Cardoso. Estes constaram de livros e pequenas quantias em dinheiro oferecidos pela direção e por um sócio(a) que desejavam ocultar a sua identidade. Nestas alturas, era determinante a importância do apoio dado a esta causa pelos beneméritos locais. Transcreve-se, de seguida, uma parte do discurso da professora Amélia Brás:

“[...] Meninos, nunca esqueçaes este dia, que será um dos mais belos da vossa vida! Lembrae-vos sempre com amor e reconhecimento da Associação que vol-o proporcionou e sêde gratos para com quem verdadeiramente o devaveis - os vossos professores; porque não há nada que mais encha o coração d’estes obreiros do intelêto do que reconhecer que não foram esquecidas por aqueles a quem deram a base da instrução. [...] Lembrae-vos que os mestres, são como diz o grande educador João de Deus, são os paes da instrução”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 706, 31 de agosto de 1909, p. 1)

Todas estas festividades eram, sempre, ocasiões de propaganda republicana à instrução. Assim, aquando da comemoração do 14º aniversário da Associação Artística

Figueirense, Manuel Gaspar de Lemos foi convidado a orar neste evento, o tema não podia ser outro senão, a necessidade de instrução, em especial na Figueira:

“Uma escola completa não cabe ainda na Figueira. Lá iremos, lá iremos se soubermos caminhar, se todos nos empenharmos em seguir este caminho. A nossa escola é e tem de ser uma simples escola noturna, para rapazes que trabalhem de dia e que querem do ensino tirar rapidamente, imediatamente, quasi improvisar alguma coisa util e de pratico. É preciso pensar que a escola deve apenas satisfazer as necessidades, atuando dando aos trabalhadores os elementos necessários para o exercício inteligente da sua futura profissão e preparar o desenvolvimento das profissões que existem ou podem existir aqui e sujeitar-nos às condições em que este ensino se pode dar”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº. 770, 12 de abril de 1910, p. 1).

Manuel Gaspar de Lemos defende, que para as classes populares, nada melhor do que este ensino noturno. Por um lado, a formação destes torna-se mais rápida e por outro deveria assumir um carácter mais prático, preparando esses alunos para uma profissão. No sentido de tornar mais prático o ensino, nesse mesmo número de jornal, anuncia-se “Uma boa noticia”, que se prendia com a visita de artífices a esta associação, a fim de ministrarem aulas de carácter mais prático aos alunos da escola desta associação¹⁵⁶.

Em meados de abril de 1910, a Associação Artística volta a anunciar no jornal, *A Voz da Justiça* da intenção de abrir a inscrição de sócios, sem pagamento de joia. A restante informação assemelha-se ao que já fora noticiado noutras ocasiões. De seguida, elogia-se a situação atual desta associação, referindo-se que esta possui grandes atrativos, para além de estar nesta altura, bem instalada, possui meios para que os seus associados se pudessem instruir, educar e recrear, sendo vista como a instituição que melhor podia satisfazer as aspirações do operariado figueirense.

Devido à necessidade de continuar a formar os alunos para que um dia pudessem ter um bom futuro a nível profissional, como operários ou artífices, esta e outras associações irão reunir-se a fim de criar condições e iniciar, aquilo que *A Voz da Justiça* designou por «Escolas-Oficinas». Esta associação propunha solicitar a instâncias oficiais para que a escola industrial passasse a ter oficinas, para as quais a Associação Artística se dispunha a dar todo o seu apoio. Era, assim, uma forma de dar continuidade aos estudos iniciados pelos alunos na escola da Associação Artística.

A 7 de junho de 1910, *A Voz da Justiça*, informa na sua primeira página, com o título «Ensino profissional», de uma espécie de manifesto, que vem ao encontro do que tinha sido noticiado anteriormente, e que se prendia com a intenção de instalar escolas-oficinas na Escola Industrial. A ideia de criar artífices qualificados era uma ambição dos dirigentes desta associação. Com a intenção de dar forma a este projeto de ensino, de índole profissional, *A Voz da Justiça* de 5 de Novembro de 1910 sob o título «Escolas-

¹⁵⁶ Ver em **Apêndice V** – Conferências na Associação Artística. (Cf. p. IX).

Oficinas», dá a conhecer aos leitores uma «Iniciativa Louvável». Noticiava-se nesse jornal que no próximo sábado se iria realizar na sede da Associação de Instrução Artística uma grande reunião pública, que iria ocorrer às 8 horas da noite, sendo convidado o operariado Figueirense e representantes das Associações dos Carpinteiros, Pedreiros, Caixeiros, de Instrução Popular, Comercial e Comissão Administrativa, para ser lido e assinado um documento a enviar ao Ministro do Fomento solicitando que à Escola Industrial Bernardino Machado da cidade da Figueira da Foz fossem anexadas escolas-oficinas e aulas de comércio. Estaria aqui, a origem da futura Escola Industrial e Comercial da Figueira da Foz. A tradição já existia nesta cidade, pois havia vários anos que a Associação dos Caixeiros alimentava aulas ligadas ao comércio e a Associação Artística, mantinha aulas no âmbito do trabalho industrial.

Essa reunião aconteceu e foi noticiada n' *A Voz da Justiça*, a 22 de novembro de 1910 com o artigo intitulado «A favor das classes trabalhadoras». Nela foi redigido um documento que foi enviado ao Governo Provisório da República no qual se dizia o seguinte:

“A Figueira reclama dos poderes públicos: escolas-oficinas, aulas de desenho arquitetónico; aulas de comercio anexas á Escola Industrial e instalação d'esta em edificio próprio. [...] Apontando as deficiências da escola “Bernardino Machado”, tal como está, e pedindo consequentemente o seu melhoramento, não para torná-la desde já uma escola industrial perfeita e completa, mas tão somente para pôr em concorrência com as necessidades atuaes, melhoramento consistindo em: Instalação da escola em edificio apropriado; Creação de aulas de comercio; da aula de desenho arquitetónico; e das oficinas mais necessárias. [...] Saude e fraternidade Figueira da Foz, 19 de novembro de 1910”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 834, 22 de novembro de 1910, p. 1)

Estas eram as aspirações dos trabalhadores da Figueira, representados pelas associações das diversas classes e acompanhados pela Comissão Administrativa Municipal, pela Associação de Instrução Popular e pela Associação Comercial, que desejavam ver satisfeitas pelo novo poder político instituído. Este documento demonstra a vitalidade e união das associações da Figueira, em torno de uma ambição, que julgavam exequível, que passava pela criação de uma escola equipada com oficinas e que ministrasse aulas no âmbito de comércio e desenho arquitetónico. Colocava-se o enfoque, numa formação técnica e que desse resposta às necessidades dessa época, tanto no mundo comercial, como industrial.

A vitalidade desta associação continua a ser demonstrada, pela abertura anual das duas aulas da sua escola, assim como a manutenção de uma biblioteca que proporciona aos seus sócios a leitura de livros e de jornais, além de outros motivos para a sua distração.

A nossa pesquisa do jornal *A Voz da Justiça* denotou uma vitalidade e dinamismo, muito satisfatório, no seio da Associação de Instrução Artística. O esforço final, que a associação, realizou, no sentido de criar aulas de formação mais especializada, tanto no

campo comercial, como industrial, denotam uma preocupação com o futuro e o caminho para o progresso, há muito almejado por estes homens.

Segundo Cascão (2009, p. 342), em 1914, havia queixas de que os sócios tinham votado ao abandono esta associação. Este autor, não conseguiu apurar a data de extinção da Associação Artística mas o certo é que já não existia em 1922.

2.1.6. A Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria

A Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria, mais conhecida por Associação dos Caixeiros Figueirenses foi, definitivamente, inaugurada em 2 de Abril de 1899.

Este grupo profissional era muito representativo na cidade da Figueira da Foz uma vez que, nessa altura, o comércio começou a ter um grande impulso, mercê da procura que a praia tinha na época balnear. Este prosperou, tanto na baixa da cidade, onde residiam os da terra, como no Bairro Novo, onde se alojavam os banhistas. A classe dos empregados do comércio, vulgarmente apelidados de «caixeiros», era então bastante numerosa, o que terá levado, a que por esta altura tivessem criado uma associação de classe, para defender os seus direitos. No hiato de tempo, por nós estudado, foi recorrente a menção nos jornais locais, da questão referente aos dias de trabalho, sendo que, até então, os caixeiros trabalhavam ao domingo e dias santos. Os periódicos da terra batiam-se a favor do descanso semanal destes profissionais do comércio.

A criação desta agremiação dos caixeiros locais, tinha subjacente um leque de objetivos de ordem recreativa, instrutiva, mutualista profissional. Os principais objetivos desta agremiação passavam por pugnar pelos interesses da «classe em geral»; criar aulas para ministrar a instrução dos associados; dar proteção e auxílio aos marçanos; promover palestras instrutivas e reuniões de recreio para os sócios e respetivas famílias; criar uma biblioteca e um gabinete de leitura¹⁵⁷.

Segundo Cascão (2009) a sede inicial da Associação dos Caixeiros foi inaugurada na Praça Nova, em 21 de Abril de 1913, transferindo-se para uma das várias dependências da Casa do Paço. De acordo com o mesmo autor, a Associação Instrutiva dos Empregados de Comércio e Indústria dispôs de periódicos próprios, em 1903 a 1 de Novembro, saiu um número único do jornal *Desaffonta. Homenagem aos Caixeiros Figueirenses*. Anos mais tarde surge outra publicação desta associação de classe, *O Futuro*, com o subtítulo:

¹⁵⁷ Quando nos referimos aos principais objetivos desta associação, foi dada ênfase aos que têm uma relação mais estreita com o nosso objeto de estudo: escolas, instrução, bibliotecas e conferências.

Quinzenário Defensor do Caixeirato e do Proletário em Geral. O seu primeiro número saiu a 15 de Novembro de 1909 e o último em 1 de Maio de 1910. Portanto, podemos referir que teve uma vida curta, mas enquanto foi publicado servia para dar voz aos interesses e reivindicações desta classe. Muito embora, segundo Cascão não fosse a orientação ideológica da maioria dos empregados do comércio e indústria, a verdade é que alguns conheciam a ideologia Marxista (Cascão 2009, p. 329) batendo-se contra o patronato e o capital e definindo bem os seus interesses e motivações.

2.1.6.1. As matrículas e as aulas

Indo ao encontro dos seus objetivos iniciais, que passavam pela criação de aulas para a instrução dos seus sócios, esta associação criou em outubro de 1900, “três cursos nocturnos destinados aos seus membros: Aritmética, Francês e Escrituração Comercial. [...] Estas começaram a funcionar a 19 de Novembro desse ano”. (Cascão, 2009, p. 330)

Porém, o número de inscritos seria pequeno. E admitia-se que “Na classe dos Caixeiros, por exemplo, existe uma verdadeira negação por tudo o que seja instrução. Nas bibliotecas das associações da Figueira a concorrência é relativamente pequena [...]”. (Cascão, 2009, p. 329)

Também fomos encontrar inúmeras referências a esta associação, no jornal *A Voz da Justiça*. A 30 de novembro de 1902, uma notícia sobre «A Associação Instructiva dos Empregados de Commercio e Industria», faz amplamente referência à questão do encerramento das lojas aos domingos e «dias santificados». Argumentava-se que:

“Na idade em que geralmente os empregados do commercio e industria estão nos estabelecimentos – dos catorze aos vinte e cinco anos – o repouso é mais do que nunca indispensável, porque é n’esse período a melhor fase de desenvolvimento do homem. É então que se completa o desenvolvimento psysico e que pode e deve ter logar a reduzida educação moral e intellectual dos pobres rapazes que seguem esta profissão e que em geral mal sabem ler e escrever”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 30, 30 de novembro de 1902, p. 2)

Os argumentos baseiam-se na necessidade que estes jovens têm de exercitar o corpo¹⁵⁸ e desenvolver o intellecto, pela instrução. Considerava-se que era muito negativo para o seu desenvolvimento físico, e para a saúde intelectual, ter uma vida muito sedentária, estando confinada a muitas horas no espaço limitado de um balcão. Era defendido que estes profissionais tivessem uma folga semanal para se pudessem exercitar e instruir. O argumento maior, defendido por este jornal, passava pela possibilidade destes jovens terem

¹⁵⁸ Defendendo a prática de desporto, uma ideia inovadora para a época.

algum tempo livre, para se instruírem: “[...] os caixeiros da Figueira [...] devem antes concretisar todos os seus esforços na luta pela instrucção e pelo incremento da sua sympathica associação [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 30, 30 de novembro de 1902, p. 2)

A Voz da Justiça de 8 de março de 1903 publica uma notícia intitulada: «Associação dos Caixeiros», que se refere ao facto de as aulas de aritmética, “escrituração” e francês, terem continuado a funcionar regularmente com bastante aproveitamento. Com efeito, parece-nos que estas disciplinas seriam muito úteis a este tipo de profissionais. Aritmética, para a realização de contas; “escrituração” para proceder à escrita e contabilidade da loja e francês, para poderem dialogar com os estrangeiros que visitavam a cidade.

Havia, da parte do jornal *AVJ* a preocupação “[...] que os estabelecimentos não fechem mais cedo para as lições não se prolongarem pela noite adiante”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 44, 8 de março de 1903, p. 2)

O mesmo jornal, a 22 de março de 1903, publica novamente uma notícia sobre as indicações da Associação de Classe dos Empregados Comerciais e Industriais para elaboração de um projeto de lei que regule o descanso semanal e horas de serviço dos empregados do comércio e indústria. Sinal que o assunto ainda não se tinha resolvido e pretendiam-se reunir esforços no sentido de legislar esta situação.

A 23 de Outubro de 1904, *A Voz da Justiça* divulga, novamente, o início das aulas desta associação. Os interessados podiam inscrever-se na secretaria da Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria na cidade da Figueira da Foz. As inscrições em Escrituração Comercial, Aritmética, Francês e, neste ano também, Música, mantinham-se abertas, até dia 14 de novembro e podiam ser feitas nos dias úteis, das 7 às 11 horas da noite e nos dias santos, das 4 horas da tarde às 11 da noite. Previa-se que estas comesçassem a funcionar em breve e apelava-se para que fossem aproveitadas pelos sócios daquela agremiação.

A Voz da Justiça, não perdia a oportunidade de elogiar a ação desta associação em prol da instrução, louvando a sua iniciativa apelando aos associados para que estes frequentassem as suas aulas, conferindo assim um carácter instrutivo à mesma, justificando, assim, a sua utilidade e existência.

Pela notícia, que nos surge a 3 de Novembro de 1904 no mesmo jornal, podemos concluir que não se terão inscrito muitos alunos até aquele momento. O jornal lembrava os seus leitores de que as matrículas continuavam abertas:

“Lembramos mais uma vez que na secretaria d’esta sympathica agremiação está aberta a matrícula das aulas de escripturação comercial, aritmética, francez e

musica, que brevemente começarão ali a funcionar e que prestarão um excelente serviço aos sócios, desde que saibam aproveitar convenientemente o ensino d'aquellas disciplinas. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 209, 13 de novembro de 1904, p. 1)

No dia 16 de novembro de 1904, pelas 9 horas da noite, as aulas da Associação dos Empregados do Comércio e Indústria começaram a funcionar estando matriculados 12 alunos em Escrituração Comercial, que funcionava às segundas e sábados; 7 alunos em Aritmética, cujas aulas iriam decorrer às segundas e sextas; 8 alunos na disciplina de Francês às terças e quintas e 14 alunos a Música, que decorreriam às segundas e sextas.

Aulas na Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria								
1904		Novembro	Seg.	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Disciplinas	Escrituração	12 alunos				12 alunos		
	Aritmética	7 alunos				7 alunos		
	Francês	8 alunos				8 alunos		
	Música	14 alunos				14 alunos		

Quadro 2 - Distribuição dos alunos da Associação Comercial e Industrial da Figueira «Associação dos Caixeiros» pelas disciplinas, que funcionavam duas vezes por semana, cada. Adap. da Fonte (*A Voz da Justiça*, Ano 3º, nº 210, 17 de novembro de 1904, p. 3).

No ano seguinte, *A Voz da Justiça* volta a anunciar as matrículas para as aulas desta associação, a 22 de outubro de 1905. Informa os seus leitores de que esta coletividade já tinha aberto as suas matrículas, para as aulas de Aritmética, Escrituração Comercial e Francês e que estas decorriam na associação das 8 às 11 da noite. Estas disciplinas já tinham funcionado nos anos anteriores, com aproveitamento para os alunos que as frequentaram.

A Voz da Justiça, edição após edição, dedicava parte das suas páginas a fazer o «apostolado» da instrução, sensibilizando patrões e empregados para os benefícios que poderiam advir da frequência as aulas desta associação, apelando para que fossem sensíveis a este dever social. Reforça-se a questão dos patrões possibilitarem, aos seus empregados, a frequência destas aulas e que os associados aproveitassem esta oportunidade para se instruírem.

Todos os anos, por alturas de outubro/ novembro, o mesmo periódico anunciava as matrículas nas disciplinas que eram facultadas pela denominada Associação «dos

Caixeiros». O número de disciplinas a funcionar nesta associação variou ao longo dos anos. No ano de 1908, a inscrição só se fazia a duas disciplinas: Aritmética e Escrituração Comercial, tendo ficado pela retaguarda outras duas disciplinas, em tempos lecionadas nesta agremiação: Música e Francês. No ano de 1910, o periódico *A Voz da Justiça*, volta a anunciar a abertura das aulas na Associação «dos Caixeiros» no dia 30 de outubro, pelas cinco horas da tarde, sendo que nesse ano a primeira aula foi complementada com uma palestra do Dr. José Gomes Cruz.

2.1.6.2. As Conferências

Nos últimos anos que precederam a proclamação da República, diversas personalidades do meio figueirense desdobravam-se numa propaganda intensiva, quer em artigos para jornais, quer em discursos e conferências, revelando uma persistência admirável e uma extraordinária resistência cívica. A esperança de que a revolução estaria eminente, dava-lhes a necessária coragem. Todas as semanas, as mesmas personalidades eram convidadas para uma sessão solene, uma inauguração, um discurso nos mais diversos locais do concelho. As fileiras cerravam-se por um objetivo comum e que já se vislumbrava no horizonte: a tão almejada República.

Havia como que um pacto entre estas personagens e os periódicos que serviam a sua causa. Onde iam, eram seguidos por repórteres que na próxima oportunidade publicavam um artigo, de preferência na primeira página, onde se descrevia exaustivamente o teor da comunicação¹⁵⁹. A propaganda estava na ordem do dia. Como tal, *A Voz da Justiça* de 17 de novembro de 1908, noticia a realização de uma conferência na Associação «dos Caixeiros», pelo Dr. António Fontes. Pelo que aparece descrito nesse jornal, toda a mensagem foi uma exaltação do valor da instrução e uma propaganda em relação à ação educativa levada a cabo por esta associação, que ousava instruir longe dos cânones jesuíticos e dogmáticos, defendendo um ensino experimental, inovador para a época, segundo o jornal. Assim:

“Diz que é necessário instruir; mas para fazer homens é preciso que essa instrução seja expurgada do espírito Jesuítico e siga uma orientação científica moderna. N’esta altura analisa o que tem sido o ensino jesuítico [...] faz a apologia d’um método experimental em confronto com o método atrás referido”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 625, 17 de novembro de 1908, p. 2)

¹⁵⁹ Ver **Apêndice VI** – Quadro síntese das conferências proferidas na Associação Instrutiva dos empregados do Comércio e Indústria, vulgo «Associação dos Caixeiros». (Cf. p. X).

O mesmo palestrante faz um apelo aos patrões e empregados do comércio para que assiduamente frequentem estes cursos e pede à direção que não desista do caminho iniciado, sugerindo a abertura de cursos de geometria e de álgebra.

A *Voz da Justiça* de 13 de abril de 1909 de faz notícia da festa do 11º aniversário da associação, que tinha ocorrido a 11 desse mês, a qual foi abrilhantada com uma conferência do Dr. Manuel Gaspar de Lemos (1874-1967), tendo sido um dos mais combativos propagandistas da República e por esta altura já iniciado na Loja Fernandes Tomás¹⁶⁰. A cerimónia teve início à uma hora da tarde, ao domingo e o tema da sua conferência prendeu-se com o papel da mulher na sociedade. De facto, ventos de mudança sopravam na mentalidade, em especial, dos mais esclarecidos e instruídos. Manuel Gaspar de Lemos envereda por um tema, demasiado sensível, nesta sociedade que se mantinha, até então, verdadeiramente patriarcal. Mas, podemos ver que não arriscou muito no seu discurso, não sabemos se foi por não querer, assumindo que não seria entendido, ou de outro modo, não defenderia ele um igualdade plena entre homens e mulheres. O palestrante assumia que:

“A mulher tem uma grande influencia social, o seu papel na vida é tão importante como o do homem. Não quer com isto dizer que a mulher deva ser igual ao homem. [...] Quer a mulher bem mulher, quer a mulher igualdade, sim, mas apenas a igualdade jurídica, a igualdade de direitos, mas não a igualdade em tudo e por tudo”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 666, 13 de abril de 1909, p. 1)

Era assim que funcionava a propaganda republicana pela instrução das camadas populares, numa relação íntima entre as associações, os professores, os conferencistas e os jornais, que logo difundiam junto de um público mais vasto toda a informação que era possível

A 2 de novembro de 1909, o nosso jornal de referência, *A Voz da Justiça*, noticia a conferência na Associação «dos Caixeiros» por Carlos Borges, cujo tema se insere no âmbito dos interesses profissionais desta classe: «O comércio como fator de civilização». Essa conferência decorreu no domingo subsequente, pelas 7 e meia da noite e não trouxe nenhuma novidade de conteúdo, uma vez que incitou, mais uma vez, para que os caixeiros, patrões ou empregados se instruissem, uma vez que as disciplinas ministradas nesta associação eram consideradas indispensáveis à sua carreira profissional.

A 1 de novembro do ano seguinte, o jornal *A Voz da Justiça* dá conta da abertura das aulas na Associação «dos Caixeiros» e da palestra proferida pelo Dr. José Gomes Cruz, médico, cujo tema era a instrução e educação cívica. No seguimento do seu trabalho propagandístico a favor da instrução, levada a cabo por si e muitos outros correligionários,

¹⁶⁰ Teve uma incursão notável na Maçonaria local. Foi iniciado em 22 de fevereiro de 1909 no triângulo de Tavarede, nº 109, com o nome simbólico de *Voltaire*, transitando nesse mesmo ano, a 18 de março, para a Loja Fernandes Tomás, na Figueira da Foz a 18 de março de 1909.

José Gomes Cruz, volta a defender os benefícios da instrução, em especial das classes populares:

“Ora todo o cidadão deve estudar e educar-se, mas para que o seu espírito possa evoluir e para que a sua razão atinja a compreensão dos seus direitos e dos seus deveres, para que possa, enfim, formar o caráter, é preciso que todos dediquem ao estudo e ao trabalho o seu melhor esforço”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº 828, 1 de novembro de 1910, p. 2)

O seu discurso não constituía novidade, uma vez que há vários anos, este e outros timoneiros da República e da instrução popular, se entregaram a esta missão de propaganda, que começava a ter alguns reflexos neste meio.

A Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, teve uma ação educativa de algum relevo, no período que antecedeu a implantação da República e que precedeu esse marco da História Portuguesa. Deste modo criou cursos com aulas adequadas à sua profissão, conferências, criando e ampliando uma biblioteca, tendo certa a ideia que a leitura era um fator importante para a sua formação, enquanto classe.

2.1.7. Associação dos Carpinteiros Civis Figueirenses

O ano de 1900 foi bastante dinâmico em termos de criação de associações de classe, na cidade da Figueira da Foz. A primeira a ser criada foi a dos carpinteiros civis, que se formou no dia 19 de março desse ano, sendo este o dia de S. José, patrono deste grupo profissional. A sua sede localizava-se na Rua da Lomba, nº 7. Nesse mesmo ano formavam-se as associações dos tanoeiros e dos pedreiros. Segundo Cascão (2009, p. 325), “ De todas elas só a Associação de Classe dos Carpinteiros Civis Figueirenses, com estatutos aprovados por Alvará de 28 de Março de 1901, teve uma vida relativamente longa e uma atividade bastante intensa, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político”. Ainda, de acordo com o mesmo autor: “O fim social desta associação, tal como o das suas congéneres, era muito vago: o estudo e a defesa dos interesses comuns aos associados”. (Cascão, 2009, p.325)

Os seus fins aparecem mais clarificados nos seus Estatutos, publicados em 1907, onde nos são referidos os propósitos desta associação:

“Cap. I, Organização e fins:

Art. 1º É constituída na cidade da Figueira da Foz em harmonia com as prescrições da lei, uma associação de classe que terá por título «Associação de Classe dos Carpinteiros Civis Figueirenses» e que tem por fim o estudo e a defesa dos interesses económicos comuns aos associados cuja sede será na mesma cidade da Figueira da Foz. [...]

Art.3º A Associação poderá nos termos da legislação vigente: [...]
2º Criar uma aula primaria para a instrução dos sócios; [...]
5º Promover realizar conferencias e palestras sobre assumptos económicos e profissionais;
6º Acompanhar ou promover todos os trabalhos ao nível moral a que todas as classes productoras teem jus". (*Estatutos da Associação de Classe dos Carpinteiros Cívis Figueirenses*, 1907).

Por outro lado também se previa que essa associação tivesse um cunho mutualista, promovendo a fixação de salários aos associados e a sua colocação sempre que estivessem em situação de desemprego e previa a criação de uma cooperativa de consumo.



Figura 16 - *Estatutos da Associação de Classe dos Carpinteiros Cívis Figueirenses*. (1907). Figueira: Imprensa Lusitana. (Cedência de imagem da BMFF)

A fim de dar cumprimento à consecução do ponto 2º dos seus estatutos, “Criar uma aula primaria para a instrução dos sócios”; esta associação dava conta em *A Voz da Justiça* de 11 de Janeiro de 1903 que ia abrir um «Curso Normal [Pela] *Cartilha Maternal*», veja-se a notícia: “Hoje não menos jubilo, sentimos em dar aos nossos leitores uma notícia, banal na apparencia, mas de grande significação por quanto indica quanto se vae radicando até no coração do povo o desejo de progresso”. (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 36, 11 de janeiro de 1903, p. 2)

2.1.7.1. As matrículas, as aulas e as sessões solenes

A Associação dos Carpinteiros Cívis Figueirenses contactou José Trigueiros Martel Sampaio, antigo professor das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, para que este cedesse uma hora diária para a explicação do método a indivíduos da associação, com o objetivo destes o aprenderem para o ensinarem a alunos. O professor demonstrou a sua disponibilidade, o que levou o Jornal *A Voz da Justiça* a congratular-se com tal facto.

Nesta vaga «alfabetizadora» das classes populares, o método de eleição mais propagandeado na época era o de João de Deus, ou seja a *Cartilha Maternal*, tão em voga nesta altura, sendo alvo dos mais rasgados elogios. Havia necessidade de criar «monitores» deste método nesta cidade, para que esses conhecimentos fossem replicados nas aulas das

diversas associações que se interessavam por esta causa. O sonho comandava estes homens, que viam na instrução popular o «motor» para o progresso do nosso país. Neste quadro fazia-se a exortação ao trabalho destes homens em prol da instrução e logo, no combate ao crónico analfabetismo do país: “Mas assim é que é servir os interesses da nossa terra, assim fazendo desaparecer o analfabetismo e fazendo do seio da ignorância de hoje, brotar o valor cívico de amanhã. A’vante filhos da Figueira, A’vante!” (*A Voz da Justiça*, ano 1º, nº 36, 11 de janeiro de 1903, p. 2)

No ano de 1903 as aulas nesta associação iriam iniciaram-se a 11 de janeiro. Para além da criação da referida escola para os seus associados, esta agremiação criou a possibilidade dos seus sócios se instruírem e recrearem através da leitura de jornais e livros, que passavam a estar ao seu dispor.

A 29 de março de 1904, a Associação de Classe dos Carpinteiros realizou uma reunião operária, que de acordo com as informações recolhidas no mesmo periódico, terá sido muito concorrida. O professor da escola terá pedido aos carpinteiros que fossem solidários, que pagassem as suas quotas, podendo usufruir das benesses que esta associação colocava ao seu dispor. Tal como as demais associações, estaria a passar por dificuldades, devido ao não cumprimento dos associados, dificultando assim a sua sobrevivência.

Com o objetivo de proporcionar aos sócios a oportunidade de se instruírem, em especial nas áreas que tenham a ver com o seu ofício, a Associação dos Carpinteiros Civis planeou abrir uma aula de Geometria no ano de 1904, uma vez que esta era considerada de grande valor para a formação dos profissionais deste ofício. As lições eram dadas por sócios que tinham conhecimentos nessa área, ou seja, que se trata de uma instrução ministrada por pares, sendo os «professores» outros carpinteiros que possuíam melhores conhecimentos de geometria, que iriam ensinar aos seus colegas de profissão. As aulas, tal como noutras associações, eram gratuitas para os seus sócios. O jornal, *A Voz da Justiça*, inspirado nos ideais republicanos, perpassava a ideia que só pela instrução era possível atingir um reconhecimento e prestígio social. Pois: “Não lhe faltam escolas para isso. Se o não fizer fica-o a dever á propria consciência. Será bom que todos os carpinteiros aproveitem a ocasião de aprender, tanto mais que isso nada lhes custará”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 147, 10 de abril de 1904, p.1)

De abril a setembro, o jornal *A Voz da Justiça* continua a anunciar as aulas de geometria para os sócios da Associação dos Carpinteiros Civis. O facto, deste assunto ser recorrente nas páginas deste jornal, leva-nos a presumir que o número de inscrições deveria ser reduzido, até essa altura. A fim de atrair à sua sede mais associados, no dia 18 de setembro de 1904, o mesmo periódico anunciava que na próxima semana iria convocar os

seus associados a fim de os convidar a inscreverem-se nas aulas de geometria, mas também para lhes comunicar da construção de um pequeno palco para que pudessem realizar as suas representações. Acreditava-se que:

“O palco na Associação dos carpinteiros constitui um elemento que pode concorrer muito para o progredimento da associação e mais ainda para o desenvolvimento intelectual dos associados que nas horas d’ocio se dediquem á arte dramática, que todos reconhecem ser uma grande escola” (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 198, 6 de outubro de 1904, p. 1)

Com intenção de que a abertura dessas aulas, no dia 30 de outubro de 1904 fosse um ato solene, a associação desenvolvia esforços para que estivesse presente uma personalidade de renome nacional, e a escolha recaiu sobre Bernardino Machado, pessoa muito estimada e venerada nesta cidade, pelos seus seguidores republicanos. Finalmente, a aula de Geometria foi inaugurada em 30 de Outubro de 1904, com a presença de Bernardino Machado, relevante personalidade republicana a presidir à sessão, tendo esta revestido um carácter de grande solenidade. A sessão teve lugar, às 3 horas e meia da tarde, na sede daquela agremiação. As aulas, propriamente ditas iniciaram-se a 2 de novembro de 1904, e encontravam-se a frequentá-las 20 alunos, carpinteiros de profissão, sendo seu professor o sócio Augusto Martins Cardoso, que se ofereceu para a” ministrar o ensino aos seus companheiros, o que é muito de louvar”. (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 206, 3 de novembro de 1904, p. 3)

No ano seguinte, a associação debatia-se com o mesmo problema para angariar sócios e difundir a ideia de que a instrução é uma mais-valia para os operários. Assim, em Abril de 1905, a Associação dos Carpinteiros volta a utilizar a mesma estratégia para cativar sócios, abrindo a sua inscrição sem pagamento de joia. Também se colocava a questão da falta de assiduidade dos alunos a estas aulas, o que constituía um problema recorrente, tanto nesta como noutras escolas de associações locais. Por isso, a 12 de outubro de 1905, *A Voz da Justiça* informa da abertura da matrícula para a aula de desenho geométrico que iria funcionar durante esse inverno. Lamenta-se que os resultados no ano anterior não tenham sido os melhores, devido à falta de pontualidade e assiduidade dos alunos, bem como a sua manifesta falta de brio. A 15 de outubro e a 29 de outubro de 1905, o mesmo jornal informa que continua aberta a matrícula para uma aula de desenho, que segundo o mesmo jornal, o seu prazo terminaria no fim desse mês. Depreende-se que esta aula de desenho era a mesma que anteriormente era anunciada como aula de geometria.

No dia 19 de Março de 1906, esta associação comemorou mais uma sessão solene no seu 6º aniversário. *A Voz da Justiça* de 18 de março de 1906 dedicava um artigo inteiro a esta associação sob o título: «Os Carpinteiros e a sua festa». É elogiado o facto desta

associação de classe ter sido a primeira que surgiu na Figueira, assim como o interesse que as aulas ali ministradas tinham para os seus sócios.

Também esta associação dispunha de uma biblioteca, que embora modesta, possuía alguns livros com interesse para os seus sócios, constituindo um meio de ampliar os conhecimentos, tornando-os úteis para a vida. Esperavam-se bons resultados deste movimento associativo, constatando-se que a Associação de Carpinteiros era uma das agremiações de classe mais numerosa dessa cidade. A *Voz da Justiça* aproveitava a ocasião para fazer a sua usual propaganda pela instrução:

“O operário figueirense tem excelente tendência para o meio associativo, é certo, mas falta aos carpinteiros, como aos trabalhadores das outras classes, a educação necessária para se orientarem bem e saber mesmo resolver problemas de somenos importância que afetam as condições especiais do seu viver. Precisam de instruir-se, e ainda bem que muitos o compreendem já [...]. (A *Voz da Justiça*, ano 3º, nº 348, 18 de março de 1906, p. 2)

No ano seguinte, a 22 de março de 1907, A *Voz da Justiça* publica o discurso proferido na mesma associação, por altura da sessão solene do 7º aniversário da Associação de Classe dos Carpinteiros, é feita a propaganda da instrução popular, tão em voga por esta altura:

“O Sr. Joaquim Gaspar Martins [...] aponta a criminosa indiferença dos governos pela instrução das classes populares, lembra a conveniência de constituir na Figueira, uma única associação operaria; e acaba por incitar todos os trabalhadores ao estudo, pois só a instrução lhes educará o espírito e os guiará no caminho das justas reivindicações a que asiram, não só para seu interesse, mas também para felicidade d'esta pátria que todos devemos amar como bons portugueses.” (A *Voz da Justiça*, ano 5º, nº 453, 22 de março de 1907, p. 2).

2.1.7.2. As Conferências

No dia 1 de maio de 1908, dia do trabalhador, na sede da agremiação, pelas 8.30 da noite, realizou-se uma conferência pelo Dr. Manuel Gomes Cruz, subordinada ao tema, «A vida operária». De acordo com um artigo sobre o 1º de Maio que surge no mesmo jornal, fica-se a saber que para além desta preleção de Manuel Gomes Cruz na Associação dos Carpinteiros, não estava previsto mais nenhum ato cívico para a comemoração desta efeméride em toda a cidade. Ao realizar um evento desta índole, esta associação assumia-se como defensora dos direitos e deveres do operariado local.

O jornal, A *Voz da Justiça*, como em numerosas ocasiões, não se coibia de, nas suas páginas, verter a sua opinião, verdadeiramente politizada sobre determinadas temáticas, que ia abordando. Assim, por esta altura opina que:

“O proletariado figueirense carece de estudar muito e pensar a valer na solução dos problemas que interessam ao seu bem estar, ao seu engrandecimento. As suas tendências, pelo que respeita ao espírito associativo, são boas. Demonstra-o o numero de agremiações operarias que existem na cidade”. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 568, 1 de maio de 1908, p. 2)

A *Voz da Justiça* de 5 de maio de 1908 publicou integralmente o teor da palestra do Dr. Manuel Gomes Cruz. Este causídico de discurso cativante dirigiu-se aos operários, com ideias impregnadas de valores republicanos, maçónicos, democráticos e a tender, mesmo, para o socialismo. A propaganda da instrução popular esteve sempre bem vincada nas suas palavras. O discurso é panfletário, completamente inovador para os tempos que corriam, na pequena cidade da Figueira da Foz. Foram recorrentes frases nas quais se denotava a dicotomia entre patrão e operário, o esmagamento do operário pelo capital, a exploração do operário devido à sua ignorância, entre outras com uma carga ideológica muito forte. De acordo com o orador, o proletariado deve instruir-se, desenvolver as suas capacidades e aptidões, o que só era possível pela frequência da escola primária e profissional, sendo complementada essa formação através de boas leituras e da presença em conferências educativas, o que lhe conferia capacidade para ter uma noção exata dos seus direitos e deveres cívicos, e exercendo-os como cidadão de pleno direito.

A opinião de Manuel Gomes Cruz é de que o Estado, por conveniência própria, tem descurado a instrução primária e a instrução profissional, o que tem gerado um atraso das classes trabalhadoras portuguesas. Por isso, incita os membros da Associação dos Carpinteiros a aproveitarem na Figueira as escolas primárias que existiam, sendo que a maioria eram gratuitas e mantidas pela iniciativa de particulares. A par do encorajamento desta classe para que os seus elementos se instruissem, Manuel Gomes Cruz propõe que cada ofício crie a sua associação e de futuro estas organizassem uma federação, com um diretório constituído pelos presidentes de cada uma dessas associações. O orador acreditava que assim, os operários da Figueira ganhariam uma força considerável, seriam respeitados e poderiam ver satisfeitas as suas pretensões, entre elas a criação de escolas-oficinas na Escola Industrial. O orador propõe à Associação dos Carpinteiros para que estes tomem a iniciativa nesse processo abrindo o caminho às demais associações.

No dia 27 de janeiro de 1909, a Associação do Carpinteiro vai ser palco de uma nova conferência proferida, desta vez, por José Gomes Cruz, médico e irmão do anterior palestrante. *A Voz da Justiça* noticiou que houve uma grande presença de público neste evento, tanto de operários, como de mulheres¹⁶¹. O Dr. José Gomes Cruz falou para o público que o assistia, num tom pedagógico sobre temas como o alcoolismo e outros aspetos relativos à saúde pública. José Gomes Cruz ao abordar nesta conferência o tema

¹⁶¹ Mulheres, que eram descritas como tendo conhecimentos limitados.

do alcoolismo, justificava-se pelo interesse que este tema tinha para o público ao qual se dirigia, uma vez que este era um vício recorrente classes mais baixas da sociedade nesta época. Esta conferência acabou por ser uma aula de educação para a saúde dirigida às pessoas de condição humilde que assistiram a este evento.

As palestras destinadas à instrução do povo continuaram a efetuar-se na Associação dos Carpinteiros. No dia 10 de fevereiro de 1909, pelas 7 horas e meia da noite, realizou-se uma conferência pelo Dr. Alberto Diniz da Fonseca. O convite foi dirigido ao público em geral através do jornal, sendo que a entrada era gratuita. A 12 de fevereiro, *A Voz da Justiça* dá conta do teor dessa conferência, que tinha na sede da Associação dos Carpinteiros. O articulista congratula-se pelo facto de ter havido bastante concorrência de operários e algumas mulheres, que doravante iam rompendo com o preconceito e compareciam cada vez mais a estas reuniões educativas. Ventos de mudança iam-se estabelecendo ao nível das mentalidades, o que não deixa de ser relevante.

Este preletor, sendo mais um defensor da instrução do operariado, constatou que na Figueira da Foz se tinha desenvolvido muito o movimento associativo, o que prova que as classes trabalhadoras tinham entendido os ventos da história e trabalhavam no sentido da emancipação social, estando cada vez mais conscientes da sua situação social. Como se pode constatar, a questão da instrução dos operários estava sempre na ordem do dia neste tipo de conferências populares. Aventava-se a hipótese de criar uma única associação que congregasse todos os ofícios, acreditando que esta seria mais forte quanto maior capacidade tivesse de atingir os seus objetivos: “Urge formar de todos os núcleos operários da Figueira uma sólida federação, o que é verdadeiramente indispensável, quer se olhe o problema pelo lado educativo e instrutivo, quer pelo principio económico” (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 649, 12 de fevereiro de 1909)

As conferências vão continuando, nesta associação, a um ritmo de uma por mês. Assim, no dia 10 de março de 1909 realizou-se uma palestra proferida pelo Dr. José Carlos de Barros. Esta teve grande interesse social e visava proporcionar aos seus associados a instrução para contribuir para o aperfeiçoamento moral do operariado. Há que salientar que este, tal como outros conferentes eram todos voluntários da causa republicana e da propaganda da instrução popular.

A 23 de março de 1909, *A Voz da Justiça* volta a associar-se ao aniversário desta associação, que comemorava o seu 9º aniversário. A sessão solene teve muitos participantes. A questão da educação popular era preocupante, como tal servia de bandeira aos discursos e artigos de jornal dos republicanos, que ansiavam por um país diferente, rumo ao progresso. Nesta sessão intervieram, também, os muito considerados republicanos Drs. Manuel e José Gomes Cruz. Ambos retomam a questão da instrução popular tendo o

segundo assumido que uma das principais causas da «desgraça» do povo português era a falta de instrução. José Gomes Cruz insurgiu-se, no seu discurso, contra os governos que haviam negado a instrução ao povo, incitando os presentes, mais uma vez a procurar a instrução. O conferente elogiou o facto de existirem na Figueira escolas noturnas que ensinavam as primeiras letras a adultos e menores, destacando o papel das escolas da Associação de Instrução Popular e da Associação Artística, em especial esta última, na qual os alunos eram habilitados para os exames de 1º e 2º graus.

É lembrado que na cidade existiam numerosas escolas onde os operários se podiam instruir e que instrução era o caminho para a regeneração do povo português. É aqui transmitida uma ideia maçónica que defendia que a instrução é condição imprescindível para o progresso. José Gomes Cruz alerta os operários para que trabalhem e se instruam, sendo ensinados dentro das novas teorias científicas e afastando-se de falsas doutrinas¹⁶² e de preconceitos de vária ordem.

Esta associação, pelo que tivemos oportunidade de verificar, era a única que, na Figueira da Foz, tinha coragem de comemorar o 1º de Maio - Dia do Trabalhador. No seguimento do ano anterior, a *Voz da Justiça* de 30 de Abril de 1909 faz notícia na primeira página do seu jornal sobre a aproximação do 1º de Maio, justificando o seu significado para aquela associação. Nessa data estava prevista, mais uma conferência noturna, pelo Dr. Carlos Borges na Associação dos Carpinteiros, sendo a entrada livre e pública, tal como as anteriores.

A *Voz da Justiça* de 18 março de 1910 volta a associa-se ao festejo do 10º aniversário desta associação. Como vimos, esta agremiação, além das aulas de desenho/geometria especialmente dirigidas aos carpinteiros civis, também foi palco de importantes conferências, abertas, não só aos seus associados, como a toda a população em geral. Nessas conferências, de uma forma geral, foram discutidos os problemas mais prementes da condição operária, podendo sistematizar-se as suas preocupações nos seguintes pontos¹⁶³:

- As vantagens do associativismo e do cooperativismo;
- A educação e a posição do homem na sociedade;
- A necessidade de reforço da unidade de todos os trabalhadores;
- Os prejuízos do analfabetismo.

¹⁶² Está presente, neste discurso, um tom anticlerical e uma defesa da emancipação da educação da tutela da Igreja.

¹⁶³ Foram, igualmente, realizadas outras conferências de carácter mais científico, as quais nos limitamos a referir no Quadro síntese que construímos sobre as conferências nesta associação em **Apêndice VII** (Cf. p. XI).

Por fim, a 6 de maio de 1910, dá-se conta na imprensa que foi proferida uma conferência na Associação dos Carpinteiros, pelo Dr. Carlos de Barros, sobre o Cometa Halley. Na verdade tratava-se de uma lição de astronomia para os associados da Associação de Classe dos Carpinteiros Civis. Nessa altura, era muito falado o tema do Cometa Halley e a sua [eventual] relação com o fim do mundo. Estava-se em 1910 e ao longo da História foram recorrentes estas teorias apocalípticas, em especial em datas mais ou menos redondas. O cruzamento com o Cometa Halley viveu-se com grande expectativa em todo o mundo, precisamente na primavera de 1910, tendo atingido o ponto máximo em 18 e 19 de maio. Nenhum outro cometa causou tanto fascínio e medo nas populações, tendo sido um dos maiores acontecimentos astronómicos do século XX. Havia que tranquilizar as pessoas, esclarecendo-as de modo mais ou menos científico, como tal, esta conferência integrava-se perfeitamente nestes desígnios.

Por curiosidade, e segundo Cascão (2009), os carpinteiros publicaram um número único de um jornal, denominado *O Carpinteiro*, a 19 de Março de 1913, por altura da comemoração do 13º aniversário. O artigo de abertura usava uma linguagem de combate, que se podia sintetizar em três pontos: o capital é o “inimigo” [que não era invencível]; a associação representa a força; a escola combate as desigualdades sociais, espalha a justiça, “ilumina os cérebros” e “esclarece a inteligência”. Embora, esta publicação já não se enquadre no hiato temporal que nos propusemos estudar sobre as associações populares Figueirenses e o seu papel educativo, consideramos pertinente, esta achega, na medida em que esta publicação sintetiza e sistematiza, temas mais fortes que foram vinculados e discutidos nas suas conferências e que moldavam as consciências deste, e de outros, grupos profissionais.

2.1.8. Associação de Classe dos Pedreiros Figueirenses

O ano de 1900 foi bastante profícuo na criação de associações de classe, na cidade da Figueira da Foz. A primeira a ser criada foi a dos carpinteiros civis, nesse mesmo ano formavam-se ainda as associações dos taneiros e dos pedreiros. Todas tinham como fim a criação de condições para a instrução dos seus associados.

A Figueira da Foz padecia de uma dispersão dos associados por numerosas associações de classe, o que não gerava capacidade financeira suficiente para que todas as associações pudessem manter escolas. Apesar disso, segundo Cascão (2009) a Associação dos Pedreiros abriu uma aula noturna de instrução elementar, que começou a funcionar em 1 de Agosto de 1900, destinada a melhorar os conhecimentos dos seus sócios, mas segundo o mesmo autor, não teve a vitalidade da dos carpinteiros civis. A aula foi pouco frequentada, inicialmente matricularam-se 14 alunos, que ficaram reduzidos a 8 quando a escola abriu. As notícias sobre esta escola foram esporádicas no jornal *A Voz da Justiça*. Podemos entender que se tratou de uma experiência algo intermitente e pouco consistente, que não teve a continuidade desejada. Também, se pode aventar a hipótese desta associação não ser tão acarinhada pelo corpo editorial do jornal, como as demais associações que já referimos e como tal as referências à mesma serem raras e pouco entusiásticas, se compararmos com outros exemplos. Mas neste caso, quanto às aulas, pensamos que estas não terão mesmo funcionado nos anos subsequentes, daí se justificar que nada foi escrito sobre instrução desta associação nas páginas do periódico *A Voz da Justiça*, o que poderá ser um sinal de que nada terá acontecido de relevante.

Os estatutos da Associação de Classe dos Pedreiros Figueirenses foram elaborados e discutidos, muito posteriormente à sua criação, o que só veio a acontecer a 11 de fevereiro de 1909, ocasião na qual estes foram aprovados.¹⁶⁴



Figura 17- Associação de Classe dos Pedreiros Figueirenses. Estatutos. (Disponível em <http://bit.ly/WfLhSB>)

¹⁶⁴ *A Voz da Justiça* dá conta da discussão e votação dos estatutos da Associação de Classe dos Pedreiros Figueirenses em várias notícias publicadas nas edições de 9 de fevereiro de 1909 e 12 de fevereiro de 1909.

Os estatutos referem no seu primeiro capítulo, relativamente à sua organização e fins, no Art.º 1º que esta associação tinha como fim o estudo e defesa dos interesses económicos dos seus membros. De acordo com a lei em vigor, o Art.º 3º clarifica os seus principais objetivos: 1º- Estabelecer uma Cooperativa e Caixa Económica para os seus associados; 2º - Criar aulas para instrução dos associados e seus filhos; 3º - Promover a fixação de salários dos associados; 4º - Promover a colocação dos associados, quando desempregados; 5º - Realizar conferências e palestra sobre assuntos de interesse económico e profissional; 6º Acompanhar e promover todos os trabalhos que tenham por fim influir no bem-estar moral e material dos sócios.

Um aspeto, que consideramos com interesse, prende-se com o ponto único do Art.º 3º, que diz ser expressamente proibido tratarem-se de assuntos políticos ou religiosos dentro do recinto da associação. Vivia-se, ainda em Monarquia Constitucional e estes homens, temendo represálias, preferiam conferir um estatuto não politizado a esta associação.

Como se pode verificar, esta associação, tal como outras na Figueira da Foz, tinha um carácter misto. Se por um lado apresentava um carácter mutualista, por outro, tinha como missão a recreação e a instrução dos seus associados. É inequívoco, que esta associação tinha o objetivo de criar aulas para instrução dos seus associados e filhos. Mas, só no final de 1908, surgem as primeiras notícias referentes a essa associação, não em relação à escola, mas sim a conferências que aí se realizaram, o que vinha ao encontro aquilo que estava previsto no Art.º 5º dos seus Estatutos.

2.1.8.1. As Conferências

O jornal *A Voz da Justiça* de 11 de dezembro de 1908 vai dedicar uma parte substancial da sua terceira página a uma notícia sobre uma sessão solene ocorrida na Associação dos Pedreiros, altura em que foi inaugurado do seu estandarte. Pensamos que a atenção dada a este evento se justifica pela qualidade dos seus convidados. Estes eram figuras extremamente consideradas na Figueira da Foz, devido ao seu percurso académico e à sua intervenção política e cívica neste meio: Manuel e José Gomes Cruz, advogado e médico, respetivamente, sendo filhos de pedreiro, ousaram ascender ao topo da hierarquia social na sua cidade devido à sua formação académica. Com efeito a sua ascensão social foi meteórica, o facto de terem concluído um curso universitário conferia-lhes saber e este tinha-lhes aberto as portas do poder na terra onde viviam.

Como podemos constatar, era muito comum estes irmãos Gomes Cruz serem convidados para proferir palestras, para abrilhantar a inauguração de escolas, sessões solenes de Associações e muitos outros eventos de caráter político ou cívico. Eles foram, na sua época uma referência neste meio. Para além disso, eram ambos maçons da Loja Fernandes Tomás, pertenciam aos corpos dirigentes da Associação de Instrução Popular e possuíam uma grande influência em tudo o que se escrevia no jornal *A Voz da Justiça*, a cujo corpo editorial pertenciam.

A sessão solene ocorrida em dezembro de 1908 foi presidida pelo Dr. Manuel Gomes Cruz. Este comunicou aos presentes que estes eventos nos quais se reuniam a classe operária eram para si os mais importantes. Ao tomar da palavra aconselha os pedreiros a instruírem-se, discurso esse recorrente nas suas demais preleções, em outras tantas associações de classe. Manuel Gomes Cruz convida os presentes a assistirem às palestras que às quintas-feiras se realizavam na Associação de Instrução Popular, cuja entrada era livre. Nesta cerimónia, como em todas as oportunidades que surgiam, Manuel Cruz dirigia-se às classes populares, tentando fazer junto deles, uma defesa acérrima da instrução, através de aulas e de conferências que iam existindo nas demais associações figueirenses. Sente-se que a propaganda está ao rubro, por esta altura, na cidade.

Nesta cerimónia também teve uma importante intervenção o seu irmão, José Gomes Cruz, recebido neste evento com muito entusiasmo. Este inicia o seu discurso, salvaguardando que “sendo filho d’um pedreiro, não podia deixar de ir aquela simpática festa”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 632, 11 de dezembro de 1908, p. 3)

As palavras de José Gomes Cruz denotam laivos socializantes, um certo incitamento ao confronto entre operário e o patronato. Por esta altura perspetivava-se já a mudança que se avizinhava no governo do país. Vejamos o discurso de José Gomes Cruz, sintomático da época nova que já se vislumbrava:

“O operário, hoje, é como um escravo: produz e é castigado. [...] É necessário que o operário saiba impor-se como produtor, e mais necessário é que o operário se instrua, lembrando as palestras que faz todas as quintas-feiras na escola da Associação d’Instrução popular”. Colocando a tónica na instrução, apresenta ao operário este meio para minorar esta situação de inferioridade atual. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 632, 11 de dezembro de 1908, p. 3)

No mesmo evento, também interveio José da Silva Ribeiro, então com 14 anos, natural de Tavarede, que trabalhava como tipógrafo na Tipografia Popular¹⁶⁵.

¹⁶⁵ José da Silva Ribeiro (1894-1989) foi desde cedo colaborador da imprensa em *O Poeta* (1906-1908). Foi fundador do Grupo da Juventude Republicana Dr. Bernardino Machado, criado ainda durante a Monarquia e, em 1908, presidiu à Assembleia Geral do Centro Eleitoral Republicano Dr. José Falcão, na Figueira da Foz. Foi tipógrafo na Tipografia Popular, na qual o seu pai, Gentil da Silva Ribeiro, foi editor até à sua morte em 1918.

Desde novo, José da Silva Ribeiro começou a denotar uma apetência para a comunicação oral e escrita. O facto de conviver num meio bastante politizado e mesmo, local de tertúlia como era a Tipografia Popular, fez dele um jovem interventivo, membro fundador do Grupo da Juventude Republicana Dr. Bernardino Machado, plenamente consciente do seu papel cívico. José da Silva Ribeiro era, nessa época operário das artes gráficas e filho do editor do jornal *A Voz da Justiça*, Gentil Ribeiro e dava os seus primeiros passos na arte da oratória, que foi um dos seus bons atributos ao longo da vida. Embora muito jovem, denota-se que estava bem informado quanto à situação do país, defendendo valores que sempre lhe foram caros ao longo da vida: o valor da instrução, a frequência da escola, também, pelas classes populares. No seu discurso, falou da situação do operariado, da falta de instrução que grassava na Figueira, em especial na classe dos pedreiros, e denunciou o facto de os pais desde muito cedo priorizarem que os seus filhos fossem aprender um ofício. Segue-se uma frase lapidar de José da Silva Ribeiro, que denuncia princípios que o acompanharam ao longo de toda a vida: “Mais proveitoso seria que em substituição dos instrumentos do trabalho eles tivessem os livros, e, em vez de irem para a oficina, fossem para a escola”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 632, 11 de dezembro de 1908, p. 3)

Note-se que, as mesmas ideias com características socializantes, sindicalistas e anticapitalistas, emanadas do discurso do jovem, José da Silva Ribeiro, assemelham-se às do seu mentor José Gomes Cruz:

“Nota que o operario, atualmente, se curva perante o patrão como se fosse um escravo. Pois os poderosos por andarem engravatados desprezam o operario, não podem viver sem ele. Se o operario se recusasse a fazer-lhe a casa, ele não calçava a luva que as vezes cobre manchas criminosas, para ir substituir a mão calosa e honrada do proletário”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 632, 11 de dezembro de 1908, p. 3)

Nesse ano comemorava-se o 9º aniversário desta associação, *A Voz da Justiça* de 22 de Junho de 1909 notícia a grande homenagem feita na Associação dos Pedreiros a José Gomes Cruz, devido à sua grande amizade e defesa que tem devotado a esta associação e à sua causa.

2.1.9. Sociedade de Instrução Tavadense - Tavarede

“Instruir é construir”¹⁶⁶

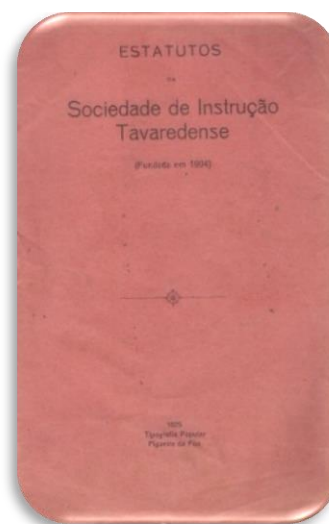
Vitor Medina, grande aficionado da história da «terra do limonete», Tavadense, que denomina de «Terra de meus avós», inicia o seu livro de homenagem pelos cem anos dessa sociedade com uma evocação da Comissão Organizadora das Festas do Centenário da Sociedade de Instrução Tavadense “Foi com a Instrução que, ao longo de todos estes anos, se construiu um futuro melhor para o Povo Tavadense. A memória daqueles 14 homens e do sopro fundador que deles emanou em 15 de Janeiro de 1904 continua bem viva”. (Medina, 2004, p.5)

Quando há cento e nove anos, este grupo de homens, todos de condição humilde se reuniram na Casa do Terreiro e resolveram fundar uma Coletividade em Tavadense, a Sociedade de Instrução Tavadense, não imaginaram que aquele ato, aparentemente tão simples, iria frutificar e perpetuar-se no tempo acabando por ter um papel cultural fundamental na, então, humilde povoação de Tavadense.



Figura 18 - Casa do Terreiro – Fachada principal. Sede da SIT de 1904 a 1960, ano em que foi reconstruída e ampliada. (Medina, 2004, p. 26)

Figura 19 -- *Estatutos da Sociedade de Instrução Tavadense – Fundada em 1904.* (1925). (Imagem cedida pela BMFF)



Tendo em conta as informações extraídas dos seus Estatutos, e no que se refere ao Capítulo I - Denominação, fins e organização, o Artigo 1º - é claro ao afirmar que a Sociedade de Instrução Tavadense, fundada em Tavadense em 15 de Janeiro de 1904, é uma associação essencialmente destinada à instrução e educação das classes populares.

¹⁶⁶ Divisa da Sociedade de Instrução Tavadense. Frase atribuída a Padre António Vieira (1608-1697).

Tal informação é clarificada no Art. 2º, quando se refere ao seu objetivo de manter na sua sede uma escola noturna e gratuita onde se ministrasse o ensino primário. Acrescenta ainda no Art. 3º, que como elementos educativos e de recreio, teria uma biblioteca e gabinete de leitura e utilizaria o seu teatro, mantendo uma secção dramática que se guiará por um regulamento especial elaborado pela direção.

Nos artigos seguintes era explicada a admissão de sócios. Estes podiam ser de ambos os sexos, de qualquer nacionalidade, com mais de 15 anos de idade. Existiam os sócios efetivos que deveriam ser propostos por um outro sócio e pagavam na altura da sua admissão uma jóia de 10\$00 e mensalmente contribuíam com a quota de 1\$00. Os Estatutos informavam, ainda, que os menores e senhoras casadas só podiam ser admitidos mediante autorização por escrito, dos seus pais, tutores e maridos¹⁶⁷. Esses Estatutos desta Sociedade fundada em 1904 só foram publicados em 1925 pela Tipografia Popular, tendo sido distribuídos por todos os seus associados¹⁶⁸.

A fundação desta associação destinada a instruir e recrear, criando uma escola noturna para adultos e menores e um grupo cénico para dar espetáculos teatrais não constituía, à época, uma novidade em Tavarede. Na verdade, vinha dar continuidade a uma obra que já tinha existido e que fora, simplesmente, interrompida. Havia uma tradição naquela terra, pois antes da Sociedade de Instrução Tavadense, em Tavarede já tinham existido outras sociedades dramáticas, para instruir e recrear o povo. Entre elas podemos citar a Estudantina Tavadense, fundada em 1893, cuja sede esteve instalada no Teatro que o Conde de Tavarede construiu no seu palácio, ao qual denominou Teatro Duque de Saldanha.

Cerca de 1900 nasceu o Grupo de Instrução, e que teve a sua sede na Casa do Terreiro, que pertencera a João José da Costa (1818-1893), que tinha mandado construir naquele edifício um magnífico teatro. Este foi, sem dúvida, um benemérito de Tavarede, pois ao mandar construir o Teatro do Terreiro e chamando a si a direção desse grupo dramático, contribuiu para a educação de muitos jovens no palco e para o engrandecimento dessa terra, deixando o seu nome, indelevelmente, ligado à história de Tavarede. (Medina, 2004).

Ambas as associações se dedicaram ao teatro e à música, possuindo cada uma a sua Tuna, sendo que a Tuna da Estudantina foi dinamizada e regida por Gentil Ribeiro, que foi também o 1º Editor do Jornal *A Voz da Justiça* e pai de José da Silva Ribeiro. Na Estudantina distinguiram-se nomes de Gentil Ribeiro, António Medina, António da Silva

¹⁶⁷ A emancipação da mulher ainda era uma realidade longínqua neste período.

¹⁶⁸ Pudemos constatar que existem alguns exemplares na sede da SIT, que têm o nome do sócio a que se destinavam, no verso do folheto, porém não chegaram a ser entregues. A venda dos estatutos constituía um meio de reunir verbas para a manutenção do funcionamento da escola noturna.

Coelho, António de Almeida Cruz, José Pedro da Silva, Alfredo Viana, tendo sobressaído como ensaiador o Dr. Manuel Gomes Cruz.

Mesmo antes disso, em Tavarede, sempre existiram pequenos grupos familiares ligados à instrução e recreação. No fundo, como se diz na *Gazeta da Figueira*, em 1865 que as “sociedades dramáticas vegetavam em Tavarede como tortolhos”. Mas, após este florescimento associativo, constatou-se que no final de 1903, este tipo de associações tinham acabado por completo em Tavarede.

Porém, de acordo com Medina (2004) desde 1898 até dezembro de 1903, funcionou na Casa do Terreiro uma escola noturna de instrução primária, com aulas gratuitas para adultos e menores. Foram fundadores desta escola noturna João dos Santos, que foi herdeiro de João José da Costa e o Dr. Manuel Gomes Cruz, que nessa altura ainda era estudante de Direito da Universidade de Coimbra. As respetivas despesas eram suportadas por um grupo de pessoas que se preocupavam com o problema da instrução e educação do povo. Segundo o mesmo autor, foram professores nesta escola, sem qualquer remuneração, João dos Santos, o benemérito proprietário da casa, o seu filho João dos Santos Júnior, o Dr. Manuel Gomes Cruz, o Dr. José Gomes Cruz, para além de Manuel Rodrigues Tondela, Manuel Jorge Cruz e José Maria Cordeiro Júnior.

No fundo, estas duas agremiações haveriam de estar na génese da Sociedade de Instrução Tavadense, levando à sua fundação. Em Tavarede, além da tradição neste tipo de casas, havia, segundo Medina, uma necessidade sentida por toda a população de criar meios para se educar, instruir e recrear os habitantes daquela terra. “E, sobretudo, a vontade de darem a seus filhos aquilo a que eles não fora dado: a abençoada luz da Instrução” (Medina, 2004, p. 18)

A intenção de criar uma escola nesta associação está patente, na Ata da fundação da Sociedade de Instrução Tavadense, que foi assinada 15 de Janeiro de 1904 e que passamos a transcrever. Este documento inicia-se, precisamente, com essa referência:

“Aos quinze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e quatro, achando-se reunidos no teatro do sr. João dos Santos, os srs. Manuel Rodrigues Tondela, Augusto Biscaia, Manuel Fernandes Júnior, César da Silva Cascão, João Migueis Fadigas, João de Oliveira, José Cardoso, António Jorge da Silva, António Luís Manuel dos Santos Vargas e Francisco Cordeiro, resolveram fundar nesta localidade uma Sociedade de Instrução que sustente uma escola para ensino dos sócios que dela queiram utilizar-se, e para o ensino dos filhos destes. Ficou resolvido que cada um pague a cota de cento e vinte reis mensais. [...] Tavarede, 15 de Janeiro de 1904.” (Ribeiro, 1954, p. 17)

De facto, tratou-se de uma obra criada por homens humildes, mas que estavam cientes da importante missão para a qual estavam a criar aquela associação. Dos fundadores: 2 eram pedreiros, 1 torneiro, 1 serralheiro, 1 carpinteiro, 3 cavadores, 1 ferreiro, 1 fogueiro, 1 guarda das oficinas do Caminho de Ferro, 1 canteiro, 1 tanoeiro e 1 comerciante.



Figura 20 - Sociedade de Instrução Tavadense na atualidade. O edifício original era menor e chamava-se Casa do Terreiro e só foi reconstruída e ampliada em 1960. (Arquivo pessoal)



Figura 21 - Estandarte do Grupo de Instrução Tavadense, utilizado pela SIT de 1904 a 1927. (Arquivo pessoal).



Figura 22 - Estandarte da SIT a partir de 1927. (Arquivo pessoal).

2.1.9.1. As matrículas, as aulas e as sessões solenes

Dando imediato seguimento aos propósitos da fundação da coletividade, iniciaram-se as aulas noturnas para os sócios e seus filhos. No mês seguinte à sua fundação, a escola, onde se aprendiam as primeiras letras, já registava, de acordo com Medina (2004) a frequência de vinte e cinco, a trinta alunos, que aprendiam segundo o método da *Cartilha Maternal* João de Deus. Para além destas aulas, também havia lições de música e de desenho, ambas sob a direção de João Nunes da Silva Proa, e de ginástica¹⁶⁹, lecionadas por João dos Santos Júnior. Como complemento da educação e da instrução, pretendia-se organizar o grupo dramático, cujas receitas revertissem a favor das despesas da escola

¹⁶⁹ É muito interessante que esta escola popular se preocupasse com a formação de carácter intelectual, mas também com o «culto do corpo» através da ginástica, o que constituía uma novidade no início do século passado.

noturna, que era gratuita, para além de fornecer os livros e outro material escolar aos alunos com mais dificuldades económicas.

O Sr. Manuel Lontro (1933 -), entrevistado por nós em Abril de 2012, tendo frequentado esta escola a partir de 1938, corrobora esta ideia, de que os livros e materiais eram pagos com as quotas dos associados. Assim, à questão “- Era uma escola gratuita, portanto?” deu como resposta: “Sim, aprendíamos as letras pelo método João de Deus, a associação dava tudo, a cartilha, os livros, o material, as lousas, etc. Tudo era pago com as quotas dos associados e de alguns beneméritos”.



Figuras 23 e 24 - Conjunto de lousas utilizadas nas aulas da escola da SIT e que se encontram atualmente guardadas na sua Biblioteca. (Arquivo pessoal).

O jornal *A Voz da Justiça* de 31 de Janeiro de 1904, uma vez que este periódico local tinha afinidades com várias personalidades Tavadenses, irá começar a fazer referências a esta associação e aos seus propósitos, em artigos denominados, «Notícias de Tavarede». Vejamos:

“Alguns rapazes d’aqui acabam de organizar uma associação que tem por fim derramar a instrução pelos seus associados e filhos d’estes. [...] Os fundadores de tão prestavel associação estão animados da melhor vontade. Por certo não faltará quem os auxilie, jamais n’uma obra tão digna d’apoio”. (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 127, 31 de Janeiro de 1904, p. 2)

O mesmo jornal, a 14 de Abril de 1904, publica uma crítica bastante ruidosa à Câmara Municipal da Figueira da Foz face à atitude de indiferença tomada relativamente à Escola de Tavarede. Com o título: «A Câmara Municipal e a Escola de Tavarede» surge este artigo de combate a favor da instrução popular. Desta feita, o articulista censura o Município por não ter acedido à criação de uma escola em Tavarede, quando se provava que esta era manifestamente necessária, dado o número de crianças existentes nessa freguesia, sendo por todos reconhecida a insuficiência da escola oficial daquela localidade.

“A Camara Municipal ha de revelar-nos que lhe digamos, com a rude franqueza que nos caracteriza, que não procedeu correctamente na resposta que deu ao pedido da junta da parochia de Tavarede, sobre a creação d’uma escola para o sexo masculino n’aquella localidade [...] porque la está o recenseamento escolar

apontando a existência de mais de 250 creanças de ambos os sexos, e sem embargo a freguesia tem apenas uma escola mixta [...]”. (*A Voz da Justiça*, Ano 2º, nº 148, 14 de abril de 1904, p. 2)

A situação que se vivia em Tavarede não era diferente, na época, da situação de outras escolas do concelho e do país em geral. As escolas existentes eram, normalmente casebres alugados, sendo casas de habitação transformadas em escolas, sem o mínimo de condições de espaço, higiene e salubridade, como seriam desejáveis dado o fim a que se destinavam. Estas escolas estavam, normalmente, sobrelotadas, mas mesmo assim, eram incapazes de receber todos os analfabetos que existiam em cada localidade. O jornal volta a criticar o Município:

“Envergonhamo-nos até de o dizer, mas, quem pugna, como nós, pelo desenvolvimento da instrução popular, não pode deixar de tomar esta atitude. Não concordar com a criação d’uma escola, onde ella se torna necessária, e quando a junta de parochia d’uma freguesia, em nome dos seus habitantes, a solicita instantaneamente dos poderes superiores, é praticar um atentado contra a instrução, (*A Voz da Justiça*, Ano 2º, nº 148, 14 de abril de 1904, p. 2)

Podemos contatar que este artigo, pelo tom panfletário e completamente em sintonia com os ideais republicanos e maçónicos, tão em voga nesta altura, que é um excelente exemplo do debate político que se travava na Figueira da Foz, através dos jornais.

Sobre o mesmo assunto, *A Voz da Justiça* de 24 de abril de 1904 publica uma carta da Figueira, dirigida ao jornal de Coimbra *Tribuna Popular*, na qual se pode ler, a propósito da Escola de Tavarede:

“É revoltante que a camara, tendo à sua frente um homem que se diz illustrado, nos saia cinicamente a dizer sem justificação alguma, ex cathedra, que – não concorda com a fundação d’uma escola que se impõe inadiável, quando tanto dinheiro se desperdiça em inutilidades! Magister dixit!” (*A Voz da Justiça*, ano 2º, nº 151, 24 de Abril de 1904, p. 1)

Este texto revela alguma atualidade, denunciando o não investimento do estado em escolas, que são uma prioridade, e paradoxalmente o desperdício de verba em coisas sem qualquer interesse. Perante este quadro de desinteresse e incapacidade do estado em resolver esta situação, nas mais diversas localidades, havia um outro movimento que fazia florescer escolas, que nasciam ao sabor da vontade e do esforço de particulares. E Tavarede não foi uma exceção. A 18 de Dezembro de 1904, *A Voz da Justiça*, publica as já habituais «Noticias de Tavarede», na qual refere que a benemérita Sociedade de Instrução Tavadense iria dar brevemente uma récita dedicada, exclusivamente, aos seus associados. Acrescenta, ainda, que a escola «sustentada» por esta coletividade continua a ser frequentada por adultos e menores. É certo, que por esta altura, a escola noturna desta associação já se encontrava em funcionamento sendo frequentada por trabalhadores que,

obviamente, não podiam ir às aulas de dia. Na imprensa local, considerava que esta associação se iniciava sob os melhores auspícios e que tinha como timoneiros homens audazes e capazes, que tinham objetivos e causas extraordinariamente nobres para com a sua terra, muito em especial a causa da instrução popular. Assim foi dito em *A Voz da Justiça* de 19 de Janeiro de 1905:

“De todas as agremiações que em Tavarede se têm fundado, é esta, incontestavelmente, a que conta com melhores elementos de vida. Pelo seu estado florescente, pelo aumento sucessivo de associados e sobretudo pelo fim altruísta para que foi criada, prevemos um largo futuro a esta Colectividade, sustentada por homens dotados dos melhores sentimentos e que desejam unicamente servir a terra, não se poupando a fadigas e despesas para conseguirem derramar a instrução e afastar da taberna muitos daqueles que ali procurariam o seu passatempo em libações e jogatinas perigosas.” (*A Voz da Justiça*, ano 3º, nº 228, 19 de janeiro de 1905)

Voltando aos primórdios da Sociedade de Instrução Tavadense, no dia 15 de janeiro de 1905, precisamente no dia do primeiro aniversário, reuniu a Assembleia Geral ordinária tendo, como ordem de trabalhos, a apreciação e votação das contas do exercício de 1904. É de admitir, segundo Medina (2004) que em janeiro de 1905, o número de sócios já fosse de 60 a 70, o que nos parece um número bastante satisfatório para uma terra que não era assim tão povoada¹⁷⁰ e dada a existência de tantas associações populares na Figueira da Foz e nas povoações limítrofes. Sendo que os sócios eram, por norma, os chefes de família, consideramos que a percentagem era bastante boa.

Ainda nessa assembleia, de 15 de janeiro de 1905, as contas foram aprovadas por unanimidade, registando-se que, no ano da fundação, se verificou uma receita de 63\$140 réis e uma despesa de 28\$060 réis, transitando um saldo positivo, para a nova gerência, de 35\$080 réis. Os primeiros corpos sociais, eleitos por este órgão, tiveram como presidente da Assembleia Geral, Manuel Jorge Cruz¹⁷¹.

Ainda nesta Assembleia foi nomeado um grupo de trabalho, encabeçado por Manuel Jorge Cruz, para elaborar um regulamento interno, que esteve em vigor até à aprovação dos Estatutos da Coletividade, que só foram aprovados em Assembleia Geral de 3 de Agosto de 1924.

¹⁷⁰ De acordo com Ribeiro (1954, p. 16), dos diversos lugares que compunham a freguesia “E podemos dizer que este conjunto de lugares teria no começo do século atual (...) existiriam cerca de 200 famílias e 900 habitantes”.

¹⁷¹ Manuel Jorge Cruz (1880-1941) - Nasceu em Tavarede, Tipógrafo da antiga Imprensa Lusitana, adquiriu, em 1 de Janeiro de 1904, a Tipografia Popular e o jornal *A Voz da Justiça*, do qual foi diretor durante quase quarenta anos, tornando-o num dos jornais da província mais considerados. Desempenhou cargos públicos, tendo sido, por diversas vezes, procurador à Junta Geral do Distrito, enquanto se manteve o regime republicano. Deu valiosa colaboração a várias associações de classe, como a Associação Comercial, ou de cultura popular e recreio, como a Associação Artística e a Sociedade de Instrução Tavadense, de que foi o primeiro presidente eleito da Assembleia Geral, em Janeiro de 1905. Foi ele, quem escreveu o primeiro Regulamento Interno da coletividade. Foi, também, professor na Escola Noturna da SIT. Preso político por diversas vezes viu o seu jornal suspenso pela censura, sofreu rude golpe com o roubo que a polícia política perpetrou à sua Tipografia Popular, donde levaram todo o recheio. O desgosto que teve terá sido a principal causa da sua morte, no dia 2 de Novembro de 1941.

Havia, por parte da direção desta associação, a necessidade de manter o seu bom nome, assim como a reputação de todos os que a frequentavam. Assim, tendo havido uma desordem em Tavarede por esses dias, *A Voz da Justiça*, de 21 de Maio de 1905 publicou uma «Notícia de Tavarede» que visava ilibar os jovens que frequentam a escola da SIT, de qualquer acusação, salvaguardando o facto de nenhum dos rapazes que frequentavam a escola da SIT ter estado implicado nessa situação.

A 11 de junho de 1905, o mesmo jornal publica mais uma das suas «Notícias de Tavarede», que relata os benefícios da frequência da escola às classes populares de Tavarede. Apesar de haver nessa localidade uma escola oficial de instrução primária, todas as noites acorriam à benemérita Sociedade de Instrução Tavadense, analfabetos em busca de instrução gratuita. Dava-se conta que ali vagueavam muitas crianças analfabetas e de que a culpa era, unicamente, de seus pais que em vez de os encaminharem para a escola preferiam que estes os acompanhassem às tabernas. O articulista reconhece que deveriam existir leis que castigassem esses «criminosos».

Para além do ensino das primeiras letras, também funcionou, nesta associação, uma aula de desenho, sendo que esta informação é confirmada por uma notícia do jornal *A Voz da Justiça* de 9 de julho de 1905, na qual se refere que existia uma aula de desenho na SIT e que foram expostas fotografias de amadores, tão perfeitos que pareciam de profissionais. As aulas noturnas decorriam nesta escola ao longo de todo o ano, à exceção do mês de agosto. Como Tavarede era uma terra de agricultores, muitos destes alunos estariam envolvidos em atividades agrícolas, como as colheitas, que os impediam de ir à escola. Por essa altura frequentariam diariamente essa escola, no ano de 1905, 35 alunos. As aulas voltavam a abrir nos finais de setembro, como se pode verificar por mais uma «Notícias de Tavarede¹⁷²», publicada na segunda página de *A Voz da Justiça* de 21 de Setembro de 1905: “ Reabrem brevemente as aulas noturnas da Sociedade d’Instrução Tavadense”. (*A Voz da Justiça*, ano 4º, nº 267, 21 de setembro de 1905, p.2)

Como vimos, as aulas desta associação, iam para além do ensino das primeiras letras, existindo em simultâneo aulas de desenho e música, sendo sustentada unicamente com as quotas dos seus associados, assim como, devido à boa vontade de alguns beneméritos. Em outubro de 1905, a aula de instrução primária era frequentada, por 40 alunos, menores e adultos.

Na passagem do segundo aniversário da coletividade, surge em *A Voz da Justiça* de 18 de Janeiro de 1906 publica um apontamento sobre a Associação de Instrução

¹⁷² Normalmente estas notícias sobre Tavarede eram assinadas no jornal *A Voz da Justiça* por um certo «P.».

Tavaredense, que dá conta das festas levadas a cabo e da situação da escola, bem como a sua gestão financeira, cujo presidente cessante era Manuel Jorge Cruz¹⁷³.

“Tavarede, 17 de janeiro – Passou na segunda feira o aniversario da fundação da benemérita Sociedade d’Instrução Tavaredense. Por esse motivo, ao romper da manhã foi anunciado que aquela prestantíssima colétividade estava em festa. Durante o dia conservou-se embandeirada¹⁷⁴ a fachada do edifício aonde se acham instaladas as aulas d’instrução primaria, desenho e musica, aulas que são frequentadas por grande numero de alunos tanto menores como adultos”. (A Voz da justiça, ano 4º, nº331,18 de janeiro de 1906, p.2)

Neste ano a gestão da SIT foi, igualmente, rigorosa pois “[...] apesar de subirem a mais de 100\$000 reis as despesas que fez durante o anno com a instalação aperfeiçoada das aulas, iluminação, etc., apresenta um saldo favorável de 81\$100 reis”. (A Voz da Justiça, ano 4º, nº331,18 de janeiro de 1906, p.2). Constatase, assim, que por esta altura a associação passava por um período de vitalidade económica. Nessa mesma cerimónia de janeiro de 1906 foram empossados os novos corpos gerentes, a Assembleia Geral seria presidida por Manuel Jorge Cruz e o cargo de presidente da Direção foi atribuído a Fradique Batista Loureiro.

Por fim, o próprio jornal *A Voz da justiça* de 18 de janeiro de 1906 elogia o papel da Sociedade de Instrução Tavaredense na instrução dos sócios e seus filhos, mas também, de forma altruísta, permitiam a frequência de crianças pobres:

“Nunca em Tavarede houve uma sociedade tão bem organizada e que tantos serviços tenha prestado á causa da instrução. Apesar das aulas serem creadas para os filhos de sócios, são ali admitidas creanças muito pobres e órfãos a quem não só se ministra a instrução, mas são-lhe fornecidos os livros precisos. [...] A’vante, pois, obreiros do bem”. (A Voz da Justiça, ano 4º, nº331,18 de janeiro de 1906, p.2).

A *Voz da Justiça*, qual megafone da instrução local, publica a 29 de maio de 1906 na sua segunda página, sob o título «Festas Escolares», onde dá conta que em Buarcos e Tavarede se realizaram dois dias antes as festas das crianças. No que diz respeito à festa de Tavarede, esta deverá ter sido grandiosa, de acordo com a descrição do jornal. O acontecimento decorreu na Sociedade de Instrução Tavaredense, pelas cinco horas da tarde onde afluíram, um cortejo de alunos das escolas locais “[...] levando á frente o seu carro de munições, simulando um cabaz, formado d’arbustos e flores e respeitadamente guardado por seis destemidos alabardeiros”. (A Voz da Justiça, ano 5º, nº 368, 29 de maio de 1906, p. 2). Na quinta de Luís João Rosa as crianças e os seus professores foram servidos de uma refeição ligeira pelos membros da Comissão de Beneficência, seguindo-se

¹⁷³ Proprietário da Tipografia Popular e diretor do jornal *A Voz da Justiça*.

¹⁷⁴ Ainda hoje, sempre que existe festa nesta coletividade, esta fica toda engalanada, com filas de bandeirinhas multicores na sua fachada.

um alegre convívio. Foi tirada uma fotografia a todo o grupo e ao anoitecer o cortejo regressou ao Teatro da SIT onde se realizaria nessa noite, um sarau. Depois de uma festa com grande visibilidade, que percorreu as ruas de Tavadrede, esta ação que se prendeu com uma manifesta propaganda pela instrução levada a cabo pelos republicanos locais, seguiu-se, no interior da Associação, um sarau, que constituiu mais um momento de propaganda republicana. A festa abriu com o Hino Escolar cantado pelos alunos das escolas. De seguida, usou da palavra Manuel Jorge Cruz, que incitou as crianças presentes a dedicarem-se ao estudo, mostrando-lhes as vantagens desse procedimento para o seu futuro, enquanto chefes de família. Em relação a Tavadrede, o orador louvou o papel instrutivo da Sociedade de Instrução Tavadredense e elogiou o trabalho da professora da escola oficial dessa localidade: Amália de Carvalho, destacando os seus dotes para ensinar, elogiando a forma carinhosa como tratava as crianças que frequentavam as suas aulas¹⁷⁵. Por fim, terminou aconselhando os pais a mandarem os seus filhos às escolas, ideia essa recorrente no discurso destes «apóstolos da instrução». É importante que se inscreva este discurso de Manuel Jorge Cruz, no âmbito de uma mudança de paradigma da relação entre professor/aluno, em que nas palavras do orador, se passa a valorizar o carinho com que se tratam os alunos e a noção de igualdade de todos, não havendo lugar à valorização da distinção social dos alunos nas escolas, sendo que o certo era que todos fossem bem tratados.

A festa continuou, sendo lidos alguns trechos de obras clássicas e recitadas poesias alusivas à festa. Seguiu-se um momento em que um antigo aluno da aula noturna e nessa altura, seu professor, António Graça, recitou uma poesia. Este era um sinal de que a escola estava viva e dinâmica e os resultados eram bastante satisfatórios. Para além de demonstrarem publicamente o que haviam aprendido, em termos de leitura, também fizeram uma apresentação de ginástica sueca, cujo professor era João dos Santos Júnior. Por fim, a festa terminou com uma representação teatral de José e António Medina. Ontem, como hoje, o teatro era a «alma» desta coletividade. O interior e exterior engalanava-se para a ocasião, o jornal, *A Voz da Justiça*, faz nas suas páginas jus ao ambiente festivo que por ali se vivia:

“ Durante o dia a fachada do edifício do teatro esteve embandeirada. A sala, muito bem ornamentada com arbustos, flores e livros, produzia bonito efeito. O teatro achava-se repleto d'espétadores contando-se entre eles as pessoas mais gradas da localidade e a colônia balnear. A orquestra, composta de muitos e bons músicos, satisfaz os mais exigentes. [...] para que a festa d'hontem tivesse o máximo brilhantismo [...]”. (*A Voz da Justiça*, ano 5º, nº 368, 29 de maio de 1906, p. 2).

¹⁷⁵ Nas mentes mais ilustres começava a emergir uma nova forma de lidar com as crianças, valorizando-se o carinho e a atenção em ambiente escolar.

A descrição denota um cuidado extremo com todos os pormenores. Nada foi tido acaso. Elogia-se a escola noturna, obra destes homens sonhadores, que desejavam que o ensino chegasse a todos, e não se ficasse só pelo papel. Estes, sem medir esforços, trabalhavam para que a democratização do ensino fosse, um dia, uma realidade.

Tal como havia sido previsto nos seus Estatutos, a SIT ansiava por aumentar as suas valências, criando uma cooperativa de consumo. Em julho de 1906 esta ideia começa a ganhar corpo, e na mente dos seus dirigentes sonhava-se alargar as atribuições desta coletividade, transformando-a numa associação de socorros mútuos a fim de poder valer aos seus sócios em época de dificuldades, em especial em época de doença. Até então, a associação mantinha a escola e fornecia os livros e utensílios às crianças mais pobres.

O funcionamento das aulas, nesta associação, decorreram de forma regular, a prová-lo temos, novas «Notícias de Tavadere» no jornal *A Voz da Justiça* de 17 de setembro de 1907 que anuncia a reabertura das aulas noturnas na SIT no primeiro dia de outubro.

No ano seguinte, o mesmo jornal, de 7 de outubro de 1908 anunciava na sua primeira página, que reabriam nesse dia as aulas noturnas da SIT. Sinal de que a escola continuava a funcionar, como até então. Nessa mesma notícia, informavam-se os leitores de que a direção dessa sociedade ia promover durante o inverno uma série de récitas no teatro, devendo começar ainda nesse mês. Dava-se assim um impulso a uma outra faceta para a qual tinha sido criada esta sociedade, a recreação, através do teatro e da música.

O mesmo jornal anunciava, de forma recorrente, a constituição dos novos corpos gerentes da Sociedade de Instrução Tavadense, que de ano para ano não constituíam grande novidade. Os sócios mais dinâmicos e que já haviam dado provas anteriormente, mantinham-se nos cargos, ou alternavam como membros da Assembleia Geral, da Direção, ou do Conselho Fiscal, sendo os mais vezes reeleitos: Manuel Jorge Cruz, João dos Santos e Fradique Batista Loureiro.

As aulas que se tinham iniciado a 7 de outubro de 1908 iriam terminar, nesse ano letivo, em fins de Junho, uma vez que o jornal, *A Voz da Justiça* de 22 de Junho de 1909, informa que iam ser suspensas temporariamente as aulas da escola noturna dessa associação, tal como nos anos anteriores. Mas continuavam a funcionar as aulas de música para adultos, tanto mais que os músicos continuavam a fazer récitas no teatro da sociedade durante o verão para os autóctones e veraneantes que nos visitavam. Esta era uma das formas de angariar verbas para o funcionamento das aulas noturnas gratuitas, que tinham vindo a funcionar nessa coletividade.

Nesse ano, o mesmo jornal, datado de 5 de novembro de 1909, novamente em «Notícias de Tavadere», dá conta que “É grande o numero d'alunos que frequentam as aulas noturnas da Sociedade d'Instrução Tavadense”. (*A Voz da Justiça*, Ano 8º, nº 725, 5

de novembro de 1909, p. 3). Este é mais um sinal de que as aulas continuavam a funcionar, de forma regular e que continuavam a ter muita procura, por parte dos alunos.

A *Voz da Justiça* de 21 de Outubro de 1910 anuncia, de novo, que neste ano a escola noturna da associação reabriu e que foram distribuídos aos alunos exemplares do livro *O Padre na História da Humanidade*. Sendo este o «catecismo» adotado nessa escola. Como escola laica que era, o título do livro adotado poderia ser enganador, para os mais incautos, mas tratava-se de uma obra perfeitamente anticlerical, daí, por diversas vezes, o padre da freguesia entrar em choque com estes jovens republicanos e maçons dirigentes desta coletividade, sendo estes objeto de críticas nas missas dominicais. O confronto foi de tal maneira real, que se verteram acusações nas páginas deste mesmo jornal. A propósito desta fricção entre o clero e os republicanos locais, sendo estes também dirigentes das associações, como exemplo transcreve-se uma carta dirigida ao pároco de Tavadere, escrita nas páginas do Jornal *A Voz da Justiça* a 31 de março de 1908, pelo seu diretor e proprietário, Manuel Jorge Cruz e dirigente da Sociedade de Instrução Tavadense:

“Il.^{mo} e Revd.^{mo} Sr. Manuel Vicente. – Sem tempo, nem espaço, nem paciência para me alongar em considerações sobre o seu procedimento, na alusão que á missa de domingo fez aos últimos acontecimentos políticos, com o intuito de malsinar o partido republicano que n’aquela fazia na minha terra a sua propaganda, num comício convocado pela comissão paroquial a que me honro de presidir, dir-lhe-ei simplesmente que perfilho a doutrina dos oradores que o censura n’aquela assembleia. Veja o sr. revd.^{mo} Manuel Vicente, pela notícia ligeira que hoje publico, o que foi esse protesto; e lastimando a sua situação, não quero que fique mudo perante a censura. Defenda-se. (...) Do seu paroquiano Manuel Jorge Cruz”. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 559, 31 de março de 1908, p. 2).

No mesmo jornal, mas na página 3, segue-se um alerta à população da Figueira, para que não se deixe influenciar pela «Reação». E a «Reação», não é mais do que o clero, os jesuítas, que até então tinham tido um forte poder junto do estado e que os republicanos queriam neutralizar, por os considerarem perniciosos para o desenvolvimento do nosso país. O título é sintomático, do confronto existente entre a igreja e os republicanos locais, assim como em todo o país:

«Liberaes, Álerta!»: “Tenham cuidado os aderentes ao jesuitismo. Lembrem se que a Figueira é a terra de Manuel Fernandes Tomaz¹⁷⁶ e que a reação não pode aqui obter o mais singelo triunfo. Lembrem se d’isso tenham cuidado e contem connosco. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 559, 31 de março de 1908, p. 3).

Por fim, e em relação ao período em que incidiu este estudo, de 1900 a 1910, sabe-se através do mesmo periódico, datado de 4 de novembro de 1910, que a escola da Sociedade de Instrução Tavadense continuou a ter uma boa frequência de alunos, sendo

¹⁷⁶ De notar que os republicanos locais, valem-se da figura de Manuel Fernandes Tomás, paladino do Liberalismo, criador do Sinédrio em 1817, como uma referência na tradição liberal desta cidade, que não se deixará influenciar pela mensagem da igreja. Nestas duas notícias está presente um profundo anticlericalismo, apanágio da ideologia republicana.

mesmo, nesse ano mais numeroso o número de inscrições, o que denota um interesse crescente das pessoas dessa localidade pela instrução e que a propaganda encetada, pela instrução, estava a produzir os seus frutos.

Quanto a palestras, não há registos de terem acontecido nesta jovem associação no período que estudámos, contudo, de acordo com Medina (2004), estas terão existido anos mais tarde, concretamente, no ano de 1941, na qual foi palestrante o conterrâneo da «Terra do limonete», Dr. José Gomes Cruz, dinamizando conferências de tipo educativo, sob os mais variados temas: O Alcoolismo, A Pátria, As Formas de Governo, “ A Liberdade, Igualdade e Fraternidade” e outras¹⁷⁷. Consideramos, que o espírito inicial desta escola continuou firme, durante toda a sua existência.

2.1.9.2. Reconstituição do Funcionamento da Escola da SIT

A procura de mais informação sobre a escola noturna popular desta associação levou-nos a procurar alguém que tivesse sido seu aluno. Porém, dado que a escola começou a funcionar em 1904, seria quase impossível encontrarmos alguém que a tivesse frequentado na primeira década do séc. XX. Assim, foi-nos indicado pelo Sr. Vitor Medina, autor de muitas obras sobre Tavadere, o nome do Sr. Manuel Lontro, ainda hoje um aficionado da Sociedade de Instrução Tavadereense, onde passa parte do seu dia. Assim, a 3 de Abril de 2012 entrevistámos o Sr. Manuel Lontro, que nos recebeu, no bar dessa associação. A conversa fluiu e de forma lúcida, o nosso entrevistado foi-nos respondendo às questões que formulámos. O seu testemunho parece-nos muito importante, para tentar reconstituir a história desta escola noturna, que funcionou durante largos anos, só vindo a ser encerrada em 1942, devido a imperativos impostos pelo Estado Novo. Por analogia, conseguimos estabelecer pontes, entre a forma como funcionou esta escola na sua génese, com o tempo em que Manuel Lontro a frequentou, no final dos anos 30. Procurámos, aqui e ali no edifício, vestígios dessa época. De salientar que esta associação já conta 109 anos, e continua viva, atuante e muito dinâmica, em especial no que diz respeito ao teatro amador.

Manuel Lontro nasceu a 1933 e tal como nos disse, estudou nesta escola noturna a partir de 1938, tendo mais tarde frequentado a escola primária oficial. Ele seria o aluno mais novo, sendo que os restantes eram maiores e a grande parte, já adultos. Nesta escola aprendia-se, portanto, as primeiras letras, através do Método João de Deus como nas restantes escolas populares. Muitos alunos ficavam-se só com o que aprendiam nesta

¹⁷⁷ Os temas destas conferências estavam de acordo com a formação académica de base de José Gomes Cruz que era médico, mas estão também impregnadas de ideologia republicana, em que a defesa de valores como a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, nos parecem bastante corajosas em 1941, altura em que o Estado Novo não dava tréguas à difusão de ideias mais liberais.

escola, alguns iam para a escola primária oficial a fim de realizarem os exames, pois nesta escola os alunos não eram preparados para esse fim. Manuel Lontro referiu que nesta aula se aprendia a ler, escrever, contar e a fazer contas de somar, subtrair, multiplicar e dividir.

Tivemos curiosidade em questionar se o ensino das primeiras letras naquela sociedade tinha alguma coisa a ver com a necessidade de criar competências leitoras nos pretensos atores, uma vez que já tínhamos tido essa percepção, anteriormente, junto de outras pessoas ligadas à associação. Porém, Manuel Lontro descartou essa hipótese, dizendo que:

“Esta escola noturna teve um fundamento. Fundaram-se muitas coletividades na transição para a República e a maioria tinha nos seus estatutos que uma das suas funções era ensinar as primeiras letras. Estas escolas não eram oficiais, estavam à margem das escolas do estado. Esta escola funcionou até 1942, altura em que começaram a exigir às escolas que usassem os livros oficiais [os livros únicos do Ministério da Educação] e os professores deveriam ser diplomados. Ora, a SIT sempre se orgulhou de ser uma sociedade autónoma e independente, logo não quis continuar com a escola nestas condições”. Portanto, esta escola nasceu do frenesim dos anos que antecederam a implantação da República, bem como à ênfase concedida à questão da instrução/alfabetização popular”. (Entrevista a Manuel Lontro, 2012)

A escola funcionou de forma autónoma, liberal, democrática, republicana, laica e de influência maçónica, como tal não quis continuar a funcionar com as regras [estreitas] impostas pelo Estado Novo, obrigando a que os professores fossem formados e que os livros fossem os oficiais. Ora, todo este trabalho de lecionação era feito por beneméritos, pessoas não formadas, que tinham aprendido a ler, escrever e contar e efetuar operações aritméticas elementares, tinham profissões díspares, faziam este trabalho por amor à coletividade e ao povo analfabeto. Ora, a escola não teria condições de contratar professores diplomados, segundo afirmação de Manuel Lontro.

À questão “- Quem eram os professores?”, Manuel Lontro respondeu que os professores eram adultos que sabiam ler escrever e contar, e tinham as mais diversas profissões. Podiam ser tipógrafos, operários dos Caminhos de Ferro. O meu professor foi o meu irmão mais velho, Benjamin Gaspar Lontro, que nasceu em 1919 e me ensinou as primeiras letras [...] Mas havia o Sr. João Santos. Outro professor foi o Sr. José Cordeiro, que era tipógrafo; o Sr. Amílcar Vaz de Oliveira que era ferroviário, o Sr. António Migueis Fadigas, que também era ferroviário, e o Sr. Fernando da Silva Ribeiro¹⁷⁸. Na classe mais adiantada, dava aulas o Sr. Firmino Cunha.

¹⁷⁸ O nome da Biblioteca da Associação tem o nome de Fernando da Silva Ribeiro, como homenagem pelo seu trabalho enquanto professor e ponto do teatro da SIT, sendo que profissionalmente era aferidor de pesos e medidas da Câmara.

Ainda perguntámos, se se lembrava de Manuel Gomes Cruz e o seu irmão José Gomes Cruz serem professores nesta escola, Manuel Lontro hesitou¹⁷⁹, por outro lado fez referência a Manuel Jorge Cruz, sobrinho daqueles e tipógrafo de profissão, proprietário da Tipografia Popular e do Jornal *A Voz da Justiça*, que terá sido, anteriormente, professor dessa escola.

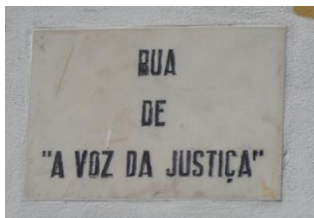


Figura 25- A principal rua de Tavadede, que corta transversalmente todo o principal aglomerado populacional, tem o nome de “Rua Voz da Justiça”, na medida em que foram Tavadenses os principais mentores deste jornal: Gentil da Silva Ribeiro, seu 1º editor. Manuel Jorge Cruz, seu diretor e proprietário, e José da Silva Ribeiro, filho do primeiro e tipógrafo nesse jornal, desde muito jovem. (Arquivo Pessoal)

Questionámos Manuel Lontro onde funcionaria a escola, na sua altura, naquele edifício. Este respondeu que nessa altura funcionava, precisamente, naquele local onde é hoje o bar. Havia uma separação nessa divisão. Do lado direito era onde estudavam os alunos principiantes. Do lado esquerdo era onde se dava aulas aos alunos mais adiantados. As mesas e bancos eram de correr. A secretária do professor era ao pé da janela, onde atualmente se encontra uma televisão.

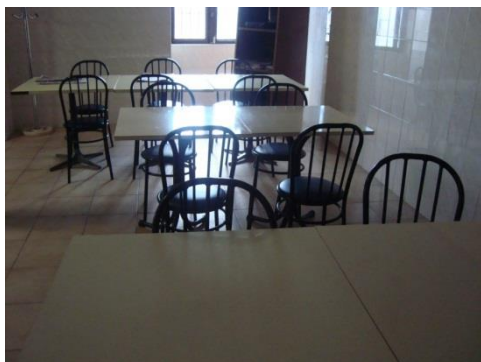


Figura 26 - Local onde no final dos anos 30 funcionavam as aulas da escola noturna da SIT. Hoje é o bar da coletividade. (Arquivo Pessoal)

Figura 27 - Local da SIT, por baixo do palco da sala de espetáculos, onde na 1ª década do séc. XX terão funcionado as aulas desta escola popular. (Arquivo Pessoal).



De acordo com informações orais, anteriormente recolhidas, tivemos conhecimento, que no início da escola e durante alguns anos, as aulas decorriam numa sala debaixo do

¹⁷⁹ E bem, porque na altura em que frequentou essa escola os irmãos Gomes Cruz já seriam idosos e teriam outras responsabilidades na cidade

palco do teatro. Tal como se pode constatar, a escola da SIT foi sendo mantida a funcionar em pleno, verificando sempre maior afluência em cada novo ano. Os contemporâneos apercebiam-se que nunca em Tavarede tinha existido uma associação tão bem organizada e que tivesse prestado tantos serviços à causa de instrução popular. Apesar das aulas serem criadas para os filhos dos sócios, eram ali admitidas crianças pobres e órfãs, a quem além de se darem aulas, ainda lhe eram fornecidos livros e material necessário. Além do ensino das primeiras letras e outros conhecimentos de instrução primária, também existia nesta coletividade aulas de música e criou-se, também, uma aula de desenho.

Quanto à música, não existem notícias da formação de qualquer tuna ou outro agrupamento musical, para além daqueles que se formavam para abrilhantarem os espetáculos teatrais. Sobre a aula de desenho, que se presume que esteve a cargo do Tavadense João Nunes da Silva Proa, não encontramos quaisquer notícias posteriores.

Anualmente, os alunos da escola noturna, faziam prova do seu aproveitamento. Além de fazerem uma exposição com os seus trabalhos escolares, organizava-se uma festa, em colaboração com a escola primária oficial que, regra geral, culminava com um sarau no teatro da Sociedade de Instrução Tavadense. Os alunos recitavam poesias, liam trechos clássicos, diziam monólogos, cantavam algumas canções e o seu hino e terminavam a sua atuação com uma ou duas comédias e/ou um ato cómico. Nalguns anos também apresentavam alguns números de ginástica. A educação física era-lhes ensinada por João dos Santos Júnior¹⁸⁰. Estes saraus terminavam com a participação dos amadores mais velhos, numa comédia.

2.1.9.3. Os últimos anos da Escola Noturna da SIT

Sabe-se que esta escola, que durante tantos anos instruiu na freguesia de Tavarede, funcionou ininterruptamente de 1904 a 1942, ano em que haveria de encerrar as suas portas devido a imperativos do governo, que não pode ou não quis satisfazer. Manuel Lontro, ao ser entrevistado sobre esta escola referiu que os dirigentes desta associação prezavam-se de ter uma orientação independente e laica, o que terá sido motivo para o Estado novo não a tolerar.

“Depois de ter cumprido, durante tantos anos, a sua elevada e espinhosa missão, tendo até, no ano anterior, 1941, tido uma frequência de 80 alunos, em parte devido a ter estado encerrada a escola primária oficial, fechou as suas portas, por ser impossível o cumprimento de determinados preceitos legais então impostos pelo governo.” (Medina, 2004, p. 30)

¹⁸⁰ A educação física, como complemento à formação integral do indivíduo era ainda um conceito novo. Como tal, esta escola podia considerar-se vanguardista neste domínio, dado que acrescentava ao ensino das primeiras letras, ao desenho e música, a educação física.

Como funcionaria, esta escola, nos seus últimos anos? Acreditamos que de forma muito semelhante ao que nos foi descrito por Manuel Lontro. Tivemos curiosidade de ver registos de matrículas, classificação dos alunos, listas de alunos, registo de assiduidade e livros da associação emprestados a alunos, todos eles referentes aos últimos anos do funcionamento da escola. Manuel Lontro facultou-nos esse material, para que fotografássemos e fizéssemos história daquela escola popular. Verificámos que tudo estava bastante organizado e que o professor da escola era extremamente meticoloso. Vejamos alguns desses documentos:



Figura 28 - Livro de matrículas referente ao ano letivo de 1941-42. (Arquivo Pessoal).

N.º da matrícula	Nome do Aluno	Idade	Nome do Pai
1	Francisco Lemos	15	José Gonçalves Lemos
2	António de Oliveira Casares	14	António Casares
3	José de Oliveira Casares	14	António Casares
4	Quinto Simões	13	Quinto Simões
5	João de Oliveira Vais	12	José Vais
6	João Aguiar	11	José Aguiar
7	António Aguiar	10	José Aguiar
8	António Aguiar	9	José Aguiar
9	António Aguiar	8	José Aguiar
10	António Aguiar	7	José Aguiar
11	António Aguiar	6	José Aguiar
12	António Aguiar	5	José Aguiar
13	António Aguiar	4	José Aguiar
14	António Aguiar	3	José Aguiar
15	António Aguiar	2	José Aguiar
16	António Aguiar	1	José Aguiar

Figura 29 – Lista de alunos da escola e nome dos respetivos pais. (Arquivo Pessoal)

Ensino primário		Sociedade de Instrução Popular																	
Frequência em cada um dos dias letivos																			
Nome	Classe																		
N.º da matrícula	Nome	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	António Aguiar																		
2	António Aguiar																		
3	António Aguiar																		
4	António Aguiar																		
5	António Aguiar																		
6	António Aguiar																		
7	António Aguiar																		
8	António Aguiar																		
9	António Aguiar																		
10	António Aguiar																		
11	António Aguiar																		
12	António Aguiar																		
13	António Aguiar																		
14	António Aguiar																		
15	António Aguiar																		
16	António Aguiar																		
17	António Aguiar																		
18	António Aguiar																		
19	António Aguiar																		
20	António Aguiar																		
21	António Aguiar																		
22	António Aguiar																		
23	António Aguiar																		
24	António Aguiar																		
25	António Aguiar																		
26	António Aguiar																		
27	António Aguiar																		
28	António Aguiar																		
29	António Aguiar																		
30	António Aguiar																		

Figura 30 – Registo de presenças dos alunos às aulas. (Arquivo Pessoal)

Face à eminência do fecho da escola da SIT foi enviada uma carta a 6 de Abril de 1942, ao Comissário Adjunto da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, argumentou-se que:

“ [...] Durante mais de 30 anos esta colectividade manteve a sua escola nocturna, especialmente frequentada por adultos e na qual se ministrava o ensino das primeiras letras, ensinando-se a ler, escrever e contar. O seu fim era reduzir o número de analfabetos que, por trabalharem durante o dia, só à noite podiam frequentar a escola. Felizmente, com o decorrer dos anos, pode hoje quase dizer-se que não há analfabetos nesta localidade. E como as crianças em idade escolar frequentam as escolas primárias oficiais diurnas que funcionam nesta freguesia, a frequência da nossa escola nocturna foi diminuindo. Presentemente esta escola já

não funciona. A carta de que se faz transcrição foi escrita e assinada pelo presidente da Assembleia Geral, José da Silva Ribeiro.” (Medina, 2004, p. 30-31)

José da Silva Ribeiro dedicou décadas da sua vida a esta casa, instruindo através do teatro, do qual foi o seu maior cultor. A Sociedade de Instrução Tavadense dedicou-lhe todas as homenagens. O Mestre José da Silva Ribeira possui uma estátua num pequeno largo à frente da Associação, a casa onde viveu, na Rua *Voz da Justiça*, tem uma lápide em sua homenagem e o seu lema de vida foi: “E eu ey nome ninguém e busco a consciencia”. Este homem, que dedicou a sua vida à causa cultural da sua terra, acabou por se fundir com o espírito desta associação, hoje centenária.

2.1.10. As escolas populares nas freguesias limítrofes (Quiaios, Alhadas e Brenha)

A instrução da classe operária era uma questão amplamente debatida na Figueira da Foz, em finais do séc. XIX e início do séc. XX. Este grupo social constituía por esta altura uma importante fatia da sociedade figueirense. Nos meios republicanos e maçónicos, debatia-se a necessidade de melhorar o seu nível de instrução, combatendo-se a tão famigerada taxa de analfabetismo. Só na segunda metade do séc. XIX, a Figueira tinha sido contemplada com a construção de uma escola de ensino primário, oferta feita ao nosso Concelho¹⁸¹ por Joaquim Ferreira dos Santos, conhecido por Conde de Ferreira.

Devido ao facto de os operários necessitarem de aceder à instrução, em 1881 a Câmara Municipal deliberava abrir um curso noturno de instrução primária que funcionaria na Escola Conde de Ferreira, destinada a todas as pessoas com mais de 10 anos que não pudessem frequentar a escola diurna. Mas esta escola tornava-se manifestamente insuficiente para as necessidades do operariado local. Portanto, no final do século XIX e início de XX, o ensino primário das classes populares da Figueira da Foz estavam na mão de Associações e Coletividades de Cultura e Recreio e das Associações de Classe. A formação de Comissões de Beneficência¹⁸² da Educação em cada freguesia e a emergência de novos centros republicanos, criados sob os auspícios da Loja Fernandes Tomás, contribuíram para a fundação e manutenção na cidade de diversas escolas dedicadas ao

¹⁸¹ De entre 120 outros concelhos importantes do país.

¹⁸² Na Figueira da Foz, para a criação das Comissões de Beneficência e Ensino teve início em janeiro de 1905 e foram convocados para o efeito diversas personalidades de cada freguesia (em especial os padres e os professores e mais cinco cidadãos nomeados pela Direção Geral da Instrução Pública.). Era necessário dar urgente cumprimento às disposições legais em vigor, que constavam num Regulamento que datava de 15 de Setembro de 1902. Tendo em conta o art.º 384, essas comissões destinavam-se a contribuir para o desenvolvimento da instrução na paróquia, promovendo a realização do ensino obrigatório, facilitando a frequência da escola aos alunos mais necessitados.

ensino noturno. No ano de 1910 a Loja Fernandes Tomás, mantinha na periferia da cidade, a expensas exclusivas dos próprios irmãos, escolas em Quiaios, Brenha e Alhadas.

2.1.10.1. Centro Republicano de Quiaios (Centro António José de Almeida)

A 2 de junho de 1908, *A Voz da Justiça*, qual órgão de comunicação do movimento republicano e da maçonaria local ¹⁸³ publica um artigo com o título «Partido Republicano em Quiaios. Centro Dr. António José d'Almeida», no qual dizia:

“A comissão paroquial de Quiaios, auxiliada pelo nosso correlegionario José da Luz, dedicado membro da comissão municipal republicana, está empenhada pela fundação de um centro n'aquela localidade, patrocinado pelo ilustre chefe sr. dr. Antonio, José d'Almeida, e que deve manter uma escola e uma biblioteca para as classes populares”. (*A Voz da Justiça*, Ano 7º, nº 577, 2 de junho de 1908, p. 2)

Tal como na cidade da Figueira, em Buarcos e em Tavarede, este movimento tendente a instruir um maior número de pessoas da classe operária, começava a alastrar-se à periferia. Havia que sensibilizar as populações para essa nova situação. Difundiu-se, por essa altura uma circular pelas populações locais, fazendo-se a apologia do ensino e da instrução popular, sintetizada na ideia mais que debatida e expressa, pela palavra de oradores locais de méritos firmados reforçando a ideia de que o elemento mais poderoso do progresso é, incontestavelmente, «o desenvolvimento da instrução e da educação», ideia essa corroborada por grandes intelectuais do país, como por exemplo Guerra Junqueiro, apoiava este movimento na seguinte expressão: «Abrir escolas é fechar cadeias».

Desta forma, os membros da comissão instaladora do Centro Republicano Escolar Dr. José de Almeida tentaram persuadir os habitantes daquela terra através de uma circular na qual enalteciam os benefícios deste centro, ao pretender criar nesse local uma aula pelo Método João de Deus, um Gabinete de Leitura e uma Biblioteca, para enriquecimento cultural dos seus frequentadores. Na sequência da difusão da referida circular era solicitado que os habitantes desse lugar contribuíssem com livros de propaganda, de arte, literatura e de ciência.

Por isso esperam que no ilustrado espírito de V. Ex.^a encontrarão o seu valiosíssimo auxílio, sem o qual não poderão levar á pratica a criação da Bibliotéca e semelhante ideia não passará d'um sonho, pois que, sendo os recursos do Centro insignificantes, não podemos comprar todos os livros precisos. (*A Voz da Justiça*, Ano 7º, nº 577, 2 de junho de 1908, p. 2)

¹⁸³ Embora o jornal *A Voz da Justiça* nunca o tinha admitido, abertamente, junto dos seus leitores.

Este movimento pretendia reduzir o número de analfabetos, revelando simultaneamente o amor pela Pátria, pela liberdade e pelo reconhecimento do nosso país a nível internacional. A comissão diretiva deste Centro, era constituída por: Joaquim Gil Neto, António Neto Gil Nogueira, Albano de Sousa, José da Luz, que terminam a circular solicitando a colaboração de todos:

Portanto, dirigindo-se aos residentes de Quiaios, como aos seus correligionários republicanos, esta comissão de homens, fazia a propaganda da instrução e demonstrava vontade de criar uma escola e uma biblioteca, para contribuir para a instrução do povo daquela localidade. Como *post scriptum* a circular era divulgava a informação de que os donativos deveriam ser entregues a José da Luz¹⁸⁴ no seu estabelecimento no Largo Luiz de Camões, na Figueira da Foz.

O jornal, *A Voz da Justiça* aproveitava a ocasião para se aliar e elogiar esta iniciativa da Comissão Paroquial de Quiaios, que contribuiria para o «levantamento das classes trabalhadoras», dentro de uma perspetiva ferverosamente republicana e maçónica. O impacto deste pedido feito junto das populações, haveria de traduzir-se na oferta de livros que se destinavam à sua biblioteca, sendo que algumas obras eram de propaganda de ideias avançadas¹⁸⁵, outros eram de literatura portuguesa e estrangeira dos melhores autores do momento. O Sr. José Luz, membro da Comissão Paroquial Republicana de Quiaios, ao ver bem-sucedido no seu apelo, vem a 12 de junho de 1908 agradecer os donativos efetuados aos leitores do jornal *A Voz da Justiça*.

A 16 de Junho de 1908, esse jornal informa que inauguração do Centro Democrático Instrutivo de Quiaios, estava previsto para o dia 28 desse mês, congratulando-se com este acontecimento tão relevante para aquela freguesia. Porém, o Centro Escolar de António José d'Almeida seria inaugurado muito mais tarde. Só a 7 de outubro de 1908, *A Voz da Justiça* dá conta, na sua primeira página, da «Brilhante festa republicana. Inauguração do Centro Escolar António José d'Almeida» em Quiaios. Utilizando o tom panfletário que já era seu apanágio, o jornal congratula-se pelo facto de um lugar como Quiaios, tão sujeito ao impacto do caciquismo local, estar nesta altura a dar um passo em frente no sentido do progresso.

“No pobre logarejo onde há pouco ainda não cabia a ideia de Republica sem o horror infundado da blasfémia que o caciquismo incutira no rude espirito das povoações para d'ele tirar na treva a razão única da vida das instituições monárquicas de Portugal, - já hoje se ergue altivo o grito revoltado que condena o régimen que nos guiará á vitoria”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 613, 7 de outubro de 1908, p. 1)

¹⁸⁴ Era negociante na nossa cidade em o seu nome consta de uma lista de republicanos inscritos no *Almanaque Republicano de 1911*.

¹⁸⁵ Possivelmente de política, filosofia...

A inauguração do Centro Escolar António José de Almeida, em Quiaios, revestiu-se de solenidade e imponência característica das festas democráticas que se vinham a realizar.

Neste evento, os habitantes de Quiaios e os Figueirenses rejubilaram com a presença de figuras ilustres do republicanismo português, entre as quais estiveram Bernardino Machado, António José de Almeida e Afonso Costa. Este acontecimento foi acompanhado por atos simbólicos, como o lançamento de foguetes e ouviram-se acordes de *A Portuguesa*. Fez-se um cortejo acompanhado pela filarmónica que conduziu grandes vultos democráticos ao Centro Escolar Dr. António José de Almeida. A comissão organizadora das festas esteve a cargo de um grupo de homens presidido por José da Luz¹⁸⁶.

Na sequência a sua inauguração, o jornal *A Voz da Justiça* informa nas suas páginas que o Centro Escolar António José de Almeida promoveria dali em diante palestras todos os sábados à noite, sendo que a primeira estava prevista para o dia 10 de outubro, pelo Dr. Afonso Henriques e que estava subordinada ao tema - «As nossas mulheres».

No dia 27 de dezembro de 1908, no Teatro Quiaiense, teve lugar uma festa escolar pelo professor oficial José da Costa Maia. *A Voz da Justiça*, na senda da defesa da instrução popular, publica dois dias depois um artigo com o nome «Notícias de Quiaios» onde refere que deste evento fizeram parte várias atividades como a recitação de poesias patrióticas, foi cantado o hino escolar, e uma orquestra tocou músicas compostas para a ocasião, além de terem sido distribuídos prémios aos alunos que mais se distinguiram na escola e nos exames, e as crianças mais pobres receberam peças de roupa. Estes prémios foram suportados pela caixa escolar, que o professor criara, contando com o apoio dos particulares a esta causa.

A escola do Centro Republicano de Quiaios funcionou nesse ano letivo de 1908-09, concomitantemente com as escolas oficiais dessa localidade.

Partindo do pressuposto que as conferências também eram meios de instrução popular, este Centro Republicano, através de *A Voz da Justiça* de 26 de Fevereiro de 1909 noticiou que o Dr. José Gomes Cruz iria realizar no domingo seguinte, uma conferência sobre Educação Cívica no Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida, de Quiaios. Constata-se, aqui, que os mesmos preletores que faziam a propaganda da instrução na Figueira acabaram por ser os mesmos que, de forma abnegada e voluntariosa, se deslocavam a outros locais da periferia. Neste caso, José Gomes Cruz, grande

¹⁸⁶ A direção do Centro António José de Almeida passa a ser composta pelos seguintes cidadãos: Presidente- Dr. Afonso Henriques; Vice-Presidente – Albano Sousa; Secretário- Manuel da Costa Maia; Tesoureiro – Tomás Custódio Nogueira.

comunicador e defensor dos ideais republicanos desloca-se a Quiaios para fazer propaganda republicana.

Apesar da campanha antimonárquica que os republicanos tinham levado a cabo nos últimos anos e que gerara conflitos entre o poder temporal e espiritual, mesmo assim, existiram padres e outros elementos do clero, que sendo mais liberais se posicionaram ao lado do movimento Republicano. A Escola do Centro Republicano de Quiaios aguardava a conferência do padre de Vila Seca, Dr. António Augusto¹⁸⁷ para solenizar a festa do primeiro aniversário do Centro. Porém a sua coragem, acabou por despoletar a cólera dos seus superiores, que o deportaram para o Brasil. Tal notícia chegou aos leitores figueirenses através de uma notícia do jornal, *A Voz da Justiça*, de 8 de outubro de 1909. A conferência, tão esperada, acabou por não acontecer. As ideias de liberdade e democracia continuavam a ser consideradas uma ameaça nos meios mais conservadores.

No ano de 1909, fundou-se em Quiaios uma Caixa Económica Escolar Quiaense, cujos estatutos apontam para fins que tinham em conta a sustentabilidade das escolas naquela localidade.

A Caixa Económica Escolar de Quiaios, no Capítulo I dos seus Estatutos - Denominação e fins da Associação: aponta no Artigo 1º o seu principal objetivo: “ [...] é criada uma Associação comum as duas escolas, do sexo masculino e feminino da povoação de Quiaios, com sede na mesma denominada Caixa Economica Escolar Quiaense”. (Caixa Económica Escolar Quiaense. *Estatutos*, 1909, p.1).

Como ponto único, estava previsto que se mais alguma escola da freguesia fosse criada, o seu professor deveria solicitar à Comissão Protetora Consultiva a autorização para fazer parte dessa Associação de carácter mutualista, ficando abrangida pelos benefícios previstos. Pensamos que nestas condições poderia estar a Escola do Centro Republicano António José d’Almeida, que ao integrar-se nesta Caixa estaria a acautelar o futuro da escola.

No final de março de 1910 a Comissão Paroquial Republicana da povoação de Quiaios reuniu na sede do Centro Escolar José António de Almeida para proceder à deliberação da construção de um edifício condigno para nele instalar aquele centro, assim como um teatro e uma escola.

A implantação da República gerou uma onda de satisfação na população da Figueira e nas freguesias que compunham o Concelho. Se antes da República havia que propagandear os seus valores e explicar as diferenças que se poderiam produzir no nosso país, caso nos libertássemos das amarras do regime monárquico, a partir de 5 de outubro de 1910, havia que ensinar a viver em democracia, dentro do regime republicano. A

¹⁸⁷ Democrata convicto e solidário com a política republicana.

população portuguesa não se encontrava preparada para esta mudança tão profunda do paradigma político vigente. Como tal, certas personalidades mais prestigiadas do partido, continuaram a fazer uma intensa propaganda junto das populações, em especial aquelas que viviam arredadas dos centros políticos e que se encontravam, ainda, pouco instruídas.

A vinda de Bernardino Machado ao Centro Republicano de Quiaios constituía uma honra para os habitantes dessa localidade e para o povo da Figueira da Foz em especial para todos aqueles que, neste meio, lutaram pela implantação da República. A *Voz da Justiça*, de 16 de dezembro de 1910 publica nas suas páginas uma notícia com o título «Política Republicana». Nascia, assim uma nova Era e Bernardino Machado defendia que:

“[...] necessitamos, [...] de educar o cidadão na vida publica, de modo a poder um dia, seguindo a escala politica, ser o representante da nação com legitimo direito e provada competência, fazendo-se uma benéfica renovação dos homens de governo: fazer uma espécie de promoção, crear uma hierarquia social que evitará que se improvisem governantes”. (A *Voz da Justiça*, ano 9º, nº 840, 16 de dezembro de 1910, p. 1)

Todo o seu discurso se batia pela democracia, anunciando que a partir daí seriam os populares que escolheriam os seus representantes, através do voto.

2.1.10.2. Centro Republicano de Brenha (Centro Dr. Magalhães Lima)

Tal como em Quiaios, a Loja Fernandes Tomás pretendia alargar os seus tentáculos a outras localidades. No ano de 1910 esta Loja Fernandes Tomás mantinha na periferia da cidade, a expensas própria, uma escola noturna popular em Brenha.

A *Voz da Justiça*, de 6 de maio de 1910, informa os seus leitores que se iria realizar “[...] no próximo domingo em Brenha, as 3 horas da tarde, a inauguração do Centro Eleitoral Republicano Dr. Magalhães Lima, com uma conferencia pelo distinto académico Ramada Curto e discursos por outros académicos”. (A *Voz da Justiça*, Ano 8º, nº 777, 6 de maio de 1910, p. 3). Estava previsto que republicanos que habitavam na cidade se deslocassem àquele centro de carro, sendo a partida à 1 hora da tarde, estando aberta a inscrição na Tabacaria Silva. A notícia volta a ser publicada no mesmo periódico, a 10 de maio de 1910 onde se podia ler que “Em Brenha inaugura-se o Centro Eleitoral Republicano Dr. Magalhaes Lima”. Estamos em meados de 1910, e não encontrámos, para este arco temporal, nenhuma referência à escola noturna popular de Brenha. Naturalmente, o resto do ano foi bastante conturbado, especialmente em outubro, com a queda da Monarquia e a instauração da República, acontecimentos que geraram grandes convulsões internas, que dificultaram a inauguração dessa escola popular nessa altura.

2.1.10.3. Escola Popular de Alhadas

Tal como nas localidades anteriores, também nas Alhadas, terá havido, nesta altura, uma escola noturna cujo benemérito foi Francisco Euquerio de Quadros, que além de ter cedido a casa, suportava as suas despesas e era também o professor da mesma. O método de ensino das primeiras letras era, tal como nas restantes escolas, o Método João de Deus. O periódico, *A Voz da Justiça* de 22 de Novembro de 1910 dá conta da sua visita a essa escola.

“Estivémos no domingo nas Alhadas, onde visitámos a escola pelo método de João de Deus do nosso amigo e correligionário sr. Francisco Euquerio de Quadros, vogal efetivo da comissão administrativa municipal. O nosso amigo é proprietário da casa, que está convenientemente mobilada, e não se contenta com ocorrer a todas as despesas de manutenção da escola, visto que é também professor. A escola é frequentada por 29 alunos e é dirigida com todo o zelo e proficiência, sendo o aproveitamento dos alunos visível pelos trabalhos escritos que tivemos ocasião de apreciar”. (*A Voz da Justiça*, ano 9º, nº834, 22 de novembro de 1910, p. 3)

A esta escola noturna, acorriam, nesse ano 29 alunos, o que não pode ser considerado pouco, dado que se tratava de uma aldeia de agricultores, até ao momento, pouco sensíveis aos benefícios da instrução. O jornal elogiava o trabalho levado a cabo por um correligionário da causa da instrução popular, Francisco Quadros, que ao ensinar analfabetos naquela aldeia, estava a dar uma prova inequívoca do seu espírito democrático e da sua dedicação á causa pública.

É interessante verificar, que estas escolas noturnas populares, que surgiram na passagem da monarquia para a república, todas elas ficam situadas em freguesias do norte do concelho, em localidades maioritariamente de economia agrícola. Temos a noção de que não esgotamos o estudo de todas as escolas populares e noturnas existentes no período que incide a nossa pesquisa e que mereceu a nossa atenção, Porém, foram focadas as escolas populares mais importantes e que mais impacto tiveram na instrução popular¹⁸⁸. Sem elas, nessas localidades o problema do analfabetismo teria sido muito mais acentuado, uma vez que estes alunos não tinham qualquer hipótese de frequentar a escola oficial e diurna, dado que desde muito cedo trabalhavam a par com os adultos, nas mais diversas atividades.

¹⁸⁸ No Centro Eleitoral José Falcão, passada que estava a campanha pelo republicanismo, a 12 de dezembro de 1910 deu início a um curso noturno, lecionado pela professora Celestina Ribeiro Couto, que de forma generosa se ofereceu para prestar esse serviço. Esta escola começou por ser frequentada por trinta alunos de ambos os sexos.

2.2. INQUÉRITO À INSTRUÇÃO - 1910

Estava-se no início de 1910 e foi enviado, por uma comissão parlamentar nomeada para o efeito, um inquérito para se conhecer o estado da instrução primária e secundária nas diversas cidades do país. Assim, foram remetidos exemplares às Câmaras Municipais de todos os concelhos do país, professores primários, oficiais e particulares, a alguns médicos e outras entidades. Na Figueira da Foz o inquérito foi dirigido à Câmara Municipal, que o enviou às várias associações e corporações, com a finalidade destes responderem ao mesmo, aproveitando a ocasião para darem sugestões e contributos para que se resolvesse o grave problema da instrução em Portugal. Este era um sinal, inequívoco, de que estavam a definir-se prioridades no governo do país, os ventos da história preparavam um novo sentido para Portugal: a Monarquia Constitucional aproximava-se do fim, a passos largos.

A *Voz da Justiça*, a partir de 25 de janeiro de 1910, no seu editorial, começa a dar conta do que se pretende com este inquérito e obviamente, informando da intenção de reproduzir nas suas páginas as respostas que a Associação de Instrução Popular deu sobre o estado da educação no nosso Concelho. Através deste documento, que irá ser publicado semana após semana, neste jornal¹⁸⁹ podemos colher informações muito importantes relativas à questão da educação local. Este inquérito de nível nacional tratou-se de uma primeira tentativa de saber o estado do ensino no nosso país, prestando um grande serviço à instrução popular.

“Para que isso suceda, torna-se indispensável que todos a quem ele for enviado, caprichem em responder com verdade, e o máximo escrúpulo ao maior numero dos seus quesitos, para que o resultado, não sendo inteiramente aproveitável, não seja completamente inútil¹⁹⁰”. (A *Voz da Justiça*, ano 8º, nº748, 28 de janeiro de 1910, p. 1)

O autor do texto, Santos Pousada, alerta para a importância de se responder com toda a franqueza ao inquérito, se irá constatar que a instrução primária, tal como existia era «uma burla». A realidade era que, os métodos utilizados, segundo o autor, eram «absurdos», os programas «disparatados» e os resultados obtidos «os mais falsos». Havia falta de edifícios escolares e mobiliário adequado, material pedagógico necessário e uma inspeção honesta. A sua opinião é de que o professor não utiliza mais nas suas aulas do que o compêndio e os alunos transformam-se em «papagaios», que reproduziam maquinalmente o que lhe foi metido à força na cabeça. O autor é da opinião que dado o estado do ensino primário em Portugal é comparável a um «cancro», não merecendo, portanto, a dotação que se destinava a esse serviço público.

¹⁸⁹ Uma vez que se trata de um inquérito bastante extenso, como veremos.

O jornal *A Voz da Justiça*, de 25 de fevereiro desse ano, apela ao preenchimento deste importante questionário sobre a instrução, uma vez que daí poderão ser retiradas conclusões muito importantes. O jornal conclui a sua divulgação dizendo que “É muito louvável a disposição dos cavalheiros que desejam colaborar em obra tão patriótica”. (*A Voz da Justiça*, Ano 8º, nº 757, 25 de fevereiro de 1910, p. 2)

No mês de abril, o jornal *A Voz da Justiça* informa que a partir dessa altura irão passar a publicar as respostas que a Associação de Instrução Popular deu ao referido inquérito. A Associação de Instrução Popular justifica a sua resposta a este inquérito pelo interesse que tem manifestado pela questão da instrução popular, referindo-se ao facto de ter aulas próprias, pela proteção que tem dispensado a algumas escolas, pelas conferências públicas realizadas, assim como o estímulo que esta associação tem dado a outras associações locais que têm como fim desenvolver a instrução. O jornal considera que a sua publicação tinha todo o interesse, dado que podia espelhar a «miséria da instrução primária no nosso concelho».

A 19 de abril de 1910, o periódico, *A Voz da Justiça*, começou a publicar as respostas da Associação de Instrução Popular. Esse jornal, que era «a voz» desta associação, reconhece, que a instrução tem sido votada ao desprezo, o que tem constituído a causa de todos os males pelos quais o país passava. Assim, aproveita o ensejo para referir que investir na educação contribui para o engrandecimento moral e intelectual do povo português, abrindo caminho para um exercício consciente do papel social de cada cidadão.

Figura 31- Inquérito à Instrução no Jornal *A Voz da Justiça*, Ano 8º, nº 772, 19 de Abril de 1910, p. 1. (Cedência de imagem da BMFF)



As informações recolhidas nas respostas a este inquérito são de grande relevância para o estudo do ensino primário oficial e popular do Concelho da Figueira da Foz. Como tal, segue em **Anexo VI** (Cf. p. XX-XXVI) a transcrição quase integral das respostas da Associação de Instrução Popular a este inquérito e que foram publicadas nas páginas do periódico, *A Voz da Justiça* 19 de abril de 1910 a 6 de Maio de 1910. Todas as dinâmicas escolares, metodologias, escolas, bibliotecas e demais equipamentos educativos encontram-se aqui referidos, com clareza e objetividade, sem qualquer intenção de mascarar a situação, mas sim de apontar os pontos fracos e as ações de melhoria possíveis nos mais diversos domínios.

Capítulo III - As Bibliotecas e Salas de Leitura

3.1. Bibliotecas e ideologia Republicana

Para além das escolas populares existentes na Figueira da Foz e freguesias limítrofes, pretende-se também conhecer os espaços de leitura pública, no período tumultuoso, complexo e dinâmico de fins do séc. XIX, até à implantação da República¹⁹¹.

Na verdade, muitas bibliotecas, de cariz popular, tiveram a sua origem nesta cidade¹⁹², em fins do séc. XIX e inícios do século XX. Bastantes associações emergiram nessa altura, sendo que algumas tinham como intuito inicial a promoção da instrução, aumentando os níveis de instrução e incremento da leitura. Muitas sociedades de recreio, de classe, mutualistas, de instrução e até desportivas, tinham claro nos seus estatutos a intenção de criar bibliotecas e/ou salas de leitura. Aliadas a muitas destas bibliotecas foram criadas escolas de carácter popular.

“No sector educativo, o operariado organizado e mais vanguardista adotou uma inovadora tendência pedagógica (a do racionalismo pedagógico da “escola nova”) implicando um ensino emancipador dos indivíduos, assente na educação elementar, de par intelectual e manual. Em suma, uma escola de e para operários [...]”. (Melo, 2010, p. 13)

Os ventos de mudança trazidos pelos ecos do ideário republicano que clamavam cada vez mais fortemente por uma cidadania democrática, na qual a instrução era um instrumento central, chegaram à cidade da Figueira da Foz. No país em geral e na Figueira da Foz, em especial, distinguiram-se figuras de filantropos e mecenas republicanos, possuindo uma perspetiva mais moderna e avançada sobre a educação, reuniram esforços para a criação de equipamentos culturais a fim de salvaguardar, organizar e difundir conteúdos culturais a um maior leque de cidadãos.

A Figueira da Foz, no contexto nacional, não foi uma exceção. Teve gente capaz, altruísta, sonhadora, mas também perseverante e operativa que nunca baixou os braços perante as adversidades. Lutando pela pena e pela palavra, intensificando a propaganda dos seus ideais, sempre com a ideia de que um dia o País entraria na senda do progresso e da redenção intelectual, apostando na instrução como uma «ferramenta» do progresso.

¹⁹¹ A tendência da criação de bibliotecas de cariz popular recupera a aposta de 1870, que reintroduziu a obrigatoriedade de criação duma biblioteca popular em cada município esperando-se que cada biblioteca popular lançasse as suas unidades móveis.

¹⁹² A Figueira da Foz foi elevada à categoria de vila em 1771. Continuou a crescer ao longo do século XIX devido à abertura de novas vias de comunicação e à afluência de veraneantes e a 20 de Setembro de 1882 foi elevada à condição de cidade.

Esta questão das bibliotecas populares foram também motivo de interesse na nossa pesquisa, na medida em que também elas foram suportes ideológicos, políticos e de formação cívica para uma população mais urbana, de classe média, que no fundo foi o sustentáculo das ideias republicanas e da Maçonaria. É sabido quem, durante muito tempo, os estudos que versaram sobre escolas, bibliotecas e educação se cingiram, muito em especial, à cultura das elites. A escola e a cultura prestigiavam, eram meios de ascensão e consideração social, mas o acesso a esse poder, estava vedado a uma maioria da população. Reverter esta situação foi obra de umas dezenas de homens que se empenharam em dar à sua cidade, de forma empenhada, os meios para que a população alcançasse uma consciência cívica imprescindível a um posicionamento consciente e ativo em termos sociopolíticos. Na verdade deduz-se, das leituras que fizemos, que existiu um projeto cívico, educativo e cultural republicano. A Figueira da Foz não ficou de fora desse desiderato.

À semelhança do que já era comum no mundo anglo-saxónico, a leitura pública começou a ser uma prática fomentada e estimulada pelas exigências próprias da instrução, constituindo um meio de ascensão social. A produção da imprensa e a edição de livros impressos começou a tornar a informação acessível a um número cada vez maior de pessoas, que buscavam na leitura um meio de aceder à informação, ao conhecimento e logo a um posicionamento cívico mais consciente e operante, uma forma de intervirem na vida democrática. De acordo com Daniel Melo “Todo este processo está estreitamente ligado à defesa e avanço de um ideal de cidadania democrática que apostava na capacitação dos indivíduos para a vida profissional e social e a intervenção informada na *polis*”. (Melo, 2010, p. 8)

As bibliotecas disponibilizavam, de forma gratuita uma série de documentos impressos atualizados, nos quais se contam os livros e os jornais para recreação e a formação profissional e moral das classes sociais até então arredadas do acesso à leitura e ao ensino formal. Era, assim, um meio de proporcionar e generalizar um bem que, até então, só indivíduos de camadas sociais privilegiadas tinham acesso. Criaram-se no nosso meio bibliotecas destinadas a operários, empregados de comércio e outros, no âmbito das suas associações de classe específicas, patrocinadas por uma elite de individualidades que foram mecenas/beneméritos, ou viveram simplesmente à custa das quotas dos seus associados. Por vezes o seu espólio não era mais do que algumas dezenas de livros de carácter técnico-profissional, de acordo com as necessidades dos seus associados. Concretamente, na Figueira da Foz houve um inequívoco contributo da sociedade civil organizada, associações voluntárias, escolas móveis, centros republicanos, universidades

populares e livres para a consecução deste objetivo: a criação de bibliotecas, ou por vezes, meras salas de leitura.

Com base numa filosofia democratizante de acesso à informação, as bibliotecas começam a divulgar as suas coleções e regulamentos em brochuras próprias, que eram difundidas junto do seu público. O empréstimo gratuito domiciliário e o livre acesso às estantes passou a ser mais um meio facilitador de contactar com os documentos. A par das bibliotecas eruditas vão, então, surgir bibliotecas populares, estas visavam atingir um público mais vasto, carenciado e subalternizado, recorrendo à aquisição de fundos de carácter mais generalista.

O movimento republicano que deflagrava em todo o país inspirava-se numa ética de cidadania e democracia política, na qual a instrução era considerada um instrumento central. A leitura pública passa então a ser uma ideia emergente e imperativa. Havia que acabar com a posição de alheamento das instâncias oficiais relativamente à criação das bibliotecas populares, intensificando a articulação entre o Estado Central e Local, com vista a satisfazer a necessidade de informação de diferentes públicos.

Na Figueira da Foz existiam núcleos de operários relativamente organizados e com aspirações vanguardistas, que visavam dar uma educação elementar, intelectual e manual aos alunos. Tratava-se de uma escola para operários, que se inscrevia na tendência de criar novas experiências pedagógica, que passavam pela criação de escolas-oficinas¹⁹³.

A educação popular passava, também, pela criação de bibliotecas populares com vista à redenção do atraso cultural do país, e com objetivo de diminuir a «chaga social» da elevada taxa de analfabetismo¹⁹⁴. Segundo Nóvoa:

“Para o regime republicano este seria um dos principais entraves à afirmação e expansão do seu modelo de sociedade, assente na cidadania e no indispensável reforço dos direitos políticos, sociais e culturais dos indivíduos. Atingia-o no âmago da sua visão de sociedade, pois o “défice intelectual” que lhe subjazia significava que uma parte muito significativa dos seus concidadãos continuava impossibilitada de aceder a uma cidadania plena. (Nóvoa, 2005, p.59)

Para os defensores da ideologia republicana, de acordo com Melo:

“ [...] as bibliotecas deveriam estar ao serviço da cultura mental do povo (quais universidades livres), enquanto precioso auxiliar no combate ao obscurantismo herdado e ao estudo da missão civilizacional da pátria, com funções de instrução, progresso cognitivo individual, educação científica e social, informação e distração, tendo que ter uma implantação nacional para desempenhar cabalmente o seu papel central na “revolução nacional”. (Melo, 2010, p. 45)

¹⁹³ Esta ideia, amplamente debatida na cidade da Figueira da Foz, haveria de ser vertida na criação da Escola Comercial e Industrial Bernardino Machado, cujo objetivo era a formação de operários perfeitamente qualificados.

¹⁹⁴ Analfabetismo que em Portugal, que se estima que no início do séc. XX ultrapassasse, largamente, a cifra de 70%.

Com efeito, as bibliotecas populares eram aquelas que reuniam livros e publicações necessárias à instrução do povo, à sua rápida informação e ao entretenimento. Com estas novas bibliotecas esperava-se a disseminação do livro e do jornal e o texto impresso que passou a ter uma maior circulação e impacto junto das populações, havendo uma intenção deliberada de divulgação do livro e de outros conteúdos (in)formativos para uma população com limitações no acesso à leitura. Esta confluência de situações, que se prendeu com o crescimento da imprensa e a divulgação de géneros literários ligados à oratória: como o panfleto, a conferência transcrita ou resumida, bem como a reforma das bibliotecas, a expansão das universidades livres e do associativismo sociocultural, criaram um terreno fértil para a emergência das bibliotecas populares. De um modo geral, estas procuravam difundir itens moralizadores, cívicos, ideológicos, científicos e técnico-profissionais, já que deveria “promover a cultura intelectual popular e especialmente a vulgarização de conhecimentos sobre moral e instrução cívica, história geral e pátria, geografia económica agricultura, indústria e comércio”. (Melo, 2010, p. 53)

Mas, compreenda-se que a expansão destas bibliotecas se fazia a um ritmo lento, ao sabor do resultado de esforços e sinergias locais, mas também das circunstâncias, geralmente, desfavoráveis. Os correligionários republicanos desenvolviam esforços que visavam a «republicanização do cidadão», através da promoção de bibliotecas, escolas primárias, para crianças e adultos, assim como aulas de música/canto coral, palestras e mesmo, jogos desportivos.

Apesar das boas intenções destes republicanos conscientes do contributo intelectual e social das bibliotecas populares, estas apesar da persistência destes agentes sofreram de certas limitações crónicas, como acervos bibliográficos desajustados ao público a que se destinavam, escassez de recursos para aquisição de documentos novos e mais atualizados de acordo com a evolução rápida dos avanços científicos e técnicos da época, os equipamentos deficientes, os horários muito reduzidos e pessoal sem qualquer preparação técnica que faziam viver estas instituições ao sabor da boa vontade dos associados e voluntários. Em algumas cidades do nosso país, foram criadas unidades móveis dessas bibliotecas, que visavam abranger um público mais vasto, tendo em vista uma descentralização cultural, indo ao encontro, dos meios rurais. Estas unidades possuíam na sua coleção não mais do que uma centena de livros, sendo que grande parte seriam manuais, resumos e pequenas enciclopédias, a outra parte era constituída por literatura de ficção. Estes livros eram normalmente requisitados pelos professores primários, instituições educativas ou comissões de propaganda.

Apesar de se pretender que o acesso ao livro fosse democratizado, ainda se mantinha vigilância acérrima das obras emprestadas, que impunha ao leitor uma declaração

de idoneidade, que não era mais do que uma tentativa de responsabilizar e identificar o leitor¹⁹⁵.

Contrariamente às Biblioteca Públicas, que serviam de repositório de alta cultura filosófica, científica, literária e artística, as Bibliotecas Populares reuniam antes livros e publicações necessárias à instrução povo, tanto no que diz respeito à informação como ao divertimento. Na verdade, o contributo das bibliotecas populares está pouco divulgado e analisado no caso do nosso país. Com este nosso estudo pensamos, poder fazer história sobre as bibliotecas populares na Figueira da Foz, no período que medeia entre 1900 a 1910 e de como elas foram obra, igualmente, do movimento republicano e maçónico que entretanto operava na cidade. Veremos que, uma parte considerável do universo associativo local manteve bibliotecas no período de intensa propaganda republicana da 1ª década do séc. XX, porém tratava-se de uma iniciativa que já estava em expansão desde as últimas décadas de oitocentos. Para tal expansão existiram contributos modestos por parte Governo Central, tendo valido para esse fim a generosidade de muitos particulares e instituições que através de doações altruístas muito contribuíram para este desiderato.

“Foi sobretudo coberta pela sociedade civil organizada, por via duma grande variedade de modalidade e de instituições, grupos e beneméritos envolvidos. Parte daquelas tiveram apoio oficial do regime republicano, mas não uniforme, por ausência de estratégia política estruturante para esta área: nuns casos esse apoio foi sustentado (escolas móveis), noutros pontual e arbitrário (Universidades livres/populares)”. (Melo, 2010, p. 86)

Obviamente que quando existiam algumas dotações estatais, estas se dirigiam, em primeiro lugar para Bibliotecas da capital e de cidades mais importantes do nosso país, como por exemplo Coimbra, a Cidade Universitária, Lisboa e Porto. Mas, é certo que as bibliotecas populares acabavam por concorrer com as estatais, tendo o mérito de minorar as assimetrias que existiam ao nível cultural em todo o país, em especial se compararmos os núcleos urbanos com os seus arredores. Era uma forma de minorar as carências de oferta de conteúdos em certos domínios geográficos, sendo que também eram excelentes locais de sociabilidade popular. Estes locais favoreciam a leitura de obras de carácter formativo, por vezes de carácter técnico ou simplesmente de lazer. Tratava-se de uma forma de acesso à educação através de um equipamento extraescolar ao qual tinham acesso os trabalhadores, assim como os seus familiares, sendo portanto um meio de democratização popular do acesso à informação e à cultura que favorecia o acesso à aprendizagem e à transformação consciente da sociedade. Há que ressaltar, pelo que constatámos da análise dos documentos referentes a estas associações populares, que estas possuíam muitas vezes uma organização interclassista, contando com sócios operários, mas também burgueses e

¹⁹⁵ Veremos, que nas bibliotecas populares da Figueira da Foz, esta lógica também se manteve.

intelectuais, estando muitas delas associadas à Maçonaria. Na cidade da Figueira da Foz, o quadro no âmbito da instrução popular, passando pela criação de escolas e bibliotecas, seguiu este paradigma.

Estas bibliotecas populares nasciam em redor de escolas populares ou escolas móveis, com cursos noturnos para adultos¹⁹⁶, como já vimos, foram fundadas nas últimas décadas de oitocentos, por círculos de operários mais esclarecidos e com uma retaguarda mais influente pertencente à Classe Média ou Burguesia locais que serviam de sustentáculo a esse projeto. Houve, a partir dessa altura, neste domínio uma grande vitalidade que se traduziu numa diversidade de experiências, que não tiveram sempre o impacto, consistência ou regularidade expectáveis. Da parte dos poderes públicos, era visível uma inércia em relação a esta matéria, como tal, a iniciativa dos particulares, com base em doações de filantropos republicanos, foi determinante neste processo.

Como veremos, também os centros republicanos estimularam a leitura, publicando folhetos, jornais e livros de divulgação ideológica, criando também gabinetes/salas de leitura para os seus correligionários, tentando fomentar a instrução, através do seu acesso de forma gratuita. Maioritariamente estes equipamento culturais foram sendo inaugurados a partir da década de 1880. Eram espaços que tiveram uma grande relevância no campo da instrução, mas também da formação política e cívica de todos os que os frequentavam. Estas biblioteca existentes nos centros republicanos tinham, normalmente um acervo bastante modesto, disponibilizando antes, um outro tipo de leitura muito fomentado pelos republicanos: a imprensa/os jornais.

“A sua coleção de periódicos, claramente da orla republicana, espelhava bem o perfil de boa parte da imprensa acessível nos restantes gabinetes de leitura de clubes republicanos: jornais generalistas e/ou de intervenção política (O Século, República, [...] etc, sectoriais (Voz do Operário, O Académico, Mocidade) e regionais [...], sendo praticamente todos eles imprensa de ‘combate’. Ainda quanto à imprensa, note-se que vários destes centros editavam um jornal, enquanto órgão oficial ou oficioso da própria instituição e difusor dos ideais republicanos”. (Melo, 2010, p.92)

Esses centros republicanos viam na criação de escolas e bibliotecas uma missão civilizacional. De uma forma geral, por todo o país, os centros republicanos¹⁹⁷ que entre 1881-1910 se mantinham em atividade, criaram espaços destinados ao ensino elementar das primeiras letras a crianças e adultos, mas também cursos destinados à formação dos trabalhadores e operários, em áreas específicas como a escrituração, a contabilidade, as línguas, a eletrotecnia e mecânica, bem como o desenho e a música. A Figueira da Foz teve

¹⁹⁶ O ensino para adultos está prescrito desde a reforma da instrução primária de 1836, de Passos Manuel.

¹⁹⁷ Saliente-se, que muitos centros republicanos não detinham esse nome junto do público, sendo-o, verdadeiramente, na sua essência e propósitos.

experiências de escolas criadas no âmago de associações e de centros republicanos que obedeceram a este perfil.

O movimento de leitura terá acompanhado as grandes transformações políticas, centrado no debate público e irrupção de correntes republicanas e socialistas, decorrentes do vexame nacional causado pelo Ultimato Inglês que despoletou a revolta republicana de 1891. De acordo com Tengarrinha (*Apud* Rebelo, 2002), durante o final da monarquia constitucional, em especial a partir de 1903, constatou-se um crescimento do número de leitores. Estes começam a frequentar essas bibliotecas, eram utilizadores muito diferentes do público erudito. Este público leitor tanto pertencia às classes médias, entre os quais se contavam os profissionais liberais, os empregados, os professores, os militares, mas também a pequena burguesia., situada no limite do público popular. O alargamento de público leitor, oriundo da burguesia e do operariado, com uma bagagem cultural relativamente limitada, fazia com que estes saciassem a sua inquietação intelectual num tipo de literatura romanesca. Na verdade, este público tinha preferência especial, pela leitura de ficção, em particular o romance, a novela e periódicos. Além do carácter instrutivo da leitura, existia, igualmente, um pendor recreativo, sendo que certos grupos começavam a usufruir dessa prática, quer presencialmente, quer através da requisição domiciliária. Por sua vez os jornais, facultavam um acesso à informação e ao conhecimento de forma gratuita, o que agradava a estes utilizadores tão ávidos de saber, que buscavam conhecimento no acesso a um bem cultural, que ontem tal como hoje, se afigurava dispendioso.

A tendência da frequência de bibliotecas populares acentuou-se durante o início da I República, e tal fervor ideológico culminou com o restabelecimento da liberdade de expressão, o reforço da liberdade de associação e reunião, e a implantação do sistema democrático que vieram a ser facilitadores da circulação do texto impresso, revitalizando-se a leitura pública na sociedade portuguesa, expandindo-se a publicação de livros e jornais dirigidos a um público mais vasto. Como se depreende, em termos socioprofissionais, predominavam entre os leitores pertencentes às camadas médias, grupo esse que não possuía biblioteca própria, mas que se interessavam pelo estado do país e que já demonstrava, indiscutivelmente, interesses culturais¹⁹⁸. Entre os maiores utilizadores das bibliotecas populares contavam os estudantes, os funcionários públicos, mas também os artífices e operários, entre eles se destacavam os tipógrafos¹⁹⁹. Na verdade, a emergência

¹⁹⁸ Esta democratização do livro e da leitura constituía algo inédito, no nosso país.

¹⁹⁹ Como veremos, na cidade da Figueira da Foz, os tipógrafos tiveram um destaque especial no âmbito da necessidade de acesso à informação, sendo bastante considerados socialmente, tanto mais que estavam ligados aos órgãos de comunicação, difundindo e opinando sobre os temas mais diversificados e quantas vezes controversos, seguindo sempre uma linha ideológica, que normalmente era a *marca* do jornal, sendo esta a que atraíam a sua legião de leitores. No jornal *A Voz da Justiça*, os seus editores/tipógrafos, primeiro Gentil Ribeiro e depois Manuel Jorge Cruz, foram eles os sustentáculos ideológicos deste jornal.

de numerosos espaços de leitura criados pela sociedade civil organizada acabou, em parte, por ser um complemento à rede estatal.

No caso da Figueira da Foz, um extenso inquérito à instrução enviado pelo governo, no início do ano de 1910 a todos os Municípios do país, chegou a esta cidade e foi dado a preencher a várias entidades, entre elas à Associação de Instrução Popular, que semana após semana foi publicando no jornal *A Voz da Justiça*, as respostas dadas aos vários itens. Por exemplo, em *A Voz da Justiça*, 6 de Maio de 1910 à questão 128º, sobre se havia Bibliotecas Populares²⁰⁰ na cidade da Figueira da Foz, esta associação respondeu que não²⁰¹.

No período que se reporta este estudo, já é sabido que «enxameavam» na Figueira muitas dezenas de associações de instrução e recreio. Fomos em busca dos seus estatutos e constatámos que estas mantiveram no seu interior além de escola, também bibliotecas, ou salas de leitura. Quisemos ter a perceção do seu funcionamento, se estavam ligadas às escolas, ou, por outro lado eram independentes. Quem eram os seus frequentadores? Como era constituído o seu catálogo? Constatámos que, a tradição da existência e manutenção de bibliotecas no seio de associações remontava a meados do séc. XIX.

Portanto, contradizendo o parecer dado pela AIP no inquérito referente à instrução no concelho da Figueira da Foz que foi publicado em *A Voz da Justiça* no início de 1910, tentaremos elencar, casos de bibliotecas de carácter popular, que emergiram desde as últimas décadas do séc. XIX na Figueira e que criaram uma certa tradição neste domínio, que viria a culminar na fervilhante primeira década do século XX, deveras influenciada pelo pendor republicano que se transpirava na cidade, em especial junto de certas personalidades que faziam «mexer» a terra, aparentemente pacata.

3.2. Bibliotecas Populares Figueirenses

Na Figueira da Foz, de acordo com Cascão “A presença de livros nos inventários é menos frequente do que seria de esperar”. (Cascão, 1998, p. 440). Na verdade, se estes podiam constar em inventários de funcionários, profissionais liberais e alguns proprietários, nos meios populares era uma realidade muito rara, chegando a ser totalmente inexistente nas casas de lavradores, pescadores e outros trabalhadores.

²⁰⁰ Questionamo-nos o que entenderia o respondente do inquérito da Associação de instrução popular relativamente a Bibliotecas Populares.

²⁰¹ “128º Há Bibliotecas populares n’esse concelho? São muito frequentadas? Não há. 129º Julga conveniente a criação de bibliotecas ambulantes? Julgamos”. (*Questionário sobre o estado da instrução 1910 - Resposta da Associação de Instrução Popular, 1910*).

Tendo em conta os inventários realizados aquando das partilhas, poucos eram os figueirenses que dispunham de biblioteca ou de livros para deixar como legado aos seus descendentes, o que denota um baixo nível de capital cultural. O livro era ainda um «objeto de luxo», como tal, também nesta cidade, face ao imobilismo público neste domínio, as diversas associações civis tentaram responder a este «handicap» criaram salas/gabinetes de leitura que foram surgindo à mercê de impulsos de populares, mais esclarecidos e que visavam uma linha estratégica diferente para a sua cidade: apostando na cultura.

Em face da educação popular e da leitura pública, a sociedade civil organizada seguiu uma ação inovadora, criando em centros republicanos, de educação popular, universidades populares, escolas móveis, bibliotecas adjacentes. Ainda nos finais do séc. XIX a Figueira foi palco da emergência de numerosas pequenas bibliotecas que criaram uma tradição com impacto indelével nesta cidade na primeira década do séc. XX.

As associações e Centro Republicanos desenvolveram esforços para a criação de aulas, mas também de salas/ gabinetes de leitura para os seus associados, onde existiam sobretudo jornais e revistas, o que funcionava como uma alternativa à aquisição dos mesmos para uso exclusivamente pessoal ou para a criação de uma biblioteca. Simultaneamente começam a desenvolver-se esforços para a criação de uma Biblioteca Municipal, com um maior acervo documental, que a *Voz da Justiça* noticiava, semana após semana, os diversos legados e ofertas feitas em prol desta instituição, que culminaram com a sua inauguração precisamente no mítico ano de 1910, na praça mais central da cidade, a Praça 8 de maio.

3.2.1. Biblioteca Artística 10 de junho

Em 1880 ainda não existia na Figueira da Foz uma Biblioteca Popular, o que era tido pelas autoridades locais como um problema de alguma preocupação. Como tal, as primeiras tentativas para concretizar este desígnio começaram em meados desse ano, tendo a Biblioteca Artística 10 de Junho, sido fundada no dia da comemoração do tricentenário da morte de Camões e foi obra de um grupo de artesãos que se reuniu com o intuito de criar uma biblioteca onde se pudessem instruir e recrear. Esta biblioteca funcionou durante 15 anos, no estabelecimento de tabacaria de Joaquim da Silva e Sousa Júnior, na Praça Nova, sempre no meio do “indiferentismo” e da crítica dos que precisavam mais dela”. (*Gazeta da Figueira*, 13 de Setembro de 1913, p. 2).

A Biblioteca Artística 10 de junho teve os seus estatutos publicados em 1883. De acordo com o Artº 2º, esta associação tinha como fim: “1º Criar uma Bibliotheca onde os seus associados encontrem livros elementares e de recreio, e promover a instrução e

diversão por todos os meios honestos e uteis”. (*Estatutos da Bibliotheca Artistica* 10 de Junho, 1883, p. 1)

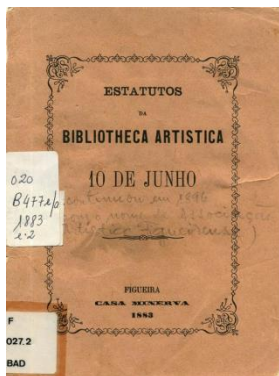


Figura 1 - *Estatutos da Bibliotheca Artistica 10 de Junho* (1883). (Cedência de imagem da BMFF).

Prevía-se, nos mesmos estatutos, que se no futuro a sociedade obtivesse receita suficiente, para que a direção pudesse alugar uma casa para as suas reuniões para que esta pudesse ser frequentada diariamente pelos seus associados. Era, também, seu objetivo, comprar mobília para o edifício desta associação de acordo com os fundos que dispusesse, assim como abrir uma aula de instrução, nesse local, e mover para ali o seu arquivo. O mesmo estatuto no ponto 3 do Artº 2º estava previsto um fim altruísta, que consistia em distribuir anualmente prémios a dois alunos, filhos de artífices pobres, que se distinguissem nos seus estudos. Poderiam pertencer a esta associação indivíduos nacionais e estrangeiros, que tivessem comportamento idóneo e maiores de 18 anos. No caso de serem menores, deveriam ter autorização dos seus pais ou tutores²⁰².

Estava previsto que os sócios pagassem uma joia de 400 réis de uma só vez e mensalmente a quantia de 100 réis, assim como 160 réis do diploma e mais 80 réis da brochura dos estatutos. Aos sócios eram conferidos direitos específicos inerentes à sua condição, a saber: “A ler todas as obras a ella pertencentes, não podendo ter em seu poder mais d’um volume de cada vez”. (*Estatutos da Sociedade Artística*, 1883, p. 5). O sócio que requisitasse um livro podia tê-lo em seu poder, pelo prazo máximo de um mês, caso excedesse esse prazo deveria pedir autorização de renovação à direção. Também estava previsto no Artº 23, dos mesmos estatutos, que os sócios estavam proibidos de emprestar livros da associação a pessoas que não pertencessem a essa associação. No caso de não se respeitar esta indicação, o infrator incorria numa multa de 300 réis pela primeira vez e 600 réis da segunda. Sempre que fosse solicitada a apresentação da obra ao requisitante pela direção este estava obrigado a fazê-lo. Também os não associados estavam autorizados a requisitar livros nesta biblioteca, desde que se respeitasse, o previsto no Art. 26º - “Os livros existentes na Biblioteca poderão pôr-se á disposição de todas as pessoas

²⁰² Quanto à situação de admissão de mulheres como sócias, este dado está omissos nestes estatutos.

estranhas á sociedade mediante o aluguer de 10 réis por dia ou 240 réis mensais, deixando em deposito a importância do volume a levar, ou dando fiador idóneo”. (*Estatutos da Sociedade Artística*, 1883, p. 11) Acautelava-se assim que estranhos à sociedade pudessem usufruir deste bem, que era o livro.

Dos estatutos, também constavam referências ao cargo de Arquivista-Caixa, cuja função se prendia com a atividade de guardar livros e outros objetos pertencentes ao arquivo. Da direção desta sociedade faziam parte os cargos de costume, acrescidos de um “Archivista-Caixa”, que por neste ano era Joaquim da Silva e Sousa Júnior. Este deveria zelar para que todos os livros estivessem numerados e rubricados pelo presidente da direção, assim como examinar todos os livros quando os recebesse dos sócios leitores, para se certificar do seu estado. Caso o livro fosse entregue em mau estado, poder-se-ia aplicar a sanção prevista no Artº 25º ²⁰³. Deste modo, entende-se que a função do arquivista-caixa, não era mais do que um bibliotecário dos tempos atuais, salvaguardando as funções mais específicas que se impuseram a este profissional, por força do avanço das ciências da documentação e da informação.

Ao arquivista-caixa cabia também ser responsável pelos fundos da sociedade que lhe eram confiados, provavelmente para aquisição de novo fundo documental. No caso de impedimento para gerir esse fundo, poderia nomear um sócio para o substituir.

Nas disposições gerais dos mesmos estatutos, estavam previstas ações beneméritas, nas quais a direção podia propor uma vez por ano à Assembleia Geral nomes de dois artistas pobres que soubessem ler, para integrassem esta associação ficando isentos do pagamento de joia e quotas. Neste caso tinham preferência filhos de viúvas, com comportamento irrepreensível e provas dadas de «amor filial», assim como chefes de família bem comportados.

Por fim, o futuro da Biblioteca Artística estaria assegurado, na medida em que, de acordo com o previsto no Artº 31º dos seus estatutos, estava previsto que em caso desta sociedade se dissolver, ou o que dela restasse após a sua liquidação, deveria reverter em benefício do Montepio Figueirense, se por essa altura esta sociedade beneficente tivesse organizado uma biblioteca que servisse de recreio e instrução aos seus associados. Caso esta não existisse, os livros deveriam ser entregues à Camara Municipal desta cidade, se ela tivesse uma biblioteca, ficando assim obrigada a conservá-los e a emprestá-los aos filhos dos artistas²⁰⁴ e demais pessoas pobres desta cidade, que frequentassem as escolas.

²⁰³ “Artº 25- O socio que deteriorar ou perder alguma obra ou volume da Sociedade é obrigado a restaural-a ou pagal-a por inteiro”. (*Estatutos da Sociedade Artística*, 1883, p. 10)

²⁰⁴ Artesãos, artífices desta cidade.

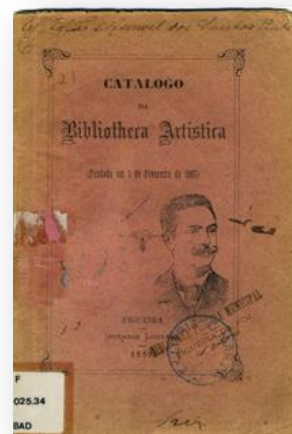
Biblioteca Artística 10 de junho acabou por ter continuidade em 1896, na Associação Artística Figueirense²⁰⁵.

A *Voz da Justiça* de 17 de Abril de 1904, anuncia na sua segunda página que a Assembleia Geral da agremiação iria reunir em breve a fim de eleger os corpos gerentes, entre eles os secretários da direção, o bibliotecário²⁰⁶ e o tesoureiro em virtude dos sócios eleitos para esse ano não terem podido aceitar estes cargos. Ora, os cargos de tesoureiro e bibliotecário, deveriam envolver muita responsabilidade e dedicação, daí que nem todas as pessoas estivessem dispostas a assumi-lo. A Associação Artística Figueirense possuía uma biblioteca constituída com base na oferta do fundo da Biblioteca Artística 10 de Junho. O mesmo jornal haveria de noticiar, na sua edição de 28 de abril desse ano, os nomes dos sócios que na assembleia do dia anterior foram eleitos: 1º e 2º secretários, respetivamente, José Rodrigues e António Vicente; para bibliotecário²⁰⁷ foi eleito Artur Abel dos Santos e para tesoureiro, José Augusto Talhadas.

3.2.1.1. O catálogo da Biblioteca

Tal como em algumas bibliotecas existentes pelo nosso país, nessa altura, também a Biblioteca Artística 10 de Junho, criou e imprimiu o seu catálogo. A ideia de difundir os títulos existentes e seus autores junto do público começava a ganhar importância nestas instituições, que trabalhavam para o bem-estar, formação e informação dos seus associados.

Figura 2 - *Catálogo da Biblioteca Artística Figueirense*. (1889)
(Cedência de imagem da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz).



²⁰⁵ Associação Artística Figueirense, a qual já foi falada no capítulo II, referente às escolas populares existentes na 1ª década do séc. XX nesta cidade.

²⁰⁶ Por esta altura, em 1904, e já na Associação Artística Figueirense, a figura de bibliotecário já existia, substituindo o antigo arquivista-caixa.

²⁰⁷ O cargo de bibliotecário era considerado de grande relevância, tanto mais que este era eleito anualmente, tal como os demais sujeitos que constituíam os corpos sociais.

A Biblioteca Artística 10 de Junho e a partir de 1896, a Biblioteca da Associação Artística Figueirense tornou-se uma biblioteca de referência neste meio para os seus operários. Isto não significa, que apenas os operários fossem o seu público de utilizadores. Mas, como veremos, irão também ser criadas outras bibliotecas destinadas, especificamente, a um público de tipo burguês. Em concreto, esta biblioteca destinava-se a ir ao encontro das necessidades dos seus membros, tendo em conta o seu défice em matéria destes equipamentos e livros, respondendo à procura dos seus associados, criando horários compatíveis com o seu dia de trabalho.

Esta biblioteca era, como vimos, aberta aos seus associados e ao público em geral, sendo que este último poderia requisitar livros para leitura domiciliária mediante o pagamento de uma pequena importância. O público desta biblioteca era maioritariamente masculino, havendo apenas a presença de um reduzido número de leitoras.

Antes de abordarmos o que existia em matéria de livros nesta biblioteca, há que referir que existiam nesta altura concorrentes de luxo: o jornal e todo um leque de outras publicações periódicas. A emergência da imprensa diária, bissetimanal ou semanal irá alterar a relação dos leitores com a leitura tanto mais que esta permitia um acesso a unidades narrativas de modo fragmentado²⁰⁸, podendo ser contos e novelas de tamanho curto, que periodicamente lhe vinham acopladas, tornando o romance um género cada vez mais popular. De alguma forma deverá haver uma relação entre o hábito da leitura destes folhetins em episódios com a ida frequente a estas bibliotecas, que dispendo de livros, possuíam também um leque de publicações periódicas locais, regionais e nacionais. A biblioteca deixa, assim, de fazer parte de um *status quo* próprio de privilegiados, mas inicia-se a tendência da democratização da leitura e do livro, não sendo agora um objeto de posse, mas de uso-fruto e potenciador de aprendizagens relevantes para quem acedia a este meio de informação.

O seu fundo documental, tal como a maioria das bibliotecas de cariz popular²⁰⁹, era constituído maioritariamente por obras de ficção: romance novela, seguindo-se obras de carácter mais académico no âmbito da História, das Ciências e das Artes, da instrução profissional, da poesia e do teatro. O catálogo da Biblioteca Artística era constituído por 15 páginas nas quais desfilavam os mais insígnies autores nacionais da época, assim como grandes nomes da literatura europeia e universal. Este catálogo tinha elencado 264 títulos, sendo que, alguns deles eram constituídos por vários volumes pertencentes a 101 autores nacionais e estrangeiros. Com efeito o romance, a novela e o conto estavam em destaque no âmbito da literatura, contudo, saliente-se o facto de as obras de carácter histórico, virem a

²⁰⁸ Em folhetins por episódios.

²⁰⁹ Que se distinguem das eruditas, tendo em conta a qualidade do seu fundo documental, de acordo com Melo (2010)

seguir em termos de número de títulos. Dos autores estrangeiros, aquele que efetivamente batia o record de títulos presentes neste acervo, era Júlio Verne, muito ao gosto dos mais jovens com um generoso número de 35 títulos, o que denota um gosto especial dos leitores por este tipo de temática a tender para a «ficção científica», enquadrada naquela época, tendo em conta os avanços tecnológicos e científicos alcançados até então. Entre muitos outros autores estrangeiros, destacavam-se Victor Hugo, com três títulos, entre eles: *Os Miseráveis* em 5 volumes. Ainda mais representado estava o Visconde Ponson du Terrail, com 16 títulos; Xavier de Montepin com 10 títulos; Alexandre Dumas com 6 títulos; Emile Zola com 6 títulos, entre muitos outros, mais célebres ou mais desconhecidos.

Quanto aos autores nacionais destacava-se Eça de Queiroz, com 5 títulos, entre eles: *O Crime do Padre Amaro*, *O Mandarin*, *O Primo Basílio*, *A Relíquia* e *Os Maias*; Alexandre Herculano, com 8 títulos, entre os quais *O Bobo*, *Lendas e Narrativas*, *Opúsculos*, *Eurico o Presbítero*, *O monge de Cister*, *A Inquisição em Portugal*, *Poesia e Reação Ultramontana*; Camilo Castelo Branco, com 14 títulos, entre os quais: *Amor de Perdição*, *Amor de Salvação*, *Amores do Diabo*, entre muitos outros; Ramalho Ortigão, com 4 títulos, entre os quais: *A Holanda*, *As Praias de Portugal*, *Em Paris*, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*²¹⁰ e *John Bull*. Muitos outros autores possuíam títulos nesta biblioteca, que consideramos não ser pertinente avançar mais, dado que tentámos dar uma mostra do que existia, em termos de fundo documental nesta biblioteca, com um acervo tão diminuto, mas escolhido com todo o critério, tendo em conta os gostos da época, que em termos literários balançavam entre o Romantismo e o Realismo.

3.2.2. A Biblioteca da Associação Artística Figueirense

Tal verificámos no ponto anterior, a Biblioteca Artística 10 de junho esteve na génese do surgimento da Associação Artística Figueirense em 1896. Nesta altura, todo o fundo documental da antiga Biblioteca Artística 10 de Junho passa a fazer parte constituinte da Associação de Instrução Artística Figueirense²¹¹. Esta passa a constituir uma mais-valia desta associação, cujos membros dirigentes e associados tinham plena consciência do seu valor na instrução dos seus associados. Como tal, a 21 de junho de 1907, o jornal *A Voz da Justiça* dá conta, nas suas páginas do funcionamento da Biblioteca da Associação Artística e do seu papel na instrução popular.

²¹⁰ Estas três no âmbito da literatura de viagem, tão ao gosto da época, particularmente, a obra, as praias de Portugal, deveriam ter uma grande saída em termos de leitura, dado que uma parte se dedicava à praia da Figueira da Foz, considerada pelo autor como uma das mais belas do país.

²¹¹ Vulgarmente chamada, simplesmente, Associação Artística.

“Nos últimos tempos tem-se desenvolvido bastante a biblioteca d’esta agremiação de instrução e recreio, uma das mais prestimosas da Figueira e, sem duvida, aquela onde o operariado figueirense deveria concentrar a sua ação coletiva”. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 479, 21 de junho de 1907, p. 1)

A notícia continua como um verdadeiro *slogan* ao favor da instrução: “Há ali escola e biblioteca, as duas fontes d’instrução, para aqueles que trabalham e que, durante a idade escolar, não tiveram ensejo de se instruir convenientemente para entrar na vida com o espirito bem preparado”. (*A Voz da Justiça*, Ano 6º, nº 479, 21 de junho de 1907, p. 1)

Por esta altura, todo o fundo documental da antiga Biblioteca Artística 10 de Junho passa a fazer parte da Associação de Instrução Artística Figueirense. Esta passa a constituir uma mais-valia desta associação, cujos membros dirigentes e associados tinham plena consciência do seu valor na instrução dos seus associados.

A Associação Artística Figueirense foi fundada por um «grupo de estudiosos», em 19 de Março de 1896 e foi oficialmente inaugurada em 5 de Abril desse ano²¹². Devido ao empenho e persistência dos seus timoneiros e a uma administração regular, esta associação chegou a reunir 1000 volumes, o que não pode ser considerado insignificante, dada a época em questão. Segundo Cascão (2009), esta associação inicialmente instalada na travessa de S. Julião, nº 10, contou desde logo com elevado número de sócios, em especial dos que viviam das atividades manuais. Da comissão que lavrou estes estatutos da Associação Artística Figueirense²¹³, e que antes de serem publicados em brochura, foram assinados em 19 de março de 1897, tendo como principal responsável, Joaquim da Silva e Sousa Junior²¹⁴. Os mesmos estatutos foram aprovados por alvará do Governo Civil de 14 de Março de 1898. Os fins estatutários eram de natureza mista, em simultâneo próprios de uma associação recreativa e instrutiva, simultaneamente previa-se que fosse uma agremiação mutualista, uma vez que previa prestar auxílio pecuniário aos seus sócios, em dificuldades. Em 1899 desta associação situava-se na Praça Nova, numa casa do lado oriental, onde estivera a Câmara Municipal.

A Associação Artística Figueirense terá sido, segundo Cascão, uma das agremiações que mais se distinguiu no panorama associativo local, desempenhou uma importante missão de interesse coletivo. Esta facultava a leitura instrutiva e recreativa aos

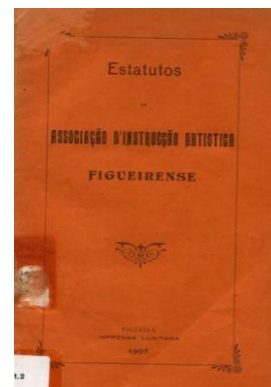
²¹² Entre os promotores da iniciativa contavam-se Joaquim da Silva e Sousa Júnior, negociante; João Maria de Assunção Costa, carpinteiro; Francisco Martins Cardoso, caixeiro e Pedro Augusto Ferreira, fiscal do Governo nos Caminhos de Ferro.

²¹³ Os primeiros estatutos foram aprovados em assembleia geral de 17 de Julho de 1880, sendo reformulados em 5 de Abril de 1883. Os fins eram assim expressos nos estatutos de 1880 “Criar uma biblioteca onde os artistas encontrem livros elementares e de recreio, promover a instrução e diversão dos seus associados por todos os meios legais e úteis, e se no futuro alcançar meios, abrir uma aula na casa da associação fornecendo a mesma os livros existentes.” (Cascão, 2009, p. 340)

²¹⁴ Negociante na cidade da Figueira da Foz e inscrito numa lista de republicanos da Figueira da Foz, segundo um *Almanaque Republicano* datado de 1911.

sócios, que pagavam uma quota mensal de 100 réis e aos não sócios pelo preço de 10 réis por dia ou 240 réis mensais.

Figura 3 - *Estatutos da Associação de Instrução Artística Figueirense* (1907). (Cedência de imagem da BMFF).



Relativamente ao período a que se refere o nosso trabalho, de 1900 a 1910, esta associação publicou os seus estatutos em 1907, sendo que, no Capítulo I, referente à sua denominação e fins, era assumido que se tratava de uma sociedade de instrução e recreio. A sua finalidade era abrir uma escola noturna para a instrução primária dos seus sócios e filhos dos 10 aos 15 anos, assim como a dinamização de preleções sobre qualquer assunto relativo a instrução e recreio. No ponto 2º, estava previsto, igualmente, a manutenção da antiga Biblioteca Artística, onde os seus associados pudessem encontrar livros elementares e de recreio e um gabinete de leitura²¹⁵.

No capítulo III, dos seus estatutos, relativo aos direitos dos sócios, no artigo 7º, ponto 3, constava que os sócios tinham direito de ler todas as obras pertencentes à Biblioteca da Associação não podendo ter em seu poder mais do que uma obra de cada vez e pelo período máximo de 30 dias. Paralelamente, o sócio tinha o direito de assistir, com a sua família a todas as diversões promovidas pela associação.

Os sócios efetivos deveriam pagar uma joia de 400 réis, de uma só vez ou em duas prestações mensais, mais 60 réis de um exemplar dos estatutos e 120 reis pelo diploma e, ainda, 150 réis de quota mensal²¹⁶.

Relativamente ao Capítulo VIII, no qual estavam previstas as penalidades para quem não respeitasse os Estatutos, por exemplo no 35º artigo, cada sócio que emprestasse os livros da associação a pessoas que não pertencessem à mesma, seria proibido, pelo prazo de um mês, de poder requisitar algum livro. Caso reincidisse, ficaria privado desse direito pelo prazo de três meses.

Esta associação, consciente do seu potencial instrutivo e recreativo, previa no Capítulo IX, referente às disposições gerais, no artigo 40º, que a direção pudesse propor uma vez ao ano, à Assembleia Geral, dois artistas pobres, que soubessem ler e escrever,

²¹⁵ Havia a distinção de Biblioteca e Gabinete de Leitura. A primeira seria o local depositário de livros, o 2º era onde se podia fazer leitura presencial.

²¹⁶ O sócio devia pagar mais 50 réis por cada filho que frequentasse a aula.

para que se associassem a esta sociedade estando estes isentos do pagamento de joia. Os mesmos deveriam ser filhos de viúvas de artífices, que fossem considerados bem comportados, e filhos de viúvas, bem comportados e chefes de família nas mesmas condições. No Artº 42, reforça-se a proibição de qualquer sócio emprestar livros da associação a pessoas estranhas à mesma. No ponto único desse artigo, estava previsto que todos os sócios deveriam apresentar os livros que tenham em seu poder, sempre que o “Bibliothecario”²¹⁷ o exigisse.

Existia uma preocupação grande com a preservação dos documentos que constituíam a coleção, daí que o artigo 43º voltasse hipótese de algum sócio perder ou deteriorar alguma obra da associação, este deveria restaura-la ou pagá-la por inteiro, tendo nesse caso o bibliotecário o direito de escolha. Na situação de existirem livros considerados inúteis ou dispensáveis, o Artº 44º previa que estes pudessem ser vendidos, tendo previamente de ser apresentada proposta à Assembleia Geral. Por este artigo pode concluir-se que o livro, sendo um objeto relativamente raro, era tido como um artigos, que podia ser vendido ao longo do seu ciclo de existência, tendo sempre comprador²¹⁸.

O artigo 47º previa que no caso dessa associação se dissolva ou liquide, os livros e anexos da biblioteca ficarão a cargo dos sócios para que estes possam constituir uma nova sociedade. No caso de não a poderem constituir no prazo, que consideravam razoável, de seis meses, tudo deverá ser oferecido a uma associação de operários, legalmente constituída na cidade da Figueira da Foz, caso contrário, deveriam ser oferecidos a uma associação de beneficência que existisse na cidade.

Considera-se de interesse relevante que a Associação Artística Figueirense considerasse no Artº 49 que esta deveria ser absolutamente estranha a quaisquer questões de ordem política. Viviam-se os últimos anos da Monarquia Constitucional e temia-se que qualquer ação dos seus associados pudesse por em causa a paz e tranquilidade dos seus frequentadores.

A 21 de junho de 1907, o jornal *A Voz da Justiça* dá conta, nas suas páginas do funcionamento da Biblioteca da Associação Artística e do seu papel na instrução popular.

“Nos últimos tempos tem-se desenvolvido bastante a biblioteca d’esta agremiação de instrução e recreio, uma das mais prestimosas da Figueira e, sem duvida, aquela onde o operariado figueirense deveria concentrar a sua ação coletiva”. (*A Voz da Justiça*, ano 6º, nº 479, 21 de junho de 1907, p. 1)

²¹⁷ Estava previsto, nos estatutos de 1907, a existência de um Bibliotecário, o que pode denotar o interesse da coleção desta biblioteca, que merecia ter uma figura em exclusivo nesse espaço.

²¹⁸ O livro continuava a ser tido como um objeto caro, não estando ao alcance de todos. Foi preciso passarem muitas décadas, mesmo um século, para o livro, embora caro, possa estar ao alcance de um maior número de leitores, tanto por aquisição pessoal, como recorrendo à coleção existente em muitas bibliotecas. Hoje o número de publicações e subsequentes edições da mesma obra tornam-na mais acessível, não sendo muito comum a aquisição de livros usados para integrarem o fundo documental de qualquer biblioteca.

A notícia continua com um verdadeiro *slogan* a favor da instrução: “Há ali escola e biblioteca, as duas fontes d’instrução, para aqueles que trabalham e que, durante a idade escolar, não tiveram ensejo de se instruir convenientemente para entrar na vida com o espírito bem preparado”. (*A Voz da Justiça*, Ano 6º, nº 479, 21 de junho de 1907, p. 1)

O articulista refere que na Figueira só existiam duas associações de Instrução Popular que podiam, efetivamente, ser consideradas como tal: A Associação de Instrução Popular e a Associação Artística, que ademais possuíam uma biblioteca. Esta visão poderá estar influenciada por simpatias, tanto mais que se sabe que havia uma ligação forte entre os dirigentes de ambas associações com a Loja Fernandes Tomás, que na retaguarda criava os seus «braços armados» na concretização desta luta a favor do operariado. A propaganda pela instrução do operariado difundida nos periódicos e noutras publicações a ideia de que a educação desta classe operária contribuía para a formação espiritual do operariado e permitindo-lhe alcançar as aspirações sociais. A ideia de que só pela instrução o operariado poderia conseguir alcançar as suas reivindicações, e estar consciente dos seus direitos e deveres, era um dos temas mais tratados neste jornal de pendor republicano.

O certo é que, apesar do elevado número de sócios, que por vezes não pagavam as suas quotas, acrescido do elevado montante que a associação pagava de renda da sua sede, esta associação, tal como as suas congéneres, não vivia, por esta altura tempos de desafogo económico. Há notícias que provam que em 1914 os seus associados tinham votado ao abandono esta associação, sendo que, em 1922, segundo Cascão (2009), esta já não existia.

3.2.3. A Biblioteca do Recreio Literário

O Recreio Literário teve a sua génese em 1864 e foi fundado por empregados de comércio que desejaram criar uma associação destinada a desenvolver o gosto pela leitura e promover a “instrução da classe caixeiral” (Cascão, 2009, p. 328)

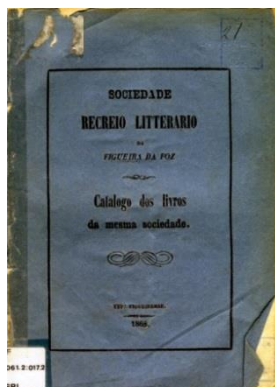


Figura 4 - *Sociedade Recreio Literário da Figueira da Foz. Catálogo de Livros da mesma Sociedade. (1868).* (Cedência de imagem da BMFF).

O catálogo desta associação haveria de ser publicado em 1868, tendo na parte introdutória um «Regulamento para alugar livros». No Artº 1, esclarecia-se que só se alugavam livros mediante a satisfação dos seguintes requisitos: deveria depositar junto do “archivista-caixa”²¹⁹ o valor da obra que pretendia alugar, ou dar um fiador idóneo que se comprometesse perante o arquivista, a pagar o valor do mesmo livro. O Artº 2 previa que no caso de perda ou estrago de uma obra ou parte dela o alugador é obrigado a completá-la ou a pagá-la por inteiro. O aluguer das obras não era gratuito, sendo que estava previsto um pagamento de 10 réis por dia, ou 240 réis por mês. Este catálogo foi assinado pelo presidente Afonso Ernesto de Barros²²⁰ e pelos diretores, Inácio Lopes d’Oliveira e João José da Silva e Costa na sala das sessões da direção da Sociedade Recreio Literário na Figueira da Foz, a 10 de Agosto de 1868.

O catálogo apresentava a coleção de livros que existiam na sociedade para requisição. Se compararmos com o catálogo da Biblioteca Artística, podemos verificar que esta é muito mais pobre, porquanto tinha menos oferta de livros para os seus associados. Dois livros de Almeida Garrett, três de António Feliciano de Castilho, dois de A.A. Teixeira de Vasconcelos, oito de Arnaldo Gama, dois de Victor Hugo, sete de Xavier de Montepin e A. da Cunha Belém, Augusto Sarmiento, A. Marecos, Urbano Loureiro, T. Matheos, Victor Perceval, entre outros, dos quais a biblioteca só contava com um exemplar. Ademais, de uma série de «diversas obras», dos quais não figurava o seu autor. Ao todo, esta biblioteca não atingiria nove dezenas de livros.



Figura 5 - *Estatutos da Sociedade Recreio Literário* (1871). (Cedência de imagem da BMFF).

Os estatutos do Recreio Literário foram publicados em 1871 e aprovados em Assembleia Geral de 8 de Junho desse ano, sendo presidente da mesma, Paulo Emílio. Estes seriam a base regulamentar desta sociedade instituída na então vila da Figueira da Foz. Quanto à organização da sociedade, era referido no cap. I, Art.º 2 que podiam

²¹⁹ Bibliotecário.

²²⁰ Afonso Ernesto de Barros, 1º Visconde da Marinha Grande (1836-1927).

pertencer à mesma todas as pessoas decentes e honestas tanto do sexo masculino, como feminino²²¹, que a direção considerasse dignas.

Quanto aos fins da sociedade, no Capítulo II, Artº 3º, estava previsto que esta associação adquirisse publicações literárias para instrução e recreio dos membros de que era composta. A escolha e seleção das aquisições para o fundo documental ficariam a cargo da direção. No que diz respeito às disposições gerais, que constam do Capítulo X, previa-se no Artº 21, a figura do “Arquivista-Caixa”, a quem cabia exclusivamente a arrecadação dos livros e o dinheiro da sociedade. Tal como na Biblioteca Artística, também estava consignado nos seus estatutos, a proibição de qualquer sócio emprestar livros da sociedade a pessoas que não pertencessem a ela. Aquele que infringisse esse ponto incorria numa multa de cinquenta réis pela primeira vez e trezentos reis pela segunda²²². Daí ser estipulado que cada sócio que tivesse alguma obra em seu poder, poderia ser obrigado a apresentá-la a qualquer membro da direção sempre que isso lhe fosse exigido. Por outro lado, o sócio que estragasse ou perdesse alguma obra, ou volume era obrigado a devolver um exemplar da mesma ou pagá-la por inteiro, sendo que nestes casos a direção tinha direito de escolha. No Artº 28 estava previsto que a Direção pudesse alugar livros, ou mesmo vendê-los se os considerasse dispensáveis.

3.2.4. A Biblioteca da Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria

O processo de formação de uma associação representativa da classe dos caixeiros da Figueira da Foz não foi uma tarefa fácil, tendo-se concretizado mais tardiamente, com a criação da Associação Instrutiva dos Empregados do Comércio e Indústria, mais conhecida por Associação dos Caixeiros Figueirenses, que foi definitivamente inaugurada em 2 de Abril de 1899, que além de ter como objetivo criar aulas e conferências²²³ também aspirava a criar uma biblioteca e um gabinete de leitura. Outro objetivo que perseguia os fundadores desta associação, para além da previsão de criar aulas para os empregados do comércio e indústria. A biblioteca terá existido na sede desta associação, mas devido à falta de verbas para aquisições, não teria um fundo muito diversificado. Como tal, *A Voz da Justiça* de 10 de

²²¹ Ressalve-se, que podendo ser associadas, as mulheres, estas, de acordo com os estatutos não estava previsto que pudessem ocupar qualquer cargo nos órgãos diretivos nem teriam voto na Assembleia Geral.

²²² Tratava-se de uma medida gravosa, para não prejudicar o negócio do empréstimo de livros a pessoas extra sociedade, o que revertia em alguma receita para os cofres dessa associação.

²²³ A Associação dos Caixeiros Figueirenses, da qual se fez o estudo da sua escola e das conferências que dinamizou no Capítulo II, será a continuadora do Recreio Literário e ficará com o espólio da sua Biblioteca.

maio de 1906 refere-se, na sua primeira página, à Associação «dos Caixeiros», informando da intenção de realizar uma quermesse a fim de angariar fundos para melhorar a sua biblioteca.

O mesmo jornal, em 15 de maio de 1906 com o título “Associação dos Caixeiros – Kermesse”, volta a apelar aos seus leitores para a realização de uma quermesse nesta associação, que visava a obtenção de verba para a aquisição de mais fundo documental:

“A Direção d'esta colétiviadade pede a todas as pessoas a quem tenha sido distribuída a circular soliciando prendas para a kermesse que breve realizará, a fineza no caso d'acedencia aquele pedido, fazerem entrega d'essas prendas até: o dia 24 do corrente nos seguintes estabelecimentos: Adelino Alves Pereira, Largo Luiz de Camões Chapelaria Moura, Praça Nova”. (*A Voz da Justiça*, ano 5º, nº 364, 15 de maio de 1906, p. 4)

Tal quermesse haveria de ocorrer no domingo dia 10 de junho de 1906, na mata da Misericórdia. Esta biblioteca continuou a crescer e algumas décadas mais tarde, António Augusto Esteves²²⁴ escritor figueirense que iniciou a sua atividade literária em *A Voz da Justiça* e muitos outros jornais locais e de craveira nacional, foi nomeado sócio Honorário da Associação Comercial e Industrial à qual pertencia esta associação organizando-a de acordo com os termos da biblioteconomia da época.

3.2.5. A Biblioteca da Assembleia Figueirense

A Assembleia Figueirense instalou-se na Figueira da Foz a 15 de dezembro de 1839. No Artº 1 dos seus estatutos, estava estabelecido que os seus fins passavam por “promover a civilização”, facilitar a “instrução, convivência e trato civil” através da criação de um Gabinete de Leitura e de “Salas Acessórias” para “conversação e companhia”.

Esta associação tinha, na essência, a finalidade de proporcionar leitura, conversação e reunião dos seus associados, por forma a constituir uma associação útil a todos os que a frequentassem.



Figura 6 – Assembleia Figueirense. Sede atual inaugurada a 1 de janeiro de 1880. (Disponível em <http://bit.ly/RhCnlu>)

²²⁴ António Augusto Esteves (1894-1949), escritor figueirense com pseudónimo de Carlos Sombrio.

Esta associação teve como fundadores 14 personalidades locais, sendo que 5 deles, já tinham fundado, quatro anos antes, a Associação Comercial. Tratava-se, na sua essência, de uma associação burguesa, cujos membros eram negociantes, proprietários capitalistas, industriais, profissionais liberais, militares, funcionários públicos e marítimos.

No Regulamento Interno da Assembleia Figueirense, publicado em 1870, Capítulo V, Artº 36º existe referência específica ao gabinete de leitura. Previa-se que este contivesse livros e jornais políticos, literários e científicos, nacionais ou estrangeiros e que este propósito devia “merecer a maior solicitude das direcções”. (Regulamento Interno da Assembleia Figueirense, 1870, p. 9)

No mesmo documento, no Art.º 37 estava igualmente salvaguardado que o diretor da associação tinha a seu cargo a supervisão do gabinete de leitura, teria em seu poder um livro rubricado por si, no qual deviam estar registados os jornais e livros que existiam, o seu custo, portes, comissões e a data em que foi comunicada a assinatura de jornais para a Assembleia Figueirense.

Também pertencia ao diretor a função de fiscalizar a boa ordem e policiar o referido gabinete, renovar as assinaturas dos jornais, promover “por todos os meios ao seu alcance” a arrumação e o aumento da coleção do gabinete de leitura. O diretor devia ainda, ter a responsabilidade de supervisionar outros aspetos relativos ao bom funcionamento daquele espaço, não permitindo que a leitura dos jornais, folhetos ou livros da Assembleia fosse feita fora do gabinete de leitura.

A partir do momento em que chegasse o correio com os periódicos, estes podiam ser colocados à disposição dos sócios que o pedissem, ficando assim esse trabalho sob a responsabilidade do guarda. No caso de existirem dois leitores interessados no mesmo documento, era de dar prioridade àquele que vivesse fora da Figueira da Foz.

Também estava previsto, no Artigo 41º a requisição domiciliária de livros. Qualquer sócio podia fazê-lo deixando um registo num livro próprio para este efeito, com o seu nome, o dia da requisição, o título e o volume da obra que requisitava. Só era permitido requisitar um livro de cada vez, podendo ficar com ele oito dias. Se ao fim desses dias este não fosse entregue, ou fosse devolvido deteriorado, o sócio ficava assim responsável pelo pagamento de toda a obra ao preço constante no respetivo catálogo.

Existia a prática de carimbar os jornais, folhetos e livros antes de serem colocados na sala de leitura da Assembleia.

Por fim, o Artº 44 dizia expressamente que não era permitido conversar no gabinete de leitura, ou perturbar de qualquer outra forma a atenção e o silêncio²²⁵ daquele espaço, nem tomar qualquer bebida do “botequim”.

A Assembleia Figueirense, situada na Baixa da Figueira da Foz, no Bairro Velho, onde residia todo o ano a população local, constituiu um espaço de sociabilidade muito relevante nesse meio, fazendo acorrer a ele, a «fina flor» local, dado que esta associação, não tinha, como muitas outras que integram este estudo, um carácter popular. Se nos reportarmos aos seus fundadores e ao tipo de sócios desta associação veremos que existiam expectativas recreativas, que passavam pela realização de bailes e espetáculos de índole diversa, paralelamente, o gabinete de leitura constituía um recurso cultural que ia ao encontro dos interesses de alguns sócios mais informados e que buscavam essa informação. A Assembleia Figueirense haveria de rivalizar com a Assembleia Recreativa, que foi inaugurada a 8 de setembro de 1869, e cuja sede se situava no Bairro Novo, na Alta, portanto, no local do antigo Hotel Portugal, em terra de veraneantes e tendo neles os seus maiores frequentadores.

3.2.6. A Biblioteca da Associação de Instrução Popular

A Associação de Instrução Popular que, tal como se pode ver no capítulo dedicado às escolas populares da nossa cidade, teve uma escola noturna de adultos e crianças analfabetas e na qual se realizaram numerosas e impactantes conferências, irá também, mercê do envolvimento e trabalho de homens influentes da cidade,²²⁶ possuir uma biblioteca ou sala de leitura destinada à instrução dos seus associados. Na sua essência, essa biblioteca foi prevista nos seus estatutos, publicados em 1902, no mesmo ano da sua fundação e destinava-se a servir os alunos da escola noturna, mas também os irmãos da Loja Maçónica Fernandes Tomás e tipógrafos e outros profissionais que laboravam na Tipografia Popular²²⁷.

Como vimos, de acordo com os seus estatutos datados de 1902, esta associação destinava-se à “propaganda da instrução popular e educação Liberal e cívica”. (*Estatutos da Associação d’Instrução Popular*, 1902, p. 1)

²²⁵ A questão do silêncio nas bibliotecas tem evoluído e uma vez que o acesso à informação se faz em diversos suportes e desaconselhado que se tenha atualmente uma atitude fundamentalistas quanto ao silêncio absoluto nas bibliotecas.

²²⁶ Republicanos e Maçons.

²²⁷ Todos esses equipamentos funcionavam no mesmo prédio situado entre a Rua da Cadeia e Rua do Estendal.

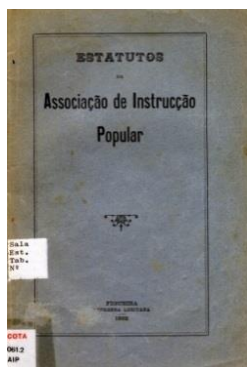


Figura 7- *Estatutos da Associação de Instrução Popular* (1902). (Cedência de imagem da BMFF)

A ideia, em concreto, era criar uma associação que possibilitasse o acesso à instrução popular gratuitamente, tendo em vista o desenvolvimento e progresso moral e intelectual das classes trabalhadoras desse concelho.

Efetivamente, esta associação, viverá à custa das quotas e contribuições dos seus associados, sendo que esteve sempre bem escudada pela Maçonaria local, na qual se destacam beneméritos de grande vulto e o maior de todos terá sido Fernando Augusto Soares. No Artº 5º, dos Estatutos, ponto 3º, estava previsto a existência de sócios beneméritos, que eram aqueles que contribuíam “com donativos importantes ou prestem relevantes serviços à associação”. Também estava previsto que os fundos fossem obtidos por outros meios como por exemplo o produto de festas, espetáculos públicos, bazares e outros meios

Graças à proximidade desta associação com a Tipografia Popular, que se instalou no mesmo prédio, fazia com que chegassem à redação muitas publicações e periódicos de tipografias congêneres, que lhe eram oferecidos e que a *Voz da Justiça*, tão bem noticiava, assim como livros que chegavam à sua redação, e iriam constituir o fundo documental dessa biblioteca popular, que servia de local de acesso à informação aos associados, aos alunos da escola e aos próprios funcionários da tipografia. Os dirigentes desta associação animados pela intenção de instruir os seus sócios e alunos da escola noturna criaram esta biblioteca que seria aberta uma hora antes do funcionamento das aulas para que os presentes tivessem acesso à leitura de livros e vários jornais. Os irmãos da Loja Fernandes Tomás, não descuraram nenhum pormenor, criaram condições para que funcionassem, nessa associação, aulas, conferências e leitura de livros e jornais. Estava implícito um propósito, difundir pelo operariado a ideologia republicana, combatendo o analfabetismo e a falta de instrução de índices muito elevados entre o operariado.

3.2.7.A Biblioteca da Sociedade de Instrução Tavadense

Tal como nas demais associações populares, que se dedicavam à instrução, também a SIT teve, e manteve, uma biblioteca destinada aos seus associados e gentes da terra. Os seus fundadores sabiam que a educação passava também pela leitura e que esta lhe conferiria a consciência cívica da qual necessitavam para terem ferramentas para alterar o *status quo* vigente.

Sabe-se que esta biblioteca teve a sua génese, no início da criação da escola noturna desta associação. Visava o acesso à leitura dos seus associados, bem como dos alunos que frequentavam essa escola e de todos aqueles que, com regularidade começaram a fazer parte do elenco de peças de teatro que foram, ontem, tal como hoje, o uma prática desta associação. Não havendo referências concretas a esta biblioteca, através dos documentos que pesquisámos, e tendo como intenção não passar em branco este espaço que também existiu nesta associação, decidimos visitar o local, aproveitando uma entrevista marcada com um dos decanos desta associação, o Sr. Manuel Lontro.

Em maio de 1911, entrevistámos na sede dessa associação, Manuel Lontro (1933), sobre a escola noturna e a Biblioteca da SIT. Como muitas outras crianças e adultos, frequentou esta escola pelos finais dos anos trinta, tendo começado a frequentar esta associação, que conhece como poucos. Questionado sobre a biblioteca desta associação referiu que esta “tem mudado de sítio várias vezes, agora está lá em cima e tem o nome de Biblioteca Fernando da Silva Ribeiro²²⁸”.



Figura 8 - Placa evocativa do Patrono da Biblioteca da SIT. Esta ocupa atualmente o 1º andar do edifício. (Arquivo pessoal)

Quisemos saber como funcionava a biblioteca e que livros possuía. Manuel Lontro respondeu que no seu tempo havia uma biblioteca com livros, em especial romances e livros de História destinados à leitura dos seus a leitura associados. Funcionava uma vez por semana e havia muita gente que vinha requisitar “talvez uns 30 leitores... mais mulheres”. Os homens liam mais livros de História. O nosso interlocutor referiu, ainda, que se podiam fazer requisições de livros para ler em casa, “funcionava como outra biblioteca qualquer”.

²²⁸ O nome da biblioteca surge em homenagem a Fernando da Silva Ribeiro dado que este foi professor da escola, conservador da biblioteca e ponto de teatro nesta associação.

Adiantou ainda que esta associação também tinha jornais, em especial, tinha sempre um jornal diário. Estes não estavam confinados à biblioteca, mas encontravam-se na associação, para a leitura dos seus sócios.



Figura 9 - Vestígios do que terá sido o fundo documental mais antigo da Biblioteca da SIT. (Arquivo pessoal)



Figura 10 - Sala contígua à atual Biblioteca da SIT, onde se encontra algum espólio da antiga Biblioteca. (Arquivo Pessoal).

3.2.8. Outras Bibliotecas Populares

Outras instituições de caráter associativo, de classe, mutualista, ou centros republicanos e afins, ao longo da 1ª década do séc. XX, tentaram, com maior ou menor êxito chamar a si a criação de uma biblioteca ou gabinete de leitura na sua sede. A «moda», de criar bibliotecas, por pequenas que fossem, era uma garantia de contribuir, de alguma forma para a instrução dos seus associados. Vivia-se uma época de valorização e incentivo à instrução, ideia essa criada no seio dos grupos republicanas, que na sombra congeminavam para criação de uma massa popular informada, pensante e que fosse uma força com a qual o novo regime pudesse contar para a regeneração da pátria.

A Figueira da Foz, cidade com tradições liberais e republicanas, viu nascer a cada canto, um alfobre de cabeças pensantes, quer através da criação de escolas, da dinamização de palestras e da organização de bibliotecas. A democratização da informação era um imperativo, os jornais marcavam, por esta altura uma época conturbada dum regime agonizante e duma vontade republicana que se impunha.

Em Abril de 1906, estava em formação uma nova associação na Figueira da Foz, tratava-se do **Ateneu Figueirense**, com sede na rua do Estendal²²⁹ que teve um início auspicioso, dado que no final desse mês já detinha 108 sócios inscritos, segundo Cascão (2009, p. 339). De facto, os seus fins eram múltiplos, à semelhança de muitos outras associações locais, desde lúdicos, a culturais, económicos e turísticos. Tinha como um dos

²²⁹ O Ateneu Figueirense situava-se a paredes meias com a Associação de Instrução Popular, Tipografia popular e Loja Fernandes Tomás.

seus objetivos, a criação de uma biblioteca. Em 1907, no *Almanach da Figueira da Foz Commercial e Burocratico [...] (1907)* constam os corpos gerentes desta associação para esse ano. Verificamos que se repetem nomes, que surgiam, em cargos de direção de outras associações já por nós estudadas²³⁰.

Na Vila de Buarcos, constituiu-se o **Grupo Caras Direitas**, cuja fundação provisória ocorreu a 1 de dezembro de 1907 cujos respetivos estatutos se encontravam em vigor nos termos do Artº 1 da lei de 14 de fevereiro de 1907, tendo sido publicados em 1913, na Tipografia Popular de Manuel Jorge Cruz.

No dia 1 de outubro de 1907 terá havido uma reunião, na casa de Leonor de Paula, de 15 amigos, todos naturais e moradores em Buarcos, que terão fundado o Grupo dos 15 Caras Direitas, tendo estes, à partida ficado incumbidos do pagamento de 100 réis mensalmente, e cuja direção ficou entregue aos seguintes elementos: Presidente: Joaquim Marçal Carrega; Secretário: Carlos Cruz Oliveira; Tesoureiro: António Augusto da Gama. Os restantes 12 fundadores foram: Joaquim Rodrigues da Silva, António Caetano Ferreira, José Feteira, António Marques Murta, José Amorim Guerra, Augusto Alves Abreu, José Baptista Soares, António Gomes Pinto, Augusto Maria Henriques, José Cardoso de Oliveira, Alberto Cardoso de Oliveira e José Romão. O grupo visava a instrução, beneficência e recreio dos seus associados. Por essa altura ficou combinado, entre os presentes, realizar a inauguração formal da associação no dia 1 de dezembro desse ano, dado que coincidia com o aniversário da independência de Portugal. Durante vários anos esta associação deambulou de sede em sede, ao sabor da oferta de espaço condigno, ao melhor preço de renda, tendo passado, por isso, por vários espaços, inclusivamente pelo Teatro Trindade. E, após muitos sacrifícios dos seus fundadores, constrói-se a sua sede²³¹ própria.



Figura 11 – Projeto da Associação «Caras Direitas» - Buarcos. (Disponível em <http://bit.ly/UMIHiv>)

²³⁰ Vejamos, como presidente surge José M. Silva e Castro; o Vice- Presidente era José Neves Zuzarte; o tesoureiro: Adriano Dias Barata Salgueiro; o 1º secretário: José da Luz; o 2º secretário: Joaquim Custódio Feteira; o presidente da Assembleia Geral: João José da Costa Monsanto e o secretário, José Maria Gomes Tomé e o vogal: Manuel R. Ferreira.

²³¹ Inaugurada a 6 de maio de 1928.

Nos *Estatutos do Grupo “Caras Direitas”* Buarcos, no seu Capítulo I, dedicado a Denominação e Fins, no Artº 2, 1º ponto, enfatiza-se o fim desta associação, referindo-se que esta se destinava à instrução, assim como a fundação de um Gabinete de Leitura para os seus associados. Também estava previsto que se promovessem preleções sobre assuntos de carácter educativo, para além da dinamização de diversões e passatempos para os seus associados. Também se vislumbrava um carácter filantrópico nesta associação, quando no 4º ponto se refere que se previam prestar auxílios pecuniários durante a doença aos seus associados. Desde cedo esta associação destacou-se no implemento de espetáculos cénicos, com os quais se impôs na vila onde foi criada e na cidade contígua da Figueira da Foz.

O jornal *A Voz da Justiça*, completamente «engajado» com o ideal republicano, noticiava todas as experiências que neste domínio se encontravam a despontar. Eis que a 11 de junho de 1909, este jornal noticiou nas suas páginas, que a direção do **Grupo da Mocidade Operária** se encontrava a distribuir uma circular solicitando livros com os quais pretendia fundar uma biblioteca, “onde os seus associados se instruem”. (*A Voz da Justiça*, ano 8º, nº 685, 11 de junho de 1909, p. 3). Informavam-se os leitores de que qualquer livro deveria ser entregue na Chapelaria Ferreira, Praça Nova.

Apesar de termos procurado, não tivemos mais informação do futuro desta biblioteca, se terá chegado a concretizar-se a sua criação, após os esforços iniciais.

De uma forma geral, estas Bibliotecas Populares, continham muito poucos títulos no seu acervo, por vezes não passavam de algumas dezenas. Em geral, tratavam-se, de obras literárias, dos géneros romance e novela, mas também algumas obras de carácter Histórico. O gosto por aquilo que vinha do outro lado dos Pirenéus, levou a que a maior parte dos livros fossem de autores estrangeiros consagrados, sendo que os autores nacionais se situavam, em termos ideológicos próximos ideal republicano. Todos estes esforços para criar meios de instrução, inserem-se num contexto de uma taxa de analfabetismo que rondava em 1910 os 70%, que envergonhava o país e que os republicanos tudo faziam para tentar regenerar a pátria, elevando o seu nível cultural e consciência cívica dos portugueses.

Também de países europeus de vanguarda, surgiram modelos de **Universidades Populares**, fórmula criada em Dinamarca em meados do séc. XIX, que tiveram um forte impacto em França. Nesse país tiveram uma ação de suplemento ao sistema escolar, que por essa altura, também revelava algumas deficiências. Estas, denominadas universidades populares, tinham como objetivo fazer chegar a cultura e a educação às massas populares, promovendo uma educação de carácter social e intelectual, recorrendo a modalidades como a realização de conferências, cursos, visitas de estudo, festas cívicas, assim como a leitura

por via de uma biblioteca da instituição. As Universidades Populares representavam um dos modelos do projeto de educação popular defendida acerrimamente pelos republicanos. Esta experiência educativa haveria de impor-se no nosso país, de forma mais consistente, após a Revolução de 1910. Na cidade da Figueira da Foz, essa experiência foi muito posterior. “A Universidade Livre de Coimbra [ULC] impulsionou uma delegação na Figueira da Foz (1929-33), a qual desenvolveu uma intensa atividade sociocultural e educativa” (Melo, 2010, p.90-91)

Esta instituição, além de diversas conferências, criou em Quiaios²³² uma biblioteca pública móvel, em 1932 com cerca de uma centena de livros, que ficaria sediada no Grupo de Instrução e Recreio. Cristina Torres, como figura estimada e bastante envolvida em movimentos educativos, culturais e cívicos da cidade, haveria de fazer parte da comitiva da Figueira da Foz que inaugurou esta biblioteca na freguesia de Quiaios.



Figura 12 – Inauguração da Biblioteca em Quiaios em 1932. (Cedência de imagem pelo Arquivo Municipal da Fig. Foz).



Figura 13 - Verso de fotografia anterior. (Cedência de imagem pelo Arquivo Municipal da Fig. Foz).

Segundo Melo (2010), a partir da 1ª República alterou-se a antiga posição de alheamento oficial para com as bibliotecas populares. O Estado desde 1879 transferia a sua criação em cada município, às Câmaras, e Juntas de Paróquia, não lhe concedendo o apoio necessário. A partir daqui esse paradigma foi-se alterando, para bem das populações no acesso à informação e logo, à instrução.

Os donativos deveriam ser entregues no estabelecimento comercial de José da Luz, ao Largo Luís de Camões na Figueira da Foz. Da comissão fundadora deste centro contavam-se Joaquim Gil Neto, António Neto Gil Nogueira, Albano de Sousa e José da Luz. O jornal rematava, com a sua opinião favorável a esta, como a outras iniciativas do género:

²³² Freguesia a norte da Figueira da Foz na qual tinha sido criado um Centro Republicano a fim de desenvolver atividades de propaganda ideológica republicana, na qual se instalou uma escola popular, da qual já se deu conta no Capítulo II, dedicado às escolas.

“Apoiamos fervorosamente a magnífica iniciativa da comissão paroquial republicana de Quiaios, que terá o auxílio de todos os bons republicanos e dos que se interessam pelo levantamento espiritual das classes trabalhadoras”. (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 577, *A Voz da Justiça*, 2 de junho de 1908, p. 2).

3.3. Biblioteca Pública

Na 1ª década do séc. XX, emergiram na Figueira da Foz numerosas experiências de pequenas bibliotecas populares, ou simplesmente nasceu a intenção que foi vertida nos seus estatutos de criar bibliotecas, salas ou gabinetes de leitura, aquando da criação de associações de carácter instrutivo, recreativo e/ou mutualista. Os estatutos lavrados em torno dos fins das mesmas referiam, de forma recorrente, a criação de tais equipamentos. Em concreto, a maioria das bibliotecas criadas não passaram de um conjunto de algumas dezenas de livros e da disponibilidade de alguns periódicos para informação dos seus sócios. Outras pretensas bibliotecas, nunca passaram do papel, dado que a sua criação implicava custos, que não se compadeciam com a falta sistémica de verbas pelas quais estas associações conviviam diariamente. As quotas dos associados eram ínfimas, quando se fala da aquisição de livros, que no nosso país sempre foram caros e dificilmente ao alcance de todos.

Urgia a fundação de uma biblioteca pública, na qual se reunisse uma coleção significativa, tanto em termos numéricos, como em qualidade e atualidade da informação. Com efeito, segundo Melo (2010) a leitura pública está intimamente ligada às bibliotecas públicas, que surgiram inicialmente nos países anglo-saxónicos, a começar em Inglaterra e nos EUA, mas cuja fórmula se vai disseminando pelo mundo [dito] civilizado.

O desenvolvimento tecnológico da sociedade industrial criou nas pessoas maiores exigências formativas, que geravam oportunidades de ascensão social, uma vez que começa a ser aceite a máxima em que «o saber é poder²³³». Também, o reforço da imprensa e da edição de documentos, assim como a valorização do conceito de cidadania, que se cruza com o poder conferido pelo acesso à informação, conhecimento e formação que deveria ser assegurado a um público cada vez mais vasto²³⁴, tendo em vista a democratização, permitindo aos cidadãos uma melhor intervenção na vida política, irá consolidar-se pela criação de bibliotecas públicas.

²³³ «O saber como poder» é uma tese defendida em numerosos estudos e publicações de José Viegas Brás & Maria Neves Gonçalves, que tivemos oportunidade de consultar e que constam das nossas referências bibliográficas.

²³⁴ Faziam-se esforços para ultrapassar a época em que só a aristocracia podia ter acesso ao conhecimento.

A Câmara Municipal possuía, em 1893, alguns livros que se encontravam, por essa altura guardados numa pequena sala da Casa do Paço, tendo passado em 1898 para um gabinete do Museu, que nessa época se instalara nos Paços do Concelho.

Tal desígnio, de criação de uma biblioteca com «maior fôlego», haveria de caber a uma comissão constituída a 12 de junho de 1908, por nomes como Pedro Fernandes Tomás, Francisco Martins Cardoso, António Carlos Borges, Alberto Diniz da Fonseca, Eloy do Amaral e Manuel Cardoso Marta. Este grupo de homens de cultura envia um ofício à Comissão Administrativa do Município oferecendo os seus serviços para a organização de uma biblioteca pública. A *Voz da Justiça*, de 23 de Junho de 1908, dá conta do teor do ofício enviado, que em concreto dizia o seguinte:

“ Il.^{mo} ex.^{mo} sr. Os subsignados, tendo notícia de que a comissão administrativa de que v. ex.^a é muito digno presidente resolveu abrir ao publico, comemorando o primeiro centenário da Guerra Peninsular, uma biblioteca; Reconhecendo que é um melhoramento material e moral de primeira necessidade e de altíssima importância para esta terra; Que essa biblioteca, pelo reduzido numero de volumes que atualmente dispõe, não se encontra ainda em condições de ser frequentada, sendo necessária fazer-se a aquisição de muitos outros [...] Resolveram agremiar-se com o título – *Comissão Auxiliadora da instalação d’uma biblioteca municipal*, cuja missão terminará quando essa instalação se realise. [...] Figueira da Foz, 12 de junho de 1908. [...] (A *Voz da Justiça*, ano 7º, nº 583, 23 de junho 1908, p. 2)

Na sequência deste ofício, a comissão foi reconhecida pela edilidade, em sessão de Câmara de 19 de junho desse ano, oficialmente com a designação de Comissão Instaladora da Biblioteca Pública Municipal da Figueira da Foz. A 25 de junho, essa comissão reuniu-se a fim de proceder à eleição do presidente e secretários. Como presidente foi eleito Pedro Fernandes Tomás²³⁵ e como secretários Francisco Martins Cardoso e M. Cardoso Marta. Neste evento foram tomadas medidas prementes, tendo Eloy do Amaral proposto, com aprovação por unanimidade, que se começasse, a partir daquela data a catalogação dos livros existentes, que se expedissem circulares a escritores, editores, imprensa, etc... a solicitar a oferta de documentos. Também ficou acordado que se fosse dando à imprensa notícias sobre os resultados do trabalho efetuado. Ficou determinado, que após a sua abertura ao público, os membros dessa comissão devessem alternadamente ocupar-se da sua gestão.

A 30 desse mês, A *Voz da Justiça* dava conta que as sessões da Comissão Instaladora da Biblioteca Pública passavam a reunir-se todas as quintas-feiras e que a

²³⁵ Pedro Fernandes Tomás (1853-1927) foi professor da Escola Industrial. Foi um bibliófilo apaixonado e colaborador da imprensa local. Foi musicólogo, arqueólogo, tendo sido um dos fundadores da Sociedade Arqueológica. Fundou a Loja Maçónica figueirense «Evolução», da qual se publicou um jornal com o mesmo nome.

primeira reunião extraordinária se realizaria no domingo seguinte. Também era referido que àquela data já estavam catalogados um grande número de volumes.

Tal como tinha ficado acordado pela comissão, a imprensa iria noticiar com regularidade o andamento dos trabalhos. Assim, a 2 de julho de 1908, reuniram-se pela segunda vez, pelas oito horas da noite os membros da comissão instaladora daquela biblioteca, sendo que todos os presentes ofereceram livros para a sua coleção. Cardoso Martha abordou nessa reunião a questão do mobiliário destinado à biblioteca. Ficou acordado, pelos presentes, que se devia pedir à Câmara para que esta, no seu orçamento inscrevesse uma verba para o auxílio anual à instalação e conservação da Biblioteca Municipal. Pedro Fernandes Tomás deu a conhecer aos presentes a minuta da circular que iria ser remetida a diversas entidades a fim de obter donativos pecuniários e livros. Também ficou acordado que na época balnear se organizasse um festival a fim de angariar fundos para a dita biblioteca. No domingo seguinte procedeu-se ao inventário dos livros que constituíam o fundo da mesma biblioteca.

A Voz da Justiça de 28 de Julho de 1908 dava conta que no domingo anterior se tinha reunido nas dependências do Museu Municipal, a comissão instaladora da Biblioteca Municipal, tendo-se estabelecido entre os presentes que se devia agradecer à direção de um cinematógrafo que em breve iria abrir na Figueira tendo oferecido o produto da sessão inaugural para a nova Biblioteca Municipal. Também, nessa reunião ficou estabelecido que se iriam pedir ao governo publicações dos diversos ministérios, e seriam distribuídas circulares a escritores, editores e outras personalidades naturais ou residentes na Figueira, a solicitar a oferta de livros ou de outros donativos. Por essa altura, já alguns particulares tinham correspondido com bastantes volumes. Também, estava previsto a realização de um festival em setembro para benefício da biblioteca.

Tal como estava previsto, a 12 de setembro de 1908, o proprietário do cinematógrafo «Salão Lisbonense», situado na rua Francisco António Diniz, ofereceu a receita de bilheteira dessa noite inaugural à comissão instaladora da Biblioteca Pública. O jornal, *A Voz da Justiça*, na véspera, fazia publicidade ao acontecimento, tentando cativar expectadores para o espetáculo do cinematógrafo, uma vez que a receita se destinava a uma justa causa.

“Temos o direito de esperar que não só todos os figueirenses como quantos se interessam pela sagrada causa da instrução não faltarão com o seu auxílio á instituição beneficiada, tanto mais que os preços de entrada são irrisórios” (*A Voz da Justiça*, ano 7º, nº 606, 11 de setembro de 1908, p. 2)

Quando a comissão instaladora da Biblioteca Municipal, liderada por Pedro Fernandes Tomás, se ofereceu os seus préstimos, em 1908, ao presidente da Câmara²³⁶, partiu-se de uma coleção de 783 volumes que se encontravam guardados no Museu, que se situava, então, no Paço, e que constituíam um espólio da edilidade. A coleção da Biblioteca foi sendo ampliada, mercê de donativos de particulares e de entidades locais, regionais e mesmo, nacionais. O jornal, *A Voz da Justiça*, a partir de 18 de dezembro desse ano começa, edição após edição, a publicar todas as ofertas de livros que começaram a chegar à comissão instaladora. Para que se tenha a noção da cadência e do volume das ofertas, apresenta-se em **Apêndice VIII** um quadro ilustrativo das ofertas provenientes de diversas entidades, com o objetivo de contribuir para o crescimento do acervo da Biblioteca Municipal.

A *Voz da Justiça* de 31 de março de 1909 refere que a comissão organizadora da Biblioteca Municipal estava a instalar os livros na Praça Nova²³⁷, no número 40. Informavam-se os leitores que brevemente se iria iniciar a catalogação das obras existentes, estando prevista a sua abertura no mês de abril desse ano. Também era referido que muitos escritores e particulares tinham feito muitas ofertas de livros²³⁸.

O Jornal *A Voz da Justiça*, 4 de janeiro de 1910, refere na sua primeira página que havia ideia de estabelecer a Biblioteca nos Paços do Concelho, no compartimento onde estava instalada a Conservatória, que por seu turno passaria para onde se encontrava a funcionar a secretaria municipal.

No início do mês de março de 1910, a comissão instaladora da Biblioteca Municipal, difunde através do jornal *A Voz da Justiça* a sua intenção de marcar a inauguração da Biblioteca Escolar com um acontecimento relevante: a comemoração do centenário de Herculano:

“Tendo a Comissão Organizadora da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, resolvido realizar na sua sala de leitura, por ocasião da inauguração da mesma biblioteca, uma exposição bibliográfica das obras de Herculano e ainda das que a ele se refiram, comemorando assim a abertura de mais um estabelecimento de instrução popular²³⁹ que o eminente historiador tanto apreciava e também a data do primeiro centenário do seu nascimento [...]”. (*A Voz da Justiça*, 11 de Março de 1910, ano 8º, nº761, p. 2)

Nessa edição do jornal, era pedido a todos os que possuíssem livros ou outros documentos sobre Herculano que os dispensassem “a fim de por essa forma ser aumentado

²³⁶ O Presidente da Câmara da altura era Joaquim Jardim.

²³⁷ Atualmente designada «Praça 8 de Maio», Figueira da Foz.

²³⁸ Ver quadro das ofertas de documentos para a Biblioteca Municipal em **Apêndice VIII**. (Cf. p. XII-XIV).

²³⁹ Note-se que é referido neste jornal que a Biblioteca Municipal seria um instrumento de instrução popular.

o pecúlio bibliográfico existente na mesma biblioteca”. (*A Voz da Justiça*, 11 de Março de 1910, ano 8º, nº761, p. 2).

Atendendo a que esta exposição tinha um fim altamente educativo, a comissão apelava a todos os que tivessem obras relativas a Herculano que as emprestassem, sendo que a direção manifestava antecipadamente a sua gratidão. Estes documentos cedidos à Biblioteca seriam restituídos aos seus proprietários no final da exposição. Da comissão que assinou esta petição a 9 de março de 1910, faziam parte nomes como Pedro Fernandes Tomás, Eloy do Amaral e Francisco Martins Cardoso. Nas edições seguintes²⁴⁰ a notícia continuava a ser difundida, exatamente nos mesmos moldes.

No dia 23 de março de 1910 foi realizada uma sessão de Câmara onde foi lida uma carta da comissão instaladora desta biblioteca comunicando a essa entidade que a pretendiam fazer a sua inauguração a 23 de abril. Também informavam que nesse ato desejavam homenagear Alexandre Herculano, solicitando à Câmara a cedência do Salão Nobre dos Paços do Concelho e que o presidente da vereação assumisse a presidência desse ato. A mesma comissão participava à Câmara que na sede da Biblioteca se iria realizar uma exposição de obras e retratos de Herculano, a inaugurar nesse dia. Nessa notícia, é dito que o presidente da Câmara teceu grandes elogios a Pedro Fernandes Tomás, Eloy do Amaral e Francisco Martins Cardoso, membros dessa comissão e que são louvados em sessão de Câmara pelo facto que estarem a prestar relevantes serviços na organização da Biblioteca Pública, salvaguardando-se em ata um voto de reconhecimento da edilidade relativamente ao seu trabalho, reconhecendo o valor e empenho do seu trabalho os membros dessa comissão foram nomeados seus bibliotecários. Estes ficavam como o ónus de distribuírem entre si o trabalho da biblioteca de acordo com as suas preferências.

A 29 de abril desse ano, o jornal *A Voz da Justiça* anunciava na sua terceira página que a inauguração da Biblioteca e da exposição bibliográfica comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Herculano seria no domingo seguinte, estando prevista um sessão solene no salão nobre da Câmara Municipal, contando-se com as intervenções de vários oradores e a récita de poemas desse historiador. A sessão previa que se iniciasse à 1 hora da tarde e era pública. A Comissão desculpava-se de apenas ter enviado convites a entidades oficiais, justificando-se com a falta de tempo. Adianta, ainda, que a exposição continha grandes «preciosidades bibliográficas» que se afiguravam ser de volume superior às da Câmara Municipal de Lisboa. Por essa altura já se encontravam vários expositores no local e o catálogo já estava concluído.

²⁴⁰ Nas edições seguintes, de 15 de março, 18 de março, surgiram textos precisamente iguais, sobre a exposição relativa ao centenário de Herculano.

A Biblioteca Municipal da Figueira da Foz foi, então, inaugurada no 1º de Maio de 1910, concretizando um projeto que já vinha de 1808, idealizado por um grupo de intelectuais no qual se incluía o escritor, professor e etnólogo Pedro Fernandes Tomás. Em reconhecimento do contributo deste último, a biblioteca seria, posteriormente, renomeada como Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás. Além deste projeto, esse grupo foi ainda responsável pela guarda, formação e catalogação do acervo que por esta altura contava com cerca de 3 mil volumes, sendo 1800 destes o resultado de ofertas de autores, editores e amigos. Também esta comissão será responsável e pelo arrendamento do edifício sede na Praça Nova.



Figura 15 - Inauguração da Biblioteca Municipal a 1 de maio de 1910, num prédio na Praça Nova na confluência com a Rua dos Ferreiros. (Disponível em <http://bit.ly/U59q8g>)

A inauguração da Biblioteca Municipal foi acompanhada de uma relevante exposição bibliográfica e iconográfica dedicada a Alexandre Herculano, da qual resultou um catálogo, que ainda se pode considerar, de referência, sobre essa matéria. Do evento dava conta *A Voz da Justiça* de 3 de maio de 1910:

“CENTENÁRIO DE HERCULANO. Com uma numerosa e seléta assistência, realizou-se no domingo no salão nobre da camara, a festa promovida pela Comissão Organizadora da Bibliotéca Municipal, para comemorar a abertura da mesma biblioteca e proceder á inauguração da exposição biblio-iconografica herculaniana”. (*A Voz da Justiça*, 3 de maio de 1910, ano 8º, nº776, p. 2)

Ainda no rescaldo da inauguração da exposição sobre Alexandre Herculano nos Paços do Concelho do dia 1 de maio, no dia 15 desse mês, realizaram-se na cidade da Figueira da Foz as festas de homenagem a Alexandre Herculano. Tal efeméride foi comemorada no Casino Mondego, no qual se fizeram representar todas as coletividades locais, sendo abrilhantada pelas filarmónicas *Figueirense* e *10 de Agosto*, que executaram a *Marcha do Vapor*²⁴¹ de Varela Silvari. Sobre a obra do historiador A. Herculano seriam preletores o Dr. António Fontes e o académico Orlando Marçal.

Mesmo após a inauguração da biblioteca e das comemorações do centenário de Herculano na cidade, o bissemanário local *A Voz da Justiça*, continua a publicar nas suas

²⁴¹ *A Marcha do Vapor* é ainda hoje a música representativa da Cidade da Figueira da Foz.

páginas as novas ofertas realizadas com o intuito de aumentar a sua coleção, como por exemplo:

“O sr. Roberto Moreton, ativo gerente da Livraria Evangelista, agencia da sociedade de trabalhos religiosos de Londres, acaba de oferecer á nossa Bibliotéca uma valiosa coleção de 77 espécimes bibliográficas, algumas d'elas luxuosamente encadernados. Esta oferta foi feita por intermédio do nosso amigo Eloy do Amaral, conservador da Bibliotéca [...]. (*A Voz da Justiça*, 29 de Novembro de 1910, ano 9º, nº836,p. 3)

Se em 1908 a Biblioteca possuía 703 volumes, em 1910, por altura da sua inauguração, contava, já, com 3000 documentos. Volvido um ano sobre a implantação da República, a Biblioteca é transferida para o edifício dos Paços do Concelho, e em novembro de 1915 é instalada na Rua 10 de Agosto onde permaneceu até 30 de julho de 1927. Em reunião de Câmara de 10 de Agosto de 1927 e por proposta de Álvaro Malafaia, ao tempo vereador do pelouro de instrução, foi deliberado que a Biblioteca passasse a denominar-se «Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás».

Dado o considerável incremento do seu fundo foi transferida em 1928 para um espaço maior, no 1º andar do quartel dos Bombeiros Municipais, em frente da Igreja Matriz²⁴². Nessa altura recebeu novas incorporações documentais relevantes, a saber, as da ex-Biblioteca Artística, da Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 20, da Sociedade Recreio Literário Figueirense (por aquisição) e da Biblioteca particular de José Ramos Coelho (por doação). Este último legado permitiu reforçar o perfil generalista da biblioteca, ao tornar disponíveis milhares de volumes de literatura, ciência e arte, incluindo uma boa parte de obras didáticas. Tendo em conta a riqueza da sua coleção, o empréstimo domiciliário fora consagrado, o que constituiu um benefício para a população da Figueira da Foz, que pode ao longo destes anos aceder a um tipo de equipamento e a um bem, que continuava a ser caro e raro nos domicílios figueirenses: o livro. Com a criação das bibliotecas de carácter popular e da Biblioteca Municipal atingiu-se um nível satisfatório de acesso e circulação ao livro, ao jornal e a outros documentos impressos em geral na cidade da Figueira da Foz.

²⁴² Desde 1953 até 30 de Agosto de 1974, a Biblioteca Municipal funcionou na Praça Velha, no primeiro andar do edifício da Merceria Tomás do Café finalmente, passados vinte e um anos foi instalada definitivamente e edifício próprio, na Rua Calouste Gulbenkian.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho procurámos investigar de que modo o ambiente fervilhante em termos ideológicos, que se vivia na cidade da Figueira da Foz, na primeira década do século XX, constituiu um terreno fértil em termos de criação de estruturas educativas e culturais. A ação de homens engajados com o ideal republicano e maçónico fez brotar na cidade e freguesias limítrofes, casas de cultura, associações e coletividades populares que criaram no seu interior meios e equipamentos para se instruírem. É neste ambiente de um certo sonho e utopia, que a instrução popular passa a ver propagandeada como uma bandeira e como uma causa indelével para que se operasse a tão almejada queda da Monarquia e nascimento de uma «Pátria Nova», com a República.

O que há décadas estava consignado da lei, no que dizia respeito à escolaridade obrigatória, não se fazia cumprir. Havia falta de escolas oficiais, as que existiam eram edifícios lúgubres e as crianças não eram estimuladas a frequentá-las dado que os seus progenitores tinham necessidade que trabalhassem desde muito cedo.

Na cidade da Figueira da Foz, o associativismo irá ter um forte impulso, desde finais do séc. XIX. Também, em matéria política, existiam personalidades muito determinadas e que vislumbravam um futuro melhor para as suas gentes, não medindo esforços para desenvolver ações de benemerência, que passavam pela criação de escolas populares surgidas à margem do sistema oficial, decrépito, mas que contribuíram para a alfabetização de centenas de crianças e adultos, em escolas noturnas, que acolhiam os deserdados da sorte, por não poderem frequentar as escolas diurnas. É no interior de muitas associações de classe, de recreação e instrução que brotam escolas populares, com professores voluntários, que dedicaram a vida a esta causa, recorrendo ao método considerado excelente: *A Cartilha Maternal* de João de Deus. Este método, bastante elogiado, foi sendo introduzido na cidade, em cursos para adultos, que após a sua frequência, ficavam habilitados para o replicarem junto de alunos, retirando esses, considerados infelizes, das «trevas da ignorância». É assim permitido que estes assumissem o papel cívico que conduziria à emergência de um Portugal Republicano. Fica provado, que no caso específico da Figueira da Foz houve um impacto determinante do ideário Republicano e Maçónico, que na 1ª década do séc. XX que potenciou a criação de escolas, conferências e bibliotecas com o intuito claro de instruir as classes populares, criando assim cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres cívicos.

Ao longo deste trabalho, tivemos intenção, inicialmente, de fazer um quadro da cidade da Figueira da Foz, em termos ideológicos/políticos, culturais, económicos e sociais.

Os Centros Republicanos, a Maçonaria, os jornais, as visitas frequentes de caudilhos da República, a proximidade em relação à academia Coimbrã, foram fatores que tiveram um peso determinante na forma de viver a cidade, a coletividade, a política e a esperança num futuro de maior justiça social.

Neste contexto, surgiram numerosas escolas no âmago destas associações que nasceram na cidade da Figueira da Foz e freguesias limítrofes, das quais demos conta neste trabalho, tentando recriar o seu funcionamento, os seus mentores, beneméritos e professores, as suas festas e sessões solenes e exames. Igualmente, como meio de instrução popular, algumas associações criaram meios para dinamizar, de forma regular, conferências proferidas por grandes nomes da República nacionais, locais e por académicos de Coimbra. Estas foram oportunidades de instrução sobre os mais diversos temas, mas sobretudo momentos de propaganda ideológica republicana. Muitos destes conferentes tinham, nestas sessões, possibilidade de se tornarem mais visíveis, preparando as suas posições políticas no futuro que se avizinhava.

Para além das escolas populares e conferências, muitas associações apostaram na criação de bibliotecas populares e/ou salas de leitura, por vezes não passando de um repositório de algumas dezenas de livros e alguns periódicos. Algumas dessas bibliotecas continham livros técnicos ou profissionais, mas outras investiam na aquisição de obras literárias de grande impacto na época. A leitura fazia-se no local, mas estava previsto, de acordo com os seus estatutos, a requisição domiciliária. O acesso ao livro e, também, aos jornais era igualmente entendido por estes homens, como uma forma de instrução e logo, de maior consciência cívica. Muitas das bibliotecas referidas neste trabalho, tiveram a sua génese nas últimas décadas do séc. XIX, mas foram sendo multiplicadas, ampliadas, fundidas e trasladadas por várias artérias da cidade. Em contraponto, fez-se uma incursão à génese e nascimento da Biblioteca Municipal, que teve na sua retaguarda as mesmas personalidades que laboraram nas associações, nas suas escolas, conferências e bibliotecas. Muito do acervo destas bibliotecas menores, verteram, mais tarde, para o fundo da Biblioteca Municipal e seus arquivos, graças aos quais pudemos ter acesso a tão diversificada documentação.

Na dinâmica deste movimento cultural e «civilizador» da cidade da Figueira da Foz, estiveram homens, mas também mulheres, determinados e com um sentido humanista e altruísta legítimo, beneméritos do seu tempo, da sua vontade, do seu saber e também, do seu dinheiro, que ia direto para esta obra maior que estava a ser desenvolvida na cidade e arredores. Todos eles republicanos convictos, alguns Maçons, quase todos dirigentes associativos, mestres e professores, homens e mulheres de saber e de forte prestígio local.

Foram eles, que nunca baixaram os braços perante as adversidades e se bateram estoicamente pelos ideais democráticos que os inspiravam.

Fomos ao encontro destas realidades, pela curiosidade que o tema nos suscitou e que uma vez em contacto com os documentos, nos envolveu e cativou. Conhecer melhor estes homens e a sua obra, foi inspirador e, simultaneamente, possibilitou-nos uma «viagem» a uma época tão rica em termos ideológicos, que permitem a qualquer Figueirense sentir um orgulho inequívoco do passado da sua cidade e se rever na obra encetada há mais de um século. Passear pelas ruas e praças da Figueira da Foz, permite-nos, agora, fazer um périplo retrospectivo às instituições centenares que marcaram esta época.

À parte da pesquisa bibliográfica de documentos de vária índole, na Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás e Arquivo Municipal, da visita a alguns locais, a pesquisa documental centrou-se fundamentalmente no jornal *A Voz da Justiça* desde o primeiro número, a 11 de maio de 1902, até 31 de dezembro de 1910. A pesquisa minuciosa neste jornal fez-nos reconstituir este passado e responder a muitas questões que tínhamos enunciado no início deste trabalho. Este jornal, sendo de inspiração Republicana e Maçónica, muito embora nunca assumida abertamente essa filiação, foi um espelho fiel de tudo o que se passava em termos ideológicos na cidade da Figueira da Foz. O «convívio» que estabelecemos com este jornal semanário e logo depois bissemanário, ao longo de meses de pesquisa, permitiu-nos, paulatinamente, construir este trabalho que consideramos ser um legado histórico à Figueira da Foz, cidade onde nascemos e vivemos.

Devido às contingências de tempo, optamos por nos cingir à análise deste jornal, dada a sua forte vertente ideológica e cultural. Fizemos uma abordagem a dois jornais que emergiram neste universo, com semelhantes características e enfeudados nos mesmos desígnios: *A Redenção* e *Evolução*. Foram, porém, experiências breves de jornalismo, uma vez que surgiram em 1909, para se extinguirem meses depois, em 1910. No futuro, temos a expectativa de continuar a aprofundar este mesmo assunto, investindo na análise de outros periódicos, revistas, folhetos, almanaques, estatutos e outros documentos, por forma a dar um maior sustentáculo teórico a este tema, que tanto nos fascina: a instrução e a educação de uma forma geral e a nível local, em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adão, Á. & Remédios, M. J. (2004). Os “Congressos Pedagógicos” na 1ª República. *Revista Lusófona de Educação*, 4, pp.107-119.
- Album Figueirense. Pedro Fernandes Tomás e a Biblioteca.* (2005). Disponível em <http://albumfigueirense.blogspot.pt/2005/01/pedro-fernandes-toms-e-biblioteca.html>, consultado em 20/09/2012.
- Album Figueirense. História, Etnografia, Biografia, Arte, Ciência, Letras, Estatísticas.* Mensário Regionalista (1935). (Ano I, 1934-1935). Tipografia Popular: Figueira da Foz.
- Alfobre das Letras. João de Deus... Poeta do amor e da cartilha maternal.* (2011). Disponível em <http://alfobre.blogspot.pt/2011/01/joao-de-deus-poeta-do-amor-e-da.html>, consultado em 03/01/2012.
- Almanach da Figueira da Foz para 1907.* (1907) *Commercial e Burocratico.* Figueira da Foz: Typ. e Liv. Marques.
- Almanaque Ilustrado do jornal A Praia da Figueira.* (1909). Figueira da Foz: Typografia Popular de Manuel J. Cruz.
- Almanaque Republicano. III Conferência Maçónica Portuguesa na Figueira da Foz.* Disponível em <http://arepublicano.blogspot.pt/2009/09/iii-conferencia-maconica-portuguesa-na.html>, consultado em 15/12/2012.
- A Redenção. (Maio de 1909 – Fevereiro de 1910).* Figueira: Tipografia Popular.
- Assemblêa Figueirense. (1870). Regulamento Interno.* Porto: Typ. Do Commercio do Porto.
- Associação de Classe dos Carpinteiros Civis Figueirense. (1907). Estatutos.* Figueira: Imprensa Lusitana.
- Associação Artística Figueirense. (1864). Estatutos.* Figueira: Typ. Figueirense.
- Associação d'Instrução Artística Figueirense. (1902, 1907). Estatutos.* Figueira: Imprensa Lusitana.
- Associação de Instrução Popular. (1902). Estatutos.* Figueira: Imprensa Lusitana.
- Associação de Jardins Escolas João de Deus. (2008). Casimiro Freire.* Disponível em <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=2>, consultado em 20/08/2011.
- Associação de Jardins Escolas João de Deus. (2008). História da Associação de Jardins-Escolas João de Deus.* Disponível em <http://www.joaodeus.com/associacao/detalhe.asp?id=3>, consultado em 24/11/2011.
- Associação de Jardins Escolas João de Deus. (2008). A Cartilha Maternal.* Disponível em <http://www.joaodeus.com/associacao/detalhe.asp?id=6>, consultado em 24/11/2011.
- A Voz da Justiça. (Maio de 1902 – Dezembro 1910).* Figueira da Foz: Tipografia Popular.

- Azevedo, José (2001). *No centenário da Sociedade Arqueológica da Figueira. Experiência Pedagógica. Caderno Nº 6*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Banheiro, L. S. M. (2002). *A centralização e descentralização nas escolas primárias do Distrito de Santarém (1878-1901)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Bernardo, J. (2010). *Guia do Associativismo da Figueira da Foz*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Bernardo, J. (2010). *O Movimento Associativo da Figueira da Foz*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Bibliotheca Artística 10 de Junho. (1883). *Estatutos*. Figueira: Casa Minerva.
- Biblioteca Artística. (1889). *Catálogo da Biblioteca Artística. Fundada a 1 de Fevereiro de 1881*. Figueira: Imprensa Lusitana.
- Biscaia, Á. C. (2011). *A Figueira da Foz e o 5 de Outubro de 1910*. Figueira da Foz: CB – Associação de Ideias.
- Brandão, P. & Fidalgo, A. (2010). *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal: Como uma sociedade secreta mudou o destino de um país*. (2ª ed.) Alfragide: Casa das Letras.
- Brás J. & Gonçalves, M. N. (2008). Os saberes e poderes da Reforma de 1905. *Revista Lusófona de Educação*, 13, pp.101-121.
- Brás, J. V. & Gonçalves, M. N. (2011). (Org.). *O imperativo republicano em debate*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Brito, S. (2004). *Associativismo recreativo-cultural: sentidos de uma prática. O Clube Fenianos Portuenses*. Porto: Faculdade de Letras.
- Câmara Municipal da Figueira da Foz (1999). *Sociedade Arqueológica da Figueira: 1898-1910: Centenário*. Figueira da Foz: Museu Municipal Dr. Santos Rocha.
- Caixa Economica Escolar Quiaense. (1909). *Estatutos*. Figueira: Enc. Typ. E Liv. – Marques.
- Cardoso, A. M. (2007). *As associações: uma alavanca para o desenvolvimento local*. Faro: Universidade do Algarve.
- Cascão, R. (1998). *Figueira da Foz e Buarcos entre 1861-1910. Permanência e mudança em duas comunidades do litoral*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar e das Navegações, CMFF e LIV. Minerva.
- Cascão, R. (2009). *Monografia da Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz*. Figueira da Foz: Junta de Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz.
- Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Catroga, F. (2001). *Ensaio Republicano*. Lisboa: Relógio de Água Editores.

- Centenário da República [I] – Rostos da I República*. (2011). Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Centenário da República [I] – Sinais da República nas nossas coleções*. (2011). Figueira da Foz: Município da Figueira da Foz. Divisão da Cultura.
- Costa, F. C. (1995). *Figueirenses de ontem e de hoje*. Figueira da Foz. F. C. da Costa.
- Costa, M. F. [s.d.] *Construindo e implantando bibliotecas: caminhos para a cidadania*. Disponível em <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/VIIIcongreso/pdfs/138.pdf>, consultado em 13/07/2011.
- Escolar, H. (1990). *Historia de las bibliotecas* (3rd Ed.). Madrid: Fundación German Sánchez Ruipérez.
- Decreto n.º 8 da Direcção Geral de Instrução Pública de 24 de Dezembro de 1901. Disponível em <http://www.sg.min-edu.pt/fotos/editor2/1901.pdf>, consultado em 10/08/2012.
- Desaffronta. Homenagem aos Caixeiros Figueirenses*. (Novembro de 1903). Coimbra: Typ. Minerva Central.
- Esteves, J. «TORRES dos Santos, CRISTINA», in Nóvoa. A. (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*. (2003) Porto: Edições Asa, pp. 1380 – 1382.
- Evolução. Pela Pátria e pela Liberdade*. (Agosto de 1909 - Outubro de 1910). Figueira: Imprensa Lusitana [1º nº]; Coimbra: Typ. M. Reis Marques [do nº 2 ao nº 16].
- Ferreira, J. M^a F. (2004). *O associativismo, terceiro sector e desenvolvimento local sustentável*. Porto: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Frada, J. (2001). *Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. (11ª ed.). Lisboa: Edições Cosmos.
- Garnel, M. R. (2004). *A República de Sebastião de Magalhães Lima*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gazeta da Figueira*. (13 de setembro de 1913, 5 de janeiro de 1916). Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.
- Gonçalves, M. G. (2012). *As Bibliotecas na I República: Do discurso político à visão dos intelectuais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Gonçalves, M. N. (2002). *Os Primórdios da Educação Cívica em Portugal. O percurso da institucionalização curricular da Educação Cívica nos planos de estudo das reformas do ensino primário (1835-1910)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Gonçalves, M. N. (2004). O despontar da cidadania no Portugal oitocentista. *Revista Lusófona de Educação*, 3, pp.87-107.

- Gonçalves, M. N. (2007). *O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878-1910)*. Dissertação de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora.
- Graça, O., Felgueiras, M. L., Sousa, S. & Marques, R. C. (2009). *As Escolas Conde de Ferreira: marco histórico na instrução pública em Portugal*. Sesimbra: Câmara Municipal.
- Grupo «Caras Direitas». (1913). *Estatutos*. Figueira: Typ. Popular de Manuel J. Cruz.
- Henriques, I. (2001a). *A loja Fernandes Tomás, nº 212 da Figueira da Foz (1900-1935): O Arquivo e a História*. Figueira da Foz: Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos.
- Henriques, I. (2001b). *A Maçonaria na Figueira (1900-1935). Arquivos e Coleções em exposição*. Figueira da Foz: Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos.
- Magalhães, J. (2005). *Memória activa e transformação social – a educação na construção histórica da escola básica portuguesa*. Lisboa: FPCE Univ. Lisboa.
- Martha, M. C. (1907). *No Dia de Festa. Número único em benefício da Associação de Escolas pelo Método de João de Deus*. Figueira: Typografia Barata Salgueiro.
- Martins, J. M. (2009). 100 Anos de República Figueira da Foz. *Augusto Goltz de Carvalho*. Disponível em <http://100anosrepublicaff.blogspot.pt/search/label/Biografias>, consultado em 20/01/2012.
- Medina, V. (2000). *Recordando... Tavadere no Teatro: Viagem ao Passado*. Figueira da Foz: Sociedade de Instrução Tavadere.
- Medina, V. (2003). *Retalhos ... do passado! No Centenário Da Sociedade de Instrução Tavadere 1904-1979*. Figueira da Foz: Sociedade de Instrução Tavadere.
- Medina, V. (2004). *Sociedade de Instrução Tavadere: Cem Anos 1904-2004 ao serviço do povo... e caminhando*. [Figueira da Foz]: Sociedade de Instrução Tavadere.
- Medina, V. (2009). *Tavadere. Terra de meus avós*. Disponível em <http://tavaderehistorias.blogspot.pt/>, consultado em 15/10/2011.
- Melo, D. (2010). *A leitura pública na I República*. Lisboa: Edições Húmus.
- Nóvoa, A. (Dir.). (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: ASA Editores.
- Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto: ASA Editores.
- Gomes, P. (2002). *Figueira da Foz: Conhecimento, memória e inovação*. Paços de Ferreira: Héstia Editores.
- Homem, A.C. (1990). *A propaganda republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Martins, Artur (2010). *O movimento associativo popular e a democracia*. [s.l.]. Disponível em http://www.25abril.org/docs/congresso/democracia/02.10Artur%20Martins_o%20movimento%20associativo%20popular%20e%20a%20democracia.pdf, consultado em 02/03/2011.

- Mónica, M. F. (1980). *Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX*. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223996537J4mEJ0mb1Tn90RZ7.pdf>, consultado em 23/12/ 2010.
- Monteiro, N. (2004). *Maria Veleda (1871-1955)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os direitos das mulheres. Presidência do Conselho de Ministros.
- Nery, A. C. B. [s.d]. *Escolas de formação de professores: Brasil e Portugal na primeira metade do séc. XX*. Marília: UNESP.
- O Figueirense*. (17 de outubro de 1909). Figueira da Foz: Tipografia Peninsular.
- Paço, A. S. (2011). *As universidades populares em Portugal na I República*. [s.l.]. Disponível http://www.direitodeaprender.com.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=526, consultado em 02/03/2011.
- Pereira, I. (1986). *Museu Municipal. Notícia histórica. Caderno Municipal – 17*. Figueira da Foz: Ed. Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Pereira, I. (1991). *José da Silva Ribeiro. Catálogo*. Exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Pereira, I. & Cardoso, P. (Coord). (1992). *Albano Duque/Cristina Torres. Figueira da Foz: Serviços Culturais* [da Câmara Municipal da Figueira da Foz].
- Pintassilgo, J., Alves, L., Correia, L. & Felgueiras, M. (2006). *A História da Educação em Portugal. Balanço e perspetivas*. Porto: Edições ASA.
- Pintassilgo, Joaquim. (s.d.). *Educação para a cidadania: percurso histórico de uma ideia recente*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Disponível em http://moodle.dpedrov.edu.pt/file.php/1/Docs_Maria_Joao_Viegas/educacao_para_a_cidadania.pdf, consultado em 28/10/2010.
- Pintassilgo, J. A. (s.d.). *O debate sobre as universidades populares na imprensa portuguesa de educação e ensino. O exemplo de “a vida portuguesa” (1912-15)*. Lisboa: F.C. da Universidade de Lisboa.
- Pintassilgo, J. (s.d.). *O analfabetismo e a educação popular*. Lisboa: Instituto da Educação.
- Primo, J. & Mateus, D. (2008). *Normas para elaboração e apresentação de Teses de Doutoramento: (Aplicáveis às dissertações de Mestrado)*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Público na Escola do Jornal o Público. Boletim Mensal. (nº 202, Abril 2010). Dir. Eduardo Jorge Madureira. *Jornais e jornalistas na I República*.
- Rebelo, C. A. (2002). *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870-1910)*. Porto: Campo das Letras.
- Respeitável Loja Fernandes Thomaz. (1902). *Regulamento Interno*. [s.l.: s.n.]

- Ribeiro, J. S. (1954). *50 Anos ao Serviço do Povo. "Bodas-de-Ouro" da Sociedade de Instrução Tavadense*. Figueira: Ed. da Socied. de Instrução Tavadense.
- Rodrigues, M. (2010). *A educação popular em Portugal no dealbar do séc. XX: o caso da vila operária do Barreiro*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Rocha, J. (2004). *O essencial sobre A Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rotary em Tavarede em Memória de José da Silva Ribeiro*. (1989). Figueira da Foz: Rotary Club da Figueira da Foz.
- Salgado, H. (1906). These. *Quaes as consequências do clericalismo em Portugal _ Quais os meios praticos de o combater*. Lisboa: Typographia Favorita.
- Santos, M. B. (1983). *A Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás Alguns aspectos - Perfil do Leitor. Cadernos Municipais*. Figueira da Foz: Ed. da Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência [SGMEC]. (2003). *Resenha de Legislação. Decreto do Governo 28 de Setembro de 1844*. Disponível em <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/escolaridade-obrigatoria/resenha-de-legislacao/>, consultado em 11/12/2011.
- Silva, M. R. (2005). *Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os direitos das mulheres. Presidência do Conselho de Ministros.
- Simões, I. & Sousa, M. I. (2008). A Instrução na Figueira há cem (sem) anos....In Lopes, F. Callapez, P. *Por Terras da Figueira*. Figueira da Foz: Kiwanis Club Figueira da Foz, pp. 1-17.
- Soares, J. (1982). *A obra literária de Raimundo Esteves. Figueira da Foz: Secretariado Executivo nas Comemorações do Primeiro Centenário da Elevação da Figueira da Foz a Cidade*.
- Sociedade de Instrução Tavadense. Fundada em 1904. (1925). *Estatutos*. Figueira da Foz: Typografia Popular.
- Sociedade Philarmonica 10 d'Agosto de 1880. (1892). *Estatutos*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.
- Sociedade Recreio Litterario da Figueira da Foz. (1868). *Catalogo dos livros da mesma sociedade*. [Figueira]: Typ. Figueirense.
- Sociedade de Recreio Litterario. (1871). *Estatutos*. Porto: Typ. De José Coelho Ferreira.
- Sociedade União Artística Figueirense. (1885). *Estatutos*. Figueira: Typografia da Correspondencia.

- Sousa, J. (1983). *Cristina Torres*. Figueira da Foz: Secretariado Executivo das Comemorações do Primeiro Centenário da Figueira da Foz.
- Sousa, J. & Caldeira, A. (1986). *Jornais e revistas do Concelho da Figueira da Foz*. Figueira da Foz: J. Sousa e A.R. Caldeira.
- Sousa, J. M. (2000). *O Tempo da Primeira República*. Porto: Asa Editores.
- Sousa, M. I. (2005). O Mosteiro de Seiça e a indústria de descasque de arroz. In *Litorais. Estudos Figueirenses*, nº 3. Figueira da Foz: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, pp. 21-42.
- Sousa, M. I. (2007). Figueira da Foz – Cidade Praia. A “dolce vita” dos finais do séc. XIX à primeira metade do séc. XX. In *Litorais. Estudos Figueirenses*, nº 6. Figueira da Foz: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, pp.63-94.
- Terenas, F. (1906). *These. Se a Maçonaria procura realizar aperfeiçoamentos moraes [...]*. Lisboa: Typografia Favorita.
- Torres dos S., C. (1910). *Aos Rapazes. Palavras de Cristina Torres dos Santos na Festa de 8 de Dezembro de 1910 na Associação d’Instrução Popular*. Figueira: Typ. Popular.
- Torres dos S., C (1831, Outubro). *Les difficultés de l’enseignement chez les enfants pauvres*. Congrès International de la Protection à l’Enfance. Lisboa: Typografia do Reformatório Central de Lisboa «Padre António de Oliveira.
- Viana, M. (1984). *Maurício Pinto: No 1º centenário do seu nascimento (21 de Agosto 1884)*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Viegas, J. M. (1986). *O associativismo e dinâmica social*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).
- Vieira, J. (1998). *Portugal Século XX. Crónica em Imagens 1900-1910*. Lisboa: Círculo de Leitores.

APÊNDICES E ANEXOS